Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 15
1.5 Principais clientes 35
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 36
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 43
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 46
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 49
1.10 Informações de sociedade de economia mista 53
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 54
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 57
1.13 Acordos de acionistas 60
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 61
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 62
1.16 Outras informações relevantes 63
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 66
2.2 Resultados operacional e financeiro 94
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 103
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 104
2.5 Medições não contábeis 105
2.6 Eventos subsequentes as DFs 109
2.7 Destinação de resultados 110
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 112
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 113
2.10 Planos de negócios 114
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 123
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 124
3.2 Acompanhamento das projeções 126

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 127
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 186
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 187
4.4 Processos não sigilosos relevantes 197
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 234
4.6 Processos sigilosos relevantes 235
4.7 Outras contingências relevantes 238
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 240
5.2 Descrição dos controles internos 253
5.3 Programa de integridade 255
5.4 Alterações significativas 260
5.5 Outras informações relevantes 261
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 262
6.3 Distribuição de capital 268
6.4 Participação em sociedades 269
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 272
6.6 Outras informações relevantes 279
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 280
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 285
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 286
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 289
7.4 Composição dos comitês 300
7.5 Relações familiares 305
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 306
7.7 Acordos/seguros de administradores 307
7.8 Outras informações relevantes 308
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 310

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 318
8.3 Remuneração variável 322
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 324
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 333
8.6 Outorga de opções de compra de ações 334
8.7 Opções em aberto 335
8.8 Opções exercidas e ações entregues 336
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 337
8.10 Outorga de ações 338
8.11 Ações entregues 340
8.12 Precificação das ações/opções 341
8.13 Participações detidas por órgão 345
8.14 Planos de previdência 347
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 349
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 350
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 351
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 352
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 353
8.20 Outras informações relevantes 355
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 356
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 358
9.4 Outras informações relevantes 359
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 360
10.1 Descrição dos recursos humanos 362
10.2 Alterações relevantes 366
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 367
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 370
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 371
10.5 Outras informações relevantes 372
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 373

11.2 Transações com partes relacionadas 374

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 397

11.3 Outras informações relevantes 401

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 402

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 403

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 404

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 416

12.5 Mercados de negociação no Brasil 417

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 418

12.7 Títulos emitidos no exterior 419

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 422

12.9 Outras informações relevantes 427

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 428

13.1 Declaração do diretor presidente 429

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 430

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 431

1.1 Histórico do emissor

A **BRF S.A.** (“**Companhia**”) é constituída no formato de sociedade anônima, com registro de companhia de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) desde 24 de junho de 1997, e recentemente converteu seu registro de emissora de valores mobiliários na CVM de categoria “A” para categoria “B”. De 2006 a 2024 as ações da Companhia foram listadas no Novo Mercado, segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o qual conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa no Brasil (“**Novo Mercado**” e “**B3**”, respectivamente). No segmento do Novo Mercado, as ações da Companhia foram negociadas por meio do código de identificação “BRFS3”, e suas *American Depositary Receipts* (ADRs), representavam as ações ordinárias, que eram negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ou "NYSE" (ADR Nível III), por meio do código de identificação “BRFS”. Nesse contexto, a Companhia está sujeita às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e às normas e regulamentos expedidas pela CVM, pela B3.

Em breve contexto sobre a sua criação, a Companhia foi fundada, em 1934, pelas famílias Brandalise e Ponzoni, com a razão social “Ponzoni, Brandalise & Cia”, no Estado de Santa Catarina. A partir de 1940, ampliou suas operações para incluir o processamento de carne suína, além do comércio em geral, focando em alimentos e produtos relacionados. Na década de 50, iniciou suas operações no processamento de aves e em 1958, mudou sua razão social para Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Nos anos 70, expandiu sua presença internacional, iniciando suas atividades na Arábia Saudita. Durante as décadas de 80 e 90, a Companhia ampliou sua atuação no mercado externo e realizou aquisições no setor de processamento de aves e suínos, e investiu em outros segmentos de negócios variados.

Combinação de negócios com a Sadia

Em 19 de maio de 2009, a Companhia celebrou com a Sadia S.A. (“**Sadia**”) acordo para estabelecer os termos da combinação de negócios entre ambas (“**Combinação de Negócios Sadia**”), culminando na alteração da sua denominação social de Perdigão S.A. para BRF − Brasil Foods S.A. O fechamento da operação ocorreu no dia 13 de julho de 2011. Em 9 de abril de 2013, a Companhia alterou sua denominação social para BRF S.A., a qual persiste até a atualidade.

Outras Operações

Destacamos abaixo as operações relevantes realizadas nos últimos 4 anos.

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia anunciou ao mercado que a BRF GmbH, sua subsidiária integral (“**BRF GmbH**”), celebrou um acordo de joint venture com a Halal Products Development Company (“**HPDC**”), uma subsidiária integral do Public Investment Fund (“**PIF**”), fundo soberano da

1.1 Histórico do emissor

Arábia Saudita, que tem por objetivo o desenvolvimento da indústria halal na Arábia Saudita por meio de inovação e crescimento no segmento halal. O acordo previa a criação de uma sociedade na Arábia Saudita detida de 70% pela Companhia e de 30% pela HPDC, o que foi concluído em 10 de dezembro de 2023, sob o nome de BRF Arabia Holding Company, hoje denominada Sadia Halal Holding Company ("**Sadia Halal**"). Espera-se que a Sadia Halal detenha ativos em toda a cadeia de produção de frango na Arábia Saudita e promova a venda de produtos frescos, congelados e processados. A Sadia Halal teria um investimento combinado de US$ 500 milhões (ou R$ 2,4 bilhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023), dos quais (i) US$ 125 milhões (ou R$ 625,9 milhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 5,0072 em 28 de setembro de 2023) foram aportados pela Companhia e pela HPDC quando da constituição da sociedade. Entretanto, a referida transação, conforme anunciado pela Companhia em 27 de outubro de 2025, foi substituída por acordo de escopo mais abrangente entre BRF GmbH e HPDC, com a contribuição de ativos pela BRF GmbH à Sadia Halal avaliados em US$ 2,07 bilhões.

Em 31 de outubro de 2024, a Companhia anunciou que a Sadia Halal celebrou contrato de compra e venda de ações para adquirir 26% do capital social da Addoha Poultry Company ("**Addoha**"), sociedade que opera no abate de frangos no Reino da Arábia Saudita, pelo valor de US$ 84,3 milhões (ou R$ 487 milhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 5,7773 em 31 de outubro de 2024). Em 14 de janeiro de 2025, a Sadia Halal e os atuais acionistas da Addoha celebraram um acordo de acionistas para garantir a participação efetiva na gestão da Addoha e permitir que o know-how da BRF e da HPDC contribua para a maximização das sinergias entre as entidades.

Em 20 de novembro de 2024, a Companhia anunciou que celebrou contrato de compra e venda com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norte-americana que atua no processamento de alimentos, para a aquisição de uma fábrica de processados na província de Henan, China pelo valor de US$ 43 milhões (ou R$ 248 milhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 5,7737 em 20 de novembro de 2024). O fechamento da aquisição se deu em 30 de abril de 2025.

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia comunicou a celebração de termo de acordo entre sua controlada MBR Investimentos Ltda. e as atuais sócias da Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., visando à aquisição de 50% do capital social da Gelprime por R$ 312,5 milhões, sujeito a ajustes. A Gelprime atua na produção e comercialização de gelatina e colágeno a partir de matéria-prima de origem animal, e a operação estava alinhada à estratégia da BRF de ampliar sua participação em produtos de maior valor agregado, com potencial de aumento de rentabilidade e diversificação de negócios.

Em 21 de abril de 2025, a Companhia anunciou que aprovou um investimento de cerca de USD 160 milhões para a construção de uma nova fábrica de produtos processados em Jeddah, Arábia Saudita. O investimento será feito por uma subsidiária integral da Sadia Halal Holding Company, veículo da joint venture da Companhia com a Halal Products Development Company, subsidiária integral do Public Investment Fund (PIF). A nova fábrica terá capacidade de produção de aproximadamente 40 mil toneladas/ano de produtos processados a base de aves e bovinos. O projeto permitirá à BRF

1.1 Histórico do emissor

aumentar sua produção local de 17 mil para até 57 mil toneladas ao ano.

Em 27 de outubro de 2025, a Companhia anunciou que sua subsidiária integral BRF GmbH assinou contrato de investimento ("**Contrato de Investimento**") com a HPDC. Nos termos do Contrato de Investimento, a BRF GmbH contribuirá para a Sadia Halal (i) suas empresas de distribuição localizadas na Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã; (ii) suas fábricas situadas na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos; e (iii) seu negócio de exportações diretas para clientes na região MENA. Os ativos da Turquia não fazem parte da transação. Os ativos a serem aportados possuem enterprise value de US$ 2,07 bilhões, receita líquida de US$ 2,1 bilhões nos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho de 2024 e EBITDA de aproximadamente US$ 230 milhões, resultando em múltiplo implícito de 9x (nove vezes). Adicionalmente, na data do fechamento do Contrato de Investimento, será celebrado entre a Companhia e a Sadia Halal um acordo de fornecimento de produtos com prazo de 10 (dez) anos, renovável, cuja precificação será apurada com base no custo total acrescido de margem de 5% (cost plus +5%), observadas as normas aplicáveis em matéria de preços de transferência. Na data do fechamento, a HPDC deterá participação equivalente a 10% (dez por cento) do capital social da Sadia Halal, com compromisso de aquisição adicional que totalize 25% (vinte e cinco por cento) e direito de alcançar participação de até 40% (quarenta por cento).

Mudanças significativas recentes da Companhia

Em 15 de maio de 2025, a Companhia celebrou com a Marfrig Global Foods S.A. o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da BRF S.A. pela Marfrig Global Foods S.A., posteriormente aditado em 26 de maio de 2025, estabelecendo os termos e condições da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Marfrig. A operação foi aprovada pelos acionistas de ambas as companhias em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 5 de agosto de 2025.

No contexto dessa operação, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Marfrig. Em decorrência da nova estrutura societária, a Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de setembro de 2025, a reforma e consolidação de seu Estatuto Social, bem como alterações na composição de seus órgãos de administração.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2025, a CVM aprovou a conversão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários da categoria "A" para a categoria "B".

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia tem por objeto a industrialização, comercialização (no varejo e no atacado) e exploração de alimentos em geral, especialmente derivados de proteína animal e produtos que utilizem cadeia de frio, bem como a produção e comercialização de rações, nutrimentos e suplementos para animais e a prestação de serviços de alimentação. Inclui, ainda, a industrialização, refinação e comercialização de óleos vegetais, gorduras e laticínios, a exploração, conservação, armazenamento, ensilagem e comercialização de grãos, seus derivados e subprodutos, e a comercialização de bens de consumo e de produção, inclusive equipamentos e veículos voltados à atividade logística.

Abrange também exportação e importação de bens, prestação de serviços de transporte, logística e distribuição de cargas e alimentos, participação em outras sociedades e projetos relacionados às suas operações, bem como a industrialização, inclusive por encomenda, comercialização, exportação e importação de produtos farmoquímicos e químicos orgânicos derivados do abate animal, incluindo insumos farmacêuticos.

Adicionalmente, contempla a intermediação e agenciamento de serviços e negócios (exceto imobiliários), a prestação de serviços administrativos e a realização de análises laboratoriais e serviços técnicos para terceiros.

Atuante em um mercado grande e crescente, sustentado por tendências positivas de crescimento demográfico, a Companhia, em termos de capacidade de produção, é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal, de acordo com a WattAgNet, possuindo, até 31 de dezembro de 2025, um portfólio de aproximadamente 6.300 Stock Keeping Units (“**SKU**”) ou, em português, Unidade de Manutenção de Estoque, e atendendo a mais de 420 mil clientes em mais de 120 países. A Companhia está comprometida em operar seus negócios e entregar produtos para sua base global de clientes em linha com seus valores centrais: qualidade, segurança e integridade. Seus produtos processados incluem frango marinado e congelado, frango Chester e carnes de peru, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos em porções e produtos fatiados, dentre outros. A Companhia também vende margarina, manteiga, produtos à base de plantas e ração para animais. A Companhia é detentora de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Sadia Halal, Banvit, Perdix, Confidence e Hilal, dentre outras marcas regionais. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia foi responsável por aproximadamente 10% do comércio mundial de aves, segundo o USDA (*United States Department of Agriculture*).

A estratégia de portfólio da Companhia é baseada na criação de produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, de acordo com as suas necessidades e estilo de vida, aliando praticidade e adaptabilidade às culturas e costumes de seus consumidores. A Companhia busca atingir esse objetivo por meio de um processo de inovação, que tem como propósito gerar produtos de elevado valor agregado (produtos de valor agregado representaram 70,0% do total de vendas no Brasil em 2025) e, consequentemente, diferenciar sua

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

atuação em relação aos seus concorrentes, fortalecer sua marca e estimular a fidelidade de seus clientes, através de um modelo de negócios totalmente integrado do campo à mesa.

Além de uma estratégia de portfólio com produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, visando a manutenção da rentabilidade e o crescimento das vendas há também um foco em diversificação através de segmentos complementares, como, por exemplo, Ingredients, Pet Food, que são importantes fontes de integração de negócios. Por meio de inovação, eficiência e sustentabilidade, a BRF Ingredients é uma unidade de negócios independente que gera matérias-primas agrícolas de alto desempenho para serem usadas pela Companhia e seus mercados de atuação, e é uma importante fonte de integração de negócios, maximização de receitas e eficiência. No segmento de Pet Food, a BRF opera 4 fábricas distribuídas entre São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraguai, e um amplo portfólio de produtos e marcas como Biofresh, Guabi Natural, Gran Plus, Balance, Three Dogs, Three Cats, PrimoCão, PrimoGato, Faro, Bônos, Apolo e Átila.

Além disso, a Companhia detém 50% da Gelprime, sociedade que produz, comercializa e distribui gelatina e colágeno através do processamento de matéria-prima de origem animal.

No que diz respeito aos canais de venda, a Companhia adota uma estratégia Omnichannel para melhorar ainda mais a experiência de seus consumidores, oferecendo uma plataforma digital focada no consumidor final (Mercado em Casa) e outra plataforma focada em clientes B2B (Central BRF).

Brasil

Com uma participação de mercado nas categorias de alimentos processados de 41,6% no Brasil, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 38 unidades industriais, sendo elas, 25 fábricas de abate e produtos industrializados (que compreendem três fábricas de esmagamento de soja), 3 de processamento de margarinas (uma das quais processa exclusivamente margarina), 4 fábricas de farinha de ração animal, 5 fábricas de ração para animais de estimação e 1 fábrica de colágeno e gelatina,todas próximas de seus fornecedores de matéria-prima ou dos principais centros de consumo.

A Companhia possui um sistema logístico avançado em seu mercado interno, com uma vasta rede de distribuição composta por 55 centros de distribuição e pontos de trânsito, em 31 de dezembro de 2024, dos quais seis são de sua propriedade e 49 alugados de terceiros, todos eles atendendo supermercados, varejistas, atacadistas, restaurantes e outros clientes. Com sua rede logística desenvolvida para estar próxima dos maiores mercados consumidores composta por uma frota de aproximadamente 5.900 veículos, a Companhia realiza aproximadamente 530 mil entregas por mês, atendendo 95% dos municípios brasileiros.

Adicionalmente, a Companhia possui uma plataforma de vendas digitais na qual sugere pedidos aos clientes, de acordo com as características do ponto de venda, aumentando a eficiência.

Com uma forte capilaridade no Brasil, a Companhia tem aproximadamente 340 mil clientes, em 31 de dezembro de 2025, e uma taxa de cobertura de 70% no Autosserviço, segmento que representa

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

40,2% da Receita Líquida total, enquanto Rota representa 55,5%, e *Food Service* 4,3%.

Outros países

O segmento internacional representou 45,0% da Receita Líquida total em 2025. A Companhia atende mais de 90 mil clientes em mais de 120 países, incluindo os países do *Gulf Cooperation Council* ("**GCC**"), Turquia, China, Japão, Cingapura e Chile.

Tendo em vista o movimento da Companhia para cada vez mais incluir produtos de valor agregado em seu portfólio, cujas margens são maiores, é importante destacar que no Mercado Externo a receita de tais produtos corresponde a 17% do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava, através de suas subsidiárias ou controladas no mercado externo, 7 instalações industriais para o processamento de carne e 1 de ração para animais de estimação. Adicionalmente, a Companhia detém 38,6% de participação de mercado nos países do GCC através da marca Sadia, e 24,3% de participação de mercado na Turquia através da marca Banvit.Nos países do GCC e Turquia, a Companhia dispõe de uma robusta capacidade logística e de distribuição, composta por aproximadamente 45 centros de que atendem aproximadamente 95 mil clientes.

Desenvolvimentos recentes

Novas Habilitações para exportação

Dando continuidade a estratégia de diversificação de mercados, em 2025 a BRF conquistou 55 novas habilitações para exportação das unidades produtoras de aves e suínos para novos países. Dentre essas habilitações destacamos as habilitações para o Reino Unido, países da União Europeia, Japão, Argentina e Emirados Árabes para a exportação de carne de aves e suínos.

Programa de eficiência 2025

O Plano de Eficiência BRF+ iniciou em 2023, com foco na cadeia produtiva de frangos, suínos e perus. O consumo de grãos alternativos e a compra direta do produtor representaram ganhos relevantes para o programa, enquanto os principais indicadores de desempenho agrícola, como taxa de conversão alimentar e mortalidade, atingiram ou superaram os níveis de 2019. Nas atividades industriais, a Companhia melhorou o rendimento in natura. Melhorias no nível de serviço, com a otimização do custo para servir, impactaram positivamente os níveis de NPS de seus clientes, enquanto as ações para alcançar um maior equilíbrio entre produção e vendas resultaram em uma redução nos níveis de FIFO (*First In, First Out*). O aumento do volume de exportação resultou em uma melhoria da participação da Companhia no mercado e novas habilitações contribuíram para expandir a presença internacional de suas marcas. A Companhia conseguiu reduzir os números de perdas, concentrando-se em ações em todas as etapas da sua cadeia. Houve também uma redução

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

nos níveis de estoque de produtos acabados e matérias-primas.

Como parte do exercício anual de melhoria contínua da Companhia, foi lançado o BRF+ 2.0 para 2024, desenvolvido em um formato semelhante ao seu antecessor (BRF+). Foram definidos benchmarks internos e históricos e foram analisados os períodos mais longos do que os adotados anteriormente para ampliar o horizonte de possíveis resultados operacionais em diferentes cenários. Além disso, as comparações entre unidades, regiões e mercados permitiram a Companhia identificar oportunidades de aumento dos níveis médios de desempenho. Com base nos resultados dessas análises, liderança sênior da Companhia definiu as metas e os compromissos para 2024. Esses compromissos foram incorporados ao nosso orçamento anual e foram monitorados ao longo do ano.

Para 2025, com base no mesmo modelo de governança, o novo ciclo iniciou com a definição de prioridades e compromissos para o ano pela alta direção, garantindo a continuidade dos esforços de melhoria e a busca por novas oportunidades de referência. As principais mudanças para o ano em questão foram a formalização das frentes de trabalho para o Negócio de PET e Compras, bem como a expansão do escopo do programa para a Turquia, abrangendo toda a sua cadeia produtiva.

Após três anos de trabalho na identificação de oportunidades entre plataformas operacionais complementares de uma cadeia multiproteína, foi construída a frente +Sinergias para o programa de eficiência, direcionada a maximizar o potencial de nossas operações e com previsão de captura é de R$ 1 bilhão em eficiência operacional até 2028 nas frentes operacionais de estrutura, suprimentos, comercial e logística da Companhia. Os grandes objetivos dessa iniciativa são aceleração entre a colaboração de empresas (negócios bovinos, avícolas e suínos), capturas de oportunidades e benchmarking, definição de compromisso e engajamento do time, além do alinhamento de cultura e sistema único de gestão.

Para 2026, o programa de eficiência já nasce em um contexto ampliado, envolvendo a eficiência de todas as proteínas, incluindo bovinos, e a captura estruturada de oportunidades de sinergia entre negócios. O foco permanece na criação sustentável de valor, por meio da disciplina na execução, da padronização de práticas e do fortalecimento da cultura de eficiência, assegurando ganhos recorrentes, competitividade de longo prazo e a continuidade da evolução do sistema único de gestão da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

Mercado Interno	O Mercado Interno representa todas as atividades desenvolvidas pela Companhia no território brasileiro, onde atua, sendo que as marcas mais valiosas da Companhia atuam nesse mercado. O Mercado Interno compreende as operações de vendas de todos os canais de distribuição no Brasil e é subdividido de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir: a) In natura: produção e comercialização de aves (inteiras e cortes), suínos e outros cortes; b) Semiprocessados: produção e comercialização de alimentos in natura cozidos e defumados; c) Processados: produção e comercialização de alimentos processados, congelados e industrializados derivados de aves, suínos e bovinos, margarinas, produtos vegetais e a base de soja; e d) Outras vendas: comercialização de farinhas para food service, comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes), healthcare (saúde e bem-estar) e pet food, assim como por produtos agropecuários, entre outros. A Companhia atende, substancialmente, a toda a população brasileira por meio de uma rede de distribuição nacional. No mercado interno, a Companhia vende seus produtos diretamente para supermercados, atacadistas, lojas de varejo, estabelecimentos de food service e outros compradores institucionais.
Mercado Externo	O segmento Internacional (Mercado Externo) compreende as operações de vendas de todos os canais de distribuição no exterior e é subdividido de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir: a) In natura: produção e comercialização de aves (inteiras e cortes), suínos e outros cortes; b) Semiprocessados: produção e comercialização de alimentos in natura cozidos e defumados; c) Processados: produção e comercialização de alimentos processados, congelados e industrializados derivados de aves, suínos e bovinos, margarinas,

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	produtos vegetais e a base de soja; e d) Outras vendas: comercialização de farinhas para food service, comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes), healthcare (saúde e bem-estar) e pet food, assim como por produtos agropecuários, entre outros. A Companhia exporta produtos principalmente pelos portos de Itajaí, Navegantes e Itapoá, no estado de Santa Catarina. Também exporta produtos através de Rio Grande/RS e Paranaguá/PR. A Companhia armazena seus produtos em armazéns refrigerados que pertencem e são operados principalmente por terceiros localizados em portos nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2025, a Companhia estufou 83,7% de seus contêineres de exportação nas fábricas, chamados de carregamento de “produtos frescos congelados”. A Companhia contratou transportadoras terceirizadas exclusivas para transportar seus produtos das instalações de produção até os portos e despachou seus produtos para mercados de exportação por meio de empresas de transporte independentes. Os esforços de vendas e distribuição no exterior são coordenados por meio de escritórios na Áustria, Singapura, Coréia do Sul, China, Japão, Vietnã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Omã, Kuwait, África do Sul, Uruguai, Chile e Turquia. A Companhia coordena seus esforços de marketing e fornece suporte de vendas aos clientes em seus principais mercados internacionais por meio desses escritórios. Os arranjos de distribuição nos mercados internacionais variam de acordo com o mercado.**Oriente Médio e Turquia** No Oriente Médio e na Turquia, a Companhia vende para atacadistas, varejistas, pequenas lojas (comércio tradicional), prestadores de serviços alimentares e processadores. Nesses mercados, a Companhia vende principalmente frango congelado em três categorias: inteiro, cortes e produtos processados. A Companhia lançou também novos produtos adjacentes da categoria de frango, como batatas fritas congeladas e legumes congelados. A marca Sadia é reconhecida como a marca líder em alimentos no Oriente Médio e tem o mais alto nível de preferência dentro da categoria de aves, de acordo com um estudo feito em 2024 pela Ipsos Research, uma empresa de consultoria

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	terceirizada. A Companhia opera um negócio focado 100% no mercado Halal, que tem forte demanda na região. Na Turquia, a Companhia distribui seus produtos por meio da Banvit, em sociedade com a Qatar Investment formada em maio de 2017. A Banvit é a marca número um na Turquia na categoria de frango, liderando com participação de mercado de 24,3% ao final de 2025. **Américas e outros países** A Companhia vende seus produtos nas Américas através de vendas diretas aos principais distribuidores. Além disso, em 2025, permanecemos vendendo cortes de frango, incluindo peito e asas, para empresas de processamento no Canadá, e itens processados para o Caribe. Além disso, Sadia e Qualy são marcas estabelecidas em market share significativo no Chile e no Uruguai, onde a BRF mantém operações de distribuição local, e no Paraguai, onde opera através de distribuidores locais consolidados. Um exemplo da força comercial nas Américas é a liderança no segmento de margarinas no Chile com a marca Qualy e nos segmentos de refeições prontas e empanadas no Chile e no Uruguai com a marca Sadia. A Companhia também comercializa os seus produtos nos países da Europa, África e Ásia.

Produtos Vendidos

A BRF se concentra na produção e venda de produtos alimentícios *in natura* e processados de aves e suínos, além de margarinas e, através da BRF Pet, rações para nutrição de cães e gatos, conforme descritos na tabela abaixo:

In natura	Os produtos in natura compreendem aves inteiras e em cortes, suínos e outros em cortes. A receita líquida de aves in natura foi de R$ 32.173 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; de R$ 32.033 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 A maior parte das vendas de carne de aves é para os mercados de exportação. A Companhia abate suínos em suas instalações. Embora a maioria dos porcos que a Companhia abate seja utilizada para produtos processados no mercado interno brasileiro, também produz cortes congelados de carne suína, como lombos e costelas e carcaças inteiras. A BRF comercializa produtos contendo carne bovina, como hambúrgueres, almôndegas e quibes,

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	sendo a matéria-prima fornecida por terceiros, dentre os quais, a Marfrig Global Foods S.A.
Processados e Semiprocessados	A Companhia produz alimentos processados, como frango congelado e marinado, carnes de peru e frango Chester, carnes especiais, alimentos processados congelados, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados. Parte da sua estratégia é desenvolver outros produtos alimentícios processados nessas e em outras categorias, pois esses produtos tendem a ser menos sensíveis aos preços em comparação aos produtos congelados de aves e suínos. A Companhia comercializou produtos processados gerando receita líquida de R$ 29.936 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, de R$ 25.871 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A maioria das suas vendas de alimentos processados é realizada no mercado interno. A Companhia acredita que existem oportunidades de comercialização de produtos de valor agregado como esses para regiões-alvo e outros segmentos de mercado no Brasil, bem como de expansão de suas vendas no mercado de exportação. A estratégia de produtos alimentícios processados depende de uma gestão de marca precisa, um portfólio variado de produtos com preços estratégicos e inovação e excelência de serviços, de modo a permitir que os produtos da Companhia tenham maior alcance, tanto no mercado interno quanto em mercados internacionais.
Carnes Especiais	A Companhia processa carne suína para produzir carnes especiais, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas frankfurter, salames, bacon e carnes frias. Também processa frangos e outras aves para produzir carnes especiais, como linguiças, salsichas e mortadela de frango.
Carnes Processadas Congeladas	A Companhia produz, ainda, uma variedade de produtos congelados processados à base de carne de aves, suínos e bovinos, incluindo hambúrgueres, steaks, carne empanada, kibes e almôndegas.
Aves Marinadas	A Companhia produz frangos marinados e temperados (vendidos sob a marca Chester) e perus. A Companhia originalmente desenvolveu a raça Chester para maximizar a produção de cortes de peito e coxas. Celebrou um acordo no qual a Cobb Vantress gerencia a raça Chester de aves. A marca Chester é registrada e de propriedade da BRF.
Produtos Halal	A Companhia oferece produtos à base de aves para os mercados

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	islâmicos de acordo com o método halal de abate de animais.
Margarinas	A Companhia vende, ainda, margarinas sob as marcas Qualy, Deline e Claybom e, além disso, produz a margarina Becel. E acredita que mantém posição de liderança de mercado com a marca Qualy.
Pratos Prontos Congelados	A Companhia produz uma variedade de pratos prontos congelados, alguns dos quais contêm carne bovina, suína e de aves, incluindo os listados abaixo: • **Massas e Pizzas.** Produz diversas variedades de lasanhas, pizzas e outras refeições prontas para consumo. Produz a carne utilizada nesses produtos e compra outras matérias-primas no mercado interno; • **Batatas Fritas.** Vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceiros; e • **Tortas e Doces.** Produz uma variedade de doces e tortas congeladas, como tortas de frango e palmito. Produz a carne, os molhos e as coberturas utilizadas em suas tortas e doces, e compra outras matérias-primas, como palmito, limão e outros recheios de terceiros.
Produtos Vegetais	A Companhia iniciou em 2020 a comercialização de produtos congelados à base de proteínas vegetais sob a recém-lançada marca Sadia Veg&Tal, sua marca para alimentos veganos e vegetarianos congelados, incluindo hambúrgueres, nuggets e tortas. Também iniciou a expansão do portfólio de alimentos congelados Veg&Tal e lançou vegetais congelados, incluindo brócolis, couve-flor, ervilhas e feijão. É oficialmente a primeira linha de frango plant based carbono neutro no mercado brasileiro, e a totalidade da emissão da cadeia de produção é neutralizada através da compra de créditos de carbono de projetos de conservação florestal.
Refeições Prontas	A Companhia lançou em 2021 a Sadia Livre&Lev uma submarca da Sadia, que tem como foco o bem-estar e se caracteriza como uma linha livre de excessos e leve nos ingredientes, desenvolvida especialmente para entregar mais naturalidade com menos ingredientes, livre de aditivos. Composto por frios (presunto e peito de peru) e pratos prontos (refeições em porções, que permitem diferentes combinações e wraps).
Sobremesas Congeladas	A Companhia produz e vende sobremesas com a marca Miss Daisy, detida pela Companhia desde 1999. E acredita que a Miss Daisy tem uma posição de liderança no mercado e tem sido resiliente às

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	mudanças de mercado. Oferece uma ampla gama de produtos da marca Miss Daisy, incluindo: (i) torta mousse de chocolate com raspas; (ii) torta mousse de limão; (iii) torta mousse de chocolate com creme sabor vanilla; e (ii) torta holandesa.
Produtos Pet	Em 2021 a Companhia concluiu a aquisição da Mogiana e da Hercosul, agregando marcas fortes e tradicionais, parque industrial robusto e especializadas em produtos de ração para cães e gatos. O portfólio inclui ração seca e úmida, lanches em uma ampla gama de marcas standard a super premium como: Biofresh, Guabi Natural, GranPlus, Three Cats, Three Dogs, Faro e sua marca nativa Balance.
Outros	A Companhia produz ração animal para alimentar, principalmente, aves e suínos criados por seus produtores integrados, embora também venda uma pequena parte para clientes não afiliados. Em 2025, produziu 9,75 milhões de toneladas de ração e premix, e produz ainda 0,75 milhões de toneladas na Turquia, através da Banvit. A Companhia também produz uma variedade limitada de produtos à base de soja, incluindo farelo de soja e farinha de soja refinada, para consumo animal.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos:	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2025**	**%**
Mercado Interno	35.793.837	55,0
Internacional (Mercado Externo)	29.254.894	45,0
Receita líquida	65.048.731	100,0
Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos:	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2024**	**%**
Brasil	28.840.633	47,0
Internacional	29.173.155	47,5
Outros Segmentos	3.365.250	5,5
Receita líquida	**61.379.038**	**100,0**

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos aos segmentos:	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2023**	**%**
Brasil	26.858.918	50,1
Internacional	23.851.764	44,5
Outros Segmentos	2.904.758	5,4
Receita líquida	**53.615.440**	**100,0**

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

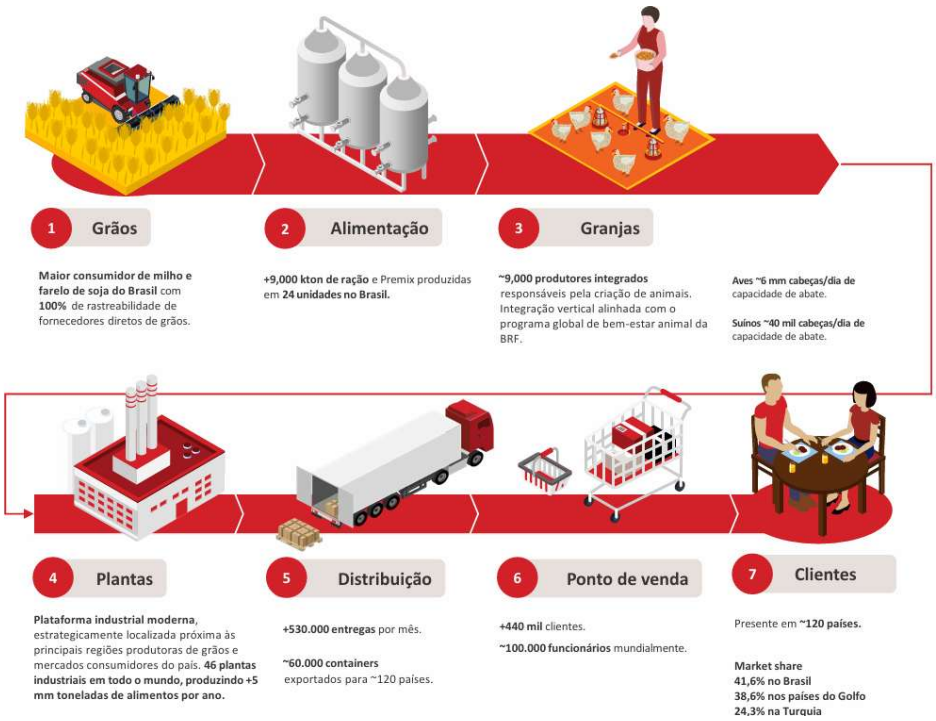
(a) características do processo de produção

Produção

A BRF é uma produtora verticalmente integrada de produtos de aves e suínos. Cria aves e porcos através de seus integrados, produz a ração animal, abate os animais, realiza o processamento de aves e suínos para a produção de alimentos processados e faz a distribuição dos produtos processados (*in natura*) e não processados em todo o Brasil e nos seus mercados de exportação.

O gráfico a seguir é uma representação simplificada da cadeia de produção de carne.

Cadeia de Produção de Carne Simplificada



Fonte: Companhia

Incluímos, abaixo, maiores detalhes sobre o processo de produção de cada tipo de produto:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Processo Produtivo de Aves	Estoque de aves. Os ovos produzidos por seu estoque de aves são incubados, produzindo suas matrizes. A BRF também compra uma pequena porcentagem do seu estoque de matrizes de outros fornecedores, como a Cobb Vantress. As matrizes produzem os ovos que podem ser incubados e que resultam em pintos de um dia. Frango e Peru: A Companhia envia os pintos de um dia de frango e peru, que ainda são de sua propriedade, para produtores contratados (denominados integrados), cujas operações estão integradas ao seu processo produtivo. As granjas operadas por esses produtores variam quanto ao tamanho e estão próximas das suas unidades de abate. Esses produtores integrados são responsáveis por gerenciar e criar as aves em suas granjas sob a supervisão dos veterinários. Os pagamentos aos produtores integrados baseiam-se nas taxas de desempenho determinadas pela mortalidade das aves, na taxa de conversão alimentar e na quantidade de carne produzida, sendo projetados para cobrir seus respectivos custos de produção, incluindo um fator para proporcionar- lhes lucratividade. A Companhia fornece ração e suporte veterinário e técnico aos produtores contratados durante todo o processo de produção. Possui acordos comerciais com aproximadamente 6.000 produtores integrados de aves. Muitos desses produtores integrados também produzem e vendem o milho que são utilizados pela Companhia para produzir a ração animal. No cenário de produção, o Brasil apresenta um dos menores custos de produção de aves (US$/kg), com clara vantagem competitiva na estrutura de custos vis-à-vis outros grandes produtores, conforme gráfico abaixo: 

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	Fonte: Agroicone, ABPA, World Bank, USDA (2021) O Brasil tem a maior produtividade do mundo no cultivo de soja e a quinta maior no cultivo de milho, fatores que contribuem para o custo reduzido de produção.
Suínos e Outros	A Companhia produz a maioria da carne suína utilizada em seus produtos. Os criadores de leitão compram as matrizes da Companhia ou de criadores como a Agroceres e DanBred. Geralmente, a Companhia compra leitões de criadores contratados que estão integrados ao seu processo produtivo e localizados perto das suas unidades de produção (tais produtores criam esses leitões até que atinjam um peso específico), ou compra leitões jovens de fazendeiros que possuem matrizes. A Companhia transfere esses leitões para diferentes criadores integrados, que criam os suínos até atingirem o peso de abate, e transporta os suínos desses criadores para as suas unidades de abate. A Companhia possui acordos com um total de 3.000 criadores integrados, incluindo criadores de leitões e de suínos adultos e monitora a produção de suínos por esses criadores, além de fornecer suporte veterinário. Os criadores locais, dos quais a Companhia compra uma parte das suas necessidades de carne suína, também estão localizados perto das suas unidades de produção, mas não fazem parte dos seus contratos de parceria. Esses criadores geralmente criam os porcos desde o nascimento até o atingimento do peso de abate, e recebem suporte técnico limitado da Companhia. A Companhia compra os suínos criados por esses criadores locais. Depois de serem abatidos, os suínos são imediatamente cortados em duas partes. As meias carcaças são, então, separadas de acordo com o uso pretendido. Essas partes tornam-se matéria-prima para a produção de cortes suínos e carnes especiais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Processados	A BRF vende uma variedade de alimentos processados, alguns dos quais contêm carne de aves e suína produzidas pela própria Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a capacidade total de produção era de 195,3 mil toneladas/mês em 16 unidades de produção no Brasil (Capinzal, Chapecó, Concórdia, Herval d'Oeste, Lajeado, Lucas do Rio Verde, Marau, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Verde, Seropédica, Tatuí, Toledo, Uberlândia, Videira e Vitória de Santo Antão) para processamento de produtos à base de carne (como mortadela, salsichas *frankfurter*, linguiça, hambúrguer e empanados) e produtos que não são à base de carne (como lasanha, pratos prontos e pizzas) para os mercados nacional e internacional. A Companhia compra a maioria dos demais ingredientes utilizados em suas lasanhas, pizzas, tortas e doces de terceiros no mercado interno. Esses temperos e matérias-primas secundários são aplicados a cada tipo ou linha de produto, de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos, para garantir consistência de cor, textura e sabor. A apresentação dos produtos é obtida pela modelagem, pelo revestimento, cozimento e congelamento em máquinas especiais. Os produtos são, então, submetidos a controles de qualidade e distribuídos ao mercado consumidor após terem sido embalados, rotulados e colocados em caixas. A Companhia possui também unidades de processamento de alimentos no Oriente Médio, para abastecer o mercado local do Oriente Médio, a Europa e a Ásia. Essas unidades produzem salsichas *frankfurter*, empanados, hambúrguer, mortadela de frango e peito de frango marinado. Também vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceiros. Além disso, produz produtos à base de soja, como farelo de soja e farinha de soja refinada, nas fábricas em Videira, nos estados de Santa Catarina, Dois Vizinhos, Paraná e Toledo. A matéria-prima da margarina é o óleo de soja bruto, que é submetido a processos de refinamento e branqueamento. A Companhia produz margarinas nas unidades de Paranaguá/PR, Uberlândia/MG, Vitória de Santo Antão/PE, sob as marcas Qualy, Deline e Claybom e Becel. A Companhia vende esses produtos como parte da sua estratégia de diversificação das suas linhas de produtos e aproveitamento da sua rede de distribuição de produtos refrigerados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	A Companhia também vende alimentos halal, que é o alimento produzido de acordo com os preceitos da lei islâmica. As aves halal precisam passar por um procedimento religioso/técnico específico de criação, abate e processamento, assegurando a produção de acordo com as exigências da lei islâmica e a ausência de contato com alimentos ou ingredientes proibidos. Além disso, o Serviço de Inspeção Federal ("**SIF**") do Ministério da Agricultura e Pecuária ("**MAPA**") pode impor outras exigências para a produção de alimentos halal, as quais a Companhia deve obedecer. A Companhia é auxiliada por entidades islâmicas responsáveis pelo abate e pela certificação de todos os seus produtos halal.
Ração	A Companhia produz e fornece a maior parte do alimento consumido nas fazendas operadas por seus produtores integrados de aves e suínos, como parte dos seus acordos de parceria. Também vende ração animal para produtores locais de suínos a preços de mercado. Possui 24 unidades de produção de ração e *premix* no Brasil, e 3 unidades de produção de ração na Turquia. Adicionalmente, conta com 3 unidades de terceiros com operações 100% dedicadas à Companhia e uma unidade de produção *premix* que não é 100% dedicada às operações. As matérias-primas básicas utilizadas na produção de ração animal são milho e farelo de soja misturados com conservantes e micronutrientes. A Companhia também adquiriu milho de produtores rurais e pequenos comerciantes por meio de cooperativas e tradings como Coamo, Bunge e Cargill, entre outras. O milho é cultivado principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Compra farelo de soja de grandes produtores como a Bunge, Cargill e Amaggi, principalmente segundo contratos de longo prazo. Os preços do milho, do grão de soja e do farelo de soja flutuam significativamente, influenciados pelas cotações internacionais e taxas de câmbio locais.
Outras Matérias Primas	A Companhia compra de terceiros outros materiais necessários para seus produtos, como intestinos de animais preparados (para envoltórios de salsichas), caixas de papelão e plástico

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

	(para embalagem), micronutrientes (para ração animal), especiarias e medicamentos veterinários, tanto no mercado nacional quanto internacional.
Internacional	As informações estabelecidas nesta subseção são derivadas da Secex Serviços de Comércio Exterior ("**SECEX**") e se referem às exportações brasileiras como um todo e não apenas às exportações da Companhia. As exportações brasileiras de frango em 2025 somaram 5,3 milhões de toneladas com vendas de US$ 9,8 bilhões (ou R$53,6 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R$ 5,4749/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2025). Os Emirados Árabes Unidos foram o principal destino dessas exportações (9%), seguidos pelo Japão (8%), pela Arábia Saudita (7%), e África do Sul (6%). O volume das exportações de carne suína em 2025 totalizou 1,5 milhão de toneladas, representando US$3,8 bilhões (ou R$ 20,8 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R$ 5,4749/US$1,00 em 31 de dezembro de 2025). Os maiores importadores, Filipinas, China e Chile representaram 16%, 10% e 8%, respectivamente, do total exportado pelo Brasil. Os embarques de carne bovina somaram 3,4 milhões de toneladas, com vendas totalizando US$ 17,8 bilhões (ou R$ 97,4 bilhões, convertidos em reais a uma taxa de câmbio de R$ 5,4749/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2025). Em 2025, os principais importadores, China, Estados Unidos e Chile, representaram 48%, 8% e 4%, respectivamente, do total das exportações do Brasil.

Nossas Forças e Estratégia

Plataforma Totalmente Integrada

A Companhia é líder no Brasil, na Turquia e nos países do GCC e possui uma plataforma de alimentos totalmente integrada e presente em todas as etapas da complexa cadeia de valor em que opera, envolvendo uma série de parceiros selecionados com base em critérios sustentáveis, bem como seus agricultores integrados e cultivadores subcontratados, instalações de produção, centros de distribuição e vendas em lojas físicas. A liderança se reflete no *market share* da Companhia de 41,6% na indústria brasileira de alimentos processados, bem como um *market share* de 38,6% nos países do GCC e *market share* consolidado de 24,3% na Turquia, em cada caso com base na receita

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

da Companhia, considerando todos os mercados que servimos em cada região, de acordo com a Nielsen. As operações incluem aproximadamente 100.000 empregados, 8.000 agricultores integrados, 45 instalações de indústrias no Brasil, Oriente Médio, Turquia, China e Paraguai, 101 centros logísticos nessas localidades, atendendo mais de 120 países e canais de vendas que variam entre o varejo tradicional e outros formatos inovadores de lojas, como Mercato em Casa, Mercato Sadia, mercados online e conceito “de loja dentro de uma loja” (*store-within-a-store*).

Eficiência e Controle de Despesas

A Companhia acredita que incentiva uma cultura de excelência e por isso procura se desafiar constantemente para garantir a eficiência operacional usando seus programas e planos de ação. Procura minimizar suas perdas e melhorar seu processo de aquisição e processo industrial, a fim de proporcionar rentabilidade consistente.A BRF considera como uma ferramenta importante para perpetuar sua busca pela excelência o que chama de Sistema de Excelência Operacional (SEO). O SEO busca melhorar a produtividade e reduzir custos em todo o mundo, uma vez que é replicável em várias geografias e vincula-se aos processos digitais, monitorando as colheitas e estimando o tempo para possíveis aumentos de preços. A partir de 2022, a Companhia implementou mudanças para simplificar a SEO, aumentando a eficiência e o desempenho através de indicadores do processo de produção. Além disso, a Companhia busca sinergias entre os programas SEO e +Excelência Logística buscando integrar esses processos e otimizar seus custos de cadeia de produção.

A Companhia implementou também em 2022 um modelo de gestão focado na eficiência operacional e na rentabilidade, o qual já está trazendo resultados positivos. Esse modelo de gestão foi colocado em prática por meio do Programa BRF+, que incluiu planos robustos para capturar ganhos operacionais nas diversas áreas de negócio, rotinas para a liderança sênior acompanhar o *status* de esses planos e dos principais indicadores-chave de desempenho, além de um movimento de transformação cultural para estabelecer princípios de simplicidade, agilidade e eficiência. Como resultado, em 2023, gerou economia em toda a cadeia de valor da BRF. Com o monitoramento sistemático dos principais indicadores de desempenho técnico e financeiro, os resultados alcançados foram de 21% acima da meta definida até o referido ano. Lançamos o BRF+2.0 para 2024 em formato semelhante, com foco na melhoria contínua dos nossos principais indicadores de desempenho, expandindo benchmarks internos e históricos para analisar períodos mais longos do que os adotados anteriormente. Comparações entre unidades, regiões e mercados nos permitiram identificar oportunidades de aumento dos níveis médios de desempenho. Também desenvolvemos fluxos de trabalho para a Turquia e listas de materiais como escopos adicionais de geração de valor. Com base nos resultados dessas análises, nossa alta liderança definiu as metas e os compromissos para 2024. Esses compromissos foram incorporados ao nosso orçamento anual e geraram ganhos de R$ 1,5 bi no período. No mesmo ano, o foco na conversão alimentar trouxe ganhos relevantes na cadeia agrícola, enquanto a indústria atingiu níveis históricos de produtividade no processamento de produtos in natura. A otimização das listas de materiais contribuiu para esse cenário, com evoluções na eficiência logística e no custo para servir, aumentando os resultados. Além disso, expandimos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

nossas vendas internacionais no mercado externo e avançamos em nossas vendas de valor agregado no mercado Halal. A consolidação de todos os fluxos de trabalho mostra a eficiência do programa. Para 2025, com base no mesmo modelo de governança, iniciamos o novo ciclo com a definição de prioridades e compromissos para o ano pela alta liderança, garantindo a continuidade dos esforços de melhoria e a busca por novas oportunidades de benchmark. As principais mudanças para este ano são a formalização dos fluxos de trabalho para o Negócio PET e Compras, bem como a expansão do escopo do programa para a Turquia, abrangendo toda a sua cadeia.

Estratégia de Lojas Físicas

O objetivo da Companhia é melhorar continuamente suas parcerias e iniciativas digitais, enquanto avança em seu mercado, trazendo soluções feitas sob medida para melhorar seu nível de serviço. Ao entender ainda mais seus clientes e exceder suas expectativas, a Companhia pretende proporcionar a melhor experiência com seus produtos, serviços e marcas. Como exemplo de tais iniciativas para uma maior proximidade com os clientes, a Companhia abriu uma loja conceito (o Mercato Sadia) com soluções digitais e uma marca online completamente integrada.

Em última análise, o objetivo da BRF é que o consumidor seja o ponto central de sua estratégia de vendas, não apenas por receber produtos de valor agregado, mas também por ter uma relação direta mais forte com o consumidor através de seus próprios canais, sejam eles digitais ou físicos. Além da Mercato Sadia e Mercato em Casa, espera que suas parcerias com os mercados online desempenhem um papel fundamental para alavancar o número atual de clientes para ter exposição às marcas. As parcerias em andamento incluem iFood, Rappi, Daki e outras.

(b) características do processo de distribuição Brasil

A Companhia cobre substancialmente toda a população brasileira por meio de sua rede de distribuição nacional. No mercado interno, vende seus produtos diretamente a supermercados, atacadistas, varejistas, food services e outros clientes institucionais.

A rede de distribuição brasileira da Companhia utiliza centros de distribuição e pontos de trânsito em diversos estados do País. Os caminhões refrigerados transportam os produtos das plantas de processamento aos centros de distribuição e dos centros de distribuição aos clientes da Companhia. A Companhia também utiliza pontos de trânsito em diversas regiões do País, que lhe permitem descarregar produtos de grandes caminhões refrigerados e transferi-los para caminhões menores ou vans para o transporte aos seus clientes. A Companhia não possui os veículos utilizados para o transporte de seus produtos e contrata transportadoras para a prestação desse serviço.

Internacional

A Companhia opera em dois segmentos de negócios, que refletem principalmente sua estrutura geográfica: Mercado Doméstico, Mercado Externo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(c) características dos mercados de atuação

O Brasil foi o terceiro maior produtor e o maior exportador de aves do mundo em 2025, com base em estimativas calculadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, ou "USDA". Os volumes de produção, consumo e exportação de aves no Brasil aumentaram significativamente ao longo dos últimos anos. Este crescimento tem sido impulsionado pelo aumento da produção das empresas brasileiras dedicadas à exportação, bem como pela competitividade da avicultura brasileira. Na tabela abaixo é possível observar os principais produtores de carne e frango ao redor do mundo, como forma de comparar a produção brasileira em comparação com os demais países:

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Exportadores de Carne de Frango	**Produção Mundial de Carne**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")	
EUA.	21.773
Brasil	**15.450**
China	16.500
União Europeia (27 países)	12.090
Rússia	4.995
México	4.153
Tailândia	3.535
Argentina	2.525
Turquia	2.797
Colômbia	2.074
Reino Unido	1.899
Outros	20.194
Total	**107.985**

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Exportadores de Carne de Frango	**Produção Mundial de Carne**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")	
Brasil	**4.970**
EUA	3.047
União Europeia (27 países)	1.744
Tailândia	1.249
China	1.085
Turquia	473
Outros	495
Total	**14.693**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Consumidores de Carne de Frango	Produção Mundial de Carne
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "pronto para cozinhar")	
EUA	18.781
China	15.712
União Europeia (27 países)	11.089
Brasil	**10.485**
México	5.175
Rússia	5.045
Japão	2.965
Reino Unido	2.706
Total	**105.144**

Suínos

O Brasil foi o quarto maior produtor e o terceiro maior exportador e o sexto maior consumidor de carne suína do mundo em 2025, de acordo com o USDA. Em 2025, a produção brasileira aumentou 5,6% em comparação com o ano anterior, de acordo com o USDA. De acordo com o USDA, a produção global de carne suína aumentou 2,8%, bem como o consumo que aumentou 2,9% em 2024. De acordo com o USDA, as exportações globais de carne suína atingiram 10,4 milhões de toneladas em 2025. As empresas brasileiras de criação e abate de carne suína continuam a aumentar sua e ficiência de produção. A pesquisa e o desenvolvimento também ajudaram a reduzir a gordura, o colesterol e as calorias na carne suína produzida no Brasil. Estas melhorias permitem uma produção mais eficiente de cortes de primeira qualidade, mais carne por carcaça e carne mais nutritiva e mais saudável. A melhoria do potencial genético dos criadores também contribuiu para o aumento da produção.

De acordo com a SECEX, em 2025, a Filipinas era o principal destino da carne suína do Brasil, seguido pela China, representando 26% e 10%, respectivamente, do total das exportações brasileiras de carne suína em 2025. No ano, as exportações brasileiras para Filipinas aumentaram 54% em 2025 em relação à 2024, enquanto para China reduziram 34%. As seguintes tabelas identificam a posição do Brasil na indústria mundial de carne suína para os anos indicados

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Produtores de Carne de Suína	Produção Mundial de Carne Suína
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

União Europeia (27 países)	21.950
EUA	12.515
Brasil	**4.750**
Rússia	4.340
Vietnã	3.935
Outros	5.446
Total	**119.513**

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Exportadores de Carne de Suína	**Produção Mundial de Carne Suína**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	
Brasil	**1,714**
Canadá	1,331
Chile	246
México	196
Rússia	260
Reino Unido	191
Outros	45
Total	10.363

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Produtores de Carne de Suína	**Produção Mundial de Carne Suína**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	
União Europeia (27 países)	21.950
EUA	12.515
Brasil	**4.750**
Rússia	4.340
Vietnã	3.935
Outros	5.446
Total	**119.513**

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Exportadores de Carne de Suína	**Produção Mundial de Carne Suína**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	
Brasil	**1,714**

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Canadá	1,331
Chile	246
México	196
Rússia	260
Reino Unido	191
Outros	45
Total	10.363

Fonte: USDA. Abril 2026

Principais Exportadores de Carne de Suína	**Produção Mundial de Carne Suína**
	2025
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	
China	60.445
União Europeia (27 países)	19.017
EUA	9.862
Rússia	4.082
Vietnã	4.073
Brasil	**3.040**
Outros	7.028
Total	**118.428**

Bovinos

O Brasil é um dos maiores consumidores de carne do mundo, com um consumo per capita em 2025 de 102,2 quilos, incluindo produtos de carne bovina, frango e suíno, de acordo com o USDA, um aumento de 1,7% em relação a 2024.

Conforme mencionado no item 1.3.(a), a Companhia atualmente não cria, nem abate em suas instalações, gado bovino utilizado na produção de seus produtos, dependendo do fornecimento por terceiros. As tabelas seguintes identificam a posição do Brasil dentro da indústria mundial de carne bovina para os anos indicados:

Fonte: USDA. Abril 2026.

Principais Produtores de Carne de Bovina	**Produção Mundial de Carne Bovina**
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	**2025**
EUA	11.837
Brasil	**12.605**
China	8.010

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

União Europeia (27 países)	6.410
Índia	4.680
Argentina	3.145
Austrália	2.885
México	2.170
Rússia	1.410
Canadá	1.260
Outros	6.811
Total	**62.248**

Fonte: USDA. Abril 2026.

Principais Consumidores de Carne de Bovina	
(em milhares de toneladas – equivalente: "peso em carcaça")	**2025**
EUA	13.160
China	11.644
Brasil	**8.269**
União Europeia (27 países)	6.278
Índia	2.992
Argentina	2.396
Outros	8.376
Total	**60.315**

Fonte: USDA. Abril 2026.

Brasil	**4.380**
Austrália	2.208
Índia	1.688
EUA	1.169
Argentina	773
Outros	620
Total	**13.926**

No mercado de suínos, os principais países importadores detêm parte ainda maior do crescimento do consumo global, quando comparado à carne de frango.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado brasileiro

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha uma população estimada de aproximadamente 213,4 milhões de pessoas em 2025, com projeção de crescimento para 214,2 em 2026.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), publicado pelo IBGE, diminuiu para 4,26% em comparação com 4,83% e 4,62% para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. A taxa de câmbio de final de período, medida pelo Banco Central do Brasil, foi de R$ 5,50/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2025, R$ 6,19/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2024, R$ 4,84/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2023 e R$ 5,22/US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2022.

O Brasil é um dos maiores consumidores de carne do mundo, com um consumo per capita em 2025 de 102,2 quilos, incluindo produtos de carne bovina, frango e suíno, de acordo com o USDA, um aumento de 1,7% em relação a 2024.

O mercado interno brasileiro é altamente competitivo, particularmente para alimentos frescos e produtos congelados de aves e suínos. Além da Companhia, existem outros grandes produtores, incluindo a Seara Alimentos S.A. ("**Seara**") (que foi adquirida da Marfrig pela JBS S.A. (“**JBS**”) em 2013), Cooperativa Central Aurora Alimentos ("**Aurora**") e JBS. Os principais produtores do mercado de alimentos frescos enfrentam forte concorrência de muitos pequenos produtores que operam na economia informal e às vezes oferecem produtos de baixa qualidade a preços mais baixos do que os dos grandes produtores. A Companhia busca desenvolver produtos de qualidade, com foco em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e captem valor para as marcas fortes que a Companhia possui, tais como Sadia e Perdigão.

O setor de alimentos processados é mais concentrado do que o setor de alimentos in natura em termos de número de concorrentes. O consumo de produtos processados é influenciado por uma série de fatores, incluindo o nível de renda dos consumidores e os esforços de marketing direcionados a atender a demanda dos consumidores por produtos com maior valor agregado.

Mercados Externo

O Brasil é um dos principais players no mercado global de exportação devido a suas vantagens naturais (terra, água e clima), insumos competitivos, custos e aumento de eficiência na produção animal. Como outros grandes produtores brasileiros, a Companhia capitaliza estas vantagens para desenvolver o escopo e a escala de seus negócios.

A demanda global por produtos brasileiros de aves, suínos e bovinos é significativamente afetada por barreiras comerciais, incluindo: (i) barreiras tarifárias, que finalmente protegem certos mercados domésticos; e (ii) barreiras não-tarifárias, principalmente incluindo quotas de importação, barreiras sanitárias e barreiras técnicas/religiosas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Barreiras comerciais, sanitárias e técnicas

As exportações da Companhia estão sujeitas a barreiras comerciais, sanitárias, técnicas e regulatórias impostas por diversos mercados de destino, as quais podem afetar a competitividade, a rentabilidade e o acesso da Companhia a determinados países ou regiões. Tais barreiras podem incluir, entre outras medidas, quotas de importação, tarifas de importação, tarifas antidumping, medidas de salvaguarda, restrições sanitárias, exigências de certificação, requisitos halal, controles de licenciamento, suspensões temporárias de plantas ou produtos e alterações nas especificações exigidas pelos países importadores.

Determinados mercados relevantes para a Companhia adotam regimes de quotas, tarifas intraquota e extraquota, medidas antidumping ou outras restrições comerciais destinadas à proteção de suas indústrias locais. Essas medidas podem limitar o volume exportado, reduzir margens, exigir redirecionamento de produtos para outros mercados ou demandar ajustes comerciais e operacionais pela Companhia. Ainda que a Companhia busque diversificar seus mercados de destino e adaptar sua estratégia comercial, não há garantia de que novas medidas tarifárias, antidumping ou de natureza equivalente não venham a ser impostas ou ampliadas no futuro.

Além das barreiras tarifárias, a Companhia está sujeita a barreiras não tarifárias, inclusive sanitárias, que podem restringir ou suspender temporariamente o acesso de produtos brasileiros a determinados mercados. Essas restrições podem decorrer de exigências relacionadas ao status sanitário do Brasil ou de determinadas regiões, à ocorrência de doenças animais, à identificação de não conformidades em produtos ou cargas, ou à revisão de critérios de habilitação de estabelecimentos exportadores. Em determinados casos, países importadores podem suspender habilitações, restringir produtos ou exigir comprovações adicionais antes de permitir a retomada das exportações.

A Companhia também está sujeita a barreiras técnicas e regulatórias relacionadas a padrões de qualidade, certificações, rotulagem, validade de produtos, licenças de importação, regras halal e demais requisitos específicos de cada mercado. A imposição, alteração ou interpretação mais restritiva desses requisitos pode aumentar custos, atrasar embarques, limitar o acesso a determinados mercados ou exigir a realocação de produção entre unidades habilitadas. A Companhia monitora continuamente tais exigências e busca adaptar seus processos produtivos, logísticos e comerciais para atender aos requisitos aplicáveis, mas tais adaptações podem não ser suficientes para evitar impactos negativos em seus resultados.

A ocorrência de surtos de doenças animais, incluindo gripe aviária e doença de Newcastle, pode afetar significativamente a demanda por produtos da Companhia e o acesso a mercados de exportação. Dependendo da doença, da região afetada e da reação das autoridades brasileiras e estrangeiras, podem ser impostas restrições temporárias ou permanentes à exportação de determinados produtos, regiões ou estabelecimentos. Essas restrições podem exigir o redirecionamento de volumes ao mercado interno ou a outros países, gerar perdas de eficiência operacional, aumentar custos e afetar a receita líquida de exportação da Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No caso específico da gripe aviária, surtos em aves comerciais, aves de subsistência ou aves silvestres podem levar países importadores a adotar medidas preventivas ou restritivas, ainda que o foco da doença não esteja relacionado às unidades da Companhia. A Companhia mantém planos de contingência e medidas de biossegurança voltadas à prevenção, mitigação e resposta a eventos sanitários dessa natureza, incluindo isolamento de áreas afetadas, ajustes de destinação de produção e comunicação com autoridades e demais partes interessadas. No entanto, tais medidas podem não ser suficientes para impedir a ocorrência de impactos operacionais, comerciais ou financeiros adversos.

Outras doenças animais também podem afetar a demanda e o comércio internacional de proteínas, incluindo febre aftosa, diarreia epidêmica dos suínos, peste suína africana e peste suína clássica. A ocorrência ou a percepção de risco dessas doenças, no Brasil ou em outros países produtores, pode resultar em restrições comerciais, alterações nos fluxos globais de proteína animal, aumento de custos de biossegurança, mudanças na oferta e demanda internacional e impactos sobre os mercados atendidos pela Companhia. Embora a Companhia adote práticas de controle sanitário e biossegurança, não é possível assegurar que surtos de doenças animais, no Brasil ou no exterior, não venham a afetar seus negócios, resultados operacionais ou perspectivas.

Vendas

A Companhia comercializa seus produtos tanto no mercado interno brasileiro quanto em mercados internacionais. A receita líquida relacionada ao segmento Brasil, incluindo a maioria de seus alimentos processados, que representou 55,0% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A receita líquida relacionada as vendas para os mercados internacionais, incluindo a maioria de seus frangos congelados inteiros e cortados e outros cortes de aves e suínos congelados e cortes de carne bovina, representou 45% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A tabela abaixo apresenta a abertura por percentual de representatividade da receita líquida por categoria da Companhia para os segmentos brasileiro, internacional e outros segmentos para o período indicado abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em %)		
Segmento Brasil	**2025**	**2024**	**2023**
In natura	13	11,5	11,4
Semiprocessados	4	3,2	3,2
Processados	35	32,1	34,8
Outras Vendas	4	0,2	0,6
Total Segmento Brasil	55	**47,0**	**50,1**

Segmento Internacional

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

In natura	37	40,1	37,8
Semiprocessados	1	1,1	0,7
Processados	6	6,1	5,8
Outras Vendas	1	0,2	0,2
Total Segmento Internacional	45	**47,5**	**44,5**
Total	100	100	100

Fonte: Companhia

O mercado interno brasileiro é altamente competitivo, particularmente para alimentos frescos e produtos congelados de aves e suínos. A Companhia procura desenvolver produtos de qualidade, com foco em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e que captem valor para as marcas fortes que a Companhia possui, como a Sadia, a Perdigão e a Qualy.

Nas categorias de carne processada e margarina, a porcentagem mais recente disponível da participação de mercado da Companhia no Brasil em 2025, conforme relatado pela A.C. Nielsen, mostra que a Companhia possui representação significativa de 41,6% no mercado interno.

Como a A.C. Nielsen reúne dados de empresas que reportam a eles voluntariamente, em determinadas áreas do país e categorias cobertas por elas, o tamanho total do mercado em que esses percentuais estão baseados são menores que a estimativa interna da Companhia para o tamanho do mercado, conforme descrito acima em “Mercado Brasileiro”.

Nacionalmente, o principal concorrente da Companhia no mercado brasileiro para o segmento de carnes processadas é a JBS, que detém as marcas Seara e Rezende, seguida pela Aurora. O restante do mercado é representado por diversos pequenos produtores, como a Pif Paf Alimentos

S.A. (“**Pif Paf**”) e a Frimesa, que têm atuação relevante nas regiões Sudeste e Sul do País, respectivamente.

No mercado de margarinas, a Companhia manteve a posição de liderança com a marca Qualy por uma ampla margem. O principal concorrente da Companhia também é a JBS, que adquiriu a operação de margarinas da Bunge (tornando-se, consequentemente, proprietária das marcas Delícia e Primor, além de suas marcas anteriores, como Doriana). No mercado interno de carne *in natura* (cortes inteiros de aves e suínos), a Companhia enfrenta a de pequenos produtores, alguns dos quais operam na economia informal e oferecem produtos de menor qualidade a preços mais baixos. O mercado de carne *in natura* é volátil e cíclico (maior custo e oferta de proteína). A fim de evitar margens baixas ao competir com pequenos produtores e manter uma presença mais forte no mercado, a Companhia mudou sua estratégia de preços e desenvolveu um alto valor agregado e uma carteira inovadora. O principal foco no mercado. Como mencionado anteriormente, a Companhia também possui operações de ração para cães e gatos, que fazem parte do segmento pet brasileiro. Essa indústria é composta por *pet food*, medicamentos veterinários e cuidados gerais com animais de estimação, que abrangem cuidados com a saúde e higiene.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado Externo

A Companhia enfrenta concorrência significativa nos mercados internacionais, tanto de produtores brasileiros quanto de produtores de outros países. As cooperativas são concorrentes cada vez mais relevantes, pois contam com vantagens tributárias e certa mobilidade para realocar sua produção no mercado externo em momentos em que as exportações se tornam mais atrativas do que o mercado interno. Além disso, a JBS é um dos concorrentes diretos da Companhia no mercado internacional que possui muitas das mesmas vantagens competitivas que a Companhia tem sobre produtores em outros países, incluindo recursos naturais e custos competitivos de insumos.

Os cortes de frangos e suínos da Companhia, em particular, sofrem alta competição em termos de preços e são sensíveis à substituição por outros produtos. Os clientes, por sua vez, procuram diversificar suas fontes de abastecimento através de produtores de diferentes países, mesmo quando a Companhia oferece um custo mais baixo.

Medidas protecionistas entre parceiros comerciais do Brasil também constituem fator competitivo importante. As exportações brasileiras de carne de aves e suína são cada vez mais afetadas por medidas tomadas por outros países para proteger os produtores locais.

A receita líquida no mercado internacional atingiu R$ 29.254,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma diminuição de 2,5% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em 2025 aumentamos o nosso volume de vendas no segmento internacional em 1,0%. No Segmento Internacional, podemos ainda destacar o maior peso dos produtos transformados nas vendas em todos os mercados em que operamos e a estratégia de diversificação de mercados através da obtenção de novas autorizações de exportação. Apesar do ambiente desafiador do mercado externo, a Companhia acredita que é um dos maiores exportadores de aves do mundo.

Nos mercados internacionais da Companhia, sua vantagem competitiva se baseia na qualidade, custo, preços e serviço aos clientes.

Brasil

A receita líquida proveniente de carne e produtos processados da Companhia no mercado brasileiro não está sujeita a grandes flutuações sazonais. No entanto, o quarto trimestre da Companhia é geralmente mais forte do que outros trimestres devido ao aumento da demanda por seus produtos durante a temporada de festas, especialmente perus, Chester, lombo de porco e presunto. A Companhia também comercializa certos produtos especificamente para a temporada de festas, tais como pacotes de presentes de seus produtos que alguns empregadores distribuem a seus empregados. Os resultados da Companhia também são afetados pela estação seca e chuvosa do milho, soja e farelo de soja, que são suas principais matérias-prima na produção de rações.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as vendas representaram, das vendas anuais do segmento Brasil, 55,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As vendas da Companhia para os mercados internacionais como um todo não são materialmente afetadas pela sazonalidade, em parte porque os padrões de compra sazonais variam de acordo com seus mercados internacionais. No entanto, a receita líquida em mercados específicos às vezes varia de acordo com a estação. No mercado halal, por exemplo, a Companhia experimenta receita líquida mais baixa durante o Ramadan e os meses de verão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas internacionais totais representaram, das vendas anuais do segmento internacional, 45%

Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Uma das estratégias da Companhia é construir relacionamentos mais eficazes com seus fornecedores, utilizando critérios de seleção para avaliá-los em vários quesitos, incluindo a qualidade do produto, o desempenho do produto e confiabilidade de entrega.

A Companhia conta com um Sistema de Monitoramento de Cadeia estruturado para fortalecer o controle de riscos socioambientais, apoiar um modelo de negócio ético e responsável e desenvolver parcerias sustentáveis. A Companhia procura fazer isso realizando auditorias de qualidade, distribuindo e exigindo a adesão do fornecedor ao Código de Conduta de Fornecedores, seguindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, consultando dados públicos, incluindo determinadas obrigações relacionadas em seus contratos com fornecedores. O Código de Conduta de Fornecedores, publicado no site da Companhia e previamente acordado por seus fornecedores, regula o relacionamento e se concentra no comportamento ético, na responsabilidade social e ambiental. A Companhia está focada em uma abordagem mais forte de gerenciamento de riscos, especialmente com relação à qualidade, integridade e segurança, além de sustentabilidade e conformidade.

Em 2019, a Companhia criou um processo interno para os fornecedores cumprirem o Código de **Parceiros de Negócio**"). O processo foi liderado por um grupo de trabalho interno focado em garantir a implementação efetiva do Código de Conduta de Fornecedores, mitigando riscos para a Companhia e fortalecendo o seu relacionamento com os seus stakeholders. A partir de setembro de 2019, todos os novos fornecedores passaram a ter que confirmar a conformidade com o Código de Conduta antes de serem registrados nos sistemas internos da Companhia.

A Norma de Parceiros de Negócios para contratação de fornecedores prevê certas exceções à regra que exige que os fornecedores aceitem o Código de Conduta de Fornecedores da Companhia. Por

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

exemplo, os fornecedores não são obrigados a aceitar o Código de Conduta de Fornecedores se forem uma entidade pública ou se tiverem seu próprio código de conduta; nesse caso, poderão preencher um formulário indicando o site onde o código de conduta está disponível ou anexando-o ao formulário. Se um fornecedor se recusar a aceitar o Código de Conduta da Companhia e não se enquadrar nas exceções estabelecidas pela norma, a situação será direcionada ao comitê interno da Companhia para análise. Referido comitê é composto por membros dos departamentos jurídico, *compliance* e de compras. Se o comitê não puder tomar uma decisão, o assunto será encaminhado à Diretoria Executiva da Companhia para resolução.

Em caso de conflito de interesse com fornecedores, a Companhia conta com uma equipe especializada que analisa o risco de manutenção ou substituição de fornecedores específicos. Além disso, por meio de análises bissemanais de dados disponíveis ao público no Brasil, a Companhia identifica fornecedores que não cumprem as suas exigências legais e/ou as normas internas. Na avaliação de fornecedores, a Companhia analisa regularmente os seguintes itens, entre outros: práticas ambientais, relações de trabalho e práticas e cumprimento geral de leis e regulamentos. Atualmente, a Companhia está em processo de padronização do seu programa de monitoramento em todos os seus departamentos, mas todos os seus fornecedores novos devem cumprir o Código de Conduta de Fornecedores e a Política de Transações com Partes Relacionadas, seja com relação a um contrato ou compras pontuais.

A avaliação, seleção adequada e a manutenção de relacionamentos com seus fornecedores é crítica para a competitividade da Companhia no mercado. O processo da Companhia segue diretrizes estabelecidas, fundamentadas por sistemas e regras a serem seguidas por todos os membros da sua equipe de compras. Em 2018, a Companhia implantou o seu sistema de compras, o Ariba SAP, uma ferramenta avançada destinada a fortalecer a sua função de *compliance*, e, em 2019, a Companhia implantou um novo modulo dentro do sistema de compras, chamado Ariba *Network*, focado na relação entre os fornecedores e os gerentes de contratos.

O acompanhamento e a auditoria são monitorados continuamente por meio de auditorias internas e externas, para garantir que seus processos sejam constantemente aprimorados e estejam alinhados com suas normas e códigos, *compliance* e esforços de sustentabilidade.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedoresA Companhia possui uma vasta lista de fornecedores, não apresentando, portanto, risco de concentração.

(iii) eventual volatilidade em seus preços As margens operacionais da Companhia dependem, dentre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar.

1.5 Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum dos clientes (ou grupo de clientes) da Companhia foi responsável por mais de 10% de sua receita líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos clientes (ou grupo de clientes) da Companhia foi responsável por mais de 10% de sua receita líquida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

Para o exercício das atividades da Companhia, há que se cumprir com legislações, regulamentações e autorregulações, tais como, e não se limitando a: (i) legislação trabalhista; (ii) legislação previdenciária e direitos da criança e do adolescente; (iii) legislação de saúde pública, vigilância sanitária, regulatórias de produtos, proteção ao consumidor; (iv) legislação ambiental; (v) legislação brasileira de rotulagem e comunicação de marca; (vi) regulamentação de valores mobiliários; (vii) legislação de defesas da concorrência; (viii) legislação tributária/fiscal; (ix) autorização para autoprodução de energia elétrica; e (x) autorização para a compra, armazenagem e consumo de produtos químicos controlados.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (“**MAPA**”), autoridade governamental que fiscaliza as operações da Companhia, é responsável pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas à saúde animal, componentes técnicos (inclusive rotulagem) e critérios de qualidade relacionados à produção de alimentos para animais e aos produtos de origem animal em todas as unidades industriais do Brasil. O MAPA também supervisiona as atividades da Companhia por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária (“**SDA"**) e do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (“**DIPOA**”).

A atividade de fiscalização é realizada por meio de verificações oficiais pelas equipes do Serviço de Inspeção Federal (“**SIF**”) do MAPA nas unidades industriais, dentre outras práticas, conforme o Decreto n° 9.013/2017. O escopo da fiscalização inclui todos os estágios do processo de produção (por exemplo: recebimento de animais e matérias-primas, produção, rotulagem, armazenamento etc.). Quando identificadas não conformidades durante essas verificações oficiais, elas podem gerar sanções que podem variar desde uma advertência à suspensão permanente nas atividades operacionais das unidades.

O MAPA é também responsável por supervisionar atividades envolvendo a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos de origem vegetal, bem como produtos de uso veterinário, inclusive alimentos para animais.

A Companhia também está sujeita à supervisão de outras autoridades governamentais internacionais e brasileiras (nos níveis federal, estadual e municipal), que incluem, entre outros, vários órgãos ambientais e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”), responsável pela vigilância sanitária de produtos alimentícios vendidos no Brasil, entre outras questões. Além disso, a Companhia e seus estabelecimentos estão sujeitos a fiscalização e licenciamento pelas autoridades sanitárias locais, por realizarem atividades de interesse da saúde.

Diante disso, a Companhia realiza periodicamente consultas a listas públicas de áreas embargadas, existência de débitos ambientais e ocorrências de violação de direitos humanos e trabalhistas,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

fornecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("**IBAMA**"), pela Secretaria do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Economia, para certificar-se de que todas as normas, políticas e leis aplicáveis estão sendo seguidas por seus fornecedores. As consultas são realizadas nos processos de novos contratos e contratos vigentes.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de leis e regulações ambientais a níveis municipal, estadual e federal, que regulam os aspectos relacionados a água, efluentes, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e odores. As operações da Companhia também estão sujeitas aos procedimentos de licenciamento ambiental em níveis federal, estadual e/ou municipal.

O não cumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em penalidades administrativas, civeis e criminais contra o infrator, além de indenizações por danos ambientais na esfera civil. As penalidades administrativas abrangem: (i) advertência; (ii) multa de até R$ 50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e (ix) restrição de direitos. As penalidades criminais incluem multas, perda temporária de direitos e prisão (para pessoas físicas), bem como suspensão das atividades, interdição ou proibição de contratar com o Poder (para pessoas jurídicas). As multas por operar sem licença ambiental válida variam de Estado para Estado de acordo com a gravidade da infração incorrida (podendo ou não ocasionar danos ambientais). Além disso, de acordo com a legislação ambiental brasileira, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada, se necessário, quando for um obstáculo para a reparação dos danos a mbientais.

Ainda que a Companhia adote todas as medidas preventivas para impedir a ocorrência de danos ambientais, caso sejam verificados, existirá a obrigação da Companhia de reparar o referido dano, desde que seja comprovada a existência do nexo de causalidade entre a conduta da Companhia e o resultado danoso.

A responsabilidade administrativa encontra-se prevista nos artigos 70 a 76 da Lei Federal 9.605/1998, bem como em seu decreto regulamentador (Decreto Federal 6.514/2008) e nas normas estaduais e locais pertinentes. Segundo diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva. Assim, a sua aplicação depende da demonstração de culpa ou dolo, além do nexo de causalidade entre o agente e a infração ambiental.

A responsabilidade civil está majoritariamente prevista na Lei Federal 6.938/1981, sendo que o sistema jurídico brasileiro adota a responsabilidade objetiva e solidária do poluidor direto e indireto. Assim, aquele que direta ou indiretamente causar danos ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. A Constituição Federal em seu artigo 225, §3º, reforça esta obrigatoriedade em reparar os danos causados.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A responsabilidade penal encontra-se prevista na Lei Federal nº 9.605/1998 que disciplina as sanções administrativas e penais aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas que incorrerem em condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. De modo geral, a responsabilidade penal ambiental é atribuída a todos aqueles que concorrem para a prática de um crime ambiental, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. A referida responsabilidade possui natureza jurídica pessoal, intransferível e subjetiva.

A Companhia possui 04 plantas localizadas no Brasil (em Chapecó/SC, Capinzal/SC, Marau/RS e Serafina Corrêa/SC) que, além de estarem devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, também possuem certificação ISO 14001. Essas plantas foram auditadas por órgãos regulatórios e se submetem regularmente a avaliações por terceira parte.

A Companhia contrata técnicos profissionais na área ambiental e lhes fornece treinamento regular nos aspectos ambientais que são parte integral de sua atividade. Todas as plantas da Companhia são construídas em linha com a legislação ambiental aplicável. A BRF possui uma Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“**Política de SSMA**”) que estabelece as diretrizes com relação aos princípios de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis à Companhia e todos os seus colaboradores. A gestão ambiental da Companhia é baseada nas diretrizes da ISO 14001 e orientada pelo Book de Gestão Ambiental do Pilar Meio Ambiente que compõem o Sistema de Excelência Operacional – SEO e por documentos normativos (LAIA – Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais, PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ISA – Indicador de Sustentabilidade Ambiental, Gestão de Efluentes, entre outros) que abordam os aspectos e possíveis impactos ambientais relacionados ao negócio da Companhia e trazem o cumprimento legal de patamar mínimo de desempenho. O monitoramento da implementação e cumprimento dessa norma é realizado por indicadores técnicos, com metas definidas anualmente e auditorias periódicas que reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, evidenciando o compromisso da alta direção com as obrigações legais ambientais. A Companhia conta com um sistema online para o gerenciamento de requisitos legais aplicáveis à saúde, segurança e meio ambiente. Por meio desse sistema, também faz a gestão dos documentos legais aplicáveis às suas atividades.

Na Política de Sustentabilidade, Política de SSMA e no Pilar de Meio Ambiente do Sistema de Excelência Operacional BRF (“**SEO**”), estão estabelecidas as diretrizes para a gestão ambiental com base em referências nacionais e internacionais, como a própria ISO 14001. Esses instrumentos buscam garantir que as atividades da Companhia e o seu crescimento sejam realizados de acordo com as normas ambientais aplicáveis.

A BRF estabelece um conjunto de padrões a serem usados em sua gestão ambiental. O monitoramento da implantação dessas normas é feito por meio de indicadores técnicos, como o Índice de Sustentabilidade Ambiental (“**ISA**”), aplicado a plantas agrícolas e industriais, com metas estabelecidas anualmente. Ações corretivas são estabelecidas para solucionar os desvios encontrados e é realizada uma avaliação para verificar se o sistema de gestão ambiental está sendo observado.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A gestão ambiental faz parte do dia a dia da Companhia, e seus controles internos são construídos para melhorar a sustentabilidade em suas operações. A Companhia também desenvolve projetos e participa de iniciativas de monitoramento e controle da questão ambiental e tem como foco o desenvolvimento de tecnologias alternativas para a geração e o uso de energia sustentável e o uso sustentável da água. A diversificação da matriz energética por meio da inclusão de fontes de energia limpa, como solar e eólica, está entre as iniciativas que a Companhia entende mais relevantes para mitigar os possíveis impactos negativos das mudanças climáticas na disponibilidade de energia. Adicionalmente, a Companhia analisa a vulnerabilidade hídrica de suas plantas industriais, aplicando duas abordagens analíticas complementares: uma análise operacional interna, relacionada às operações, e uma análise ambiental externa, relacionada às características da bacia hidrográfica onde a planta está localizada aos múltiplos usos da água na região. Em última análise, os indicadores dessas abordagens são integrados, permitindo revisar quantitativamente a vulnerabilidade da planta à água.

A Companhia mantém seus esforços para cumprir com exigências, normas e políticas internas e externas relacionadas à gestão ambiental. Das operações diretas à cadeia de valor, as iniciativas abrangem assuntos como efluentes e resíduos sólidos, consumo de energia e água e emissões de gases de efeito estufa (“**GEE**”). Anualmente são destinados recursos para investir em pesquisa, projetos e operação dos sistemas de controle ambiental. Todos os novos investimentos que envolvem um aumento na produção ou alteração no processo incluem a avaliação da capacidade dos controles ambientais instalados, com base no dimensionamento dos projetos. O objetivo disso é atender aos padrões já alcançados e aprimorar os indicadores de desempenho da Companhia como um todo.

A Companhia toma ações de prevenção e endereçamento de acidentes ambientais em sua cadeia produtiva. Por meio de um padrão interno para registro e endereçamento de ocorrências ambientais, são estipulados fluxos e responsáveis, bem como padrões de classificação e sistema de lançamentos, registro e investigação de ocorrências ambientais, comportamentos e condições não sustentáveis. As ações envolvem as fábricas e a área corporativa de meio ambiente e vinculam-se à estratégia de mitigação de riscos.

No campo, a parceria que possui com seus produtores integrados é uma das estratégias que a Companhia utiliza para garantir que suas atividades e aquelas praticadas por eles sejam realizadas de acordo com os padrões socioambientais. Para uma gestão em linha com nossos valores relativos à ética, aos direitos humanos, ao bem-estar animal, à conformidade socioambiental e à segurança operacional, dispomos de uma série de normativos que devem ser seguidos por todos os fornecedores da Companhia. Entre eles, está o Código de Conduta para Fornecedores da Companhia, a Política Corporativa de Direitos Humanos, a Política de Compra Sustentável de Grãos e os Compromissos de Bem-estar Animal. A Companhia supervisiona os produtores integrados, por meio de visitas periódicas para acompanhamento de aspectos e controles ambientais nas granjas, dá suporte técnico e orientações para os produtores no intuito de estabelecer uma operação ambientalmente adequada. Além disso, a Companhia estruturou um programa com seus produtores

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

integrados para a coleta de resíduos de origem animal.

Os produtores integrados são avaliados mensalmente em relação ao licenciamento ambiental e às outorgas de captação de água. Quinzenalmente todos os fornecedores e parceiros são monitorados nas listas públicas, incluindo IBAMA e, no caso de apontamento de possível irregularidade, o responsável na BRF é informado para que atue junto ao possível infrator no sentido de entender os fatos e apoiar nas ações corretivas. No âmbito social, é avaliado o cumprimento de direitos humanos, a prevenção ao trabalho infantil e análogo ao escravo e cumprimento de todas as obrigações trabalhistas. A monitoria é feita através de auditorias internas, pontuais ou permanentes por equipe dedicada a respeito dos aspectos sociais.

A Companhia conta com técnicos ambientais profissionais e os treina nos principais aspectos da regulamentação ambiental. Suas plantas são construídas de acordo com as regulamentações ambientais aplicáveis. A estrutura ambiental da Companhia é composta por gerentes, especialistas, engenheiros e analistas ambientais para auxiliar na implementação e monitoramento dos requisitos legais e diretrizes internas. A Companhia conta também com o apoio do seu departamento jurídico ambiental para assessoria jurídica.

A importância de monitorar questões socioambientais está no impacto que os riscos mapeados podem causar, envolvendo desde imagem e reputação, à paralisação da produção, multas e, em casos críticos, uma possível depreciação da Companhia no mercado de capitais por conta de graves denúncias. Assim, para reduzir esses riscos, a Companhia possui documentos como o Manual de Transparência (Código de Ética e Conduta), o Código de Conduta para Parceiros de Negócio e os próprios contratos de compra, que incluem cláusulas socioambientais. A Companhia é também signatária de diversos pactos e acordos sobre o tema, incentivando a adesão de seus fornecedores.

Os fornecedores de grãos da Companhia são monitorados pelas diretrizes da Política de Compra Sustentável de Grãos. Os critérios de monitoramento estabelecidos na Política, são baseados nas principais bases de dados públicas de órgãos ambientais federais e estaduais, como o IBAMA, ICMBio e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Além disso, a Companhia monitora desmatamento na área de seus fornecedores de grãos por meio da base de dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento (“**PRODES**”). Para o bioma amazônico, a Companhia se posiciona como “Desmatamento Zero”, ou seja, a Companhia não negocia com fornecedores que tenham praticado desmatamento legal ou ilegal a partir de julho de 2008. Em 2023, esse compromisso foi estendido para todos os biomas, com prazo para dezembro de 2025, antes desse período, em caso de desmatamento, deverá ser atendido pela Lei Federal nº 12.651/2012 (“**Código Florestal**”). Já em relação aos critérios sociais, a Companhia realiza a checagem da Lista Suja do Trabalho Escravo, do Ministério da Economia, a fim de garantir que a Companhia não negocie com seus fornecedores que firam os direitos humanos. Além disso, em respeito às comunidades tradicionais e povos indígenas, a Companhia não utiliza fornecedores cujas áreas possuam sobreposições com terras indígenas e comunidades quilombolas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A principal propriedade intelectual da Companhia é constituída pelas suas marcas registradas nacional e internacionalmente. A Companhia vende seus produtos principalmente sob as marcas “Sadia”, “Qualy” e “Perdigão” no mercado brasileiro e principalmente sob as marcas “BRF Ingredients”, “Perdix”, “Perdigão”, “Sadia”, “Confidence”, “Fazenda”, “Qualy”, “Borella”, “Hilal”, “Balance”, “Sulina” e “Deline” nos mercados internacionais, conforme descrito abaixo em “Marketing”.

A Companhia também possui várias outras marcas para identificar linhas de produtos específicos. No mercado brasileiro, essas marcas incluem, entre outras, “Sadia Bio”, “Sadia Salamitos”, “Sadia Veg&Tal.”, “Sadia Hot Pocket”, “Perdigão Ouro”, “Chester Perdigão”, “Perdigão NaBrasa” e “Claybom”. No exterior, a Companhia também possui marcas como: “Hilal” (no Oriente Médio), “Sulina” e “Fazenda” (na Europa). A marca “Sadia” está registrada em mais de 90 países. No Oriente Médio, a marca “Sadia” está registrada em países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Jordânia, Bahrein, Iêmen, Irã, Líbano, Catar, Kuwait, Iraque, Líbano e Omã, bem como na região do Cáucaso, em outros países asiáticos e na América Latina. O personagem que serve como mascote da “Sadia” é protegido tanto como marca registrada como por direito autoral, inclusive com o registro na Biblioteca Nacional do Brasil, sendo que essa proteção se estende a outros países.

A Companhia solicitou que as marcas registradas “Sadia”, “Perdigão” e “Qualy” fossem reconhecidas como marcas de alto renome pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concedeu esse reconhecimento à “Sadia” e à “Perdigão” em junho de 2011 e renovou o reconhecimento em setembro de 2018 e à “Qualy” em agosto de 2019. Também solicitou o registro da marca corporativa “BRF” (e o design que a acompanha) em mais de 100 países nas Américas, Europa, Ásia (incluindo Oriente Médio) e África. Além disso, a Companhia possui patentes concedidas no Brasil e em mais de 9 países, bem como desenhos industriais e propriedade intelectual não protegida (know-how). Por fim, a Companhia possui vários nomes de domínio na Internet, registrados nas autoridades competentes, como “perdigao.com.br”, “claybom.com.br”, “qualy.com.br”, “sadia.com.br”, “brf.com”, “brf-global.com”, “banvit.com”, “banvitas.com”, “deline.com.br” e “kidelli.com.br”.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Não há contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	**% do total**
Mercado Interno	35.793.837	55
Internacional (Mercado Externo)	29.254.894	45
Receita líquida total da Companhia	**65.048.731**	**100,0**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	**% do total**
Brasil	28.840.633	47,0
Internacional	29.173.155	47,5
Outros Segmentos	3.365.250	5,5
Receita líquida total da Companhia	**61.379.038**	**100,0**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	**% do total**
Brasil	26.858.918	50,1
Internacional	23.851.764	44,5
Outros Segmentos	2.904.758	5,4
Receita líquida total da Companhia	**53.615.440**	**100**

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2025**	**%**
Arabia Saudita	4.539.554	7,0
Turquia	3.943.646	6,1
China	2.753.324	4,3
Emirados Árabes Unidos	1.189.159	1,8
Japão	1.774.943	2,7
Outros países	14.956.409	22,8
Receita líquida do segmento internacional	**29.157.037**	**44,8**

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2024**	**%**
Arabia Saudita	4.304.593	7,0
Turquia	4.077.749	6,6
Emirados Árabes Unidos	2.600.994	4,2
China	2.098.676	3,4
Japão	1.550.503	2,5
Outros países	14.540.640	23,7
Receita líquida do segmento internacional	**29.173.155**	**47,5**

Receita líquida proveniente dos clientes atribuídos a:	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(em milhares de Reais, exceto %)	**2023**	**%**
Arabia Saudita	3.931.228	7,3
Turquia	3.106.811	5,8
China	2.317.959	4,3

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Emirados Árabes Unidos	2.268.585	4,2
Japão	1.521.200	2,8
Outros países	10.705.981	20,1
Receita líquida do segmento internacional	**23.851.764**	**44,5**

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia possui subsidiárias no exterior, as quais atendem à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, comércio exterior, societária e anticorrupção. As regulações às quais as subsidiárias se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições afetam os negócios da Companhia.

Como grande exportadora de seus produtos, a Companhia está sujeita às regulações de natureza tarifárias, bem como não-tarifárias estabelecidas pelos países importadores. O eventual aumento do imposto de importação pode impactar as exportações da Companhia para o país de destino, como foi o caso da África do Sul que, em março de 2020, elevou as tarifas de importação de aves originárias do Brasil de 12% para 42% para cortes sem osso e de 37% para 62% para cortes com osso. Além disso, no ano de 2022 iniciou processo de investigação *antidumping* contra o frango brasileiro, o processo chegou a ter resultados preliminares,tendo sido suspenso em 1º de agosto daquele ano durante um período de 12 meses. Entretanto, após este prazo, os direitos antidumping foram reestabelecidos para todos os exportadores e no começo de 2025 ainda seguem válidos. As regulações não tarifárias também podem produzir efeitos nas exportações da Companhia por alterarem os procedimentos aduaneiros, ou mesmo modificarem regulamentações técnicas. O processo junto ao comitê SPS da OMC pela delegação da Arábia Saudita sobre a possibilidade de redução da data de validade (*shelf life*) de frangos inteiros e em partes congelados importados de doze para três meses ou os controles reforçados aplicados pelo país árabe às importações de aves congeladas ao longo de grande parte do ano de 2022. Não há garantias de que medidas semelhantes não venham a ser aplicadas no futuro, com potencial impacto à Companhia.

Ademais, a Companhia também tem enfrentado barreiras comerciais aplicadas à temática halal, como foi o caso do Egito que, em abril de 2020, passou a exigir que todas as cargas de produtos halal brasileiras fossem certificadas por uma empresa única, ligada ao próprio governo egípcio (a IS EG halal), assim como a suspensão de uma certificadora para os Emirados Árabes Unidos o que aumentou os custos de certificação em comparação às certificadoras halal que tradicionalmente operam com a Companhia no Brasil.

Por ser grande exportadora para os países do Oriente Médio, as regulações religiosas, em particular os padrões de produção de alimentos halal, também são fatores relevantes para a Companhia. Em 2020, conforme citado anteriormente, o Egito passou a credenciar apenas uma certificadora halal para as exportações ao país da mesma maneira que o irã também estabelece este requisito. Não há garantias de que outros governos tomem medidas similares, podendo impactar negativamente no resultado da Companhia.

Ademais, a finalização de processos de negociação de acordos comerciais entre o Brasil ou MERCOSUL e outros países ou blocos econômicos também podem produzir impactos nos negócios da Companhia. Como exemplo, o acordo comercial celebrado entre MERCOSUL e Singapura, o acordo atualmente em implementação entre MERCOSUL e UE e as negociações iniciadas dos acordos comerciais do MERCOSUL com a Coreia do Sul, Canadá, EFTA, Emirados Arabes e Japão, que possuem potencial de gerar efeitos nas exportações da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

O Acordo de parceria entre o MERCOSUL e a União Europeia trará benefícios no incremento da parceria bilateral entre Brasil e União Europeia, com a previsão de um aumento de cotas para a exportação de carnes de aves, suínos e bovinos. Além disso, serão estabelecidos comitês de diálogo para garantir que as concessões dadas pelo Acordo sejam efetivadas.

As habilitações de unidades produtivas para exportação aos mercados específicos, por sua vez, são meios pelos quais os países importadores decidem quais unidades produtivas estão ou não aptas a produzir e exportar para seu país. Estas habilitações podem ser concedidas pelo próprio governo do país importador, após inspeções *in loco* e/ou documentais ou podem ser delegadas ao governo brasileiro, com base em acordos sanitários bilaterais entre Brasil e o país importador.

Em 2024, observou-se a adoção de um modelo de pré-listing com Filipinas e Egito, facilitando o acesso de produtos brasileiro e de mais unidades produtoras.No ano de 2024, o Acordo de Parceria entre MERCOSUL e União Europeia teve seu texto finalizado, e deve ser ratificado, considerando perspectivas otimistas, no início de 2027. Contudo, o incremento do diálogo e aprofundamento da relação bilateral, pode gerar efeitos positivos para a retomada do pré-listing, que é um processo negociado à parte do Acordo. Essa retomada abriria perspectiva para que as plantas da BRF fossem novamente habilitadas à União Europeia, representando uma possibilidade de aumento das exportações nos próximos anos.

Os países que antes não faziam seleção de unidades produtivas específicas aprovadas para exportação para seu território, podem passar a fazê-la, como foi o caso de Omã em 2019. As auditorias por vídeo despontam como uma possível tendência futura, na medida em que agilizam os processos e reduzem os custos, tanto para a Companhia quanto para as autoridades. A partir de 2020 a Companhia foi objeto de auditorias por vídeo por autoridades estrangeiras (China, México e Omã) e no ano de 2023 China passou a utilizar de maneira recorrente a ferramenta para habilitação de novas unidades.

Os temas geopolíticos com impactos globais, como a guerra na Ucrânia e o possível escalonamento das tensões militares no Oriente Médio, podem ter impacto na regulação e logística internacional acerca do comércio de alimentos. Tais fatores podem vir a gerar certo deslocamento do fluxo de investimentos impulsionados por investidores e empresas que buscam maior proteção. Ao fim de 2023 mesmo após a abertura do mercado mexicano para entrada de carne suína brasileira, processos judiciais abertos pela associação de produtores suínos locais conseguiram liminar judicial que reteve cargas brasileiras no último bimestre do ano acarretando custos operacionais até liberação pelas autoridades Mexicanas. Ainda assim, o México renovou o *Paquete Contra la Inflación y la Carestía* (“**PACIC**”) onde as empresas importadoras de produtos da cesta básica registradas no "*Padrón de Importadores de Productos de la Canasta Básica*", poderam aplicar os benefícios contidos no presente decreto até 31 de dezembro de 2025.

As guerras e conflitos externos também podem causar impactos nos negócios da Companhia. Os conflitos no Oriente Médio, por exemplo, vêm causando efeitos na cadeia de suprimentos da Companhia. Para importação pequena restrição de itens importados de Israel e para exportação maior impacto em decorrência da necessidade de desvio de rotas na região do Mar Vermelho. A fuga de ataques na região faz com que os navios cargueiros que transportam as cargas do oriente médio desviem o trajeto por meio do cabo da Boa Esperança, o que tem acrescentado de 20 a 25

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

dias ao percurso, resultando em atrasos na chegada de carga e gerando custos extras com frete marítimo.

Além disso, os mencionados conflitos de Israel também vêm impactando as vendas de grandes cadeias globais, como McDonald’s e KFC. O boicote da população muçulmana contra as marcas americanas tem levado a uma redução significativa no volume de vendas, especialmente nos países da Jordânia, Omã, Kuwait e Catar. Empresas americanas, incluindo grandes marcas como McDonald’s, Starbucks e Coca-Cola, enfrentam desafios devido a boicotes generalizados em resposta ao apoio percebido a Israel durante a ocupação em Gaza. Essas ações de boicote são impulsionadas por campanhas nas redes sociais e manifestações públicas contra a ofensiva israelense.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga anualmente seu desempenho em sustentabilidade por meio do Relatório Integrado, que constitui o principal instrumento de comunicação da estratégia de negócios e dos aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados às suas atividades, bem como de prestação de contas sobre seu desempenho a todos os stakeholders. O documento é disponibilizado em três idiomas: português, inglês e espanhol.
Todas as versões do Relatório de Sustentabilidade até 2025 foram divulgadas anualmente nos respectivos websites da Marfrig e da BRF. A partir de 2026, as informações da BRF passarão a ser integradas ao Relatório Anual da MBRF, que estará disponível na aba de Sustentabilidade do novo website da Companhia (www.mbrf.com).

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Como referência para a elaboração do Relatório Integrado, a Companhia adota as Normas da GRI (Global Reporting Initiative), as diretrizes de Relato Integrado da IFRS Foundation e os indicadores do SASB (Sustainability Accounting Standards Board). Adicionalmente, considera o alinhamento de suas atividades aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).
Os dados econômico-financeiros apresentados estão vinculados às demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia e são elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), observando os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos.
O Relatório Integrado, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi publicado em 30 de abril de 2026.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Integrado da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi submetido à asseguração limitada das informações não financeiras por terceira parte independente, conduzida pelo Instituto Totum. O documento foi publicado e disponibilizado em 30 de abril de 2026 para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia.
Adicionalmente, o inventário de emissões de gases de efeito estufa das operações globais

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

da Companhia, referente ao mesmo exercício social, também foi objeto de verificação por terceira parte independente

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Integrado 2025 está disponível no seguinte website: https://ri.mbrf.com/

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

A Companhia revisou sua matriz de materialidade em 2024, mantendo a abordagem de dupla materialidade, em conformidade com as Normas da GRI (Global Reporting Initiative), com as melhores práticas de relato corporativo e com referências setoriais amplamente reconhecidas, incluindo SASB, ISSB e IFRS.
A abordagem adotada considera, de forma integrada, (i) os impactos, riscos e oportunidades capazes de influenciar o desempenho econômico-financeiro da Companhia (materialidade financeira), e (ii) os impactos decorrentes de suas operações sobre a sociedade, o meio ambiente e a economia (materialidade de impacto socioambiental), considerando um horizonte de análise de médio prazo, entre dois e cinco anos.
O processo de revisão da matriz de materialidade foi conduzido em quatro etapas principais: (i) mapeamento dos tópicos ambientais, sociais e de governança (ESG); (ii) engajamento e consulta a stakeholders relevantes para avaliação da materialidade financeira e de impacto socioambiental; (iii) análise e priorização dos temas identificados; e (iv) validação da lista final de temas materiais.
Os temas materiais apurados nesse processo fundamentaram a elaboração do Relatório Integrado referente ao exercício social de 2025 e compreendem: recursos naturais; mudança do clima; gestão, transparência e rastreabilidade da cadeia de valor; resíduos sólidos e embalagens; qualidade e segurança do produto; ética, integridade e transparência; relacionamento com comunidades do entorno das operações; saúde, segurança e bem-estar; bem-estar animal; direitos humanos; e relações de trabalho.

(f) se o relatório ou documento considera os ODS estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório Integrado da Companhia apresenta, de forma integrada, informações relativas à governança corporativa e à gestão dos aspectos ambientais e sociais, evidenciando o alinhamento de seus compromissos, políticas e estratégias aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(ONU).
As ações, programas e iniciativas relacionados aos temas materiais identificados pela Companhia contribuem para o avanço de diversos ODS, conforme aplicável à natureza de suas operações. Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aos quais a Companhia está alinhada, destacam-se: ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável); ODS 3 (Saúde e Bem-Estar); ODS 4 (Educação de Qualidade); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 6 (Água Potável e Saneamento); ODS 7 (Energia Acessível e Limpa); ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); ODS 10 (Redução das Desigualdades); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis); ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima); ODS 14 (Vida na Água); ODS 15 (Vida Terrestre); ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes); e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

No campo climático e de sustentabilidade, a Companhia continua avançando na análise dos cenários climáticos projetados pelo IPCC e dos cenários de transição previstos nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Também evoluiu na avaliação das dependências e impactos sobre serviços ecossistêmicos nas suas operações e na de sua cadeia produtiva. Essas análises apoiarão a identificação de novos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima, permitindo sua incorporação à matriz de riscos da companhia e subsidiando a divulgação detalhada desses temas em conformidade com as normas IFRS S1 e S2 e Resolução Normativa da CVM n.193, a partir de 2027.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia elabora anualmente seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), abrangendo as emissões dos Escopos 1, 2 e 3, o qual é submetido à verificação independente por terceira parte. A gestão global das emissões é realizada por meio de uma ferramenta automatizada para coleta de dados e cálculo das emissões, o que contribui para o aumento da acurácia e da frequência de monitoramento das emissões do Escopo 1 (emissões diretas provenientes das operações) e do Escopo 2 (emissões indiretas decorrentes da aquisição de energia elétrica e vapor).
O inventário de emissões de GEE da Companhia utiliza a metodologia do GHG Protocol e

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

é disponibilizado no Registro Público de Emissões, plataforma desenvolvida pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Adicionalmente, os resultados do inventário são publicados no Relatório Integrado, disponível para consulta no website da Companhia.

Consciente de sua responsabilidade na promoção de uma agropecuária mais sustentável e na redução dos impactos de suas operações, a Companhia assumiu compromissos climáticos voltados à mitigação e à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, contribuindo para o fortalecimento de uma economia de baixo carbono.

A BRF foi a primeira empresa do setor de alimentos no Brasil a ter metas climáticas aprovadas pela SBTi de acordo com a metodologia FLAG (Forest, Land and Agriculture), que incorpora aspectos relacionados a florestas, uso da terra e agricultura. Esses avanços evidenciam a consistência dos compromissos assumidos e o alinhamento das Companhias ao Acordo de Paris, que estabelece a limitação do aquecimento global a 1,5 °C.

Com a constituição da MBRF, as metas climáticas da Companhia encontram-se em processo de revisão e harmonização, com o objetivo de assegurar alinhamento à nova estrutura integrada e à ambição conjunta de descarbonização.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(a) a não divulgação de informações ASG

(b) a não adoção de matriz de materialidade

(c) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

(d) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

(e) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e

(f) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga Relatório Integrado.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Aquisição de participação na Adoha Poultry Company

Em 31 de outubro de 2024 a Sadia Halal Holding Company (novo nome da BRF Arabia Holding Company), joint venture detida 70% pela BRF e 30% pela Halal Products Development Company, por sua vez uma subsidiária integral do Public Investment Fund da Arábia Saudita ("**PIF**"), firmou contrato vinculante para adquirir 26% da Addoha Poultry Company, sociedade que opera no abate de frangos no Reino da Arábia Saudita.

A transação teve o valor total de SAR 316,2 milhões (equivalentes a US$ 84,3 milhões), dos quais SAR 216,2 milhões (US$ 57,6 milhões) foram integralizados na Addoha. Um acordo de acionistas foi firmado entre a Sadia Halal e os atuais acionistas da Addoha, assegurando participação efetiva na administração da companhia e permitindo que o know how da BRF e da HPDC contribua para maximização das sinergias entre as entidades.

Em 14 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 26% da Addoha Poultry Company.

Aquisição de Fábrica de processados na província de Henan na China

Em 20 de novembro de 2024 a BRF GmbH, subsidiária integral da Companhia, firmou contrato vinculante com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norteamericana que atua no processamento de alimentos, para adquirir uma fábrica de processados na província de Henan, China.

A transação teve o valor total de U$ 43 milhões. A fábrica possui duas linhas para processamento de alimentos, com capacidade de 28 mil toneladas/ano e possibilidade de expansão para duas linhas adicionais. Após a expansão, cujo investimento é previsto em cerca de US$ 18 milhões, é esperada uma produção de 60 mil toneladas/ano. O fechamento da aquisição se deu em 30 de abril de 2025.

Aquisição Gelprime

Conforme comunicado ao mercado publicado em 1 de outubro de 2025, a Companhia, através de sua subisidiária integral MBR Investimentos LTDA, concluiu a aquisição de 50% do capital social da Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios S.A. ("Gelprime"), pelo valor de R$ 312.500.000,00. Adicionalmente, poderá haver um acrescimo de USD 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), a depender da performance da Gelprime durante os três anos contados da conclusão da aquisição.

A Gelprime, criada em 2019, com fábrica em Ibiporã-PR, é uma sociedade que produz, comercializa e distribui gelatina e colágeno através do processamento de matéria-prima de origem animal, contando com uma rede de fornecedores próprios e certificados de matérias-primas, assegurando a

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

procedência, rastreabilidade e disponibilidade de entrega aos seus clientes.

Para mais informações, verificar o Comunicado ao Mercado publicado no dia 01 de outubro de 2025.

Aquisição de participação na joint venture PlantPlus Foods LLC

Em 07 de novembro de 2024 a Marfrig Global Foods ("Marfrig") e a Archer-Daniels-Midland Company ("**ADM**") concordaram mutuamente em desfazer a parceria realizadas através de uma Joint Venture chamada Plant Plus, em que 70% de participação era da Marfrig, que era responsável pela operação, produção e distribuição dos produtos, e 30% da ADM, que fornecia os ingredientes e o know-how técnico para o desenvolvimento de produtos à base de plantas.

Considerando as sinergias existentes entre o portfólio de produtos da Plant Plus e o da BRF, a BRF adquiriu a participação da ADM. A Aquisição foi aprovada sem ressalvas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A aquisição foi acordada com encontro de contas de mútuos entre a ADM e Marfrig, não havendo desembolso de caixa para a BRF.

Greenfield

Em 21 de abril de 2025, a Companhia aprovou um investimento de cerca de USD 160 milhões para a construção de uma nova fábrica de produtos processados em Jeddah, Arábia Saudita. O investimento será feito por uma subsidiária integral da Sadia Halal Holding Company (anteriormente denominada BRF Arabia Holding Company), veículo da joint venture da Companhia com a Halal Products Development Company, subsidiária integral do Public Investment Fund (PIF). A nova fábrica terá capacidade de produção de aproximadamente 40 mil toneladas/ano de produtos processados a base de aves e bovinos. O projeto permitirá à BRF aumentar sua produção local de 17 mil para até 57 mil toneladas ao ano.

Sadia Halal

Em 24 de outubro de 2022, a BRF GmbH ("**BRF GmbH**"), celebrou um acordo de joint venture com a Halal Products Development Company ("**HPDC**"), uma subsidiária integral do Public Investment Fund ("**PIF**"), fundo soberano da Arábia Saudita, que tem por objetivo o desenvolvimento da indústria halal na Arábia Saudita por meio de inovação e crescimento no segmento halal. O acordo previa a criação de uma sociedade na Arábia Saudita detida de 70% pela Companhia e de 30% pela HPDC, o que foi concluído em 10 de dezembro de 2023, sob o nome de BRF Arabia Holding Company, hoje denominada Sadia Halal Holding Company ("**Sadia Halal**"). Espera-se que a Sadia Halal detenha ativos em toda a cadeia de produção de frango na Arábia Saudita e promova a venda de produtos frescos, congelados e processados. A Sadia Halal teria um investimento combinado de US$ 500 milhões (ou R$ 2,4 bilhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 4,8413 em 31 de

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

dezembro de 2023), dos quais (i) US$ 125 milhões (ou R$ 625,9 milhões, convertidos para reais à taxa de câmbio de R$ 5,0072 em 28 de setembro de 2023) foram aportados pela Companhia e pela HPDC quando da constituição da sociedade. A referida transação, conforme anunciado pela Companhia em 27 de outubro de 2025, foi substituída por acordo de escopo mais abrangente entre BRF GmbH e HPDC, com a contribuição de ativos pela BRF GmbH à Sadia Halal avaliados em US$ 2,07 bilhões.

Em 27 de outubro de 2025, a BRF GmbH assinou contrato de investimento ("**Contrato de Investimento**") com a HPDC. Nos termos do Contrato de Investimento, a BRF GmbH contribuirá para a Sadia Halal (i) suas empresas de distribuição localizadas na Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã; (ii) suas fábricas situadas na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos; e (iii) seu negócio de exportações diretas para clientes na região MENA. Os ativos da Turquia não fazem parte da transação. Os ativos a serem contribuídos têm um enterprise value de US$ 2,07 bilhões com faturamento líquido de US$ 2,1 bilhões nos últimos 12 meses até junho e um EBITDA de aproximadamente US$ 230 milhões, dando um múltiplo implícito de 9x. Adicionalmente, no fechamento do Contrato de Investimento, será celebrado entre a Companhia e Sadia Halal um acordo de fornecimento de produtos por 10 anos renováveis, cuja precificação será baseada em custo total (metodologia cost plus +5%), sujeito às regras aplicáveis sobre preços de transferência. Na data do fechamento, a HPDC deterá 10% do capital da Sadia Halal, com compromisso de chegar a 25% e direito de atingir até 40%.

Joint Ventures com Auren Energia S.A.

Em dezembro de 2025, a Companhia adquiriu participações societárias nas sociedades Arinos Solar II S.A. e Cajuína AB3 Holdings S.A., com objetivo de adquirir energia elétrica sob a modalidade de alta produção.

Nesse sentido, além das aquisições supramencionadas, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia elétrica, cujo objeto é a aquisição de 80 MW médios de energia elétrica pelo prazo de 15 anos, contados de sua assinatura.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Aumentos de Capital

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (em Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição/ Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/02/2022	Assembleia Geral Extraordinária	04/02/2022	5.400.000.000,00	Subscrição pública	270.000.000		270.000.000	33,232000	20,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço por ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com investidores institucionais, no Brasil, pelos coordenadores da oferta brasileira, nos termos do Contrato de Distribuição, e, no exterior, pelos agentes de colocação internacional e pelos coordenadores da oferta internacional, nos termos do contrato de distribuição internacional, tendo como parâmetro:(i) a colocação das ações na B3;(ii) a cotação dos ADRs na New York Stock Exchange; e (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) das ações da oferta coletadas junto a investidores institucionais. No âmbito da oferta internacional, o preço por ação sob a forma de ADR é de US$3,79, equivalente ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US$), com base na taxa de câmbio de venda dessa moeda (PTAX) DE R$5,2810, divulgada pelo Banco Central e que pode ser obtida na página da rede mundial de computadores http://www.bcb.gov.br/?txcambio,considerado quatro casas decimais, conforme apurada na data de celebração do contrato de distribuição.									
Forma de integralização	A integralização se deu em moeda corrente nacional.									
13/07/2023	Reunião do Conselho de Administração	13/07/2023	5.400.000.000,00	Subscrição pública	600.000.000	-	600.000.000	0,554286	9,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação pelo Conselho de Administração é justificada pelo fato de que o Preço por Ação foi aferido por meio do resultado de procedimento de coleta de intenções de investimento, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) pelas ações da oferta coletadas junto a investidores institucionais e, portanto, não promoveu a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.									
Forma de integralização	A integralização se deu em moeda corrente nacional.									

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operações Societárias

Incorporação da VIP S.A. (“**VIP**”)

Em 28 de março de 2024, foi realizada a assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação societária da VIP pela Companhia, nos termos e condições do protocolo de justificação e incorporação da VIP. Considerando que o capital social da VIP, na data do laudo de avaliação realizado para fins da incorporação, é de R$ 1,3 milhão, dividido em 14.984 (quatorze mil novecentos e oitenta e quatro) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 87,48 (oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos) cada, as quais são todas detidas pela Companhia, não há que se falar em aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia em detrimento da incorporação.

Incorporação da PSA Laboratório Veterinário Ltda. (“**PSA**”)

Em 28 de março de 2024, foi realizada a assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação societária da PSA pela Companhia, nos termos e condições do protocolo de justificação e incorporação da PSA. Considerando que o capital social da PSA, na data do laudo de avaliação realizado para fins da incorporação, é de R$ 5,5milhões, dividido em 5.563.850,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.563.849 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e nove) quotas detidas pela Companhia e 1 (uma) quota detida pela VIP, a qual, por sua vez, é subsidiária integral da BRF, não há que se falar em aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia em detrimento da incorporação.

Incorporação da Hercosul Alimentos LTDA e da Hercosul Distribuição LTDA pela Mogiana Alimentos S.A.

Em 02 de janeiro de 2025, Hercosul Alimentos LTDA e da Hercosul Distribuição LTDA foram incorporadas pela Mogiana Alimentos

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

S.A., uma subsidíaria integral da BRF PET S.A., com a consequente extinção das sociedades incorporadas.

Incorporação da BRF S.A.

Em 5 de agosto de 2025, foram realizadas assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da Marfrig, nas quais foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Marfrig, nos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da BRF S.A. pela Marfrig Global Foods S.A., celebrado em 15 de maio de 2025 e posteriormente aditado em 26 de maio de 2025. Em decorrência da referida operação, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Marfrig, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações. A consumação da operação ficou sujeita à verificação ou renúncia das condições precedentes previstas no Protocolo e Justificação, bem como ao advento da data de fechamento da operação, conforme divulgado ao mercado pelas Companhias.

Em 22 de setembro de 2025, os Conselhos de Administração da Companhia e da Marfrig Global Foods S.A. confirmaram a implementação de todas as condições previstas nos termos do Protocolo e Justificação da operação. E confirmaram a conclusão da operação de Incorporação de Ações da Companhia pela Marfrig Global Foods S.A.

Para mais informações, verificar o Fato Relevante publicado no dia 22 de setembro de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

Não foram celebrados ou modificados acordos de acionistas da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Em 2025, a Companhia passou por alteração significativa em sua estrutura societária e de governança em decorrência da incorporação da totalidade das ações de emissão da BRF S.A. pela Marfrig Global Foods S.A.

A operação teve como principais fundamentos a combinação das plataformas de negócios da BRF e da Marfrig, com vistas ao aumento de escala, à diversificação das operações, ao fortalecimento da atuação do grupo no mercado global de alimentos e à captura de potenciais sinergias.

Como reflexo da operação, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Marfrig, incluindo alterações na composição de seus órgãos de administração.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Seguro

A Companhia contrata seguro patrimonial com cobertura para danos materiais em suas plantas, equipamentos e estoques, incluindo cobertura de interrupção de negócios. Além disso, a Companhia mantém uma apólice de responsabilidade civil geral com ampla cobertura no caso de danos a terceiros resultantes da produção, distribuição e venda de seus produtos. A Companhia considera os valores cobertos usuais para uma companhia de seu porte e adequados para proteção de riscos previsíveis associados a suas atividades.

Saúde e Segurança

A Companhia está comprometida com a segurança de suas instalações. Todos os empregados da Companhia e contratados no Brasil e em suas operações internacionais devem cumprir os protocolos de segurança. Todos os indicadores, metas e programas de saúde e segurança do trabalho são construídos de acordo com avaliações periódicas de riscos, com envolvimento direto da alta administração da Companhia. Entre as medidas, estão o estabelecimento de metas de saúde e segurança no trabalho, sistematização de indicadores chaves de desempenho (Key Performance Indicators – KPI's), monitoramento e controle de riscos de alto potencial, auditorias nas unidades e governança por meio de comitês voltados a temas de saúde e segurança do trabalho.

A Companhia mantém um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho integrado ao sistema gestão, visando que seja participativo e que envolva todos os níveis da organização, de maneira que sejam atendidos os princípios, a política e os requisitos legais, por meio de elementos mandatórios, básicos, intermediários e avançados, utilizando-se de estratégias que envolvem metodologia, instalações e cultura organizacional.

Além disso, a empresa mantém a contratação de serviços de uma consultoria para continuar fortalecendo a governança nos temas relevantes associados à saúde e segurança, inclusive com relação a sistemas de resfriamento de amônia. Neste sentido, intensificou internamente ações de prevenção de incêndio e outras emergências. As políticas de saúde e segurança têm o objetivo de dar robustez à Cultura de Segurança, fortalecendo o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, e consequentemente reduzindo acidentes, doenças ocupacionais e incidentes.

Informações Adicionais ao item 1.2.

Do ponto de vista estratégico, a Companhia está focada em posicionar-se na liderança do mercado mundial, sem renunciar à rentabilidade, através de oportunidades de consolidação e crescimento em seus segmentos e mercados de atuação. Dentre as alavancas de valor mapeadas, estão: (i) foco

1.16 Outras informações relevantes

atual na retomada de resultados, maximizando o retorno com ativos existentes; (ii) alocação de capital criteriosa; (iii) otimização do *footprint* e captura de eficiências em toda a cadeia e; (iv) conexão com as necessidades dos consumidores, juntamente com a implementação de ajustes no mix de canais e produtos. Tais alavancas de valor resultam em diferentes focos para as diferentes regiões em que a Companhia atua:

- **Brasil:** garantir avanço da execução comercial e alto nível de serviço; e
- **Halal:** consolidar a liderança nessa região e avançar no portfólio de valor agregado.

Demais regiões do globo: maior agilidade em habilitações e alternativas de negócios, bem como a retomada de liderança em exportações com rentabilidade.A intenção da BRF de oferecer alimentos de qualidade e que melhorem a vida das pessoas está ligada ao compromisso com a sociedade e o planeta. A BRF alinha seus objetivos estratégicos para produzir valor de longo prazo, reduzindo riscos e gerando impactos positivos no negócio. Para aumentar a nossa transparência e reforçar as nossas ambições, estabelecemos compromissos globais e transversais aos aspectos ESG. Para mais informações, favor verificar o item 1.9 do presente Formulário de Referência e o Relatório Integrado da Companhia, que pode ser acessado no link: https://ri.brf-global.com/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico da BRF e está integrada ao modelo de negócios e à geração de valor de longo prazo da Companhia e de suas controladas. Suas atividades são orientadas por uma Plataforma de Sustentabilidade estruturada, que integra aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) à estratégia corporativa, à gestão de riscos e à tomada de decisão.

A governança do tema é supervisionada pelo Conselho de Administração, com apoio de um Comitê de Sustentabilidade composto por especialistas independentes, e executada pela Diretoria Global de Sustentabilidade, assegurando rigor técnico, alinhamento estratégico e monitoramento contínuo dos resultados.

A Plataforma de Sustentabilidade está estruturada em seis pilares estratégicos, alinhados aos temas materiais da Companhia: (i) Controle da Cadeia de Fornecimento; (ii) Mudança do Clima; (iii) Bem-estar Animal; (iv) Recursos Naturais; (v) Resíduos e Embalagens; e (vi) Responsabilidade Social. Esses pilares concentram políticas, indicadores, métricas e metas de curto, médio e longo prazos, orientando a definição de prioridades, a mitigação de riscos socioambientais e o aproveitamento de oportunidades relacionadas às atividades operacionais e à cadeia de valor.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se o controle e a rastreabilidade da cadeia de fornecimento, com foco no combate ao desmatamento e na promoção de práticas responsáveis; a gestão estruturada das emissões de gases de efeito estufa, com inventários anuais verificados de

1.16 Outras informações relevantes

acordo com o GHG Protocol e metas climáticas alinhadas à Science Based Targets initiative (SBTi); a adoção de padrões internacionais de bem-estar animal, auditados globalmente; o uso eficiente de recursos naturais, com avanços relevantes em gestão hídrica e eficiência operacional; a promoção da economia circular por meio da gestão de resíduos e embalagens; e iniciativas de responsabilidade social voltadas ao desenvolvimento humano, às comunidades do entorno das operações e à redução de perdas e desperdício de alimentos.

Essas atividades reforçam o compromisso da Companhia com a transparência, a sustentabilidade da cadeia de valor e o alinhamento às melhores práticas internacionais de ESG, contribuindo para a resiliência do negócio, o fortalecimento das relações com stakeholders e a criação de valor sustentável para a Companhia, suas controladas e a sociedade.

O desempenho de destaque da Companhia em índices e ratings ESG reflete a consistência de sua estratégia de sustentabilidade, a solidez da governança corporativa e a evolução contínua de suas práticas ambientais, sociais e de governança. A Companhia se sobressai em avaliações independentes nacionais e internacionais, com avanços relevantes nos programas do CDP (Clima, Água e Florestas) com pontuação “A” em Clima e Segurança Hídrica, liderança setorial no Coller FAIRR Protein Producer Index como a empresa com melhor desempenho entre os produtores de frango e a segunda colocada entre os produtores de carne suína, presença nas carteiras do ISE e do ICO2 da B3. Soma-se a isso a manutenção do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Esses reconhecimentos reforçam o compromisso da Companhia com a transparência, a gestão responsável e o alinhamento às melhores práticas globais de sustentabilidade corporativa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Neste item são apresentadas, pelos Diretores da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Os números financeiros derivados das demonstrações financeiras auditadas da Companhia estão em milhões de reais, salvo se descrito de outra forma.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e atender suas necessidades de curto, médio e longo prazos. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

(b) Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou receita líquida de R$ 65.048,7 milhões, um aumento de 5,98 % em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R$ 61.379,0 milhões. O lucro antes do resultado financeiro foi de R$ 6.645,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e o lucro líquido do exercício foi de R$ 3.288,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou receita líquida de R$ 61.379,0 milhões, um aumento de 14,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$ 53.615,4 milhões. O lucro antes do resultado financeiro foi de R$6.840,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o lucro líquido do exercício foi de R$3.691,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento da Companhia (Alavancagem), apurado conforme descrito no item 2.5 do Formulário de Referência, atingiu 0,90. Na mesma data, o endividamento bruto da Companhia totalizou R$ 22.073,6 milhões, enquanto sua Dívida Líquida (conforme definição constante do item 2.5 do Formulário de Referência) totalizou R$ 9.393,2 milhões, um aumento de 12,8% em relação à Dívida Líquida registrada em 31 de dezembro de 2024, de R$ R$ 8.325,0 milhões. A variação em relação à posição de 31 de dezembro de 2024 decorreu principalmente do aumento dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, mitigada pelo impacto dos instrumentos financeiros derivativos líquidos e aumento do caixa da empresa.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido totalizou R$ 2.543,4 milhões de despesas, um aumento de 42,05% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R$ 1.790,5 milhões. O aumento da despesa em relação ao exercício social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2025 foi decorrente: (i) de maior ajuste a valor presente em R$ 965,3 milhões, atrelado ao aumento do CDI acumulado no ano de 2025 para 14,32%, em comparação a 10,92% em 2024; (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em R$ 177,7 milhões atribuído principalmente ao aumento do endividamento bruto médio no exercício e ao maior CDI em comparação a 2024; (iii) aumento das correções monetárias em R$ 591,4.

(c) estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia considera o patrimônio líquido como capital próprio e o endividamento bruto (composto por empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, acrescidos de instrumentos financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes) como o capital de terceiros.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de terceiros, sendo este último relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou emissão de dívidas no mercado de capitais nacional e internacional. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 2.1.f. abaixo.

A Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é equilibrada entre capital próprio e de terceiros e adequada para desenvolver suas atividades de acordo com seu plano de negócios e atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Os diretores da Companhia entendem que os patamares atuais são condizentes com os praticados no mercado e com as nossas atividades, conforme a proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**2023**
Capital de terceiros (Endividamento Bruto)	25.116.649	21.045.127	19.593.255
Capital próprio (patrimônio líquido)	15.030.148	16.499.204	15.643.656
Capital total (terceiros + próprio)	40.146.797	37.544.331	35.236.911
Parcela de capital de terceiros	62,56%	56,1%	55,6%
Parcela de capital próprio	37,44%	43,9%	44,4%

(d) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia avalia que tem capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, principalmente considerando que:

- em 31 de dezembro de 2025, o endividamento bruto circulante foi de R$ 3.043,1

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões, correspondente a 12,12% do total do endividamento bruto, uma aumento de 96,30% em relação a 31 de dezembro de 2024, que registrou endividamento bruto circulante de R$ 1.550,2 milhões, correspondente a 4% do total do endividamento bruto.

- o prazo médio de liquidação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é de aproximadamente nove anos; e
- a Companhia mantém saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito que, somados, atingem o montante de R$15.723,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R$12.720,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 e R$10.118,7 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Empréstimos e Financiamentos	**Consolidado** **Em 31 de dezembro de 2025**	
(em milhares de Reais)	**Principal**	**Juros**
2026	2.791.159	1.568.850
2027	3.241.068	1.412.240
2028	1.079.029	1.194.145
2029	1.794.557	1.846.019
2030	3.230.426	7.374.752
2031 em diante	13.386.939	1.779.100
Total	**25.523.178**	**15.175.106**

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2025 correspondem a 0,79 e 1,36, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024 eram de 0,88 e 1,48 respectivamente. A liquidez corrente é apurada pela divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante, enquanto a liquidez geral é apurada pelo ativo circulante somado ao ativo não circulante divido pela soma do passivo circulante ao passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R$25.562,0 milhões de empréstimos e financiamentos tomados, em comparação a R$20.740,5 milhões em 31 de dezembro de 2024 (esse saldo não considera os instrumentos financeiros derivativos, líquidos circulantes e não circulantes).

(e) O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido a geração de caixa de suas atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos (vide item 1.1 e 2.1.f do Formulário de Referência para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(f) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o plano de investimentos de longo prazo ou com o objetivo de continuar melhorando o perfil do seu endividamento. Sempre que possível, a Companhia priorizará captações de longo prazo e custos atrativos para objetivos específicos.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento serão suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro e de investimentos no curso normal de seus negócios.

(g) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A principal fonte de endividamento da Companhia é a captação de recursos destinados ao financiamento dos seus investimentos em imobilizado e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R$ 25.562,0 milhões (sendo R$ 11.104,8 milhões denominados em moeda local e R$ 14.457,2 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos). Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R$20.740,5 milhões (sendo R$8.340,1 milhões denominados em moeda local e R$12.400,4 milhões em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos).

A Companhia utiliza os recursos líquidos obtidos por meio de financiamento para gastos de capital, gastos associados ao processo produtivo e para manutenção de liquidez. As principais informações utilizadas para avaliação da situação financeira da Companhia estão apresentadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Adicionalmente, na seção 2.5 do Formulário de Referência está apresentada a Dívida Líquida, métrica não contábil complementar. A tabela abaixo apresenta uma discriminação adicional dos empréstimos e financiamentos da Companhia por tipo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	**2024**	**2023**
Linhas de Crédito de Exportação	1.118.537	1.113.400	1.583.597
Linhas de Crédito de Capital de Giro	225.343	-	777.528
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12.823.897	6.676.194	-
Debêntures	289.453	550.542	6.634.434
Incentivos Fiscais	-	-	6.604
Moeda nacional	**14.457.230**	**8.340.136**	**9.002.163**
Bonds	8.509.824	9.601.353	7.559.562
Linhas de Crédito de Exportação	1.065.038	1.598.102	2.436.651
Adiantamentos de contratos de câmbio	26.983	-	158.420
Linhas de Crédito de Capital de Giro	1.502.927	1.200.957	938.752
Moeda estrangeira	**11.104.772**	**12.400.412**	**11.093.385**
Total	**25.562.002**	**20.740.548**	**20.095.548**

(h) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais instrumentos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo.

(i) Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional

Linhas de Crédito de Exportação: A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação com saldo total de R$1.118,5 milhões em 31 de dezembro de 2025. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é denominado em reais, as quais estão atreladas ao CDI e vencem entre os anos de 2027 e 2028.

Debêntures

1ª Emissão de Debêntures: Em 30 de abril de 2019, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("**Instrução CVM 476**"), posteriormente revogada pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), em três séries, no valor total de R$750,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$70,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 0,80% e vencimento final em 2022, a 3ª série no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

montante de R$411,7 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,50% e vencimento final em 2026 e a 4ª série no montante de R$268,3 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 1,45% e vencimento final em 2026. A 2ª série não foi emitida ("**1ª Emissão de Debêntures**"). A Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 4ª série em 18 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto para a 3ª e 4ª séries era de R$ 292,7 milhões.

2ª Emissão de Debêntures: Em 14 de julho de 2020, Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para colocação privada junto à VERT no âmbito da 46ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("**Lei 11.076**"), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 60**"), e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R$2.200,0 milhões. A 1ª série possui montante de R$705,0 milhões, remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,30% e vencimento final em 2027. A 2ª série possui montante de R$1.495,0 milhões, remuneração de IPCA acrescido de spread de 5,60% e vencimento final em 2030 ("**2ª Emissão de Debêntures**"). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 2.970,4 milhões.

3ª Emissão de Debêntures: Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R$1.000,0 milhões. As debêntures vencerão em 14 de maio de 2031 e possuem remuneração de IPCA acrescido de spread de 4,7843% ao ano ("**3ª Emissão de Debêntures**"). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 1.205,9 milhões.

4ª Emissão de Debêntures: Em 13 de julho de 2022, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada junto à VERT no âmbito da 78ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da VERT, os quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei 11.076, da Resolução CVM 60 e da Instrução CVM 476, posteriormente revogada pela Resolução CVM 160, no valor total de R$1.700,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$710,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 1,25% e vencimento em 2027 e a 2ª série no montante de R$990,0 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 6,83% e vencimento final em 2032 ("**4ª Emissão de Debêntures**"). A Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 1ª série em 18 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 1.169,6 milhões.

5ª Emissão de Debêntures: Em 20 de maio de 2024 a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para colocação privada junto à Ecoagro, no âmbito da 332ª emissão de certificados de recebíveis do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

agronegócio da Ecoagro, os quais foram objeto de distribuição pública sob rito de registro automático, no valor total de R$2.000,0 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$140,0 milhões, com remuneração de CDI acrescido de spread de 0,80% e vencimento final em 2029, a 2ª série no montante de R$925,0 milhões, com remuneração de 12,9262% e vencimento em 2031 e a 3ª série no montante de R$935,0 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 7,2336% e vencimento final em 2034 ("**5ª Emissão de Debêntures**"). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 1.909,5 milhões.

6ª Emissão de Debêntures: Em 22 de abril de 2025, a Companhia concluiu sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries para colocação privada, no valor total de R$ 1.250 milhões, sendo a 1ª série no montante de R$29,2 milhões, com remuneração de variação cambial acrescido de spread de 6,0% e vencimento final em 2035, a 2ª série no montante de R$448,2 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 8,04% e vencimento em 2035 e a 3ª série no montante de R$414,4 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 8,23% e vencimento final em 2040 ("6**ª Emissão de Debêntures**"). As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 390ª emissão de CRA em até quatro séries, com lastro, para distribuição pública destinada ao público em geral. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 1.268,0 milhões.

7ª Emissão de Debêntures: Em 04 de agosto de 2025, a Companhia concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 séries, para colocação privada, no valor total de R$ 2.000.000, sendo a 1ª série no montante de R$979,0 milhões, com remuneração 102% do CDI e vencimento final em 2029, a 2ª série no montante de R$204,6 milhões, com remuneração de IPCA e vencimento em 2032, a 3ª série no montante de R$197,8 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 7,9064% e vencimento final em 2035, a 4ª série no montante de R$77,4 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 8,1214% e vencimento final em 2040, a 5ª série no montante de R$541,2 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 8,1251% e vencimento final em 2045 ("**7ª Emissão de Debêntures**"). As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 403ª emissão de CRA em até cinco séries, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio, para distribuição pública destinada ao público em geral. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 2.040,7 milhões

8ª Emissão de Debêntures: Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries, para colocação privada, no valor total de R$ 2.375.000 sendo a 1ª série no montante de R$966,6 milhões, com remuneração 100% do CDI e vencimento final em 2030, a 2ª série no montante de R$794,9 milhões, com remuneração de 13,58% e vencimento em 2032, a 3ª série no montante de R$191,3 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de 7,7479% e vencimento final em 2035, e a 4ª série no montante de R$422 milhões, com remuneração de IPCA acrescido de spread de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

8,3857% e vencimento final em 2055 ("8ª **Emissão de Debêntures**"). As debêntures foram objeto de Colocação Privada junto à ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Securitizadora), no âmbito de sua 434ª emissão de CRA em até quatro séries, com lastro nos direitos creditórios do agronegócio, para distribuição pública destinada a investidores qualificados. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto era de R$ 2.283,5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira

Linhas de Crédito à Exportação

A Companhia possui uma linha de crédito de exportação com saldo em aberto de R$1.065,0 milhões em 31 de dezembro de 2025. O endividamento no âmbito dessa linha de crédito é denominado em dólares norte- americanos, possuem taxa pré-fixada, e vencem entre os anos de 2026 e 2028.

Linhas de Crédito de Capital de Giro

São recursos obtidos junto a instituições financeiras internacionais, usados principalmente como capital de giro, principalmente das subsidiárias localizadas na Turquia e Emirados Árabes Unidos. Estes financiamentos são denominados em Lira Turca e em Dirham, com vencimento até 2027. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto dessas linhas de capital de giro era equivalente a R$1.502,9 milhões.

Bonds

Senior Notes BRF 2026: Em 29 de setembro de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de *Senior Notes* de 10 anos, no valor total de US$500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% ao ano (*yield to maturity* de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017 ("**Senior Notes BRF 2026**"). Em 14 de setembro de 2020, a Companhia concluiu oferta de recompra no montante de US$0,7 milhões, sendo o prêmio pago US$0,03 milhões (equivalente a R$0,2 milhões), líquido de juros. Em 21 de setembro de 2023, a Companhia concluiu outra oferta de recompra das Senior Notes BRF 2026, com valor principal agregado de US$200 milhões, sendo o prêmio pago US$9,5 milhões (equivalente a R$46,8 milhões), líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2025, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R$1.546,7 milhões.

Senior Notes BRF 2030: Em 24 de setembro de 2019, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US$750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano ("**Senior Notes BRF 2030**"). Em 30 de junho de 2021, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$ 59,4 milhões (equivalentes a R$297,1 milhões), sendo o prêmio pago R$14,1milhões, líquido de juros. Em 31 de dezembro de 2025, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes BRF 2030* era de R$3.294,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões.

Senior Notes BRF 2050: Em 21 de setembro de 2020, a Companhia concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US$500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, a Companhia fez uma captação adicional de US$300,0 milhões totalizando uma captação de US$ 800,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano e vencem em 21 de setembro de 2050 ("**Senior Notes BRF 2050**"). Em 31 de dezembro de 2025, o montante em aberto de principal e juros destas *Senior Notes* era de R$3.668,3 milhões.

No âmbito da Política de Gestão de Riscos Financeiros, com objetivo de proteger a Companhia contra as incertezas dos preços dos fatores de riscos (moedas, *commodities* e juros), a Companhia possui (i) contratos de derivativos de moedas, com valor justo no ativo de R$77,5 milhões e valor justo no passivo de R$69,2 milhões em 31 de dezembro de 2025, (ii) contratos de derivativos de commodities com valor justo no ativo de R$2,0 milhões e valor justo no passivo de R$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2025 e (iii) contratos de derivativos de juros com valor justo no ativo de R$361,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. As contrapartes incluem diversas instituições financeiras substancialmente brasileiras e envolvem swaps de taxa de juros, swaps de moedas, futuros de moedas e *commodities*, compra e venda de *non-deliverable forwards* e opções de moedas e commodities, entre outros. Os derivativos vencem entre 2025 e 2032 e são registrados no balanço patrimonial da Companhia como instrumentos financeiros derivativos.

Demais Linhas de Crédito

Fundo de Investimento em Recebíveis de Direitos Creditórios

Em 6 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a estruturação da Primeira Classe do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF II de Responsabilidade Limitada ("**FIDC BRF II**" ou "**Novo Fundo**"), tendo como política de investimentos adquirir direitos creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil. As partes envolvidas obtiveram sucesso na colocação inicial das cotas da Primeira Classe do FIDC BRF II de Responsabilidade Limitada, que foram divididas em quatro subclasses distintas e atingiram um volume agregado de R$960 milhões. O Novo Fundo foi estruturado para substituir e dar continuidade às operações realizadas pelo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Clientes BRF, constituído em dezembro de 2018 que teve resgate final das cotas em dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2025, as cotas detidas pela BRF no FIDC BRF II totalizam R$ 17,4milhões.

Obrigações

Diversos instrumentos de financiamento da Companhia contêm restrições referentes a gravames, fusões, vendas de ativos e transações com afiliadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se encontrava em conformidade com as cláusulas contidas nos instrumentos de dívida. Tais instrumentos de dívida incluem eventos de inadimplência em linha com práticas de mercado. Os

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

instrumentos que regem uma parte substancial do endividamento da Companhia contêm cláusulas de inadimplência cruzada ou aceleração cruzada, de modo que a ocorrência de um evento de inadimplência em um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência em outro endividamento ou permitir a um credor, sob outro instrumento de dívida, que considere a ocorrência de um evento de vencimento ou considere sua dívida acelerada.

(i) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com instituições financeiras cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito dos seus produtores rurais parceiros para a construção de aviários, granjas e adequações. A Companhia possui também convênios (risco sacado) que buscam facilitar o acesso ao crédito dos seus fornecedores que desejarem antecipar recebíveis da Companhia. Por fim, a Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais, preços das commodities e taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações estão contabilizadas pelo seu valor justo e grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. Atualmente a Companhia não tem dívidas financeiras que possuam garantia real.

(ii) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As dívidas da Companhia descritas no item 2.1 (f) do Formulário de Referência, possuem, conforme o caso, *covenants* não financeiros em linha com práticas adotadas em contratos celebrados no mercado financeiro e de capitais, que podem causar o vencimento antecipado de um ou mais contratos devido, por exemplo: (i) ao inadimplemento por parte da Companhia, a partir de limites definidos, conforme o caso; (ii) às restrições à distribuição de dividendos, em caso de mora; (iii) à restrição de alienação de ativos, a partir de determinados limites, excluindo-se tipos de ativos e operações, conforme caso; (iv) à alienação de controle societário etc.; e (v) à alteração de controle, entre outros. Tais obrigações estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos.

Ainda, os Sênior Notes 2026, Senior Notes 2030, Senior Notes 2050, a 1ª Emissão de Debêntures, a 2ª Emissão de Debêntures, a 3ª Emissão de Debêntures, a 4ª Emissão de Debêntures, a 5ª Emissão de Debêntures, a 6ª Emissão de Debêntures, a 7ª Emissão de Debêntures e a 8ª Emissão de Debêntures, já descritas no item 2.1 (f) do Formulário de Referência, possuem *covenants* não financeiros específicos relacionados (i) ao *cross-default*, a partir de limites definidos, conforme o caso; e (ii) à ocorrência de vencimento antecipado de outras dívidas (*cross-acceleration*), a partir de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

limites definidos, conforme o caso, nos termos da tabela abaixo:

Contratos	Valor do Contrato	Cross Acceleration	Cross Default	Saldo Devedor em 31/12/2025
1ª Emissão de Debêntures	R$750,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$292,7 milhões
2ª Emissão de Debêntures	R$2.200,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$2.970,4 milhões
3ª Emissão de Debêntures	R$1.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas	R$1.205,9 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	
4ª Emissão de Debêntures	R$1.700,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$1.169,6 milhões
5ª Emissão de Debêntures	R$2.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$1.909,5 milhões
6ª Emissão de Debêntures	R$1.250,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou	R$1.268,0 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	
7ª Emissão de Debêntures	R$2.000,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$2.040,7 milhões
8ª Emissão de Debêntures	R$2.375,0 milhões	Vencimento não automático em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas relevantes não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas.	Vencimento não automático em caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer dívida financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a USD 150 milhões ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas relevantes com o respectivo credor dentro do prazo previsto nesta cláusula ou (b) decisão judicial ou arbitral.	R$2.283,5 milhões
Senior Notes BRF 2026	US$500,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;		R$1.546,7 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Senior Notes BRF 2030	US$750,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;	R$3.294,80 milhões
Senior Notes BRF 2050	US$800,0 milhões	Falha no pagamento no vencimento final (dando efeito a quaisquer períodos de carência aplicáveis e quaisquer extensões dos mesmos) do valor principal de qualquer dívida do garantidor ou de qualquer uma de suas subsidiárias, ou a aceleração do vencimento final declarado de qualquer dívida se o valor principal agregado dessa dívida, juntamente com o valor principal de qualquer outra dívida inadimplente por falha no pagamento do principal no vencimento final ou que tenha sido acelerada, totalizar US$ 150 milhões ou mais a qualquer momento;	R$3.668,3 milhões

(a) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os contratos de financiamento firmados pela Companhia foram integralmente desembolsados.

Demonstração De Resultado

PERÍODO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

As discussões a seguir fornecem uma comparação dos resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossos resultados operacionais em milhares de reais e como percentual de representatividade sobre receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
exercício social findo em31 de dezembro de				
(em milhares de Reais)	**2025**	**AV%**	**2024**	**AV%**
Operações Continuadas	65.048.731	100,0	61.379.038	100,0
Receita Líquida				
Custo dos produtos vendidos	(48.642.936)	(74,8)	(45.543.222)	(74,2)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Bruto	**16.405.795**	**25,8**	**15.835.816**	**25,8**
Receitas (Despesas) Operacionais				
Vendas	(8.732.527)	(13,2)	(8.111.479)	(13,2)
Gerais e administrativas	(1.005.294)	(1,5)	(953.059)	(1,6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(32.903)	(0,1)	82.783	0,1
Equivalência patrimonial	10.685	-	(13.675)	-
Lucro (Prejuízo) Antes Do Resultado Financeiro	**6.645.756**	**10,2**	**6.840.386**	**11,1**
Receitas financeiras	2.181.053	3,4	1.225.792	2,0
Despesas financeiras	(4.725.985)	(7,3)	(3.645.839)	(5,9)
Variações monetárias e cambiais	1.534	-	629.534	1,0
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	**(2.543.398)**	**(3,9)**	**(1.790.513)**	**(2,9)**
Lucro Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	**4.102.358**	**6,3**	**5.049.873**	**8,2**
Tributos Sobre O Lucro	(814.169)	(1,3)	(1.357.969)	(2,2)
Lucro Líquido Das Operações Continuadas	**3.288.189**	**5,1**	**3.691.904**	**6,0**

Receita Líquida

Em 31 de dezembro de 2025 a receita líquida da Companhia foi de R$65.048,7 milhões, um aumento correspondente a 6% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$61.379,0 milhões Esse aumento é decorrente principalmente (i) do aumento de 4,5% dos volumes vendidos; (ii) do aumento de 1,4% do preço médio dos produtos, apesar da valorização do real frente ao dólar do período observado, influenciando negativamente o resultado do mercado externo.

A Companhia apresenta a seguir as tabelas contendo o desempenho da receita líquida de cada segmento.

Mercado Interno

Em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida do mercado interno foi de R$35.793,8 milhões, um aumento de 14,1% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$31.369,3 milhões. Tal aumento ocorreu, principalmente, devido à estratégia de crescimento sustentável da Companhia com aumento contínuo dos volumes vendidos, com destaque para o portfólio de produtos processados, impulsionado pela força de nossa principais marcas e pela manutenção dos níveis ótimos de nossos principais indicadores de execução comercial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir detalha a receita líquida do mercado interno:

(em milhares de Reais)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**AH%**
Receita líquida			
In natura	8.420.350	7.106.852	18,50
Semi-processados	2.425.238	1.971.191	23,00
Processados	22.662.820	19.436.930	16,60
Outras vendas	2.285.429	2.854.376	-19,90
Total	**35.793.837**	**31.369.349**	**14,10**

A tabela a seguir apresenta os preços médios no mercado interno:

(em Reais por kg)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**AH%**
Mercado Interno	11,88	11,15	6,5%

Mercado Externo

Em 31 de dezembro de 2025 a receita líquida do mercado externo da Companhia foi de R$29.254,9 milhões, uma diminuição de 2,50% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$30.009,7 milhões. No mercado externo, novamente a diversificação de mercados aliada à força das nossas marcas em mercados estratégicos se traduziu em mais um ano de expansão de volumes. Esse avanço foi possível apesar dos desafios impostos pela restrição temporária da exportação brasileira da proteína de frango para diversos destinos importantes como China, países da União Europeia e Arábia Saudita. Em 2025, conquistamos 55 novas permissões para exportação, totalizando 230 desde 2022. No trimestre, destacamos a conquista de habilitações para a União Europeia, Japão e Cuba. A tabela a seguir detalha a receita líquida do mercado externo:

(em milhares de Reais)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**AH%**
Receita líquida			
In natura	23.753.045	24.926.603	-4,70%
Semi-processados	702.482	659.349	6,50%
Processados	4.146.205	*3.803.759*	9,00%
Outras vendas	653.162	*619.978*	5,40%
Total	29.254.894	**30.009.689**	-2,50%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os preços médios no mercado externo:

(em Reais por kg)	**exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**AH%**
Mercado Externo	13,25	13,73	-3,5%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R$48.642,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 6,8% em comparação com o exercício de 2024, de R$45.543,2 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 4,5% nos volumes vendidos.

O custo unitário verificado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$9,31, um aumento de 2,2% em relação a 2024, de R$9,11, principalmente em função do aumento do custo de consumo do milho (+16% a/a), compensado parcialmente pela queda do custo de consumo do farelo de soja, aumento do custo de produção na plataforma da Turquia, efeitos inflacionários sobre produtos e serviços, efeito do mix de produtos vendidos no período e pelo maior volume de compra de matéria-prima de terceiros para atender a demanda crescente de processados.

Lucro bruto

Em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto da Companhia foi de R$16.405,8 milhões, um aumento de 3,6% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$15.835,8 milhões. A margem bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 25,2%, em comparação a 25,8% no exercício correspondente em 2024. Este desempenho é resultado do aumento de 6% na receita líquida em relação ao exercício social de 31 de dezembro de 2024.

Receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas operacionais da Companhia totalizaram R$9.760,0 milhões, um aumento de 8,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$8.995,4 milhões, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com vendas: Em 31 de dezembro de 2025, as despesas com vendas da Companhia foram de R$ 8.732,5 milhões, um aumento de 7,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$ 8.111,5 milhões. Tal aumento teve como resultado, entre outros fatores, maiores gastos logísticos, devido ao aumento em armazenagem para melhores serviços, aumento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de quadro com promotores objetivando melhores posicionamentos em gôndolas e gastos com marketing e trade marketing decorrentes das campanhas para impulsionar as vendas, como, por exemplo, as campanhas de 45 anos de Chester, Qualy 35 anos, “Perdigão Meu Menu. Sabor de feito em casa”, “Seu dia pede Sadia”, Riyadh Season no Halal, entre outras.

Despesas gerais e administrativas: Em 31 de dezembro de 2025, as despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R$1.005,3 milhões, um aumento de 5,5% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2024, de R$953,0 milhões. Tal aumento ocorreu principalmente por impacto inflacionário.

administrativos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2025, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, totalizaram R$ 32,9 milhões de despesas, uma redução de 139,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$ 82,8 milhões. Este desempenho é majoritariamente explicado pelo aumento das despesas com contingências.

Lucro antes do resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro antes do resultado financeiro no montante de R$6.645,7 milhões, uma diminuição de 2,8% em relação ao exercício social findo em 2024, de R$6.840,4 milhões. Tal diminuição ocorreu, principalmente, em função do aumento das despesas operacionais.

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento, bem como para o *Corporate*:

(em milhares de Reais)	**Período de doze meses findo em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**AH%**
Brasil	3.525.542	3.073.224	14,71%
Internacional	3.172.966	3.981.318	-20,30%
Outros segmentos	0	0	-
Subtotal	**6.698.508**	**7.054.542**	-5,00%
Corporate	(52.752)	(214.156)	-75,40%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total	**6.645.756**	**6.840.386**	-2,80%

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido totalizou R$ 2.543,4 milhões de despesas, representando aumento de 42% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foi de R$1.790,5 milhões. O menor resultado financeiro líquido no ano em relação a 2025 pode ser atribuído aos juros provisionados, aumento das correções monetárias e queda da variação cambial ativa, atrelada a queda do dólar em 2025.

Lucro antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o lucro antes dos tributos sobre o lucro da Companhia totalizou R$ 4.102,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma diminuição de 18,8% em comparação a um prejuízo no exercício social correspondente em 2024, que foi de R$ 5.049,9 milhões.

Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025, os tributos sobre o lucro da Companhia geraram uma despesa de R$ 814,2 milhões, em comparação com uma despesa de R$1.358,0 milhões no período correspondente em 2024. A alíquota efetiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de um débito correspondente a 20% do lucro antes dos impostos em comparação com uma alíquota efetiva que representou um débito de 27% no exercício social anterior. Essa mudança ocorreu, principalmente, devido às variações no efeito de diferenças de alíquotas de empresas no exterior, crédito da subvenção para investimento, variação cambial e contingência de IRPJ/CSLL.

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou lucro de R$ 3.288,2 milhões, uma diminuição de 10,9% em comparação ao lucro de R$ 3.691,9 milhões no exercício social correspondente em 2024, como reflexo essencialmente do aumento das despesas operacionais e financeiras.

FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de Reais)	**2025**	**2024**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.521.776	10.784.215

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.758.758)	(3.304.440)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.105.214)	(6.928.924)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(375.471)	1.349.849
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	**3.282.333**	**1.900.700**

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R$ 10.521,8 milhões em 2025, em comparação com R$ 10.784,2 milhões em 2024. A diminuição de 2,43% é principalmente devido à diminuição de geração de caixa em clientes de R$ 1.882,9, atenuado pelo maior consumo de caixa proveniente de estoques de R$ 1.604,9 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Em 31 de dezembro de 2025, foram aplicados pela companhia nas atividades de investimento R$ 4.758,7 milhões, em comparação R$ 3.304,4 milhões em 2024. O aumento de 44,01% é principalmente atrelado ao impacto do aumento das adições de ativo imobilizado, investimentos, aquisições de controladas e redução de aplicações financeiras que totalizaram R$ 1.158,9 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aplicou fluxos nas atividades de financiamento o montante de R$ 2.105,2 milhões, em comparação com R$6.928,9 milhões em 2024. Esta diminuição de 69,62% é, principalmente, resultado do aumento de empréstimos captados em 2025, no montante de R$ 4.597,4, e da queda dos empréstimos líquidados de R$ 2.428,4, efeito compensado pelo maior pagamento de dividendos/JCP no exercício, no montante de R$ 2.768,8.

PERÍODO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

As discussões a seguir fornecem uma comparação dos resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 com os resultados operacionais para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossos resultados operacionais em milhares de reais e como percentual de representatividade sobre receita líquida para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	exercício social findo em 31 de dezembro de			
(em milhares de Reais)	**2024**	**AV%**	**2023**	**AV%**
Operações Continuadas	61.379.038	100,0	53.615.440	100,0
Receita Líquida				
Custo dos produtos vendidos	(45.543.222)	(74,2)	(44.781.739)	(83,5)
Lucro Bruto	**15.835.816**	**25,8**	**8.833.701**	**16,5**
Receitas (Despesas) Operacionais	(8.082.662)	(13,2)	(7.454.163)	(13,9)
Vendas				
Gerais e administrativas	(953.059)	(1,6)	(757.836)	(1,4)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(28.817)	-	(32.809)	(0,1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	82.783	0,1	250.512	0,5
Equivalência patrimonial	(13.675)	-	(3.264)	-
Lucro (Prejuízo) Antes Do Resultado Financeiro	**6.840.386**	**11,1**	**836.141**	**1,6**
Receitas financeiras	1.225.792	2,0	1.202.520	2,2
Despesas financeiras	(3.645.839)	(5,9)	(4.136.312)	(7,7)
Variações monetárias e cambiais	629.534	1,0	112.945	0,2
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	**(1.790.513)**	**(2,9)**	**(2.820.847)**	**(5,3)**
Lucro (Prejuízo) Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	**5.049.873**	**8,2**	**(1.984.706)**	**(3,7)**
Tributos Sobre O Lucro	(1.357.969)	(2,2)	115.854	0,2
Lucro (Prejuizo) Líquido Das Operações Continuadas	**3.691.904**	**6,0**	**(1.868.852)**	**(3,5)**

Receita Líquida

Em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida da Companhia foi de R$61.379,0 milhões, um aumento correspondente a 14,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$53.615,4 milhões Esse aumento é decorrente principalmente (i) do aumento de 3,0% dos volumes vendidos; (ii) do aumento de 11,2% ao ano do preço médio dos produtos, influenciado, entre outros fatores, pela recuperação de preços da proteína in natura e pelo impacto cambial na receita do segmento Internacional (decorrente da variação cambial de R$4,99, em 2023, para R$5,39, em 2024), e (iii) pelo impacto da hiperinflação da Turquia, que acarretou aumento da receita líquida em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R$924 milhões.

A Companhia apresenta a seguir as tabelas contendo o desempenho da receita líquida de cada segmento.

Segmento Brasil

Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida do segmento Brasil foi de R$28.840,6 milhões, um aumento de 7,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$26.858,9 milhões. Tal aumento ocorreu, principalmente, devido à estratégia de crescimento sustentável da Companhia com aumento contínuo dos volumes vendidos, com destaque para o portfólio de produtos processados. Adicionalmente, a recuperação de preços da proteína de frango in natura durante o ano de 2024 também contribuiu para a evolução do patamar de rentabilidade no segmento Brasil.

A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento Brasil.

(em milhares de Reais)	**exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2024	**2023**	**AH%**
Receita líquida			
In natura	7.082.453	6.133.183	15,5
Semi-processados	1.988.415	1.733.981	14,7
Processados	19.675.454	18.683.405	5,3
Outras vendas	94.311	308.349	(69,4)
Total	**28.840.633**	**26.858.918**	**7,4**

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento Brasil:

(em Reais por kg)	**exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2024	**2023**	**AH%**
Brasil	12,09	12,05	0,4

Segmento Internacional

Em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida do segmento internacional da Companhia foi de R$29.173,2 milhões, um aumento de 22,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$23.851,8 milhões. Os principais fatores que contribuíram com esse aumento foram (i) a recuperação do preço das proteínas nos mercados internacionais, superando o cenário de sobreoferta global de frango observado durante o ano de 2023; (ii) a estratégia de diversificação de mercados através da conquista de novas habilitações para exportação, que permitiu à Companhia capturar as melhores oportunidades de preço, com destaque para as habilitações para exportação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de carne de frango in natura e processada para o Reino Unido, marcando o retorno das exportações da BRF para o continente europeu, além das habilitações para exportação da proteína de frango e suíno para as Filipinas e de suíno para os Estados Unidos; e (iii) a maior participação de produtos processados nas vendas em todos os mercados que a Companhia atua. A tabela a seguir detalha a receita líquida do segmento internacional:

(em milhares de Reais)	**exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2024	**2023**	**AH%**
Receita líquida			
In natura	24.597.920	20.252.213	21,5
Semi-processados (1)	651.624	352.087	85,1
Processados	*3.755.026*	*3.104.193*	*21,0*
Outras vendas	*168.585*	*143.271*	*17,7*
Total	**29.173.155**	**23.851.764**	**22,3**

A tabela a seguir apresenta os preços médios no segmento internacional:

(em Reais por kg)	**exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2024	**2023**	**AH%**
Internacional	12,92	11,26	21,4

Outros segmentos

Em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida dos outros segmentos foi de R$3.365,3 milhões, um aumento de 15,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$2.904,8 milhões, principalmente como resultado: (i) do avanço no plano de maximizar a rentabilidade através da maior participação de produtos de valor agregado nas vendas, com adições importantes ao portfólio como os palatabilizantes e a heparina, no segmento de Ingredients; (ii) do crescimento no segmento super premium natural e novo direcional de gestão em Pet Food, no qual a Companhia promoveu uma racionalização de SKU's, aumentou a distribuição e prescrição de produtos, investiu nas principais marcas, ampliou os destinos de exportação, além de realizar o lançamento de produtos inovadores; e (iii) das operações pontuais de arbitragem envolvendo comercialização de grãos entre regiões (praças) como resultado da atuação mais ativa na identificação de oportunidades de mercado.

A tabela a seguir apresenta os preços médios dos outros segmentos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em Reais por kg)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2024	**2023**	**AH%**
Outros segmentos	7,88	6,38	23,5

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R$45.543,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 1,7% em comparação com o exercício de 2023, de R$44.781,7 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 3% nos volumes vendidos.

O custo unitário verificado em 31 de dezembro 2024 foi de R$9,11, uma redução de 1,2% em relação a 2023, de R$9,23, principalmente em função da queda do custo de consumo dos grãos e óleos e dos ganhos de eficiência operacional em função do BRF+, que no ano de 2024 evoluiu em diversos indicadores, alcançando patamares recordes de eficiência, R$1.460,0 milhão no acumulado do ano. Estes efeitos foram parcialmente mitigados, entre outros fatores, pela inflação de custos afetando suprimentos e serviços, pela alta dos custos de produção da plataforma da Turquia e pelo impacto da variação cambial sobre os estoques no Segmento In ternacional.

Lucro bruto

Em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto da Companhia foi de R$15.835,8 milhões, um aumento de 79,3% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$8.833,7 milhões. A margem bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 25,8%, em comparação a 16,5% no exercício correspondente em 2023. Este desempenho é resultado do aumento de 14,5% na receita líquida em relação ao exercício social de 31 de dezembro de 2023.

A tabela a seguir detalha o lucro bruto da Companhia para os segmentos Brasil, Internacional e Outros.

(em milhares de Reais)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2024	**2023**	**AH%**
Brasil	7.733.707	5.916.699	30,7
Internacional	7.431.712	2.121.851	250,3
Outros segmentos	775.647	764.791	1,4
Subtotal	**15.941.066**	**8.803.341**	**81,1**
Corporate	(105.250)	30.360	(446,7)
Total	**15.835.816**	**8.833.701**	**79,3**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas operacionais da Companhia totalizaram R$8.995,4 milhões, um aumento de 12,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$7.997,6 milhões, principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Despesas com vendas: Em 31 de dezembro de 2024, as despesas com vendas da Companhia foram de R$ 8.082,7 milhões, um aumento de 8,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$7.454,2 milhões. Tal aumento teve como resultado, entre outros fatores, maiores gastos com fretes, devido ao aumento de tarifas e gastos com marketing e trade marketing decorrentes das campanhas para impulsionar as vendas, como, por exemplo, as campanhas de 80 anos de Sadia, Perdigão no Estrelas da Casa e na NFL e Lollapalooza, entre outras.

Despesas gerais e administrativas: Em 31 de dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R$953,0 milhões, um aumento de 25,8% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2023, de R$757,8 milhões. Tal aumento ocorreu principalmente por conta de maiores gastos com remuneração variável em função do resultado de atingimento das metas e dos efeitos inflacionários sobre os salários e encargos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2024, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, totalizaram R$82,8 milhões, uma redução de 66,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, de R$250,5 milhões. Este desempenho é majoritariamente explicado pela recuperação de despesas, contingências e pelos ganhos líquidos na alienação e baixa de ativos, entre outros efeitos líquidos.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro antes do resultado financeiro no montante de R$6.840,4 milhões, um aumento de 718,1% em relação ao exercício social findo em 2023, de R$836,1 milhões. Tal aumento ocorreu, principalmente, em função da evolução em 2024 do resultado operacional da companhia em todos os segmentos de negócio, com destaque principalmente para o segmento Internacional, que apresentou um lucro antes do resultado de R$3.981,3 milhões em comparação a um prejuízo antes do resultado financeiro de R$1.214,1 milhões em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro da Companhia para cada segmento e para o *Corporate*:

(em milhares de Reais)	**Período de doze meses findo em 31 de dezembro de**		
	2024	**2023**	**AH%**
Brasil	2.750.655	1.602.298	71,7
Internacional	3.981.318	(1.214.167)	(414,7)
Outros segmentos	322.569	357.720	(9,8)
Subtotal	**7.054.542**	**745.851**	**845,8**
Corporate	(214.156)	90.290	(337,2)
Total	**6.840.386**	**836.141**	**718,1**

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o resultado financeiro líquido totalizou R$1.790,5 milhões de despesas, representando redução de 36,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foi de R$2.820,8 milhões. O menor resultado financeiro líquido no ano em relação a 2023 pode ser atribuído aos maiores juros sobre aplicações, redução das despesas financeiras e efeito positivo da variação cambial, salientando-se os impactos principais a seguir: (i) menor ajuste a valor presente em R$338,0 milhões, atrelado ao maior saldo de Clientes e à queda do CDI acumulado no ano de 2024 para 10,92%, em comparação a 13,04% em 2023; (ii) redução de despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em R$253,6 milhões atribuído principalmente à redução do endividamento bruto médio no período e ao menor CDI; (iii) aumento dos juros sobre caixa e aplicações em R$283,2 milhões associado à maior posição de caixa; e (iv) menor receita de juros sobre tributos a recuperar em R$180,7 milhões. Adicionalmente, foram observados impactos favoráveis devido à variação cambial e aos resultados dos derivativos no montante total de R$516,6 milhões.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Como resultado do exposto acima, o lucro antes dos tributos sobre o lucro da Companhia totalizou R$5.049,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 354,4% em comparação a um prejuízo no exercício social correspondente em 2023, que foi de R$ 1.984,7 milhões

Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024, os tributos sobre o lucro da Companhia geraram uma despesa de R$1.358,0 milhões, em comparação com uma receita de R$115,9 milhões no período

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

correspondente em 2023. A alíquota efetiva no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de um débito correspondente a 26,9% do lucro antes dos impostos em comparação com uma alíquota efetiva que representou um crédito de 5,8% no exercício social correspondente em 2023. Essa mudança ocorreu principalmente devido ao resultado positivo da Companhia em relação ao ano anterior, bem como pelos efeitos de variação cambial sobre os investimentos da Companhia em subsidiárias estrangeiras e do impacto de contingência relativa a IRPJ/CSLL.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou lucro de R$3.691,9 milhões, um aumento de 297,5% em comparação com prejuízo de R$1.868,9 milhões no exercício social correspondente em 2023, principalmente em função da evolução do resultado operacional, com destaque para o crescimento da receita em 14,5% em comparação ao exercício social de 2023 e níveis saudáveis de rentabilidade em todo o portfólio de produtos e segmentos de negócios e da redução do endividamento líquido com reflexos nas despesas de juros incorridas no exercício social.

FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de Reais)	**2024**	**2023**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.776.742	3.939.397
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.498.579)	(2.113.844)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(6.727.312)	(861.837)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	1.349.849	170.019
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de em caixa e equivalentes de caixa	**1.900.700**	**1.133.735**

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R$10.776,7 milhões, em 2024, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R$3.939,4 milhões em 2023. O aumento de 173,6% é principalmente devido ao ganho de caixa pela melhor performance do resultado operacional no montante de R$7.834,5 milhões, acrescido da maior geração de caixa em Fornecedores de R$2.169,6 milhões e em clientes de R$592,0 milhões, atenuado pelo maior consumo de caixa proveniente de estoques de R$1.416,0 milhões e em ativos biológicos circulantes de R$519,5 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R$3.498,6 milhões, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento de R$2.113,8 milhões em 2023. O aumento de 65,5% é principalmente atrelado ao impacto das aplicações e resgates de títulos mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e do caixa restrito, que totalizaram R$1.061,0 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento no montante de R$6.727,3 milhões, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R$861,8 milhões em 2023. Este aumento de 680,6% é principalmente decorrente do impacto positivo do aumento de capital com emissão de ações (follow-on) realizado em 2023, de R$5.313,2 milhões. Assim, foram realizadas captações menores de empréstimos no ano, no valor de R$1.491,7 milhões, e recompras de ações realizadas no valor de R$1.288,2 milhões, além do pagamento de dividendos na forma de juros sobre capital próprio de R$1.144,5 milhões. Este maior consumo de caixa foi atenuado pelo efeito positivo das menores amortizações no ano de 2024 em R$2.903,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) <u>resultados das operações da Companhia</u>

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, um detalhamento dos produtos da Companhia vendidos no Brasil e a clientes internacionais:

Produtos à base da Carne, incluindo:

- carne *in natura* resfriada e/ou congelada, que definidos como frango inteiro e em cortes, assim como carne suína congelada e peru; e
- produtos halal para o mercado islâmico de acordo com o método halal de abate.

Produtos Alimentícios Processados, incluindo:

- frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca Chester);
- carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e outros produtos defumados;
- *snacks* (Salamitos);
- carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
- comidas prontas congeladas, como lasanhas, macarrão com queijo, tortas, pizzas, assim como outras comidas congeladas;
- produtos *plant-based*, como nuggets, tortas, vegetais e hamburgueres;
- sobremesas congeladas e pão de queijo;
- margarinas, manteigas, requeijão e patês; e
- outros, incluindo farelo de soja, farinha de soja refinada, ração animal e *pet food*.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e continuarão sendo influenciados por uma ampla gama de fatores, incluindo, além dos fatores já indicados no item 1.4 (c) do Formulário de Referência (barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias, barreiras sanitárias, barreiras técnicas, pandemias, surtos e doenças animais):

2.2 Resultados operacional e financeiro

- condições econômicas no Brasil e no exterior;
- efeito das barreiras comerciais e outras restrições de importações;
- resultados operacional e financeiro;
- interrupções nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de abastecimento e nos processos de produção resultantes de eventuais pandemias; preocupações com a ASF, a gripe aviária e outras doenças de origem humana e animal.

Sensibilidade do mercado doméstico às mudanças na demanda global, incluindo o efeito das ações dos principais concorrentes brasileiros e aumentos temporários na oferta de produtores em outros países;

- mudanças nos preços de commodities;
- flutuações na taxa de câmbio e inflação;
- conflitos geopolíticos de alto impacto (Ucrânia x Rússia; Oriente Médio);
- taxas de juros; e
- custos de frete e volume.

Fatores sazonais e volatilidade que afetam tanto os preços de matéria-prima quanto os preços de vendas podem afetar materialmente os resultados da Companhia.

O custo de produção da Companhia depende, principalmente, do preço e oferta de milho e farelo de soja. Entre outras matérias-primas, estão soja em grãos, suínos e bovinos, por exemplo. Os preços de venda dos produtos da Companhia são determinados por alterações constantes na oferta e demanda que podem flutuar de maneira significativa, além de outros fatores externos que a Companhia não consegue controlar, como flutuações nos níveis de produção doméstica global de aves, suínos e bovinos, mudanças nas regulamentações ambientais, mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças em animais e na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio. Qualquer mudança no preço ou na disponibilidade de matéria-prima necessária para a produção de produtos da Companhia causadas por esses ou outros fatores poderão impactar a Companhia.

O setor econômico no qual a Companhia está inserida também é caracterizado por períodos cíclicos, onde preços e rentabilidade oscilam em decorrência dos patamares de oferta e demanda. Não há certeza de que a Companhia conseguirá se adaptar adequadamente aos períodos cíclicos ou à volatilidade, sendo que podem ter efeitos adversos nas operações ou resultados financeiros da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Desastres naturais, pandemias ou variações climáticas extremas, incluindo enchentes, secas, calor ou frio excessivo, furacões ou outras tempestades, assim como qualquer interrupção em plantas da Companhia que necessitarem a realocação temporária de funções para outras instalações podem prejudicar o crescimento e a saúde de animais vivos ou interferir em suas operações em razão de faltas de energia, danos à produção e instalações de processamento ou interrupção de canais ou sistemas de informação da Companhia.

A seguir, a Companhia apresenta maiores detalhes sobre estes fatores:

Situação econômica mundial e brasileira

O Conselho Monetário Nacional definiu a meta de inflação no Brasil em 3% para 2026, com uma variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Os aumentos de preços geralmente reduzem o poder de compra dos consumidores, especialmente entre as classes de renda mais baixas, e acabam limitando o consumo. O mercado de trabalho brasileiro registrou taxa média de desocupação de 5,1% em dezembro de 2025, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, o que representa melhoria quando comparado a 6,6% em 31 de dezembro de 2024 e os 7,8% registrados em 31 de dezembro de 2023. Além disso, após atingir 92,0 pontos em dezembro de 2024, a confiança do consumidor brasileiro regrediu ligeiramente e encerrou o ano de 2025 aos 90,2 pontos segundo a pesquisa de Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No quarto trimestre de 2025, o PIB cresceu 1,8% em relação ao ano anterior, sendo que o PIB per capita apresentou um avanço de 1,9% (em valores correntes) na comparação com 2024, segundo o IBGE. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de juros SELIC era de 15,0%, em comparação com os 12,25% de 31 de dezembro de 2024 e, na data deste arquivamento, a taxa de juros SELIC era de 14,75%.

Em 31 de dezembro de 2025, o real valorizou 11,1% em relação à mesma data em 2024, passando de R$ 6,19 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2024 para R$5,50 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2025.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em dezembro de 2025 o consumo das famílias brasileiras (ex-vendas de supermercados) em termos reais (ajustado pelo IPCA) aumentou 9,52% em relação a dezembro de 2024, contra um aumento de 7,23% em dezembro de 2024 em comparação a dezembro de 2023. No acumulado do ano, as vendas reais dos supermercados cresceram 3,68% em 2025 em relação a 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Efeito da demanda do mercado exportador e suas consequências no mercado doméstico

As flutuações na demanda de produtos de aves, suínos e bovinos no mercado internacional podem afetar os preços de comercialização desses itens no mercado brasileiro. Os exportadores brasileiros tendem a redirecionar os produtos do mercado internacional para o mercado doméstico, aumentando o fornecimento desses produtos localmente e, muitas vezes, afetando de forma negativa o preço local. Consequentemente, isso pode afetar a receita líquida da Companhia no mercado doméstico.

Durante o ano de 2025, a Companhia recebeu autorização para exportação para diversos países dos quais cabe destacar:

- Malásia, abertura de mercado e habilitação da unidade Uberlândia/MG para o processo de suínos;
- China, reversão da suspensão da habilitação para exportação de carne de frango da planta de Rio Verde/GO;
- União Europeia: habitação de 04 unidades de frango (Serafina Correa/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Mineiros/GO e Uberlândia/MG);
- Chile: reconhecimento do estado do Paraná como livre de febre aftosa e do estado de Goiás como livre da doença de Newcastle, a unidade de Toledo foi habilitada para exportar carne de suínos e, de Jataí, Rio Verde, Buriti Alegre, Mineiros e MNE foram habilitadas para exportar carne de frango.

Em 12 de maio de 2025, as autoridades brasileiras identificaram um foco de influenza aviária de alta patogenicidade em uma granja comercial de aves no município de Montenegro, no estado do Rio Grande do Sul. Em resposta ao surto, o MAPA criou uma área de emergência zoos sanitários e implementou rigorosas medidas de controle e vigilância num raio de 10 quilômetros da área afetada para evitar a propagação da doença. O Governo Federal Brasileiro também impôs um embargo preventivo às vendas de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas para mais de 40 países, incluindo China, membros da União Europeia e Argentina. Após a contenção do foco, o Brasil informou oficialmente em 18 de junho de 2025, à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) o fim do vazio sanitário, com a notificação, o país se autodeclarou livre da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP). Ao término do ano de 2025 nenhum grande mercado permaneceu fechado ao frango brasileiro devido ao caso de influenza aviária.

A MBRF reforçou os protocolos de biosseguridade estabelecidos na região do Rio Grande do Sul, mantendo uma rotina de acompanhamento sanitário dos planteis, bloqueio do trânsito de aves e acompanhamento rigoroso do time técnico na região, estabeleceu um programa vacinal específico para as unidades, assim como, realizou uma série de treinamentos e alinhamentos com produtores e times técnicos reforçando o nosso compromisso com biosseguridade.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia monitora as ações de seus concorrentes nacionais, uma vez que também são impactados por mudanças no mercado externo e podem redirecionar seus produtos para o mercado interno ou externo. Além disso, monitora as flutuações na oferta gerada pelos produtores na China, nos EUA, na UE e em outras regiões.

Custo com transporte

O custo de transporte de nossos produtos através de nossa rede de distribuição nacional e para os clientes estrangeiros é significante e afetado pelas flutuações no preço do petróleo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os custos de frete das operações contínuas da Companhia representaram aproximadamente 8,8%, 8,9%, 9,9% de nossas vendas líquidas, respectivamente. Na exportação, a Companhia envia muitos dos produtos nas modalidades CFR (custo e frete), CIF (custo, seguro e frete), DDP (entregue com direitos pagos), entre outros, incluindo o pagamento de custos de frete e seguro. Em 2025, o cenário logístico internacional permaneceu marcado por tensões geopolíticas e desafios estruturais na cadeia de suprimentos global. Embora persistam riscos associados a conflitos regionais e à volatilidade dos mercados energéticos, observou-se uma maior capacidade de adaptação por parte do setor de transporte marítimo, com ajustes operacionais e comerciais que contribuíram para maior previsibilidade das operações ao longo do ano.

A continuidade dos impactos indiretos do conflito no Oriente Médio e as restrições à navegação em rotas estratégicas, como o Mar Vermelho, mantiveram rotas alternativas em utilização, com reflexos ainda relevantes sobre tempos de trânsito e custos logísticos. No entanto, ao longo de 2025, registrou-se uma progressiva reorganização das malhas marítimas, com melhorias graduais na disponibilidade de equipamentos, maior regularidade nos embarques e redução dos níveis de congestionamento portuário em comparação aos anos anteriores.

Nesse contexto, a Companhia seguiu atuando de forma disciplinada na gestão de seus contratos de frete marítimo, mantendo negociações contínuas com armadores, com foco na mitigação de custos extraordinários, na eficiência operacional e na busca pela convergência gradual a níveis de tarifas mais alinhados ao período pré-pandemia, preservando a competitividade e a resiliência de suas operações globais.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é significativamente afetada por mudanças no câmbio do real frente a outras moedas, como o dólar norte-americano, euro e libra esterlina. A receita também é impactada diretamente por variações do preço dos produtos nos mercados em que a Companhia atua por correção monetária, devido a altas taxas de inflação, em algumas de suas subsidiárias. Para mais

2.2 Resultados operacional e financeiro

informações, vide seção 2.2(b) abaixo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Preços de commodities

Várias das matérias-primas da Companhia são commodities cujos preços flutuam constantemente em resposta às forças de mercado de oferta e procura. A Companhia compra grandes quantidades de farelo de soja, soja (grão) e milho, usados substancialmente na produção de toda ração animal própria. Em sua maior parte, os preços das commodities que a Companhia compra são expressos em reais. Embora os custos dos insumos sejam denominados em reais, os preços das commodities tendem a acompanhar os preços internacionais e são influenciados por flutuações das taxas de câmbio. Até 31 de dezembro de 2025 as compras de milho, farelo de soja e soja representaram aproximadamente 34,68% do custo de produção da Companhia, em comparação a 34,61% no mesmo período em 2024. Embora a Companhia produza a maior parte do rebanho suíno que utiliza nos seus produtos de carne suína, a Companhia também comprou suínos no mercado à vista em 2025 (2,97% do abate total de suínos).

Além disso, os preços de venda de muitos de seus produtos, incluindo todos os seus produtos para o mercado internacional, são altamente sensíveis ao preço de mercado dessas commodities e flutuam com esse preço. Até 31 de dezembro de 2025, a média do preço do farelo de soja no Brasil foi 17% menor do que a média do preço no mesmo período em 2024, a média do preço do milho no Brasil foi 13% maior que o mesmo período em 2024 e a média do preço do óleo de soja no Brasil foi 16% maior que o mesmo período em 2024.

O efeito de reduções ou aumentos nos preços das matérias-primas na margem bruta é maior para produtos in natura em relação a produtos de valor agregado. A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais, especialmente com relação aos produtos *in natura*.

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, a flutuação do real frente ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio diárias médias e de encerramento de período e inflação brasileira medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("**INPC**"), IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado ("**IGP-M**").

(em Reais)	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Apreciação (depreciação) do real frente ao dólar norte-americano	11,10%	(27,89%)	7,21%
Taxa de câmbio do encerramento do exercício (U.S.$1.00)[(1)]	5,50	6,19	4,84
Média (diária) da taxa de câmbio (U.S.$1.00) [(1)]	5,58	5,39	4,99

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxa básica SELIC (meta) do encerramento do exercício[2]	15,00%	12,25%	11,75%
Inflação (INPC)[3]	4,26%	4,77%	3,71%
Inflação (IPCA)[4]	4,26%	4,83%	4,62%
Inflação (IGP-M)[5]	1,05%	6,54%	(3,18%)

Fonte: IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

(1) A média (diária) da taxa de câmbio é a soma das taxas de câmbio diárias com base na transação PTAX 800 Opção 5, dividida pelo número de dias úteis do período.

(2) A taxa de juros SELIC é a principal taxa de juros de referência brasileira.

(3) O INPC é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e oito salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

(4) O IPCA é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e 40 salários-mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil.

(5) O IGP-M atribui pesos diferentes ao consumidor, preços de atacado e preços de construção. O IGP-M é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, fundação privada.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são significativamente afetados por mudanças no câmbio do real frente ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina. As vendas da Companhia nos mercados internacionais são faturadas principalmente em dólares norte-americanos e, na Europa, em euros e libras esterlinas, porém seus resultados operacionais são registrados em reais. A depreciação do real frente a essas moedas aumenta o valor que a Companhia recebeu em reais, aumentando, dessa forma, a receita líquida da Companhia relacionada aos mercados internacionais, sendo que o oposto ocorre quando o real aprecia em relação às outras moedas.

Os preços do farelo de soja e da soja, importantes ingredientes das rações para animais da Companhia, estão diretamente vinculados ao dólar norte-americano. O preço do milho, outro importante ingrediente das rações, também é indexado, porém em níveis inferiores ao da soja e ao farelo de soja. Além do farelo de soja, da soja e do milho, a Companhia compra dos seus fornecedores localizados no exterior, tripas para linguiças, nutrientes minerais para ração, embalagens e outras matérias-primas, assim como equipamentos para uso em suas unidades de produção, os quais são pagos em dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se deprecia frente ao dólar norte-americano, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos da Companhia atrelados à moeda dos Estados Unidos aumenta, sendo que tais aumentos podem afetar negativa e materialmente seus resultados operacionais. Por outro lado, a apreciação do real tem um efeito positivo nos seus custos já que parte deles são fixados em dólar norte-americano, contudo, essa redução não afeta imediatamente seus resultados operacionais por causa da duração do seu ciclo de produção de aves e suínos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R$11.104,8 milhões, representando 43,44% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R$12.400,4 milhões, representando 59,8% do total de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no valor total de R$11.093,4 milhões, representando 55,2% do total de empréstimos e financiamentos. Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio de derivativos e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares norte-

2.2 Resultados operacional e financeiro

americanos e outras moedas estrangeiras, as obrigações de dívida da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas aumentaria o montante em reais que seriam necessários para atender os requisitos do serviço de dívida das suas obrigações em moeda estrangeira. A Companhia atua no sentido de proteger o fluxo de caixa proveniente das receitas e custos denominados ou com importante influência da variação cambial, com base em limites estabelecidos em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros, de forma a evitar uma distorção de suas margens pela apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Em caso de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, o efeito favorável nestas margens é parcialmente mitigado pelo volume de operações de *hedge* contratados com efeito no horizonte de tempo determinado pela Política de Gestão de Riscos Financeiros. Para maiores detalhes sobre a exposição operacional da Companhia ao câmbio ver itens 4.3.ii.b – “Exposição de Resultado Operacional” e 4.3.b – “Riscos Cambiais” acima.

Historicamente, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato na sua receita líquida e custos.

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação majoritariamente indexado ao IPCA e, em menor escala, indexado ao IGP-M.

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados geralmente uma vez ao ano, com base em Acordos Coletivos de Trabalho negociados entre representantes da Companhia e entidades sindicais dos trabalhadores. Geralmente, as partes, Companhia e sindicato, utilizam o INPC/IBGE como parâmetro para essas negociações.

Efeitos das taxas de juros

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por alterações nas taxas de juros que se aplicam às suas dívidas de taxas flutuantes. As principais taxas que a Companhia estava exposta são o CDI (taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos seus contratos de swap cambial e algumas de suas outras dívidas denominadas em real), IPCA, Secured *Overnight Financing Rate* (Taxa de Financiamento Garantida da Noite, ou “SOFR”) e na *Emirates Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária Oferecida dos Emirados, ou “EIBOR”). Qualquer aumento nas taxas CDI, IPCA, SOFR ou EIBOR pode ter um impacto adverso nas despesas financeiras da Companhia e em seus

2.2 Resultados operacional e financeiro

resultados operacionais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 do Formulário de Referência.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia, bem como não constaram ressalvas nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorre em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve qualquer introdução ou alienação de segmentos operacionais.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia estão disponibilizadas no item 1.11 do Formulário de Referência. Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha causado ou que se espera que venha a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, além dos informados no item 1.11 do Formulário de referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

As conciliações entre estas informações e os valores divulgados nas demonstrações financeiras estão apresentadas no item seguinte deste documento.

(em milhares de Reais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025**
Dívida Líquida	9.393.226
EBITDA Ajustado	10.418.770
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	0,90
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado / Receita Líquida)	16,02%

Medições não contábeis são geralmente definidas como aquelas utilizadas para mensurar desempenho histórico, posição financeira ou fluxos de caixa, porém excluem ou incluem valores que não seriam ajustados nas métricas constantes nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro ("**IFRS**"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("**IASB**").

Medições não contábeis não possuem significados padronizados nem definições e podem não ser diretamente comparáveis a medições similarmente adotadas por outras companhias em função de diferenças em como são calculadas.

A Companhia adota as seguintes medições não contábeis:

Dívida Líquida

Mensurada como empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, menos caixa restrito circulante e não circulante, menos títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes menos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, líquidos. Dívida Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

(em milhares de Reais)	**Em 31 de dezembro de 2025**
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(11.104.772)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(14.457.230)

2.5 Medições não contábeis

Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	445.353
Endividamento Bruto	(25.116.649)
Caixa e equivalentes de caixa	14.447.697
Títulos e valores mobiliários	1.205.098
Caixa restrito	70.628
Dívida Líquida	(9.393.226)

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia ainda utiliza a métrica de EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*) Ajustado ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) Ajustado que é mensurada de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período ou exercício, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras (composta por receita de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, juros sobre tributos a recuperar e outras receitas financeiras, por despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente e por efeito de variação cambial sobre ativos e passivos e resultado de instrumentos financeiros derivativos) e das depreciações, amortizações e exaustões. Os ajustes também incluem os impactos de eventos climáticos, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação, resultado da equivalência patrimonial e das Operações Carne Fraca e Trapaça.

O EBITDA Ajustado é utilizado para tomada de certas decisões pela Administração e é uma medida complementar de desempenho financeiro e de habilidade de geração de caixa operacional. O EBITDA Ajustado é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado como um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional, nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com o IFRS.

A Margem EBITDA Ajustado é mensurada dividindo o EBITDA Ajustado pela receita líquida do período ou exercício.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado, para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis brasileiras nem nos IFRS aplicáveis à Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

2.5 Medições não contábeis

(em milhares de Reais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025**
Lucro líquido do exercício	3.288.189
(+) Tributos sobre o lucro	814.169
(+) Receitas (Despesas) financeiras líquidas[1]	2.543.398
(+) Depreciação, amortização e exaustão	3.563.745
(+) Reestruturação	64.196
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.685)
(+)Despesas com incorporação de ações	23.468
(+) Enchentes RS	955
(+) Efeitos de hiperinflação [2]	131.335
EBITDA Ajustado	10.418.770
Receita líquida	65.048.731
Margem EBITDA Ajustada	16,0%

Detalhamento dos ajustes:

[1] Inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais.

[2] Hiperinflação: perdas líquidas decorrentes dos efeitos economia hiperinflacionária na Argentina, onde a Companhia possuía subsidiárias, e também na Turquia onde a Companhia possui subsidiária, registradas em cada rubrica das demonstrações do resultado de cada período.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Ajustado ou LAJIDA Ajustado é mensurado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e corresponde ao resultado líquido do período ou exercício, deduzido o resultado líquido das operações descontinuadas, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido (inclui receitas financeiras, despesas financeiras e variações monetárias e cambiais) e das depreciações, amortizações e exaustões. Os ajustes também incluem os impactos de eventos climáticos, reestruturação, gastos relacionados à alienação de negócios, gastos com aquisições e integrações, dívida designada como *hedge accounting*, efeitos de hiperinflação, resultado da equivalência patrimonial e das Operações Carne Fraca e Trapaça.

A Administração utiliza o EBITDA Ajustado para tomada de certas decisões e entende que é uma medida complementar apropriada de desempenho financeiro que permite comparabilidade entre períodos e demonstra o potencial de geração de caixa operacional da Companhia. Da mesma forma, a Companhia utiliza métricas derivadas do EBITDA Ajustado, como Margem EBITDA Ajustado, para avaliação de desempenho em relação à receita líquida. EBITDA Ajustado é uma medição não prevista em IFRS (medição não contábil) e não deve ser considerado um substituto de lucro (prejuízo) líquido, fluxo de caixa operacional nem como base para distribuição de dividendos ou outras medidas de desempenho operacional existentes de acordo com as normas contábeis brasileiras nem nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). O EBITDA Ajustado, conforme mensurado pela Companhia, pode não ser comparável a medidas similares de outras

2.5 Medições não contábeis

companhias.

A Administração também utiliza a medição não contábil de Dívida Líquida para mensuração da condição financeira e da capacidade de pagamento de certos passivos da Companhia, por meio da comparação entre certos saldos passivos e certos saldos ativos, conforme descrito no item 2.5 (a) do Formulário de Referência.

Esta medição é relevante dado que a Companhia possui política financeira que tem por objetivo estabelecer diretrizes para a gestão de sua estrutura de capital e monitoramento desta.

A Dívida Líquida é uma medição não prevista nas normas contábeis brasileiras nem no IFRS aplicáveis à Companhia (medições não contábeis) e não indica que todo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários estão disponíveis para pagar os empréstimos e financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e, adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

Por fim, a Companhia utiliza a métrica de Alavancagem, derivada das métricas de Dívida Líquida e de EBITDA Ajustado conforme indicado no item 2.5 (a) do Formulário de Referência, para fins de complemento na avaliação da sua capacidade potencial de pagamento de certos passivos por meio da geração potencial de caixa operacional. A Alavancagem é uma medição complementar, não prevista nas normas contábeis brasileiras nem nos IFRS aplicáveis à Companhia (medição não contábil), e não deve ser utilizada como substituta de quaisquer métricas contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Impacto do conflito no Oriente Médio

A Companhia está monitorando os potenciais efeitos decorrentes do conflito deflagrado no Oriente Médio ao final de fevereiro de 2026, após a ofensiva militar conduzida pelos Estados Unidos e Israel. Até a data de divulgação de suas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes sobre a cadeia de suprimentos, sobre as operações da Companhia ou sobre suas rotinas logísticas e comerciais.

Adicionalmente, não foram observados efeitos adversos sobre o processo de conclusão do contrato de investimento celebrado entre BRF Arabia e HPDC, cujo desfecho resultará na constituição da Sadia Halal. As partes continuam avançando conforme o cronograma originalmente pactuado, não havendo, até o momento, evidências de que o contexto geopolítico comprometa a viabilidade ou os termos da referida transação.

2.7 Destinação de resultados

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

2.7 Destinação de resultados

b. regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia.
e. política de destinação de resultados	Em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados. O texto integral da Política poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia: https://ri.brf-global.com/https://ri.brf- global.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 31 de dezembro de 2025, os compromissos firmes de compra totalizaram R$6.722,3 milhões.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade tenha retido ou não transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente a 31 de dezembro de 2025.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que têm ou que são suscetíveis de ter efeitos sobre a sua condição financeira, receitas e despesas, resultados das operações, liquidez, despesas de capital que sejam materiais para investidores.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8 do Formulário de Referência e irão afetar os custos e despesas da Companhia, quando existentes, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia. A gestão de tais riscos é feita em concordância à Política de Gestão de Riscos Financeiros da BRF.

(b) natureza e o propósito da operação

Tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e são compostas por contratos de longo prazo com terceiros que incluem, principalmente, aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros, para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos prevêem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Para uma descrição sobre a natureza de cada operação, assim como o montante das obrigações assumidas e os direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras (quando existentes), vide item 2.8 do Formulário de Referência.

2.10 Planos de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

É prevista a realização, durante o exercício social de 2026, de investimentos relacionados à aquisição de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos biológicos, em linha com as necessidades estratégicas de crescimento, habilitações para novos mercados, eficiência operacional, qualidade e reposição de ativos, preservando a dinâmica de saúde financeira da companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram realizados investimentos em valor total de R$4.170,0 milhões, um aumento de 72,11% em relação aos investimentos realizados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, de R$2.422,9 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes da geração de caixa operacional, bem como linhas de crédito com instituições financeiras e de fomento, incluindo empréstimos com objetivo de incentivo às atividades rurais e emissão de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional (vide item 2.1.f do Formulário de Referência para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não tem nenhum investimento relevante em andamento e não tem nenhum desinvestimento relevante previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Aquisição de fábrica de processados na província de Henan na China

Em 20 de novembro de 2024, a BRF GmbH, subsidiária integral da Companhia, firmou contrato vinculante com a Henan Best Foods Co. Ltd., uma subsidiária da OSI Group, empresa norte-americana que atua no processamento de alimentos, para adquirir uma fábrica de processados na província de Henan, China. Em 30 de abril de 2025, ocorreu o fechamento da operação pelo valor

2.10 Planos de negócios

total de US$ 44.986 (R$ 254.630, pago com o valor registrado como “Caixa restrito” e destinado a essa finalidade, o qual não configurou uma combinação de negócios, visto que compreendeu apenas uma transação envolvendo aquisição de ativos. Em 23 de junho de 2025, a BRF GmbH efetuou um aumento de capital no montante de $70.000 yuans chineses (R$53.816) a fim de subsidiar a expansão dessa nova operação. A fábrica possui duas linhas para processamento de alimentos, com capacidade de 28 mil toneladas/ano e possibilidade de expansão para duas linhas adicionais. A aquisição sedimenta a presença da Companhia no mercado chinês e consolida sua capacidade de atender a clientes na região.

Fábrica de Jeddah

Em 21 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um investimento de cerca de US$160.000 (R$919.840) para construção de uma nova fábrica de produtos processados em Jeddah, Arábia Saudita. O investimento será feito pela BRF Arabia, subsidiária da Companhia em sociedade com a HPDC, a qual, em 17 de junho de 2025, efetuou um aumento de capital de R$218.940 ($150.000 riais sauditas) na BRF Arabia Food Industry Ltd. (subsidiária detentora da nova fábrica), dando continuidade, assim, ao processo de expansão no mercado Halal. A nova fábrica terá capacidade de produção de aproximadamente 40 mil toneladas/ano de produtos processados a base de aves e bovinos. O projeto permitirá à Companhia aumentar sua produção local de 17 mil para até 57 mil toneladas ao ano, capturando a demanda crescente do mercado da região e de contas globais, bem como sedimentando sua parceria estratégica com a Arábia Saudita.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (“PD&I”) da Companhia compreendem a pesquisa e inovação agropecuária e a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. O time de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos está localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde fica o BRF Innovation Center (“BIC”).

O BIC tem área total de 13.500m². O prédio exemplifica o compromisso da Companhia com o investimento em PD&I para criar e agregar valor aos seus produtos, processos e serviços. Sua estrutura foi desenvolvida para estabelecer padrões de desenvolvimento tecnológico na indústria de alimentos, incluindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento de carnes, massas, margarinas, vegetais, embalagens, artes gráficas, padronização visual de embalagens, qualidade de fornecedores, assuntos regulatórios, sustentabilidade e bem-estar animal. A instalação conta com salas de reunião, unidade piloto, áreas para testes e avaliação sensorial, laboratórios de embalagens, cozinhas com serviço de alimentação, biblioteca e espaços para brainstorming e benchmarking com potenciais parceiros. A unidade piloto instalada no BIC pode reproduzir com

2.10 Planos de negócios

fidelidade todos os processos fabris disponíveis em escala industrial na BRF, permitindo que o desenvolvimento de novos produtos e a otimização de produtos já existentes no portifólio da Companhia sejam feitos de forma rápida, eficaz e econômica.

A Companhia considera os investimentos em PD&I como fator fundamental para a manutenção de vantagens competitivas, inclusive visando otimizar a cadeia produtiva, melhorar fatores de sustentabilidade e lançar produtos inovadores atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados. Além dos investimentos, a gestão dos conhecimentos técnicos é um ativo fundamental para a construção e manutenção do valor do seu portifólio de produtos. O processo de Gestão do Conhecimento, ao longo de 2025, foi incorporado em mais de 110 projetos de inovação de produtos. A incorporação de ferramentas de gestão do conhecimento permite que os aprendizados e as tecnologias desenvolvidas nos projetos sejam organizados de forma a facilitar a consulta, registrar as tecnologias e permitir agilidade na execução de projetos futuros.

A área de PD&I agropecuária visa fortalecer a competitividade por meio da introdução contínua de novas tecnologias. O objetivo dessas atividades é reduzir os custos de produção, melhorar a qualidade do produto e a satisfação do cliente e atender às demandas dos consumidores, bem como proporcionar um melhor bem-estar animal. Para isso, há a manutenção de uma equipe de especialistas qualificados e experientes para experimentar novos produtos e novas tecnologias aplicadas à agropecuária. Essa equipe inclui pesquisadores altamente qualificados, doutores e mestres, veterinários, agrônomos, zootecnistas e técnicos. Além disso, existem acordos de colaboração com diversas universidades, instituições governamentais de pesquisa e empresas privadas inovadoras, e são utilizados vários incentivos à pesquisa disponibilizados por agências governamentais de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia acredita possuir uma das maiores instalações de pesquisa experimental agropecuária de aves e suínos do mundo e possui estrutura experimental de pesquisa para aves e suínos, com uma fábrica de rações experimental e 19 galpões experimentais, os quais são distribuídos em quatro granjas experimentais, localizadas no Estado de Santa Catarina, com um total de 1.392 baias experimentais para avaliações das características de impacto na cadeia de produção. Além disso, a Companhia possui oito laboratórios bromatológicos, cinco laboratórios com espectroscopia do infravermelho próximo (NIRS – Near Infrared Spectroscopy) para recebimento de grãos e cinco laboratórios de saúde animal que suportam as atividades de pesquisa e a operação.

O departamento de pesquisa formal possui iniciativas de pesquisa de campo no sistema de produção que permite avaliar todas as tecnologias em condições reais de produção. A pesquisa de campo também é utilizada para calcular a produtividade e o impacto financeiro das inovações e estabelecer o momento adequado para introduzir uma nova tecnologia. A Companhia acredita que o sistema de pesquisa de campo traz uma vantagem em relação a outros centros de pesquisa e outras Companhias do setor. Com relação aos projetos de produtos de PD&I, está em andamento projetos de pesquisa sobre redução de aditivos em produtos cárneos, soluções naturais de ingredientes para prolongar o prazo de validade dos produtos com garantia de segurança alimentar, novas embalagens e redução do uso de materiais de embalagem. Outra frente importante nos projetos de pesquisa está

2.10 Planos de negócios

relacionada à redução e otimização de custos na formulação de produtos, sempre equilibrando a acessibilidade, os aspectos sensoriais e nutricionais com as exigências do consumidor.

Além disso, a Companhia possui um programa próprio de melhoramento genético de suínos em oito granjas, competindo com os pacotes genéticos comerciais globais, o qual supre 70% da demanda anual da BRF. O programa conta com uma equipe altamente qualificada que inclui geneticistas, especialistas em reprodução, qualidade da carne e manejo. Em 2022 foi iniciado um upgrade no setor de genômica, o qual vem sendo aprimorado e otimizado quanto ao controle de qualidade da informação genômica.

A Companhia se beneficia de créditos fiscais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) desde 2009, para incentivar a pesquisa em inovação, chamada Lei do Bem. Este programa apoia a inovação tecnológica com base no desenvolvimento de novos produtos e novos processos de fabricação e melhoria incremental em produtos ou processos reais. Nos últimos anos, foram estabelecidas parcerias de pesquisa em projetos financiados pela EMBRAPA, FINEP, CNPq e BNDES, em diferentes áreas de pesquisa.

A Companhia possui pesquisadores e gerentes de projetos que se dedicam a contribuir continuamente com ideias inovadoras para o segmento de PD&I, ao mesmo tempo em que otimizam custos, processos e formulações. A Companhia desenvolveu um processo por etapas exclusivo, que é gerenciado por uma equipe multifuncional para tomar decisões bimestrais sobre possíveis inovações. Com isso, a Companhia pode acelerar o processo de tomada de decisão, em uma cadeia muito complexa, considerando múltiplos pontos de vista. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia gastou R$ 537,7milhões em atividades de PD&I em 1983 projetos classificados como inovação tecnológica, de acordo com os critérios de contabilização da Lei do Bem. A Companhia entende que investir em PD&I é um fator chave para manter suas vantagens competitivas, seja para otimizar sua cadeia produtiva, melhorando a sustentabilidade, bem como lançando produtos inovadores, atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados.

(ii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Contamos com um programa próprio de melhoramento genético de suínos, cujos produtos (reprodutores, matrizes e cevados) são competitivos com aqueles dos programas das empresas internacionais de genética de suínos. Nosso programa atende, atualmente, por opção, 70% da produção da MBRF. O programa conta com seis granjas núcleo no Estado de Santa Catarina, com um quadro de 138 colaboradores ativos, uma granja no Estado de Goiás, com um quadro de 41 colaboradores ativos, além de uma granja no estado de Minas Gerais que serve como reserva técnica do pool de genética. Hoje a Companhia possui um banco de tecidos com mais de 940 mil amostras de material genético (157,5 mil dos quais foram genotipados) e uma série de trabalhos foram realizados para a incorporação da avaliação genômica. No ano de 2021 iniciou-se o processo de seleção dos animais utilizando os valores genéticos genômicos. Nosso processo de validação da

2.10 Planos de negócios

qualidade do trabalho inclui uma rede de quatro granjas experimentais, com 57 colaboradores ativos, onde testes são feitos para conferência dos avanços genéticos logrados pelo programa, além de outras atividades de pesquisa. Para viabilizar os saltos tecnológicos, necessários para manter a competitividade do nosso programa de melhoramento genético, a Companhia estabeleceu parcerias com seis centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, centros de pesquisa, múltiplas universidades e órgãos de pesquisa e desenvolvimento (BNDES, Finep, CNPq e FAPESP) e formou um quadro com oito doutores, seis dos quais são geneticistas.

Destaca-se que o trabalho conjunto com entidades externas possibilita a geração de ideias para a resolução de problemas e o desenvolvimento de novos projetos, ampliando o conhecimento e sua aplicação prática. Um dos principais benefícios é a retroalimentação contínua de novas propostas de inovação, originadas da própria rede de desenvolvimento tecnológico.

A equipe de PD&I do BIC trabalha em conjunto com a área de Garantia da Qualidade na adoção de práticas internacionais de garantia de qualidade, food safety e food fraud, além do desenvolvimento de sistemas de acompanhamento para monitoramento de produtos e processos industriais.

(iii) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Além dos montantes apresentados no item (ii) acima, o ano de 2025 foi marcado por inovações, com mais de 25 lançamentos voltados à conveniência e à praticidade para os consumidores.

Perdigão ampliou sua gama de produtos e entrou nas categorias de lanches prontos com três novos itens Perdigão Montana e na categoria de tortas prontas lançando dois empadões. Perdigão completou a linha Meu Menu com os novos pratos prontos completos: Frango Cremoso com bacon e arroz com brócolis, Strogonoff de Frango com arroz branco e Feijoada e arroz com couve.

Sadia expandiu a linha Hot Bowls com as massas mais pedidas pelos consumidores: Nhoque à Bolonhesa e Nhoque ao Molho Branco e estendeu a linha Pop Sadia, que proporciona uma experiência de lanchonete em casa, com o lançamento do Pop Burger, hamburguer 100% bovino, da batata fininha e a Pop Dog salsicha bovina estilo americana, todos os itens para airfryer.

No segmento de Comemorativos, um dos mais relevantes para rentabilidade do negócio, Sadia, marca Top of Mind da categoria Ceia de Natal(1), se consolidou como opção completa para ceia com o lançamento da sobremesa Miss Daisy Brigattone, enquanto Chester Perdigão, marca líder na categorias de aves especiais(2), lançou 3 novos produtos: Chester semi-desossado recheado, empanado de peito de Chester e o meio da asa e coxinha de Chester Perdigão Na Brasa, ampliando suas opções para as celebrações de fim de ano.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios relacionadas a questões ESG

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

2.10 Planos de negócios

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico da Companhia e está integrada à geração de valor do negócio. A Companhia implementa iniciativas estruturadas por meio de sua Plataforma de Sustentabilidade, voltadas ao uso eficiente de recursos naturais, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa, ao melhor aproveitamento dos alimentos e à gestão responsável da cadeia de fornecimento, com foco em rastreabilidade, combate ao desmatamento, respeito aos direitos humanos e bem-estar animal.

A governança do tema é supervisionada pelo Conselho de Administração, com políticas corporativas globais e ampla transparência por meio de relatórios públicos, a Companhia adota e promove as melhores práticas ESG, fortalecendo o engajamento com fornecedores e demais públicos e contribuindo para a transformação sustentável de sua cadeia de valor.

Plataforma de Sustentabilidade

Por meio da Plataforma de Sustentabilidade, a Companhia estrutura e conduz seus compromissos socioambientais com base em seis pilares estratégicos, que concentram indicadores, métricas e metas de curto, médio e longo prazos, alinhados aos temas materiais da Companhia. Esses pilares orientam a definição de prioridades, a gestão de riscos e oportunidades e o monitoramento do desempenho em sustentabilidade, abrangendo: (i) Controle da Cadeia de Fornecimento; (ii) Mudança do Clima; (iii) Bem-estar Animal; (iv) Recursos Naturais; (v) Resíduos e Embalagens; e (vi) Responsabilidade Social.

1. Controle de Cadeia de fornecimento:

Este pilar representa a conexão com a cadeia de fornecimento e concentra todas as iniciativas relacionadas ao controle de origem e à aquisição responsável de matéria-prima e insumos. Envolve o engajamento dos parceiros de negócio nas melhores práticas de sustentabilidade, assegurando conformidade legal, preservação da biodiversidade e respeito aos direitos humanos. Os processos de compra e monitoramento combinam consultas a bases públicas, ferramentas internas de gestão e cláusulas contratuais, garantindo transparência e responsabilidade em toda a cadeia.

Destaques em 2025: O Programa Verde+ é um programa institucional que traduz o compromisso da companhia com uma cadeia de fornecimento livre de desmatamento, pautada pela rastreabilidade, transparência e inovação em práticas sustentáveis. Seus pilares de atuação incluem: adoção de tecnologias de monitoramento e rastreabilidade, assistência técnica e desenvolvimento de mecanismos financeiros. Em 2025, esses esforços resultaram na consolidação de uma cadeia de bovinos e grãos, direta e indireta, 100% monitorada e livre de desmatamento.

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no Capítulo Controle da Cadeia de Fornecimento (www.mbrf.com)

2.10 Planos de negócios

2. Mudança do clima

A Companhia adota gestão estruturada das emissões de GEE conforme o GHG Protocol, com inventários verificados de forma independente e reconhecidos pelo selo ouro no Brasil, além de integrar o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3.

Destaques em 2025: BRF foi a primeira empresa do setor de alimentos do Brasil a ter metas climáticas aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) segundo a metodologia FLAG, que considera florestas, uso da terra e agricultura. Isso demonstra a consistência do nosso compromisso e reforça nosso alinhamento ao Acordo de Paris, que busca limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no capítulo Mudança do Clima (www.mbrf.com)

3. Bem-estar animal

O bem-estar animal é um eixo central da nossa produção ética e da qualidade dos alimentos que entregamos ao mercado. Mantemos políticas globais robustas e alinhadas a padrões internacionais de manejo humanitário, auditadas regularmente em todas as operações. Programas de capacitação asseguram que colaboradores, transportadores e fornecedores estejam preparados para aplicar as melhores práticas, reforçando nossa postura de tolerância zero a maus-tratos. Nossa gestão é baseada nos cinco domínios, que consideram os estados fisiológicos dos animais, seu comportamento e seus estados mentais — uma evolução das cinco liberdades desenvolvidas em 1979 pelo *Farm Animal Welfare Council (FAWC)*.

Destaques em 2025: a BRF cumpriu a meta de ter 100% das unidades auditadas em bem-estar animal, no Brasil e no exterior, e consolidou o compromisso de utilizar apenas ovos livres de gaiola em todas as operações. O Programa de Excelência em Bem-Estar Animal na Cadeia foi ampliado com a inclusão dos fornecedores de aves e suínos, e passou a oferecer treinamentos para as sete espécies atendidas pela Companhia. Para reforçar transparência, a empresa publicou o Relatório de Bem-Estar Animal, assegurado por auditoria independente, reunindo compromissos, ações e indicadores globais.

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no Capítulo Bem-estar animal (www.mbrf.com)

2.10 Planos de negócios

4. Recursos naturais

Adotamos o uso eficiente e racional de recursos hídricos, energéticos e florestais, promovendo práticas responsáveis em todas as operações e ao longo da cadeia de valor. Nosso objetivo é otimizar processos, reduzir dependências e minimizar impactos ambientais, sempre em conformidade com legislações locais e alinhados às diretrizes da ISO 14001. Também avançamos na integração de softwares e plataformas de gestão ambiental, promovendo sinergias entre unidades e consolidando práticas de excelência.

Destaques em 2025: Em 2025, nossas operações no Brasil avançaram no reúso de água, passando de 20% para 40%. Todas as plantas industriais possuem sistemas de medição de processos implementados, garantindo um monitoramento contínuo e eficiente. Além disso, as unidades possuem uma governança de gestão hídrica robusta e atuante, integrando diversos atores e promovendo uma gestão sustentável dos recursos hídricos

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no capítulo Recursos Naturais (www.mbrf.com)

5. Resíduos e Embalagens

A MBRF reconhece a importância da economia circular e da gestão de resíduos para a construção de um futuro mais sustentável. Buscamos disseminar à sociedade práticas de melhor aproveitamento de recursos em todas as etapas de produção de alimentos, desde a inovação e concepção de produtos e embalagens, passando pelo aproveitamento de subprodutos na indústria, pela gestão de resíduos sólidos originados nas operações e pós-consumo, além de incentivar a valoração de insumos.

Destaques em 2025: mais de 90% das embalagens utilizadas nos produtos da MBRF foram classificadas como recicláveis para o pós-consumo, reforçando o compromisso com a economia circular.

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no Capítulo Resíduos e Embalagens (www.mbrf.com)

6. Responsabilidade social

A Companhia conduz suas operações com foco em responsabilidade social, promovendo desenvolvimento humano, fortalecimento das comunidades e condições de trabalho dignas e transparentes, sempre alinhadas à estratégia do negócio. Entre os impactos positivos estão a geração de emprego e renda, a inclusão socioambiental de fornecedores e iniciativas sociais que valorizam a cultura e a cidadania, com destaque para a contratação de migrantes e refugiados em parceria com organismos internacionais.

Destaques em 2025: a Companhia reforçou seu compromisso com a responsabilidade social ao

2.10 Planos de negócios

lançar a Política Global de Responsabilidade Social e a Política para Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos, alinhada à iniciativa Brasil Sem Desperdício. Nesse mesmo ano, a companhia alcançou de forma antecipada a meta de impactar 1,5 milhão de pessoas em todo o mundo com conteúdos de educação voltados à redução do desperdício de alimentos, resultado inicialmente previsto apenas para 2030.

Mais informações podem ser acessadas no Relatório Integrado 2025 da Companhia, no Capítulo Responsabilidade Social (www.mbrf.com)

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante no desempenho operacional da Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

No âmbito da proposta de incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Companhia não detidas pela Marfrig Global Foods S.A. (“**Marfrig**” e, em conjunto com a Companhia, “**Companhias**”), com a consequente transferência da base acionária da Companhia para a Marfrig (“**Incorporação de Ações**”), a ser deliberada no âmbito da assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, em 18 de junho de 2025, a Companhia divulgou, em 15 de maio de 2025, fato relevante comunicando a respeito da adoção de projeções referentes a potenciais sinergias comerciais, operacionais e fiscais.

Este item apresenta projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras da Companhia, inclusive considerando os efeitos esperados da Incorporação de Ações. Tais projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem vir a afetar o setor de atuação da Companhia e da Marfrig, suas participações de mercado, seus negócios, suas operações e seus resultados. Embora a Companhia acredite que tais estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle das Companhias, incluindo (sem limitação) os fatores de riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, e são feitas com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente. Nesse sentido, as informações apresentadas acima refletem as expectativas da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, sendo dados estimativos e indicativos que não constituem promessa de desempenho. Tais expectativas dependem das condições do mercado, do cenário econômico e dos setores em que a Companhia e a Marfrig atuam. Qualquer alteração na percepção ou nas premissas acima descritas pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

(a) objeto da projeção

A Companhia passou a divulgar, em 15 de maio de 2025, as seguintes projeções, relacionadas às potenciais sinergias identificadas no contexto da Incorporação de Ações:

- aumento de receitas e redução de custos;
- redução de despesas; e
- otimização fiscal.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções indicadas neste item se referem aos seguintes períodos:

- aumento de receitas e redução de custos: montante estimado de R$485 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos;

3.1 Projeções divulgadas e premissas

- redução de despesas: montante estimado de R$320 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos; e
- otimização fiscal: montante estimado de R$3 bilhões, a valor presente líquido, a ser capturado nos próximos anos.

Os valores dos indicadores apresentados acima são aproximados, com base na melhor estimativa da Companhia na data deste Formulário de Referência, não constituem promessa de desempenho futuro da Companhia e podem sofrer alterações adversas de forma material.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da companhia e quais escapam ao seu controle

As principais premissas consideradas para a elaboração das referidas projeções foram, além de fatores macroeconômicos e do mercado de atuação das Companhias, seguem abaixo:

- aumento de receitas e redução de custos: aumento de receitas e redução de custos, decorrente da aceleração de oportunidades de *cross-selling*, incluindo volumes e demais frentes comerciais por meio da capilaridade logística e força das marcas, e de sinergias na cadeia de suprimentos (matéria-prima, embalagens e insumos);
- redução de despesas: redução de despesas decorrente da estrutura comercial e logística, da consolidação de um sistema operacional único e da otimização da estrutura corporativa; e
- otimização fiscal: otimização fiscal usual de operações de natureza similar à da Incorporação de Ações.

As premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência externa que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nessas estimativas, a Companhia pode revisá-las para patamares superiores ou inferiores em comparação às originalmente apresentadas.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Veja o item 3.1(b) acima.

3.2 Acompanhamento das projeções

Projeções divulgadas e premissas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

As projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência estão sendo repetidas neste Formulário de Referência, sem alterações em relação às projeções anteriormente divulgadas pela Companhia.

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não está divulgando novas projeções em substituição às projeções indicadas no item 3.1 acima..

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

As projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência referem-se a montantes estimados a serem capturados nos próximos anos, sem a fixação de metas específicas para períodos intermediários já transcorridos..

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e não foram abandonadas ou substituídas pela Companhia..

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um "efeito adverso" ou um "efeito negativo" para a Companhia, "afetará adversamente" a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controladas em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia.

O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção "4. Fatores de Risco". Não obstante a subdivisão desta seção "4 Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

(a) Relacionados à Companhia

Deterioração das condições econômicas e geopolíticas, incluindo o conflito militar em curso entre Rússia e Ucrânia e conflitos no Oriente Médio, podem ter um efeito adverso nos nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade em seus mercados. Os mercados globais sofreram incertezas econômicas, volatilidade e perturbações após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022, o ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023, a escalada do conflito entre o grupo armado libanês Hezbollah, os ataques militares conduzidos pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, e a deposição do presidente da Síria, Bashar al-Assad, por rebeldes. Embora a duração e o impacto desses conflitos militares em andamento sejam altamente imprevisíveis, os conflitos na Ucrânia, na Faixa de Gaza e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade comercial em todo o mundo e levar a:

- impactos no mercado de crédito e de capitais;
- volatilidade significativa nos preços das commodities (como grãos, insumos de fertilizantes, petróleo e gás);
- aumento das despesas relacionadas a materiais diretos e indiretos utilizados no processo produtivo (ou seja, embalagens, logística e insumos, entre outros) da Companhia;
- aumento dos custos de recursos (como energia, biomassa, gás natural e carvão) para as operações da Companhia;
- desaceleração ou impactos na cadeia de suprimentos global e local, o que pode levar à escassez e falta de materiais, commodities e produtos críticos no mercado e, consequentemente, um aumento substancial dos preços das nossas matérias-primas;
- potencial valorização do dólar norte-americano;
- aumento das taxas de juros e inflação nos mercados em que a Companhia atua, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços de energia, petróleo e outras commodities; e
- crescimento global mais baixo ou negativo.

Tais fatores podem impactar adversamente os custos de produção, transporte e distribuição de alimentos, bem como a cadeia global de suprimentos da Companhia, podendo afetar negativamente seus negócios, resultados operacionais, liquidez e condição financeira.

Qualquer evento desse tipo pode aumentar os custos e afetar adversamente os negócios da Companhia se não for capaz de repassar esse aumento de custos aos seus clientes. Além disso, no caso de haver um desaceleração ou perturbação das cadeias de abastecimento globais e locais, a Companhia pode enfrentar interrupções em sua produção se não for capaz de gerir proativamente seu inventário e estabelecer parcerias estratégicas com fornecedores. Um atraso no tempo de trânsito de nossas remessas impactaria a disponibilidade de nossos produtos nos mercados consumidores relevantes e aumentaria nosso custo de capital empregado devido a estoques maiores e um prazo de recebimento mais longo, afetando, assim, nossos resultados operacionais e nossa

4.1 Descrição dos fatores de risco

posição financeira.

A anexação anterior da Crimeia pela Rússia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subsequentes intervenções militares na Ucrânia levaram a sanções e outras penalidades impostas pelos Estados Unidos, UE e outros países contra a Rússia, Bielorrússia, a região da Crimeia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, ou SWIFT. Potenciais sanções e penalidades adicionais também foram propostas e/ou ameaçadas. As ações militares russas, as sanções resultantes e a adoção de sanções e medidas de retaliação (incluindo ciberataques e espionagem) podem afetar adversamente a economia global e os mercados financeiros e levar a mais instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais. Consulte o fator de risco “O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto material adverso nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.” Os impactos dessas medidas, bem como as possíveis respostas a elas por parte da Rússia, são atualmente desconhecidos. Medidas atuais e futuras podem afetar significativa e adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais, incluindo, por exemplo, cancelamento e dificuldade na exportação de mercadorias para a Rússia, sanções potenciais na comercialização de seus produtos para a Rússia e ameaças à segurança de seus empregados na Rússia e em outros locais próximos ao conflito.

Além disso, a invasão da Ucrânia pela Rússia afetou profundamente a cadeia de suprimentos de grãos integrais e aves em todo o mundo. Como um dos maiores produtores e exportadores de trigo e aves, a Ucrânia enfrenta severas restrições em sua capacidade de produção e exportação devido à guerra, o que contribuiu para o aumento dos preços dos grãos e das aves em nível internacional. As limitações de produção da Ucrânia reduziram o fornecimento internacional de aves e matérias-primas essenciais para nosso setor e, portanto, contribuíram para o aumento dos preços em todo o mundo. Não é possível prever quando a guerra terminará e, consequentemente, quando a cadeia de suprimentos se estabilizará, o que pode afetar negativamente as margens da Companhia. Se a guerra resultar em uma divisão no território da Ucrânia e a Rússia bloquear as exportações ucranianas pelo Mar Negro, o mercado global de alimentos poderá sofrer uma turbulência.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia também levou a um aumento nos preços de energia na Europa (especialmente gás natural, eletricidade e insumos de biomassa). Em particular, o conflito estimulou a demanda por insumos de biomassa no mercado europeu, reduzindo a oferta para atender à demanda internacional e levando a preços mais altos e, consequentemente, a uma inflação mais alta. Essas condições, em geral, aumentaram os custos da Companhia e trouxeram maior volatilidade às suas margens ao longo de 2025. As sanções econômicas impostas à Rússia também causaram uma escassez aguda no fornecimento de petróleo e gás natural nos mercados globais, levando a um aumento nos preços da energia a partir de janeiro de 2022 e atingindo o maior

4.1 Descrição dos fatores de risco

crescimento ano a ano desde o início do rastreamento em 1971 na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ou OCDE, em junho de 2022. Esse cenário também contribuiu para maior volatilidade nos preços de energia, combustíveis e insumos agrícolas utilizados pela Companhia, podendo afetar negativamente suas margens operacionais. Desse modo, em 2025, a continuidade de tensões geopolíticas, eventuais restrições à oferta global de energia e insumos agrícolas e a persistência de pressões inflacionárias em diferentes mercados podem continuar contribuindo para a volatilidade dos preços de combustíveis, energia elétrica, fertilizantes e grãos utilizados na cadeia produtiva da Companhia. A elevação ou volatilidade desses custos pode impactar negativamente os custos de produção e logística da Companhia e reduzir suas margens operacionais, especialmente caso a Companhia não seja capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos de forma tempestiva ou integral. Além disso, eventuais interrupções ou desequilíbrios nas cadeias globais de suprimento decorrentes de conflitos geopolíticos ou de sanções econômicas adicionais podem afetar a disponibilidade de determinados insumos ou elevar custos de transporte e distribuição, o que também poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Em 7 de outubro de 2023, o conflito entre Israel e Hamas foi iniciado quando militantes do Hamas se infiltraram na fronteira sul de Israel a partir da Faixa de Gaza e realizaram uma série de ataques terroristas contra alvos civis e militares. Desde o começo da guerra, houve um aumento das hostilidades no Oriente Médio, com o conflito escalando para territórios libaneses, sírios e iranianos. Em outra frente, em dezembro de 2024, a nova coalizão rebelde da Síria lançou um ataque surpresa que levou à remoção de Bashar al-Assad do poder e enfraqueceu a influência do Irã no Oriente Médio. A intensidade e a duração da atual guerra de Israel contra o Hamas são difíceis de prever, assim como as implicações econômicas dessa guerra em nossos negócios e operações, bem como na instabilidade geopolítica global. De acordo com o Banco Mundial, um conflito prolongado no Oriente e uma escalada do conflito na região poderiam desencadear interrupções substanciais no fornecimento de petróleo e outros tipos de energia, o que aumentaria os custos de produção e transporte de alimentos e fertilizantes.

Desde outubro de 2023, em resposta de Israel ao ataque do Hamas, os Houthis do Iêmen, ligados ao Irã, vêm lançando ataques contra embarcações que navegam no Mar Vermelho e cruzam o estreito de Bab-El-Mandeb, causando interrupções no fluxo de carga e perturbando o transporte marítimo global. Em resposta, as empresas de navegação, inclusive aquelas que contratamos para transportar nossos produtos, tomaram medidas proativas temporárias para proteger sua frota, os navios e a carga que estão transportando, redirecionando os navios no Canal de Suez e no comércio do Mediterrâneo Oriental, conforme permitido pela legislação internacional. O redirecionamento das embarcações aumentou significativamente o tráfego nos portos de abastecimento de combustível nas rotas alternativas e fez com que a demanda por combustível de bancas nessas rotas aumentasse drasticamente. Tal situação também levou ao aumento dos salários da tripulação, dos prêmios de seguro e dos riscos de pirataria, elevando assim os custos gerais. As empresas de navegação têm

4.1 Descrição dos fatores de risco

repassado os custos de redirecionamento das embarcações para seus clientes, inclusive para nós, o que aumentou significativamente nossos custos de frete para o envio de produtos para a Europa ou outros países na mesma rota. Somando-se a isso, os Houthis declararam recentemente que limitarão seus ataques na travessia do Mar Vermelho a navios israelenses, mas alertaram que ataques mais amplos podem ser retomados, se necessário. Não podemos prever se as hostilidades contra embarcações internacionais serão retomadas pelos Houthis no futuro, nem o impacto de tais ataques direcionados no transporte marítimo global.

Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos em decorrência das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China (os quais podem se intensificar durante o governo Trump), do Brexit e da ascensão do populismo. A complexidade das relações comerciais e a mudança nas políticas tarifárias podem resultar em flutuações em nossos custos de transporte e logística. As cadeias de suprimentos globais, das quais dependemos fortemente, também podem enfrentar desafios adicionais, exigindo estratégias de mitigação eficazes. As tensões crescentes podem levar, entre outras coisas, a uma desglobalização da economia mundial, a um aumento do protecionismo ou de barreiras à imigração, a uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e a uma redução da integração dos mercados financeiros, o que pode afetar de forma significativa e adversa nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

A incerteza econômica e política nos Estados Unidos também pode criar incerteza na economia brasileira. Em novembro de 2024, Donald Trump foi eleito presidente dos EUA e seu governo pode resultar em mudanças na legislação, regulamentação e políticas governamentais que podem impactar significativamente os negócios da Companhia, o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, bem como os mercados nos quais compete nos Estados Unidos. Mudanças legislativas e regulatórias específicas que podem afetar a Companhia de forma significativa incluem, entre outras, a renegociação de acordos comerciais existentes, mudanças nas regulamentações de importação e exportação e a adoção de novos e maiores impostos de importação, tarifas (incluindo a ameaça de uma tarifa de 10% a ser aplicada de forma generalizada) e outras barreiras à importação e taxas alfandegárias, exigências de relatórios de empresas públicas, regulamentação ambiental e aplicação de leis antitruste. Em fevereiro de 2025, o governo Trump anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio. Tarifas adicionais sobre outros bens e serviços importados podem seguir. A cooperação ambiental, por sua vez, incluindo o financiamento e outros investimentos verdes, também pode enfrentar mais dificuldades. A Companhia não pode garantir que essas mudanças ocorrerão ou em que momento, nem pode estimar seu impacto. Na medida em que as mudanças no ambiente político dos EUA tiverem um impacto negativo sobre a Companhia ou sobre os mercados em que atua, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

Além disso, os resultados da Companhia podem ser afetados negativamente pela inflação global, pela tendência atual de altas taxas de juros estabelecidas pelos bancos centrais em muitos países

4.1 Descrição dos fatores de risco

para conter os efeitos do aumento dos preços e por uma expectativa geral de desaceleração do crescimento econômico global impulsionada pelas baixas perspectivas de crescimento da economia chinesa para 2026, o que, por sua vez, pode ter um impacto negativo nas taxas de crescimento no Brasil. Altas taxas de inflação, especialmente nos preços dos alimentos, tendem a afetar mais drasticamente - mas não exclusivamente - as classes de renda mais baixa, resultando em um amplo impacto negativo no poder de compra e nos níveis de consumo. Além disso, as políticas do governo Trump nos Estados Unidos devem fortalecer o dólar e manter as taxas de juros americanas em patamares elevados, aumentando a pressão sobre o restante do mundo. Exportadores de commodities, como o Brasil, os países do Oriente Médio e a Indonésia, enfrentarão mais desafios, uma vez que a expectativa de uma demanda chinesa mais fraca deve pressionar os preços para baixo. A instabilidade geopolítica também pode causar volatilidade nas moedas locais, o que pode afetar negativamente as transações comerciais internacionais e os custos do setor.

Adicionalmente, a intensificação de tensões geopolíticas em diferentes regiões do mundo pode afetar significativamente o comércio internacional e a logística global. Em fevereiro e março de 2026, por exemplo, ataques militares conduzidos pelos Estados Unidos e Israel contra alvos estratégicos no Irã, incluindo instalações associadas ao programa nuclear iraniano, levaram a retaliações por parte do Irã e de grupos armados aliados na região, elevando o risco de escalada militar no Oriente Médio.

Como consequência desse cenário, foram registradas restrições e ameaças ao tráfego marítimo em rotas estratégicas de comércio internacional, incluindo o Estreito de Ormuz, o Mar Vermelho e o Golfo de Áden. Ataques ou ameaças contra embarcações comerciais levaram diversas companhias de navegação a suspender temporariamente determinadas rotas ou redirecionar navios para trajetos alternativos, o que elevou significativamente os custos de transporte marítimo, seguros e logística global.

Esse ambiente também contribuiu para uma volatilidade adicional nos preços de petróleo, gás natural e fertilizantes, bem como de commodities agrícolas utilizadas na produção de ração animal, incluindo milho e soja. Uma escalada prolongada de tensões geopolíticas pode deteriorar as condições financeiras globais, pressionar expectativas inflacionárias, elevar prêmios de risco e spreads de crédito em mercados emergentes, inclusive no Brasil, reduzir a liquidez internacional e afetar o apetite de investidores estrangeiros por ativos brasileiros.

A Companhia monitora a situação na Rússia, na Ucrânia, no Oriente Médio e globalmente, além de avaliar seu possível impacto em seus negócios. Qualquer um dos fatores mencionados acima pode afetar negativamente os negócios da Companhia, perspectivas, condição financeira e resultados operacionais. É impossível prever a extensão e a duração das ações militares, das sanções e das interrupções de mercado resultantes, mas elas podem ser substanciais. Quaisquer interrupções desse tipo podem ampliar o impacto de outros riscos descritos neste Formulário de Referência.

Os riscos à saúde e à segurança alimentar relacionados aos negócios da Companhia e ao

4.1 Descrição dos fatores de risco

setor de alimentos podem afetar negativamente os processos de produção e expedição da Companhia, bem como sua capacidade de vender produtos.

A Companhia está sujeita aos riscos que afetam o setor de alimentos em geral, incluindo os riscos apresentados por contaminação ou deterioração de alimentos, preocupações nutricionais e relacionadas à saúde em evolução, reclamações de responsabilidade civil de produtos de consumo, adulteração e sabotagem de produtos, a possível indisponibilidade e despesa de seguro de responsabilidade civil, a percepção pública da segurança do produto para o setor como um todo e também para nossos produtos especificamente, mas não exclusivamente, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos, o custo potencial e a interrupção de um recall de produtos e possíveis impactos em nossa imagem e marcas. Entre esses riscos estão aqueles relacionados à criação de animais, incluindo doenças e condições climáticas adversas. Por exemplo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal, nos últimos anos houve um aumento nas preocupações com a contaminação relacionada à gripe aviária e à peste suína africana, incluindo o gado e outros mamíferos, com níveis de alerta considerados altos. As preocupações com a biossegurança podem causar o fechamento de determinados mercados e levar a interrupções na produção, no transporte e nas vendas no Brasil e em nossos mercados de exportação.

A carne pode estar sujeita a contaminação durante o processamento e a distribuição. Em particular, a Companhia pode estar exposta a vários patógenos produtores de doenças, incluindo *Listeria monocytogenes*, *Salmonella enteritidis*, *Salmonella typhimurium* e *E. coli* O157:H7. Esses patógenos, bem como outros tipos de contaminantes físicos e químicos, também podem ser introduzidos em nossos produtos durante a produção (campo, transporte ou abatedouro) ou como resultado do manuseio inadequado por processadores de alimentos terceirizados, franqueados, distribuidores, prestadores de serviços de alimentação ou consumidores. A deterioração, especialmente a deterioração decorrente de falhas nos sistemas de armazenamento e transporte com temperatura controlada, também é um risco. Os sistemas que mantemos para monitorar os riscos de segurança dos alimentos em todos os estágios de produção e distribuição podem não funcionar adequadamente e a contaminação do produto ainda pode ocorrer. Falhas em nossos sistemas para garantir a segurança dos alimentos podem resultar em retiradas ou recalls de produtos, descarte de estoque de produtos, fechamento temporário de fábricas, custos substanciais de conformidade ou remediação e julgamentos potencialmente significativos de responsabilidade pelo produto contra nós, em publicidade prejudicial que pode causar danos às nossas marcas, reputação e imagem e afetar negativamente as vendas, o que pode ter um impacto adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Mesmo que próprios produtos da Companhia não sejam afetados pela contaminação, nosso setor pode enfrentar publicidade negativa em alguns de seus mercados se os produtos de outros produtores forem contaminados, o que pode resultar em uma percepção pública negativa sobre a segurança de nossos produtos e na redução da demanda dos consumidores por nossos produtos na categoria afetada. Ações judiciais significativas, recalls generalizados de produtos e outros

4.1 Descrição dos fatores de risco

eventos negativos enfrentados pela Companhia ou por seus concorrentes podem resultar em uma perda generalizada da confiança do consumidor na segurança e na qualidade de nossos produtos. Nossas vendas dependem, em última instância, das preferências dos consumidores, e quaisquer riscos à saúde, reais ou percebidos, associados aos nossos produtos podem fazer com que os clientes percam a confiança na segurança e na qualidade de nossos produtos e ter um impacto adverso relevante em nos negócios da Companhia, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias mais rígidas em mercados relevantes de exportação podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Em vista do crescente market share de produtos à base de aves, carnes suína e bovina brasileiros nos mercados internacionais, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados por medidas de proteção aos produtores locais adotados pelos países importadores. A competitividade das companhias brasileiras levou determinados países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso dessas companhias a seus mercados. As barreiras comerciais podem consistir em barreiras tarifárias e não tarifárias. Na indústria na qual a Companhia atua, barreiras não tarifárias representam uma preocupação particular, especialmente as restrições sanitárias e técnicas.

Alguns países, como a Rússia e a África do Sul, possuem um histórico de imposição de barreiras comerciais às importações de produtos alimentícios. A UE, outro importante mercado de atuação da Companhia, adotou um sistema de cotas para determinados produtos à base de aves e tarifas proibitivas para determinados produtos que não possuem cotas, a fim de atenuar os efeitos dos custos de produção, que são menores no Brasil para os produtores locais em comparação aos custos dos produtores europeus. Recentemente, a UE e o Reino Unido vêm discutindo e já estão aplicando certas medidas relacionadas à sustentabilidade que podem resultar em barreiras comerciais, tais como a Due Diligence em Desmatamento e o Mecanismo de Ajuste de Imposto de Carbono. Existe uma tendência dentre os mercados relevantes na aplicação de regulamentos relacionados com o ambiente que podem afetar negativamente os resultados no futuro, caso referidos regulamentos não sejam cumpridos. A Lei do Meio Ambiente do Reino Unido foi adotada em 9 de novembro de 2021, estabelecendo um quadro para abordar odesmatamento, segundo o qual uma pessoa ou entidade regulamentada não deve utilizar uma mercadoria associada ao risco florestal ou produto derivado nas suas atividades comerciais. Da mesma forma, a Regulamentação sobre Desmatamento da UE, que entrou em vigor em 30 de dezembro de 2025, exige que as empresas que comercializam sete commodities (gado, cacau, café, óleo de palma, borracha, soja e madeira), bem como produtos derivados dessas commodities, realizem uma ampla diligência para garantir cadeias de suprimentos livres de desmatamento. Nos Estados Unidos, na União Europeia e em outras jurisdições, poderão ser discutidas, aprovadas ou implementadas leis, regulamentos e políticas públicas relacionados à rastreabilidade, à diligência na cadeia de fornecimento e à origem de commodities associadas ao

4.1 Descrição dos fatores de risco

desmatamento ilegal. Essas regulamentações ou leis relacionadas, em especial aquelas incluídas na "Estratégia do Campo ao Prato" da UE, bem como regulamentações relacionadas em outros países inspiradas por essas políticas, podem nos impor uma carga maior de conformidade e afetar negativamente nossas operações e nossos resultados.

Outros países também impuseram barreiras comerciais contra os produtos da Companhia. Por exemplo, na África do Sul, medidas antidumping sobre determinadas importações de carne de frango do Brasil passaram a produzir efeitos em agosto de 2023, com alíquotas variáveis conforme o produtor ou exportador, e atualmente afetam as exportações brasileiras para aquele mercado.

A Companhia enfrenta outros riscos sob uma perspectiva sanitária, por exemplo, a ASF ou a gripe aviária patogênica em aves comerciais em alguns países das Américas traz consigo o risco de encerramento do mercado em caso de um surto em território brasileiro. Especialmente no final de 2022, a região das Américas registrou um surto de casos de gripe aviária altamente patogênica em certos países, incluindo Canadá, Estados Unidos da América, México, Argentina, Colômbia, Chile, Venezuela, Uruguai e Peru. Ainda, em 2023, foram verificados novos casos de gripe aviária no Brasil. Como resultado, existe a possibilidade de certos países suspenderem as importações do Brasil, especialmente tendo em conta que o Brasil não tem muitos acordos comerciais regionais que abrangem a venda de aves. Se forem confirmados casos de gripe aviária altamente patogênica dentro do território brasileiro, são incertas as consequências relacionadas aos mercados de exportação, considerando que qualquer restrição às importações do Brasil poderá ter um impacto negativo nos negócios da Companhia. Além disso, em julho de 2024, o MAPA detectou o surto da doença de Newcastle em aves que afetou uma granja de frangos de corte de terceiros no estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, o Governo Federal brasileiro impôs um embargo preventivo às vendas de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas para mais de 40 países, incluindo a Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Coreia, Argentina e Japão. Em 24 de outubro de 2024, a Organização Mundial de Saúde Animal reconheceu a erradicação da doença de Newcastle autodeclarada pelo Brasil. Após a contenção do surto, o Brasil suspendeu as restrições comerciais e retomou suas exportações de aves para a maioria dos mercados, mas China, Chile, Macedônia, Namíbia e Turquia continuaram a não importar do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, cabe destacar a rápida resposta das autoridades sanitárias e do governo brasileiro em relação ao isolamento do foco, impedindo a propagação da doença, bem como a devida comunicação com transparência aos países importadores e Organização Mundial de Saúde Animal. Nesse sentido, a ocorrência também propiciou a negociação e alinhamento entre Brasil e principais países importadores em relação à regionalização, visando mitigar impactos de futuras ocorrências sanitárias. Para mais informações, ver *“Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros*

4.1 Descrição dos fatores de risco

para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais."

Em 2025, o Brasil teve seu comércio suspenso com alguns mercados relevantes (Malásia, China, Chile, Filipinas e União Europeia) por períodos que variaram de 3 a 6 meses, devido ao primeiro caso de gripe aviária de alta patogênicidade em granja comercial no Brasil, o que teve a situação revertida em junho do mesmo ano após a autodeclaração publicada pela Organização Mundial de Saúde Animal - OMSA. Ainda temos alguns mercados específicos com restrição em relação ao país ou estado como é o caso do Paquistão.

Muitos países desenvolvidos contam com subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade de seus produtores em outros mercados. Ademais, produtores locais, importadores e até exportadores, em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis, tais como ocorreu durante a pandemia do COVID-19. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os volumes de exportação da Companhia e, consequentemente, suas vendas e seu desempenho financeiro. Se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais, a Companhia poderá enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, e seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais podem ser afetados de forma adversa.

Disputas comerciais entre outros países também criam incertezas que podem afetar adversamente as exportações brasileiras e as operações da Companhia. Por exemplo, os Estados Unidos e a China estão envolvidos em uma disputa comercial desde 2018, o que tem afetado a economia global e os preços de determinadas matérias primas, incluindo milho, farelo de soja e soja. Em 1º de janeiro de 2020, os Estados Unidos e a China assinaram a primeira fase de um acordo comercial que visava aliviar as tensões entre os dois países, mas que expirou em dezembro de 2021 com quase todas as tarifas dos dois lados em vigor. Espera-se que uma segunda fase do acordo seja ainda mais difícil de alcançar. Não há garantias de que a disputa comercial será totalmente resolvida e de que a economia global (assim como os preços de determinadas matérias primas) não será mais afetada por ela. Tanto as melhorias nas relações comerciais dos países quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos às custas de outros países podem ter um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

O setor do agronegócio dos Estados Unidos, por outro lado, tem se beneficiado em grande parte do acordo, com aumento significativo nas exportações de aves e suínos, reabertura do mercado chinês às exportações de aves dos Estados Unidos, interrompida desde 2015 por conta de surto de gripe aviária, e o credenciamento de mais de 1.000 (mil) fábricas nos Estados Unidos. Esses fatores afetaram positivamente a participação de mercado dos Estados Unidos nas importações agrícolas chinesas, o que, por sua vez, afetou negativamente a participação dos produtos brasileiros no mercado chinês. A Companhia não tem controle sobre a possibilidade de as tensões comerciais

4.1 Descrição dos fatores de risco

entre a China e os Estados Unidos aumentarem novamente ou se seus negócios serão adversamente afetados como resultado de referido aumento. Tanto as melhorias nas relações comerciais dos países quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos em detrimento de outros países podem ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais

A Arábia Saudita historicamente adota e revisa exigências sanitárias, regulatórias e de conformidade halal aplicáveis às importações de carne de frango e produtos correlatos, o que pode demandar adaptações operacionais, certificações adicionais, redirecionamento de produção e aumento de custos para a Companhia. Em 2018, a autoridade sanitária saudita passou a vedar o uso de atordoamento elétrico no abate de aves, medida que foi plenamente implementada em junho daquele ano e afetou o fluxo de importações. Além disso, as autoridades sauditas podem, a qualquer tempo, rever habilitações e restringir o acesso de plantas exportadoras ao mercado local, como demonstrado por medidas adotadas ao longo dos últimos anos contra estabelecimentos brasileiros.

Atualmente, as exportações brasileiras de carne e produtos cárneos de aves para a Arábia Saudita dependem de habilitação específica dos estabelecimentos perante a SFDA e de requisitos adicionais de certificação. Segundo a página oficial do MAPA atualizada em 9 de abril de 2026, há necessidade de certificação de toda a cadeia produtiva fornecedora no âmbito do Saudi G.A.P., e, a partir de 17 de março de 2026, o respectivo certificado passou a ser exigido para exportações de frango inteiro e ovos de mesa destinadas ao mercado saudita. Mudanças na habilitação de plantas, na renovação de autorizações, na certificação exigida ou em outros requisitos documentais, sanitários e comerciais podem reduzir a capacidade de exportação da Companhia para esse mercado, aumentar seus custos e afetar negativamente seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Em 2025, as importações chinesas de frango totalizaram 609 mil toneladas, enquanto as de suíno atingiram 1,7 milhão de toneladas. Houve retração nas importações de ambas as proteínas (-34,4% e -21,5% YoY, respectivamente), impulsionada pelo aumento da produção local. Vale destacar que, em 2025, a China se sobressaiu também pelo crescimento das exportações de frango, que passaram a atuar como alternativa para absorver o excesso de oferta no mercado doméstico.***Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo um possível ataque cibernético, podem interromper as operações e impactar negativamente os negócios e a reputação da Companhia.***

A tecnologia da informação é uma parte essencial do funcionamento dos negócios da Companhia, que depende cada vez mais de sistemas computadorizados para gerenciar as informações de seus negócios e aumentar a eficiência de suas unidades produtivas, centros de distribuição e dos processos de gestão de estoque. A Companhia utiliza a tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias, legais e tributárias. Além disso, a Companhia depende da tecnologia da informação para realizar o marketing digital e trocar mensagens eletrônicas entre suas plantas, pessoal, clientes

4.1 Descrição dos fatores de risco

e fornecedores. A Companhia também trata os dados pessoais de seus empregados e clientes. Para garantir a segurança cibernética, a Companhia depende de diversas tecnologias, inclusive de criptografia e de programas de autenticação eletrônica, as quais são fornecidas por terceiros, e visam a garantir a segurança da cibernética em todo o ciclo de vida dos dados, desde a sua coleta, armazenamento, e eventual compartilhamento, sendo o mesmo nível de segurança cibernética aplicável também ao tratamento de quaisquer outras informações da Companhia, inclusive as caracterizadas como confidenciais.

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem ser vulneráveis a uma variedade de interrupções e ameaças e incidentes de segurança cibernética. Há inúmeros riscos em evolução relacionados à segurança cibernética e à privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, invasões patrocinadas pelo Estado, espionagem industrial, má conduta de funcionários e erros humanos ou tecnológicos. Hackers de computador e outros tentam rotineiramente violar a segurança dos sistemas de tecnologia da informação e induzir de forma fraudulenta funcionários, clientes e outros terceiros a divulgar informações ou fornecer acesso involuntário a sistemas ou dados. Ataques bem-sucedidos à segurança cibernética, violações, má conduta de funcionários ou erros humanos ou tecnológicos podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de dados ou sistemas, inclusive aqueles que pertencem a nós, a nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados sensíveis, regulamentados ou confidenciais, inclusive informações pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos por meio de ransomware, ataques destrutivos ou outros meios, erros de transação; atrasos nos negócios e interrupções de serviços ou sistemas. No caso de tais ações, a Companhia, seus clientes e outros terceiros podem estar expostos a possíveis responsabilidades, litígios e ações regulatórias ou governamentais, perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca e à reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se a Companhia não for capaz de evitar violações de segurança, poderá sofrer danos financeiros e à reputação ou penalidades devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a Companhia ou a seus parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores. O custo e as consequências operacionais da resposta a incidentes de segurança cibernética e da implementação de medidas de correção podem ser significativos e podem não ser cobertos por seguro. Nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como ações, práticas e investimentos de clientes, contratados, parceiros comerciais, fornecedores e outros terceiros. Os esforços da Companhia para monitorar, identificar, investigar, responder e remediar incidentes de segurança, inclusive aqueles associados a ataques cibernéticos, podem não ser adequados ou suficientes. As medidas que a Companhia implementa quanto à segurança cibernética e ao plano de recuperação de desastres podem não ser adequados ou suficientes. A Companhia não pode garantir que esses esforços e medidas serão bem-sucedidos na prevenção de ataques cibernéticos, ou de outros incidentes envolvendo questões de segurança cibernética. A ocorrência de qualquer evento dessa natureza poderá ter um efeito adverso significativo sobre as operações, negócios e reputação da Companhia. Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o

4.1 Descrição dos fatores de risco

cenário de segurança cibernética evoluem, a Companhia poderá necessitar realizar investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a sua infraestrutura tecnológica, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

O ambiente regulatório relacionado às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados pessoais é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos negócios da Companhia, incluindo aumento de riscos, custos e aumento das obrigações de compliance. Por exemplo, em 25 de maio de 2018, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de pessoas físicas com relação ao processamento de dados pessoais e a livre movimentação desses dados ("**GDPR**") se tornou diretamente aplicável em todos os países-membro da UE. O não cumprimento do GDPR resulta em riscos financeiros, devido às penalidades em casos de vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais, por exemplo (incluindo uma possível multa de até 4% do total do faturamento mundial anual do exercício anterior para infrações mais graves), e poderá também afetar negativamente a reputação e as atividades da Companhia. No Brasil, por sua vez, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "**LGPD**"), entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. O crescente número de leis de proteção de dados em todo o mundo pode continuar a resultar em maiores custos e riscos de compliance às Leis aplicáveis. Mais informações sobre o assunto estão devidamente explicitadas no fator de risco "A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção. Os possíveis custos de compliance, impostos pelas leis ou novas Leis e regulamentações aplicáveis podem afetar os negócios da Companhia e ter um impacto adverso relevante nos seus resultados operacionais."

A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados aplicáveis e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção.

A Companhia está sujeita a diversas leis de proteção de dados nas jurisdições em que operamos, incluindo, entre outras, a LGPD, o GDPR, a Lei de Proteção de Dados Pessoais da Turquia nº 6698, de 7 de abril de 2016 ("**LEPD**"), e a Lei de Proteção de Informações Pessoais da China, de 20 de agosto de 2021 ("**PIPL**"). Especificamente com relação ao Brasil, a LGPD prevê, entre outras coisas, os direitos dos proprietários de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, obrigações, requisitos relativos a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados do Brasil ("**ANPD**").

Embora a Companhia busque tornar suas operações compatíveis com essas leis e aumentar a segurança de nossas atividades de processamento de dados pessoais, caso não cumpra quaisquer leis de proteção de dados. Como resultado, a Companhia está sujeita, tanto a Companhia quanto suas subsidiárias podem estar sujeitas a sanções, individual ou cumulativamente, incluindo

4.1 Descrição dos fatores de risco

advertências, obrigações de divulgar incidentes, bloqueio temporário ou exclusão de dados pessoais e penalidades de até 2% da receita de nosso grupo (limitado a R$ 50,0 milhões), de acordo com a LGPD, e até 4% da receita do grupo econômico da Companhia, de acordo com o GDPR. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por atos próprios, além de poder ser responsabilizada solidariamente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias.

A não proteção dos dados pessoais processados pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a não adequação à legislação aplicável, pode resultar em multas significativas para a Companhia e suas subsidiárias, divulgação de quaisquer incidentes na mídia, exclusão de dados pessoais de seu banco de dados e suspensão de suas atividades, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Aquisições ou desinvestimentos recentes e futuros ou joint ventures podem desviar recursos de gestão ou provar serem prejudiciais para a Companhia.

A Companhia analisa e busca regularmente oportunidades para foco e geração de sinergia nos negócios por meio de aquisições, desinvestimentos ou expansão, joint ventures e outras iniciativas. A Companhia concluiu diversas operações de investimentos e aquisições nos últimos anos, incluindo, em 2025, a aquisição, por meio de nossa joint venture com a HPDC, de 26% da Addoha Poultry Company, ou Addoha, que opera na indústria de abate de aves na Arábia Saudita. Além disso, no quarto trimestre 2024, nossa subsidiária integral BRF GmbH assinou um acordo vinculativo com a Henan Best Foods Co.Ltd., uma subsidiária do OSI Group, para adquirir uma fábrica de processamento de alimentos na província de Henan, na China, e também anunciamos a entrada em um termo de compromisso para a aquisição, da Viposa Participações Ltda., Indústria e Comércio de Couros Britali Ltda. e Vanz Holdigns Ltda., de 50% do capital social da Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentos Ltda., ou Gelprime, uma empresa que produz, vende e distribui gelatina e colágeno por meio do processamento de matéria-prima de origem animal. Ambas as transações estão sujeitas à conclusão de certas condições precedentes usuais. Desinvestimentos, aquisições, novos negócios e joint ventures, especialmente aqueles que envolvem empresas de grande porte, podem apresentar riscos e incertezas financeiras, gerenciais, operacionais, jurídicas, de conformidade e reputacionais, incluindo:

- Desafios na consumação dos benefícios esperados da transação;
- Dificuldades com a administração de variáveis macroeconômicas e seus impactos nos negócios da Companhia;
- Dificuldades com a administração de relações comerciais em diversos países;
- Desvios da atenção da Administração aos negócios existentes;
- Dificuldades de integração de pessoal, especialmente com relação às diferentes práticas de gestão;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Dificuldade na integração ou montagem de sistemas financeiros, tecnológicos e outros;
- Dificuldade na identificação de possíveis bons negócios ou na conclusão de uma transação em termos favoráveis para a Companhia;
- Desafios de retenção de clientes e empregados fundamentais da companhia adquirida;
- Desafios com relação à perda de empregados-chave, em casos de desinvestimento;
- Aumento nas despesas de remuneração com empregados recém-contratados;
- Exposição a passivos ou problemas desconhecidos com as companhias adquiridas ou joint ventures;
- Pedidos de garantia e de pagamento de indenização que podem estar limitados quanto ao teor, prazo e valor, de forma a não fazer frente às contingências identificadas no processo de diligência;
- Desafios jurídicos, inclusive pedidos de indenização;
- Desafios resultantes da falta de familiaridade com novos mercados, cujas normas e costumes comerciais e culturais sejam diferentes, podendo afetar de modo adverso os objetivos estratégicos da Companhia Necessidade de adaptação do seu modelo de marketing e vendas para países específicos;
- Cumprimento da legislação e regulamentação estrangeiras;
- Dificuldades de transferência de capital a novas jurisdições;
- Dificuldades na obtenção de aprovações necessárias de governos e autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência (incluindo CADE);
- e Restrições impostas pelos reguladores locais, que não forem identificadas antes da conclusão da transação.

Os benefícios estratégicos de aquisições ou desinvestimentos podem não se concretizar no prazo previsto ou fora dele. Além disso, a Companhia pode não conseguir identificar, negociar ou financiar futuras aquisições, desinvestimentos ou outras iniciativas estratégicas, com êxito ou em condições favoráveis. Quaisquer joint ventures ou aquisições futuras de empresas, tecnologias, serviços ou produtos podem exigir que a Companhia obtenha financiamento adicional por meio de emissões de ações ou títulos de dívida, o que talvez não esteja disponível em termos favoráveis ou não esteja disponível de forma alguma. Desinvestimentos, aquisições e/ou joint ventures futuras também podem resultar em dificuldades operacionais e despesas imprevisíveis, assim como sobrecarregar a estrutura organizacional da Companhia.

Falhas da Companhia em continuamente inovar e lançar novos produtos com sucesso que atendam às necessidades e exigências dos clientes da Companhia, assim como manter a imagem de sua marca, podem impactar adversamente seus resultados operacionais.

O sucesso financeiro da Companhia depende de sua capacidade de prever mudanças nas preferências e hábitos alimentares dos consumidores, além da sua capacidade de desenvolver e

4.1 Descrição dos fatores de risco

lançar novos produtos e variações de produtos com êxito, conforme o desejo desses consumidores. Os recursos que a Companhia emprega ao desenvolvimento de novos produtos e extensões de produtos podem ser insuficientes e consequentemente a Companhia pode não ser capaz de desenvolver produtos inovadores com êxito ou seus novos produtos podem não ter sucesso comercial. Por exemplo, as tendências para priorizar a saúde e o bem-estar representam um desafio para o desenvolvimento e a comercialização de novas linhas de produtos de sucesso para atender a essas preferências do consumidor. Além disso, uma redução de investimentos no desenvolvimento de produtos pode não só afetar negativamente a capacidade da Companhia de gerar soluções inovadoras, mas também afetar no sucesso de tais produtos. Ademais, os empregados da Companhia que trabalham com pesquisa, inovação e desenvolvimento de produtos podem migrar para um de seus competidores, o que poderá comprometer a capacidade da Companhia em gerar novos produtos e poderá fazer com que seus competidores tenham acesso às informações que, na análise da Companhia, são de sua propriedade. Se a Companhia não conseguir estimar de modo eficaz o direcionamento dos seus principais mercados e identificar, desenvolver, produzir e comercializar produtos novos ou aprimorados para estes mercados em constante evolução, de forma oportuna ou rentável, os seus produtos, marcas, resultados financeiros e posição competitiva podem ser afetados, impactando de maneira adversa os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A Companhia também busca manter e ampliar a imagem de nossas marcas por meio de marketing, incluindo publicidade e promoções para o consumidor. Devido aos riscos inerentes do mercado associados à publicidade, promoções e lançamentos de novos produtos, incluindo incertezas sobre mercados e aceitação do consumidor, os investimentos da Companhia em marketing podem não ser bem-sucedidos para manter ou aumentar a participação da Companhia no mercado. O foco global contínuo na saúde e no bem-estar, incluindo o controle de peso, o aumento da atenção que a mídia dedica ao papel do marketing de alimentos e a cobertura negativa da mídia sobre os controles de qualidade e produtos da Companhia, podem afetar negativamente a imagem da marca da Companhia ou levar a regulamentações mais rígidas e um maior escrutínio das práticas de marketing de alimentos. Por exemplo, as novas regras de rotulagem nutricional para alimentos embalados exigiram que a Companhia mude 100% dos rótulos de suas embalagens no Brasil em abril de 2024, de modo que os rótulos apresentem na parte frontal os níveis que os produtos excedam os limites estabelecidos de sódio, adição de açúcares e gorduras saturadas, bem como um ajuste na forma de tabela nutricional. Até o momento, nossas vendas não foram impactadas negativamente pelas novas regras de rotulagem, mas ainda estamos avaliando as taxas de consumo e a percepção dos consumidores com base nessas regras. Apesar das novas regras de rotulagem, atualmente há vários projetos de lei em nível federal, estadual e municipal no Brasil que discutem os impactos na saúde do consumo de alimentos ultraprocessados.

O sucesso da Companhia em manter, estender e expandir a imagem de suas marcas depende também da sua capacidade de adaptação rápida às mudanças no ambiente da mídia em rápida

4.1 Descrição dos fatores de risco

transformação, incluindo o aumento da confiança nas redes sociais e a disseminação de campanhas online. O aumento crescente do uso de redes sociais e da mídia digital aumentou a velocidade e a extensão em que informações ou desinformações e opiniões podem ser compartilhadas. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, suas marcas ou produtos em redes sociais ou mídias digitais podem prejudicar significativamente a reputação e a imagem das marcas da Companhia. Caso a Companhia não consiga reverter impressões negativas para melhorar sua imagem, a venda, situação financeira e resultados operacionais podem ser significativa e adversamente afetados.

Companhia pode enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com partes relacionadas. Eventual não observância de condições comutativas poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui contratos com acionistas controladores, incluindo a Marfrig, e certamente controladas envolvendo, por exemplo, compra e venda de mercadorias. Poderão surgir situações em que ocorram conflitos de interesses no relacionamento entre a Companhia e tais partes relacionadas. Caso as contratações entre a Companhia e suas partes relacionadas não observem condições de mercado, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente. Ademais, caso descumpridas as regras atinentes aplicáveis a transações com partes relacionadas, as operações e os administradores da Companhia envolvidos poderão estar sujeitos a questionamentos e penalidades pelos órgãos competentes. Para maiores informações, consulte item 11.2 Informações sobre as transações com partes relacionadas.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na expansão de seus produtos, bem como na expansão para novas linhas de negócios, indústrias e/ou mercados estrangeiros.

A Companhia pode enfrentar desafios relacionados à expansão de seus produtos, bem como na expansão para novas linhas de negócios, indústrias e/ou novas regiões geográficas dentro ou fora do Brasil, de forma que a Companhia poderá ter pouca ou nenhuma experiência, bem como o negócio da Companhia pode não ser conhecido. Em particular, à medida que ocorre uma expansão para novas linhas de negócios, a Companhia pode enfrentar desafios na integração das empresas ou negócios recém adquiridos com as operações existentes da Companhia, bem como na condução da curva de aprendizado associada à entrada em uma nova linha de negócios. Oferecer novos produtos e serviços ou oferecer produtos existentes em novos setores ou novas regiões geográficas pode exigir gastos significativos e levar um tempo considerável, de forma que a Companhia pode não conseguir recuperar seus investimentos em novos mercados em tempo hábil ou de forma alguma.

A Companhia pode falhar em cumprir suas políticas de compliance e a legislação nacional e

4.1 Descrição dos fatores de risco

internacional sobre antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, e outras normas internacionais.

A Companhia está sujeita a leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e outras leis e regulamentos internacionais. A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros e de outras jurisdições onde realiza operações ou tem títulos de sua emissão negociados. Em particular, está sujeita à Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846, à Lei Americana Anticorrupção no Exterior de 1977 (*U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, "**FCPA**") e à Lei de Suborno do Reino Unido (United Kingdom Bribery Act of 2010). Dentre outras proibições, o FCPA proíbe fornecer qualquer coisa de valor a autoridades estrangeiras com o objetivo de obter ou manter negócios ou assegurar qualquer vantagem comercial imprópria. Como parte dos negócios, a Companhia pode lidar com entidades e empregados que são considerados autoridades estrangeiras para fins do FCPA. Ademais, a Companhia participa de algumas ofertas públicas e licitações para contratos envolvendo órgãos públicos no Brasil e possivelmente em outros países onde atua, cujas atividades costumam estar sujeitas a maior fiscalização regulatória e exigir conformidade com leis e regulamentos internacionais específicos contra fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Embora a Companhia tenha políticas e procedimentos internos criados para garantir a conformidade com as leis e regulamentações internacionais aplicáveis de combate à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e outras, possíveis violações da lei foram identificadas ocasionalmente como parte de seus processos de conformidade e controle interno. As investigações relacionadas às Operações Carne Fraca e Trapaça foram integralmente resolvidas com a celebração, em 2022, do Acordo de Leniência firmado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Os compromissos assumidos foram cumpridos e, em 31 de julho de 2025, a CGU encerrou o monitoramento do programa de integridade da BRF, sem pendências.

.

Em função do tamanho das operações da Companhia e da complexidade da cadeia de produção, a Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos internos serão suficientes para impedir ou detectar todas as práticas impróprias ou ilegais, incluindo fraudes ou violações da lei ou das políticas e procedimentos internos por parte de seus empregados, diretores, executivos, parceiros ou quaisquer representantes terceirizados e prestadores de serviços. A Companhia também não pode garantir que tais pessoas não realizarão ações que violem as políticas e procedimentos (ou, que de outra forma, violem as leis antifraude, anticorrupção e outras leis e regulamentos aplicáveis) com relação aos quais a Companhia e tais pessoas estejam sujeitas. As violações das leis e regulamentos antifraude, anticorrupção, antitruste ou outras leis ou regulações internacionais podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, preços de venda, resultados operacionais e condição financeira, inclusive como resultado do fechamento de mercados internacionais. A Companhia pode estar sujeita a um ou mais processos de fiscalização, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação dessas leis. Esses

4.1 Descrição dos fatores de risco

processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilização da Companhia e podem afetar negativamente o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia, bem como de seus ADRs.

Adicionalmente, a Lei 14.515/2022 instituiu um marco na legislação agropecuária visando reorganizar as responsabilidades entre o Estado e os agentes privados e promover mais o "autocontrole", com foco preventivo, transfere a responsabilidade da qualidade e segurança dos processos ao setor privado, enquanto o MAPA atua mais focado em auditoria do sistema baseando sua fiscalização em riscos. Ela também organizou o sistema de sanções tendo a multa máxima por infração sido elevada para até R$ 150 mil e instituiu a aplicação de Termos de Ajustes de Conduta (TAC) e processos recursais mais definidos. Em junho de 2025, o Decreto nº 12.502 regulamentou a Lei nº 14.515/2022, estabelecendo regras e procedimentos para o processo administrativo de fiscalização agropecuária, para a atuação da CERDA e para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Posteriormente, em setembro de 2025, a Portaria SDA/MAPA nº 1.364 disciplinou o rito do processo administrativo de fiscalização agropecuária e os procedimentos para celebração de TAC no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária. A implementação e a consolidação desse novo regime, inclusive quanto aos critérios de classificação de infrações, reincidência, dosimetria de penalidades, celebração de TACs e tramitação recursal, ainda estão em processo de amadurecimento regulatório e interpretativo. Nesse contexto, a Companhia pode estar sujeita a aumento de custos de conformidade, maior exposição a autuações e discussões administrativas, além de incertezas quanto à aplicação prática desse sistema, o que pode afetar negativamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos antitruste e concorrencial e pode não ser capaz de garantir o cumprimento de tais leis e regulamentos.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações concorrenciais e antitruste nas jurisdições em que opera. Consequentemente, a Companhia pode estar sujeita a escrutínio regulatório em algumas dessas jurisdições.

Não existe nenhuma garantia de que as políticas e procedimentos internos da Companhia projetados para garantir o cumprimento das leis e regulamentos antitruste aplicáveis serão suficientes para prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas ou ilegais por parte dos empregados da Companhia. Nesse sentido, a Companhia está sujeita a medidas administrativas ou judiciais, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação de tais leis e regulamentos. Por exemplo, em 27 de novembro de 2023 e 22 de janeiro de 2024, agentes da Autoridade de Concorrência da Turquia, ou TCA, realizaram batidas nas instalações de nossa subsidiária turca, Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayi Anonim Şirketi, ou Banvit, e nos notificaram com um aviso de investigação informando que a TCA havia iniciado uma investigação formal contra a Banvit e outras empresas que operam no setor de carne branca na Turquia por supostamente violar as leis antitruste.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A investigação do TCA e quaisquer outras investigações futuras ou processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilização e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, na reputação, na marca, nos preços de venda, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, inclusive com o fechamento no mercado internacional no qual a Companhia opera. Além disso, não há garantias de que a introdução de novas leis e regulamentações concorrenciais nas jurisdições em que a Companhia opera, a interpretação de leis antitruste existentes, a aplicação de leis antitruste por autoridades ou processos judiciais cíveis relacionados à defesa da concorrência ajuizados por particulares ou quaisquer acordos com autoridades antitruste, contra a Companhia ou suas subsidiárias, não terão impacto adverso relevante nos negócios, resultados de operações ou na condição financeira da Companhia.

O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.

A Companhia opera globalmente e enfrenta riscos relacionados à observância de leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, incluindo aquelas administradas pela ONU, UE e pelos Estados Unidos, incluindo a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (*U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control)*. Os programas de sanções econômicas restringem as negociações da Companhia com certos países, indivíduos, territórios e entidades sancionados. As sanções econômicas são complexas, mudam com frequência e geralmente aumentam em número, e podem impor proibições adicionais ou obrigações de conformidade nas negociações da Companhia em determinados países e territórios. A Companhia fez e pode buscar fazer, no futuro, negócios em determinados países que estão sujeitos a sanções sob as leis dos Estados Unidos, a UE ou de outros países. Embora a Companhia tenha realizado essas transações e pretende realizar quaisquer transações futuras, em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, não há como garantir o cumprimento das limitações ou restrições de negócios com empresas nesses países. Se a Companhia violar leis ou regulamentações aplicáveis, poderá sofrer multas e outras penas nas esferas cível e penal, bem como impactos adversos em sua reputação, em seus resultados operacionais e na sua condição financeira. Além disso, a Companhia não pode garantir que seus empregados, diretores, sócios, executivos, parceiros ou quaisquer terceiros com quem mantém negócios, incluindo, dentre outros, distribuidores e fornecedores, não violam ou não violarão tais leis e regulamentos. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer violação das leis e regulamentos relativos às sanções por tais indivíduos, o que poderia resultar em multas de natureza cível ou penal, bem como outras penalidades, além de ter um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais, em sua condição financeira e prejudicar a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia está exposta a mudanças na política comercial e tarifária de mercados

4.1 Descrição dos fatores de risco

relevantes, inclusive à imposição, ampliação, suspensão ou retirada de tarifas, quotas, medidas de salvaguarda e outras restrições comerciais incidentes sobre produtos agropecuários e alimentos. Em 2025, os Estados Unidos impuseram tarifas adicionais sobre determinados produtos brasileiros, tendo posteriormente excluído certos produtos agrícolas dessas medidas, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025. Já a China anunciou, a partir de janeiro de 2026, medidas de salvaguarda para carne bovina importada, por meio de quotas tarifárias específicas por país, com tarifa adicional de 55% para importações que excedam os volumes fixados. A adoção, revisão ou reintrodução de medidas dessa natureza, bem como a celebração, alteração ou encerramento de acordos comerciais entre países relevantes para a Companhia, pode reduzir a competitividade de seus produtos, restringir seu acesso a determinados mercados, exigir o redirecionamento de fluxos comerciais e afetar adversamente seus resultados operacionais, sua condição financeira e sua reputação.

A Companhia depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias.

Além de ter operações próprias, a Companhia detém participações societárias em outras empresas. Portanto, além dos resultados gerados por sua própria operação, a Companhia também depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias e controladas. A capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e outras obrigações depende não apenas de sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias, controladas e coligadas e sua capacidade de disponibilizar caixa para a Companhia na forma de pagamento de juros sobre patrimônio líquido, pagamento de dívidas, dividendos, entre outros.

Qualquer alteração adversa na situação financeira ou nos resultados das operações de suas subsidiárias, controladas e coligadas pode afetar significativa e adversamente seus negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Além disso, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação brasileira vigente poderá ser revista e os dividendos poderão se tornar tributáveis no futuro, impactando negativamente a holding da Companhia, uma vez que os impostos podem ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias para a Companhia.

Além dos riscos mencionados acima, as subsidiárias que realizam as operações relevantes da Companhia estão sujeitas aos mesmos riscos aplicáveis à Companhia. Para mais informações, ver o fator de risco "*Mudanças nas leis tributárias ou mudanças em sua interpretação podem aumentar a carga tributária da Companhia e, consequentemente, afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira*"***.***

Decisões desfavoráveis em processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia, suas controladas e seus administradores, podem reduzir a liquidez da Companhia e afetar-lhe negativamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e alguns de seus administradores são réus em processos judiciais, administrativos e criminais e a Companhia está Termos de Ajustamentos de Conduta ("**TAC**") celebrados

para encerrar alguns processos que tramitaram no passado contra a Companhia. As decisões desfavoráveis em tais processos judiciais e administrativos podem reduzir a liquidez da Companhia e ter um impacto adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira. Além disso, os administradores e empregados da Companhia podem estar sujeitos a investigações, inquéritos, processos e reclamações judiciais, arbitrais e/ou administrativos.

Com relação a contingências fiscais, a Companhia é ré em diversos processos, que incluem, por exemplo, disputas relativas à compensação de créditos fiscais e ao uso de incentivos fiscais em vários Estados que ainda não chegaram a uma decisão final nos tribunais brasileiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha R$2.232,1 milhões em provisões para contingências, sendo R$371,3 milhões para contingências cíveis e outras contingências (incluindo de natureza administrativa, regulatória e ambiental), R$1.339,7 milhões para contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha R$2.602,7milhões em provisões para contingências, sendo R$ 2.217,4 milhões para contingências cíveis e outras contingências (incluindo de natureza administrativa, regulatória e ambiental) e R$ 385,3 milhões para contingências fiscais, para contingência relacionadas a combinações de negócios. Litígios classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R$ 1.444,4milhões, o que poderia impactar negativamente a situação financeira da Companhia em caso de mudança nas circunstâncias relacionadas à classificação de probabilidade de perda, devido à complexidade e discricionaridade envolvidas na avaliação, medição e definição do momento de reconhecimento e divulgação de litígios nas mais variadas instâncias em que são conduzidos.

Além disso, em 2017 e 2018, a Companhia esteve envolvida em investigações significativas e processos judiciais relacionados à Operação Carne Fraca e à Operação Trapaça, respectivamente. Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou o Acordo de Leniência, que extinguiu todos os processos administrativos da CGU contra a BRF relacionados a essas operações. Entre outros compromissos, nos comprometemos a pagar aproximadamente R$583,9 milhões às autoridades brasileiras em relação ao acordo, que foi totalmente pago em 30 de junho de 2023, incluindo juros, por meio da compensação de créditos fiscais, conforme descrito na nota 1.2 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As investigações relacionadas às Operações Carne Fraca e Trapaça foram integralmente resolvidas com a celebração, em 2022, do Acordo de Leniência firmado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Os compromissos assumidos foram cumpridos e, em 31 de julho de 2025, a CGU encerrou o monitoramento do programa de integridade da BRF, sem pendências.

Em março de 2020, três pedidos de arbitragem foram propostos contra a Companhia perante a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 por investidores que haviam comprado as ações de emissão da Companhia, visando o ressarcimento de supostos prejuízos incorridos por eles em razão da queda no preço das ações da Companhia, a partir de 4 de abril de 2013. Em setembro de 2020, a Câmara de Arbitragem do Mercado decidiu consolidar as três arbitragens em uma única arbitragem. Em novembro de 2022, o tribunal arbitral foi convocado e, em dezembro de 2022, a Companhia iniciou formalmente o processo de arbitragem. Em novembro de 2023, foi proferida uma sentença arbitral parcial reconhecendo a regularidade processual de alguns dos requerentes (não houve decisão sobre o mérito do processo arbitral). A Companhia entrou com um pedido de esclarecimento contra a sentença arbitral parcial, que foi parcialmente concedida. Em dezembro de 2024, outra sentença arbitral parcial foi proferida determinando a exclusão de determinados requerentes do procedimento arbitral, mas sem decisão sobre o mérito do procedimentos arbitrais. A BRF apresentou um pedido de esclarecimento contra a sentença arbitral parcial, que está aguardando julgamento. Acreditamos que a possível perda ou faixa de perdas, se houver, não pode ser estimada. Caso esse litígio ou processo de arbitragem seja decidido contra nós, ou se entrarmos em um acordo, não há garantia de que um resultado ou acordo desfavorável não teria um impacto adverso relevante sobre nós.

A Companhia não pode garantir que qualquer atualização e/ou de novos processos ou novas investigações terão desfechos favoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores. Qualquer investigação atualmente desconhecida para a Companhia, por autoridades governamentais, com relação a qualquer prática comercial potencialmente ilegal também pode resultar em penalidades, multas e sanções ou outras formas de responsabilidade. No caso de procedimentos de que é parte, a Companhia não pode garantir a dimensão dos impactos que os resultados podem causar sobre seus negócios, condição financeira e/ou reputação, nem tampouco que mantém ou manterá provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Além disso, a Companhia não pode assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente a ela ligada, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores, não sejam envolvidos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais. O envolvimento da Companhia ou de qualquer pessoa em processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, investigações ou inquéritos policiais relevantes pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, condição financeira, resultados de operações, perspectivas e reputação.

A falha ou a incapacidade da Companhia em proteger a sua propriedade intelectual e qualquer violação à sua propriedade intelectual poderá ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Co mpanhia.

A propriedade intelectual de maior relevância da Companhia consiste em suas marcas nacionais e

4.1 Descrição dos fatores de risco

internacionais, patentes e desenhos industriais. A capacidade da Companhia de efetivamente competir nestes mercados depende, em parte, de seus direitos a marcas comerciais, desenhos industriais, bem como outros direitos referentes à propriedade intelectual que a Companhia possui ou licencia. Nem sempre é possível registrar ou proteger todas as marcas da Companhia em todos os países em que são ou podem ser usadas, o que significa que terceiros podem limitar ou contestar os direitos de marca da Companhia nesses países. Além disso, as diferenças das leis referentes à propriedade intelectual ou direitos de propriedade nos países em que a Companhia atua podem levar a níveis diferentes de proteção legal nessas jurisdições. Desta forma, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Caso, nestas ações, os direitos da Companhia não sejam assegurados, esta poderá sofrer efeitos adversos relevantes sobre seus negócios, o valor de seus intangíveis, bem como na sua reputação, situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Litígios poderão ser necessários para validar ou proteger os direitos de propriedade intelectual da Companhia e, se não prevalecer, a Companhia pode sofrer impactos adversos relevantes em seus negócios, ágio, posição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa. Além disso, terceiros podem alegar que a propriedade intelectual ou atividades comerciais infringem a sua própria propriedade intelectual ou direitos de propriedade e qualquer litígio a este respeito seria dispendioso, independentemente do mérito tratado. Se a Companhia não obtiver êxito na defesa destas reclamações ou na celebração de acordos, a Companhia poderá ser obrigada a pagar indenizações, cessar o uso da propriedade intelectual de titularidade de terceiros ou celebrar contratos de licenciamento em termos desfavoráveis à Companhia. Ademais, a Companhia poderá ser obrigada a reformular ou remodelar o licenciamento conjunto ou propriedade intelectual de seus produtos, de forma a evitar infrações, o que poderá resultar em custos significativos em determinados mercados. Caso as decisões considerem que a Companhia infringiu direitos de propriedade intelectual de qualquer terceiro, esta poderá vir a sofrer impactos adversos relevantes em sua reputação, negócios, posição financeira, resultado operacional e/ou fluxos de caixa.

Danos não cobertos pelas apólices de seguros da Companhia podem resultar em perdas à Companhia, o que poderia ter um efeito adverso em seus negócios.

Embora a Companhia acredite que a extensão de nossa cobertura de seguro seja consistente com a prática do setor, essa cobertura não cobre todas as perdas em que podemos incorrer, mesmo em áreas para as quais temos cobertura, e nossas apólices de seguro estão sujeitas a limites e exclusões de responsabilidade. Por exemplo, ocasionalmente, as instalações da Companhia podem ser afetadas negativamente por incêndios, explosões, danos elétricos e outros eventos destrutivos semelhantes. As instalações da Companhia em Vitória de Santo Antão, no estado brasileiro de Pernambuco, sofreram incêndios em 2022, e houve explosões em suas instalações em Lucas do Rio Verde, no estado brasileiro de Mato Grosso, em 2022, e em Uberlândia, no estado brasileiro de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Minas Gerais, em 2021. A instalação da Companhia de subestação em Concórdia, no estado brasileiro de Santa Catarina, desmoronou em 2021. As perdas resultantes desses eventos não foram totalmente cobertas por apólices de seguro.

Riscos políticos, eventos ambientais e climáticos, fraude, greve, recall de produtos, multas e encargos, terrorismo, os próprios animais, vazamentos de amônia, riscos financeiros, como queda no preço das ações, riscos de segurança cibernética, sabotagem, espionagem industrial, desastres naturais ou outros eventos catastróficos podem causar danos ou a interrupção das operações da Companhia não são completamente cobertos pelas apólices de seguro. Além disso, a Companhia está exposta a certos riscos de qualidade do produto, como contaminação criminosa, peste suína, gripe aviária, salmonela e outras doenças que contaminem animais, que podem afetar os seus negócios e podem não estar cobertos pelo seguro. Na hipótese de ocorrência de um evento que não esteja coberto por uma apólice de seguro contratada pela Companhia, ou no caso de os danos ultrapassarem os limites contratados nas apólices, a Companhia poderá incorrer em custos significativos. Ademais, existe ainda o risco de a Companhia ser instada a indenizar pessoas afetadas por tais eventos. Além disso, mesmo com relação a perdas que estão, em última análise, cobertas por seguros, a Companhia pode ter despesas adicionais para atenuá-las, como, por exemplo, no caso o deslocamento da produção para diferentes instalações, as quais podem não ser totalmente protegidas pelo seguro da Companhia. Tais custos podem não estar cobertos pelas apólices de seguro.

O seguro de interrupção de negócios da Companhia pode não cobrir todos os custos diretos e indiretos e custos intangíveis relacionados a interrupções em suas operações. Por exemplo, os impactos negativos nos negócios da Companhia advindos da greve dos caminhoneiros de 2018 e dos protestos dos caminhoneiros associados às eleições brasileiras de 2022, incluindo a suspensão das operações nas instalações de produção e aumento dos custos de transporte e logística, não foram cobertos por nenhuma das apólices de seguro da Companhia. Quaisquer eventos semelhantes no futuro podem ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, bem como em seus resultados operacionais, sua condição financeira e suas perspectivas.

Além disso, as apólices de seguro da Companhia podem não cobrir os custos incorridos para nos defendermos de processos judiciais e administrativos. Nos últimos anos, incorremos em custos significativos com investigações e custos de defesa contra processos judiciais e administrativos relacionados à Operação Carne Fraca e à Operação Trapaça, e podemos não ser totalmente reembolsados por esses custos de acordo com nossas apólices de seguro.

Qualquer reivindicação feita pela Companhia pode não ser totalmente honrada por seus provedores de seguro, em tempo hábil ou de forma alguma, e podemos não ter adquirido seguro suficiente para cobrir todas as perdas incorridas. Se a Companhia incorrer em responsabilidades substanciais ou se suas operações comerciais forem interrompidas por um período substancial, poderá incorrer em custos e sofrer perdas. Além disso, no futuro, a cobertura de seguro pode não estar disponível para

4.1 Descrição dos fatores de risco

nós a prêmios comercialmente aceitáveis, ou não estar disponível.

A Companhia depende da atuação de sua alta administração e da capacidade de atrair e reter profissionais qualificados para a implementação sua estratégia de negócios.

A Companhia depende dos membros de sua gerencia sênior e de outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias de negócios. Os esforços para recrutar e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Além disso, a perda de profissionais relevantes pode afetar negativamente sua capacidade de implementar estratégias, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar seus resultados. A Companhia depende, ainda, de sua capacidade de recrutar e reter profissionais qualificados, sendo que, não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. Caso uma dessas pessoas chave da administração deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que pode afetar seus resultados e sua condição financeira. A perda de qualquer um de seus funcionários principais pode afetar negativamente a Companhia e qualquer mudança futura na composição da equipe sênior poderia resultar em modificações em sua estratégia de negócios e ter um impacto significativo sobre a Companhia.

A escassez de mão de obra, a incapacidade da Companhia de recrutar ou reter trabalhadores para fábricas e a concorrência por trabalhadores com outras empresas podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Para apoiar as operações de suas fábricas, a Companhia deve contratar e manter um número suficiente de trabalhadores e pagar uma remuneração adequada. A operação bem-sucedida das fábricas pode ser prejudicada pela falha da Companhia em recrutar ou reter o número de trabalhadores necessário para operar suas instalações industriais em níveis adequados. Se a Companhia for forçada a executar suas operações significativamente abaixo de sua capacidade, os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Além disso, se a Companhia operar suas instalações com um número reduzido de trabalhadores, pode ser forçada a escolher um mix de produtos que requer menos trabalhadores na linha de produção, mas pode não representar a alternativa mais rentável entre suas capacidades, o que pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia tem enfrentado uma escassez geral de mão de obra em suas instalações localizadas no Mato Grosso e em Santa Catarina. Nestas localidades, a taxa de desemprego pode ser inferior a 2,3% e o número de habitantes em idade ativa pode ser limitado. Para reduzir o impacto em suas operações, a Companhia traz trabalhadores de outras regiões do país onde os índices de desemprego são maiores, o que resulta em custos adicionais relacionados à realocação. Por

4.1 Descrição dos fatores de risco

exemplo, no Mato Grosso, aproximadamente 70% dos trabalhadores da Companhia vêm das regiões Norte ou Nordeste do Brasil ou são refugiados ou imigrantes de países vizinhos.

Essas condições aumentam a competição por trabalhadores com outras indústrias e podem forçar a Companhia a aumentar seu pacote de remuneração para reter trabalhadores e administrar adequadamente a rotatividade excessiva. Isso impacta diretamente no processo produtivo da Companhia e pode ocasionar aumento nos custos de produção. O setor do agronegócio é um dos negócios que mais cresce no País e um concorrente relevante para os trabalhadores. Por exemplo, em 2025, a Aurora criou 3,5 mil novos empregos segundo seu balanço corporativo com destaque para ampliação da planta de aves de Tapejara, RS que gerou 980 novos empregos e uma nova fábrica de insumos de ração animal em Abelardo Luz, SC. O aumento das ofertas de emprego nesses locais, onde também temos operações pode prejudicar nossa capacidade de atrair e reter funcionários, JBS e Aurora tem sobreposição geográfica às plantas da Marfrig (SC, PR, RS, MT, MS, GO) e capacidade real de disputar mão de obra operacional, técnica e industrial. A Frimesa competidor regional relevante no Oeste do Paraná anunciou em 2025 o objetivo estratégico de dobrar de tamanho até 2032 o que deve pressionar a oferta de mão de obra para planta de Toledo, PR.

No Paraná, a Piracanjuba inaugurou uma nova fábrica em março de 2026 na cidade de São Jorge D'Oeste, que deverá empregar mais de 250 pessoas, competindo diretamente com nossa operação em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão e reforçando o cenário de pleno emprego estrutural no sudoeste do PR. Além disso, algumas das maiores empresas brasileiras do segmento de papel e celulose anunciaram um investimento agregado de R$ 105 bilhões na criação e expansão de fábricas e na melhoria da infraestrutura até 2028, concentrados principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Espera-se que esses investimentos gerem 25.000 empregos indiretos durante a fase de construção e mais de 7.500 após a conclusão. Essas unidades industriais competirão por trabalhadores com nossas plantas industriais no Paraná, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo.

Segundo a CNI a agroindustrial deve geral 207 mil novos empregos no Centro Oeste até 2027, nesse cenário a Companhia pode não conseguir reter um número adequado de trabalhadores, especialmente em decorrência da maior concorrência, ou pode incorrer em custos mais altos em suas operações para realocação de recursos de outros estados e para oferecer uma remuneração mais alta do que a de seus concorrentes. A incapacidade da Companhia de oferecer remuneração atraente ou de atender adequadamente à demanda de sua força de trabalho devido à escassez de mão de obra pode afetar negativamente nossos planos estratégicos e seu desempenho operacional.

Falhas na manutenção de controles internos da Companhia podem afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

A administração da Companhia é responsável por elaborar e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros que forneçam garantia razoável da confiabilidade da elaboração e do

4.1 Descrição dos fatores de risco

relatório das demonstrações financeiras da Companhia para uso externo. Controles internos inadequados podem resultar em falhas no cumprimento das regulamentações aplicáveis, nos prazos aplicáveis, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia. De qualquer forma, os controles podem não ser capazes de prevenir ou detectar todas as fraudes e informações imprecisas, independentemente da adequação desses controles e, portanto, a Companhia não tem como garantir que deficiências relevantes não serão identificadas no futuro, o que pode gerar impacto reputacional e adverso aos negócios da Companhia.

Parte das atividades da Companhia é conduzida em imóveis de terceiros. Caso não seja capaz de manter ou renovar os contratos que regulam a ocupação da Companhia nesses imóveis ou de celebrar novos contratos em condições que sejam comercialmente adequadas, as atividades da Companhia podem ser adversamente afetadas.

A Companhia conduz parte de suas atividades em imóveis de terceiros, a título de contratos de locação.

De acordo com a legislação brasileira aplicável, em geral, qualquer uma das partes pode solicitar em uma ação judicial a revisão do preço do aluguel se houver uma alteração adversa relevante que cause um desequilíbrio nos direitos e obrigações econômicas das partes nos termos do contrato. Um aumento significativo no valor do aluguel como resultado da revisão de tais ações judiciais poderiam afetar negativamente a posição financeira da Companhia e seu resultado operacional.

Além disso, os contratos de aluguel celebrados pela Companhia estabelecem que os aluguéis serão ajustados anualmente por um índice oficial de inflação. Em um cenário de hiperinflação, esses ajustes podem afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Desta forma, se, por qualquer motivo, a Companhia não for capaz de manter seus contratos de locação, celebrar novos contratos ou renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de: (i) custos decorrentes da realocação de operações; e (ii) perda e/ou diminuição de receita incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A impossibilidade de obtenção ou renovação de licenças dos imóveis onde a Companhia exerce suas atividades pode impactar negativamente seus negócios

O exercício das atividades da Companhia depende da obtenção de licenças dos imóveis, tais como, mas não se limitando a “habite-se” das edificações e alvará de funcionamento, ambos emitidos pelas Prefeituras municipais competentes, bem como auto de vistoria, emitido pelo Corpo de Bombeiros. Em geral, essas licenças têm prazo de validade, devendo ser renovadas de tempos em tempos e

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem estar sujeitas ao pagamento de taxas para sua renovação. Além disso, eventuais irregularidades ou alterações nas edificações dos imóveis podem ter efeito adverso na manutenção de tais licenças. A expansão das operações e/ou mudanças na legislação aplicável também pode demandar novas licenças, autorizações e/ou registros a serem solicitados às autoridades competentes.

A Companhia não pode garantir que referidas licenças foram e serão obtidas (ou mantidas em vigor ou tempestivamente renovadas) com relação a cada um dos imóveis próprios ou locados onde exerce suas atividades. A ausência de licenças municipais, estaduais ou federais válidas pode acarretar a instauração de autos de infração e na aplicação de multas pelos órgãos competentes. Além disso, caso a Companhia não seja capaz de remediar eventuais irregularidades de suas licenças, pode ter suas operações interrompidas ou suspensas nos locais irregulares, sem prejuízo da possível necessidade de investimentos significativos e inesperados para sanar tais irregularidades. Assim, a Companhia poderá incorrer em custos imprevisíveis para realocação de seus estabelecimentos, caso não seja possível emitir ou renovar alguma dessas licenças. Esses cenários poderão impactar de forma negativa os negócios, rendimentos e resultados da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia é substancial e a sua alavancagem pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de refinanciar suas dívidas e expandir seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizavam R$ 25.562 milhões, em comparação com o valor de R$ 20.740,5 milhões na data de 31 de dezembro de 2024, sendo que um aumento na alavancagem da Companhia pode ter grandes consequências para a Companhia, incluindo:

- Exigência de que uma parte substancial do fluxo de caixa da Companhia proveniente de operações seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros sobre a dívida da Companhia, reduzindo os recursos disponíveis para operações, gastos de capital ou outras necessidades de capital;
- Limitação da flexibilidade da Companhia no planejamento ou na reação a mudanças nos seus negócios e no setor em que opera, pois o fluxo de caixa da Companhia disponível após o pagamento do valor principal e dos juros sobre a sua dívida pode não ser suficiente para fazer com que o capital e outros gastos necessários trate dessas mudanças;
- Aumento da vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas e industriais adversas gerais, pois, durante os períodos nos quais a Companhia experimenta rendimentos e fluxos de caixa menores, ela seria obrigada a dedicar uma quantidade proporcionalmente maior do seu fluxo de caixa ao pagamento do valor principal e juros de dívidas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Aumento dos gastos da Companhia devido a desvalorizações do Real, o que pode levar a um aumento no montante de capital necessário para o serviço de endividamento denominado em dólares norte-americanos; e
- Dificuldade em refinanciar o endividamento da Companhia ou fazer isso em termos favoráveis, inclusive com relação a securitizações de contas a receber existentes.

Se uma ou mais dessas consequências ou limitações se materializarem, elas poderão afetar adversamente os resultados operacionais e posição financeira da Companhia.

Um rebaixamento de nossa classificação de crédito (rating) provavelmente aumentaria nosso custo de financiamento e afetaria negativamente nossos resultados operacionais.

As classificações de crédito (ratings) afetam o custo e outros termos nos quais a Companhia pode obter financiamento. As agências de classificação de risco nos avaliam regularmente e suas classificações das dívidas de longo e curto prazo da Companhia e baseiam-se em diversos fatores, incluindo sua capacidade de geração de caixa, níveis de endividamento, políticas com relação a distribuições aos acionistas e solidez financeira em geral, bem como fatores fora de nosso controle, como as condições que geralmente afetam o setor de processamento de carne e o ambiente econômico em que opera. Em vista de suas atuais métricas de crédito e de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelas agências de classificação para avaliar a capacidade de crédito de uma empresa, além de outros fatores, a classificação de crédito da Companhia está atualmente abaixo do "grau de investimento" por todas as agências de classificação que a avaliam. Embora a Moody's, a S&P e a Fitch tenham melhorado nossas respectivas classificações de crédito em 2025**,** qualquer rebaixamento futuro, qualquer novo rebaixamento nas classificações de crédito da Companhia por uma agência de classificação de crédito, seja como resultado de suas ações ou de fatores que estão fora de seu controle, pode aumentar seus custos futuros de empréstimos, prejudicar sua capacidade de acessar os mercados de capital e de crédito em termos comercialmente aceitáveis para a Companhia ou de forma alguma e resultar em uma redução de sua liquidez. Os custos de empréstimo da Companhia e acesso aos mercados de capital também podem ser afetados negativamente se uma agência de classificação de crédito anunciar que as classificações da Companhia estão sendo analisadas para um possível rebaixamento. Um aumento em custos de empréstimos da Companhia, limitações em sua capacidade de acessar o mercado global de capitais e a possibilidade de rebaixamento de sua classificação de risco podem afetar negativamente a liquidez da Companhia.

A Companhia tem dívidas substanciais que vencem nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não detinha de empréstimos e financiamentos em aberto. Nesta data a Companhia possui R$ 3.157,61 milhões em aberto no valor principal com vencimento

4.1 Descrição dos fatores de risco

em 2026, R$ 3.173,98 milhões em aberto no valor principal com vencimento em 2027, R$ 1.035,1 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2028, R$ 1.998,6 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2029 e R$ 16.196,71 milhões em aberto no valor do principal com vencimento em 2030 e posteriores.

Uma parte substancial dos empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia são denominadas em moedas estrangeiras, principalmente em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha R$ 11.104,77 milhões em aberto em principal e juros de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R$ 2.640,09 milhões são classificados como dívida de curto prazo. Os empréstimos da Companhia e financiamentos denominados em dólares americanos devem ser atendidos por fundos gerados pelas vendas de suas subsidiárias, a maioria dos quais não é denominada em dólares americanos. Consequentemente, quando a Companhia não gera receitas suficientes em dólares americanos para cobrir o serviço da dívida, precisa usar suas receitas geradas em reais ou em outras moedas para pagar o serviço de sua dívida denominada em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2025, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano em 11,1% em comparação com 31 de dezembro de 2024.

Qualquer incerteza futura nos mercados de ações e de crédito também poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazo, o que poderia impactar negativamente a liquidez e situação financeira da Companhia. Se, nos próximos anos:

- As pressões sobre o crédito retornarem como resultado de interrupções nos mercados globais de ações e crédito;
- Os resultados operacionais da Companhia piorarem significativamente;
- A Companhia for incapaz de concluir quaisquer alienações necessárias de ativos não essenciais e o fluxo de caixa da Companhia ou os recursos de capital da Companhia comprovem ser inadequados; ou
- A Companhia for incapaz de refinanciar ou repagar qualquer dívida que tenha vencido, que venha a ser devida, qualquer destes riscos poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios consolidados e na situação financeira da Companhia.

Os termos do endividamento da Companhia impõem à Companhia restrições significativas.

Os instrumentos que regem o endividamento existente da Companhia impõem à Companhia significativas restrições e os instrumentos regendo qualquer endividamento que a Companhia venha a incorrer no futuro também poderá impor restrições adicionais. As restrições existentes limitam e quaisquer restrições futuras podem limitar, direta ou indiretamente, a capacidade da Companhia, entre outras coisas, de realizar as seguintes ações:

- Obter empréstimos; Realizar investimentos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Vender ativos, incluindo capital social de subsidiárias;
- Fornecer garantia sobre o endividamento; Celebrar acordos que limitem dividendos ou outras distribuições de determinadas subsidiárias;
- Realizar transações com afiliadas; Criar ou assumir ônus; e
- Realizar operações de fusões e aquisições.

As cláusulas às quais a Companhia está atualmente sujeita contêm exceções e qualificações. A violação de quaisquer de referidas cláusulas poderia resultar em inadimplência nos termos de outras obrigações de dívida existentes. Caso tal evento de inadimplência ocorra, nos termos e montante mínimo acordado, todos os valores em aberto de acordo com os instrumentos de dívida aplicáveis e a dívida emitida conforme outros instrumentos de dívida contendo cláusulas de vinculação automática ou de vencimento cruzado (cross default), juntamente com juros acumulados não pagos, se houver, poderão se tornar ou serem declarados imediatamente devidos e pagáveis. Caso tal endividamento venha a ser antecipado, a Companhia poderá não dispor de fundos suficientes para pagar integralmente essa dívida. Além disso, com relação à entrada em novos financiamentos ou alterações de acordos de financiamento existentes, a flexibilidade financeira e operacional das subsidiárias e da Companhia poderá ser reduzida ainda mais como resultado da imposição de compromissos mais restritivos, exigências para segurança adicional e outros termos.

As flutuações ou mudanças nas taxas de juros, ou a substituição delas, podem afetar o custo do serviço das dívidas da Companhia ou reduzir sua receita financeira, afetando seu desempenho financeiro.

As despesas financeiras da Companhia são afetadas por alterações nas taxas de juros que se aplicam às suas dívidas de taxas flutuantes. As principais taxas que a Companhia estava exposta são o Certificado de Depósito Interbancário (ou “CDI”, indexador de aplicações em CDBs, algumas dívidas denominadas em real e contratos de swap), IPCA, Secured Overnight Financing Rate Emirates Interbank Offered Rate (ou “SOFR”), (ou “EIBOR”, taxa de juros referência dos Emirados Árabes Unidos) pode ter um impacto adverso nas despesas financeiras da Companhia e em seus resultados operacionais.

(b) Relacionados aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

Os impostos nacionais podem ser aplicados sob acionistas estrangeiros no momento de alienação de ações ordinárias a outro acionista estrangeiro.

O lucro obtido por um detentor estrangeiro, no momento de alienação de ações ordinárias para outro

4.1 Descrição dos fatores de risco

detentor estrangeiro (que não seja uma alienação de ações detidas de acordo com a Resolução nº 4.373, conforme alterada, da CMN) é geralmente visto como sujeito à tributação no Brasil. De acordo com o artigo 26 da Lei nº 10.833/03, as autoridades fiscais brasileiras podem cobrar imposto de renda sobre ganhos de capital obtidos por não residentes no Brasil em transações envolvendo ativos nacionais. De acordo com a legislação brasileira, as regras e as alíquotas aplicáveis do imposto de renda retido na fonte sobre esses ganhos podem variar dependendo do domicílio do detentor estrangeiro (se o detentor estrangeiro for ou não residente ou domiciliado em uma jurisdição de paraíso fiscal, ou seja um país: (i) que não impõe imposto de renda ou cuja alíquota de imposto de renda é inferior a 20%; ou (ii) que não permite a divulgação da identidade dos acionistas de entidades organizadas sob sua jurisdição), o tipo de registro do investimento mantido pelo detentor estrangeiro no Banco Central do Brasil e como a disposição é realizada. Os ganhos de capital estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte a uma alíquota de até 25%, dependendo do caso específico aplicável.

Quaisquer outros ganhos realizados na alienação de ações ordinárias que não sejam realizados na bolsa de valores brasileira estão sujeitos ao imposto de renda à seguinte alíquota progressiva quando realizados por qualquer detentor estrangeiro que não seja residente em paraíso fiscal, quer esse detentor seja ou não um titular registrado:

i. 15% sobre a parcela de ganhos de capital que não exceda R$ 5.000.000,00;
ii. 17,5% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R$5.000.000,00, mas não exceder R$10.000.000,00;
iii. 20% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R$ 10.000.000,00, mas não exceder R$ 30.000.000,00; e
iv. 22,5% sobre a parcela dos ganhos de capital que exceder R$ 30.000.000,00.

Ainda, estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 25% quando realizados por uma pessoa física ou jurídica que seja residente em paraíso fiscal, independentemente de tal titular ser ou não um titular registrado.

Os acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente nos mercados emergentes, podem afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e ADRs.

O mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras é influenciado, em graus variados, pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode causar flutuações nos mercados de capitais de outros países. Os desenvolvimentos ou condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram, algumas vezes, em saídas significativas de fundos e quedas no montante de moeda estrangeira investido no Brasil. Além disso, crises econômicas e políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar significativamente a percepção do risco inerente ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira, bem como o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras, também é afetada, em graus variados, por retrações econômicas globais e pela instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional, especialmente as condições econômicas e de mercado nos Estados Unidos. Os preços das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, têm sido historicamente sensíveis às flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como aos movimentos dos principais índices de ações dos Estados Unidos.

As recessões econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e a expansão de nossas operações comerciais em todo o mundo. Embora o Brasil exporte um conjunto diversificado de produtos para vários países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a União Europeia, a China ou os Estados Unidos, poderia ter um impacto adverso relevante sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar negativamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, as incertezas relacionadas à atividade econômica global podem resultar em volatilidade significativa nos mercados financeiros e indicadores econômicos brasileiros e internacionais, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. Por exemplo, como resultado da maior volatilidade gerada pelo início da pandemia da COVID-19 e seu impacto futuro percebido na atividade econômica global, o *circuit breaker* da B3 foi acionado oito vezes em março de 2020.

Qualquer mudança significativa nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países nos quais a Companhia faz negócios, incluindo suas ações ordinárias, o que pode afetar negativamente o preço de negociação suas ações ordinárias e ADRs, ou diminuir a liquidez de suas ações ordinárias e ADRs em geral, além de dificultar seu acesso aos mercados de capital acionário e a financiamentos no futuro em termos aceitáveis ou de forma alguma.

(a) às controladas e coligadas da Companhia

Não há riscos específicos relacionados a suas controladas e coligadas, além do fator de risco mencionado na alínea (a) deste item “Aquisições ou desinvestimentos recentes e futuros ou joint ventures podem desviar recursos de gestão ou provar serem prejudiciais para a Companhia”. Dada a estrutura operacional da Companhia os riscos aplicáveis a Companhia se aplicam as suas coligadas e controladas de forma geral.

(b) aos administradores da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há riscos específicos originados aos administradores da Companhia, ou seja, riscos cuja fonte sejam os administradores, que devam ser tratados neste subitem

(c) aos fornecedores da Companhia

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à ciclicidade, à volatilidade, aos preços das commodities, carne de frango e carne de porco, podendo afetar negativamente todo o negócio da Companhia.

O negócio da Companhia é amplamente dependente do custo e fornecimento de milho, farelo de soja, óleo, soja, embalagem (resina e petróleo), ingredientes alimentícios, insumos de alimento animal e outras matérias-primas, bem como dos preços de venda de suas aves, suínos e produtos processados. O referido custo é influenciado pela oferta e demanda, o que pode flutuar significativamente, além de outros fatores sobre os quais há pouco ou nenhum controle como, por exemplo, a guerra na Ucrânia, que trouxe um aumento significativo dos preços de produtos agrícolas como o milho, trigo e soja, em parte causado pelo aumento da utilização destes produtos para fins de geração de energia, reduzindo a oferta para consumo internacional. Isto afetou diretamente os custos e aumentou a volatilidade da margem da Companhia. Além disso, o preço das aves também aumentou como resultado da guerra, considerando que a Ucrânia é parte importante na produção avícola. Nesse contexto, as tensões entre Estados Unidos e Irã podem gerar impactos indiretos relevantes sobre os processos operacionais, principalmente por meio do aumento e da maior volatilidade dos custos de energia, combustíveis e logística, elevando o risco operacional e reduzindo a previsibilidade financeira das operações. Outros fatores que afetam a oferta e a demanda incluindo, entre outros, a flutuação nos níveis locais e globais de produção de aves e suínos, regulamentações ambientais e de conservação, condições econômicas, um novo vírus de magnitude global, condições climáticas, doenças dos animais e condições das safras, custo de frete nacional e internacional, taxa de câmbio e flutuações das taxas de juros. Além disso, os preços também são constantemente afetados por eventos climáticos e sazonalidade, meteorológicos, preços de fertilizantes, políticas de biocombustíveis, imposto de exportação, bem como disputas políticas e comerciais ao redor do mundo, expectativas e/ou incerteza sobre o futuro terremotos. Quaisquer mudanças nos preços das matérias-primas causam um impacto relevante nos negócios da Companhia.

A indústria em que a Companhia atua, tanto no Brasil quanto no exterior, é geralmente caracterizada por períodos cíclicos de preços mais elevados e maior lucratividade, seguidos por excesso de oferta, levando a períodos de preços mais baixos, de menor lucratividade ou de perdas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de se adaptar adequadamente a qualquer ciclicidade ou volatilidade, o que pode ter um efeito adverso sobre suas operações e resultados financeiros.

Desastres naturais, condições meteorológicas extremas, terremotos, inundações, pandemias ou surtos de doenças, frio excessivo, calor, furacões ou tempestades, bem como qualquer interrupção nas plantas da Companhia que possa exigir a realocação temporária das funções da planta para

4.1 Descrição dos fatores de risco

outras instalações ou a interrupção, ainda que temporária, das operações de uma ou mais plantas podem, dentre outras consequências, prejudicar a saúde ou crescimento das aves e suínos, o momento adequado de abate ou interferir com as operações da Companhia devido a quedas de energia, danos às instalações de produção e processamento ou interrupção nos canais de transporte e sistemas de informação.

***A Companhia está sujeita a riscos de transporte e logística de terceiros e depende de um número limitado de fornecedores terceirizados disponíveis para entregar alguns materiais* especializados necessários para as suas atividades de produção.**

Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, entregar matéria-prima às suas instalações de produção, entregar ração animal aos produtores de aves e suínos, entregar ovos, pintinhos de um dia, perus de um dia e suínos para produtores integrados, entregar suínos para abatedouros e distribuir os produtos. Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em 21 de maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento de matérias-primas para as instalações de produção e a entrega de ração animal para os produtores de aves e suínos da Companhia e, em seu auge, levou à suspensão ou redução da operação de todas as suas instalações de produção localizadas no Brasil. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados. Não há garantia de que os caminhoneiros não tentarão se envolver em greves futuras se, por exemplo, houver um aumento acentuado dos preços dos combustíveis e o governo federal brasileiro ou qualquer outra parte envolvida não conseguir atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória. Qualquer greve desse tipo não poderá afetar negativamente nossa cadeia de suprimentos ou a operação de nossas instalações de produção. Além disso, um aumento significativo nos preços dos combustíveis e nas taxas de serviços de transporte, bem como qualquer outra redução na confiabilidade ou disponibilidade de serviços de transporte ou logística, inclusive como resultado de, entre outras coisas, inundações em portos, incêndios em armazéns, escassez global de contêineres de transporte ou greves trabalhistas, poderia afetar negativamente nossa capacidade de atender às exigências de nossa cadeia de suprimentos e entregar nossos produtos aos clientes de maneira comercialmente viável. Qualquer interrupção desse tipo nos serviços de transporte ou logística dos quais dependemos pode ter um impacto adverso significativo em nossos resultados operacionais e em nossa condição financeira.

Em 30 de junho de 2023, o Supremo Tribunal Federal brasileiro, ou STF, tornou nulas e sem efeito determinadas partes da Lei nº 13.103/2015, ou Lei do Caminhoneiro, relacionadas a horas de trabalho e períodos de descanso diário e semanal. Essa decisão aumentou os custos de contratação

4.1 Descrição dos fatores de risco

de motoristas de caminhão. Apesar de termos sido capazes de ajustar nossas operações para compensar o aumentos dos custos de frete como resultado da decisão do STF, estamos monitorando tal aumento de custos de frete e podemos no futuro necessitar uma frota adicional para apoiar nossas operações, o que poderá ter um impacto adverso na produtividade do transporte e em nossos resultados operacionais.

Ademais, parte das atividades de produção da Companhia exigem materiais especializados que a Companhia adquire de um número limitado de fornecedores disponíveis. Por exemplo, a Companhia depende de compras de material genético utilizado em seus programas de criação de animais fornecido por empresas do ramo de genética animal. Se qualquer um desses fornecedores não for capaz de fornecer os materiais na quantidade e frequência com que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não conseguir substituir o fornecedor de forma aceitável ou em absoluto, a Companhia poderá ser impossibilitada de manter o seu nível usual de produção e vendas na categoria de produto afetada, o que poderá prejudicar significativamente os seus negócios e operações e, consequentemente, os resultados das suas operações.

Os negócios dependem do fornecimento de insumos produzidos por agricultores e produtores integrados, bem como o desempenho da Companhia depende da sua capacidade de atrair e manter uma rede de agricultores e produtores integrados qualificados.

A Companhia é uma produtora verticalmente integrada de produtos alimentícios que depende de grande quantidade de insumos de origem animal para conduzir seus negócios. Parcela significativa dos insumos de origem animal utilizados pela Companhia em suas atividades é produzida por uma rede de agricultores e produtores no âmbito de acordos de produção integrada celebrados com a Companhia ("**Produtores Integrados**"). Os Produtores Integrados são responsáveis pelo manejo e criação das aves e suínos que a Companhia, como integradora, supervisiona. Em 2024, a Companhia adquiriu, aproximadamente, 3.344,1 milhões de toneladas de frangos de corte, 125,6 mil toneladas de perus e 1.283,2 milhões de toneladas de suínos dos Produtores Integrados.

A seleção e retenção de agricultores e produtores é altamente competitiva e a concorrência entre as integradoras foi intensificada nos últimos anos. A maioria dos Produtores Integrados da Companhia estão localizados em cidades próximas às unidades industriais da Companhia, onde integram com participantes regionais que realizam atividades similares às atividades conduzidas pela Companhia. A Companhia pode não ser capaz de selecionar e reter esses agricultores e produtores, em particular em tempos de maior concorrência, ou pode ser obrigada a aumentar os preços pagos pelos insumos e os benefícios oferecidos para reter esses agricultores e produtores. A incapacidade de reter um número adequado desses agricultores e produtores pode impactar negativamente os planos estratégicos da Companhia e resultar na diminuição de seu desempenho operacional.

Além disso, os Produtores Integrados são financiados, em grande parte, por linhas de crédito rural contratadas diretamente pelos respectivos Produtores Integrados junto a determinadas instituições

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiras. Tais linhas de crédito rural são oferecidas no âmbito de convênios de colaboração financeira celebrados entre a Companhia e as respectivas instituições financeiras que preveem obrigações para a Companhia relativas à: (i) seleção dos Produtores Integrados aptos à obtenção do financiamento; (ii) manutenção de fluxo de pagamento aos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos no âmbito desses convênios de colaboração financeira; e (iii) acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros concedidos aos Produtores Integrados. Em situações excepcionais, como no caso de interrupção das atividades de alguma unidade produtiva da Companhia ou de alienação e/ou arrendamento de alguma das unidades industriais da Companhia que adquirem a produção dos Produtores Integrados financiados no âmbito dos referidos convênios de colaboração financeira, a Companhia poderá ser obrigada a arcar com a liquidação antecipada dos financiamentos obtidos pelos Produtores Integrados ou com a manutenção do fluxo de pagamento aos respectivos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos até que uma nova integradora eventualmente suceda a unidade produtiva em questão perante os Produtores Integrados com relação aos respectivos acordos de produção integrada, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente. Ainda, a depender da irregularidade atribuída ao fornecedor, caso tenha agido em benefício da Companhia, de modo exclusivo ou não, poderá haver incidência das sanções previstas na Lei Anticorrupção. Não há garantia de que a Companhia será capaz de identificar e/ou evitar, em tempo hábil, tais violações por seus fornecedores.

A Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais causados por seus fornecedores.

Caso as empresas que prestam serviços terceirizados para a Companhia ou que lhe forneçam matérias-primas e produtos não atendam aos requisitos da legislação aplicável, a Companhia poderá ser responsabilizada pelos danos ambientais causados por essas empresas.

Adicionalmente, danos ambientais no Brasil implicam em responsabilidade objetiva e solidária da Companhia. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar todos

4.1 Descrição dos fatores de risco

aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da culpa dos agentes, o que pode afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Além disso, a contratação de terceiros para realizar qualquer gerenciamento das atividades da Companhia, como gerenciamento de áreas contaminadas, reformas ou disposição final de resíduos, ou para o fornecimento de matérias-primas e produtos, não exime a Companhia da responsabilidade por qualquer dano ambiental causado por um fornecedor contratado, desde que comprovado o nexo de causalidade. Se a Companhia for responsabilizada por tais danos, seus resultados e imagem poderão ser afetados adversamente.

(f) Relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia enfrenta concorrência significativa de produtores brasileiros e estrangeiros, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A Companhia enfrenta, no Brasil, uma forte concorrência de outros produtores brasileiros e, no exterior, de produtores estrangeiros e brasileiros. O mercado interno de aves inteiras, cortes de aves e de suínos é altamente fragmentado. Pequenos produtores podem ser concorrentes importantes, alguns dos quais operam na economia informal e são capazes de oferecer preços mais baixos com padrões inferiores de qualidade. Por exemplo, as cooperativas agropecuárias são concorrentes cada vez mais relevantes nos mercados em que a Companhia atua, pois possuem certas vantagens fiscais e geralmente têm maior mobilidade para direcionar sua produção para o mercado externo em momentos em que as exportações se tornam mais atrativas do que seus respectivos mercados internos. Em relação às exportações, a Companhia concorre com produtores estrangeiros e outros grandes produtores brasileiros, verticalmente integrados, que conseguem produzir produtos de qualidade a custos similarmente competitivos.

Além disso, o tamanho e o potencial de crescimento do mercado interno para alimentos processados, aves, suínos e bovinos, combinados aos baixos custos de produção no Brasil são atrativos para os concorrentes internacionais. A principal barreira que as empresas que entram no mercado brasileiro enfrentam é a necessidade de construir uma rede de distribuição abrangente e uma rede de integrados para a criação de animais, inclusive uma rede de subcontratados (produtores terceirizados). Não obstante, os concorrentes internacionais com importantes recursos poderiam construir uma ampla rede de distribuição e uma rede de produtores ou adquirir e expandir as já existentes.

Os mercados brasileiros de cortes de aves e suínos, em particular, são altamente competitivos em termos de preço e sensíveis à substituição de produtos. Mesmo que a Companhia continue sendo um produtor de baixo custo, com marcas fortes, os consumidores podem optar por adquirir outros produtos ou marcas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia acredita que continuará a enfrentar forte concorrência em todos os seus mercados e prevê que os atuais ou novos concorrentes poderão ampliar suas linhas de produtos e expandir seu alcance geográfico, o que poderá afetar de forma negativa o seu desempenho financeiro. Qualquer atraso ou falha da Companhia em relação aos produtos, preços e outras estratégias por parte dos concorrentes pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

(g) Relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atual

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas estáveis, harmoniosas e equilibradas com seus empregados, quanto do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de suas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, aumenta os custos relacionados a questões trabalhistas e/ou danos nas instalações da Companhia pode afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais, financeiros e reputacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha um total de aproximadamente 106 mil empregados no mundo todo. Todos os empregados podem ser sindicalizados, no Brasil e em países que possuem sindicatos que os representem trabalhistas, costumam ser representados por sindicatos.

Após o término da vigência dos acordos coletivos de trabalho existentes ou outros acordos coletivos de trabalho negociados, não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar novos acordos em condições economicamente satisfatórias ou dentro dos prazos esperados. Além disso, tais negociações podem resultar em cláusulas que impliquem em aumentos consideráveis em salários, beneficios e/ou outras obrigações trabalhistas, pressionando os custos operacionais.

Caso a Companhia não seja capaz de negociar acordos coletivos em termos considerados aceitáveis, poderá estar sujeita a paralisações, greves ou outras formas de mobilização coletivas, sejam estas legais ou não, o que pode ocasionar interrupções nas operações, perdas de produtividade, impactos logisticos e financeiros, bem como danos à imagem institucional.

As negociações sindicais podem se tornar mais complexas em razão de fatores externos, tais como mudanças no ambiente politico, economico e regulatório. Alterações na legislação trabalhista ou sindical, como ocorreu em 2017, com a reforma trabalhista, bem como, decisões judiciais ou medidas regulatórias que ampliem o poder de negociações dos sindicatos, modifiquem regras de financiamento sindical ou criem novos direitos trabalhistas podem resultar em maior pressão por reajustes salariais, benefícios adicionais e estabelecimento de salários mínimos regionais acima da inflação. A que se destacar cenários de elevação nos salários-mínimos regionais, em determinados estados da federação com reajustes em percentuais muito acima da inflação.

Nesse contexto, eventuais alterações normativas ou interpretações administrativas e judiciais que resultem na limitação das escalas de trabalho ou na diminuição da jornada semanal, sem a correspondente redução proporcional de salários, poderão acarretar aumento de custos operacionais, necessidade de readequação de quadros de pessoal, impactos sobre a produtividade

4.1 Descrição dos fatores de risco

e desafios adicionais na organização das operações. Ademais, a ampliação dessas discussões no ambiente político e sindical pode tornar as negociações coletivas mais complexas, elevando o risco de impasses, mobilizações ou demandas que afetem a previsibilidade e a continuidade das atividades da Companhia

Os custos de mão de obra representam uma parcela relevante das despesas da Companhia., este representa 14% do custo de vendas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Assim, aumentos significativos nesses custos, bem como riscos de interrupção das atividades decorrentes de disputas trabalhistas ou sindicais, podem afetar adversamente a competitividade, a rentabilidade e os resultados da Companhia.

Além disso, no curso normal dos negócios, a Companhia utiliza mão de obra terceirizada, o que a expõe contingências decorrentes dessa relação. Tais contingências podem envolver reclamações ajuizadas diretamente contra a Companhia, com alegações de responsabilidade como se fosse empregadora direta dos trabalhadores terceirizados. Caso um número relevante dessas demandas resulte em decisões desfavoráveis, a Companhia poderá ser condenada ao pagamento de valores superiores aos montantes provisionados, o que pode causar efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação operacional e financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, se, no contexto da relação com trabalhadores terceirizados, forem caracterizados os requisitos legais da relação de emprego, a terceirização poderá ser considerada irregular, implicando o reconhecimento de vínculo empregatício direto. Nessa hipótese, a Companhia poderá estar sujeita a aumento significativo de seus custos de pessoal, bem como a processos administrativos e judiciais instaurados por autoridades competentes, além da aplicação de multas e demais penalidades previstas na legislação aplicável.

A Companhia enfrenta riscos relacionados à segurança de suas instalações. Se a Companhia não conseguir implementar procedimentos de segurança ou se os procedimentos que implementamos forem ineficazes ou não forem seguidos por seus funcionários ou outras pessoas, seus funcionários e outras pessoas podem se acidentar, o que pode resultar em custos por lesões e perda de produtividade.

Qualquer uma das situações descritas acima, de forma individual ou cumulativa, pode resultar em impactos adversos relevantes sobre as operações, a situação financeira, os resultados operacionais, a continuidade dos negócios e a reputação da Companhia, podendo comprometer sua competitividade e desempenho no mercado.

(h) Relacionados à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A crescente regulamentação relacionada à segurança dos alimentos e ao bem-estar animal pode aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente os resultados de suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações.

As unidades industriais e produtos da Companhia estão sujeitos a inspeções governamentais e a regulamentos abrangentes na área sanitárias e de segurança dos alimentos, incluindo controles governamentais de processamento de alimentos em todos os países para os quais a Companhia exporta. A Companhia já incorreu em custos significativos relativos aos seus esforços para cumprir com as regras aplicáveis. Não obstante, mudanças nos regulamentos sanitários ou relativos à segurança dos alimentos e bem-estar animal podem exigir outros investimentos ou custos para atender às novas especificações exigidas. Em particular, em janeiro de 2025, uma nova regulamentação brasileira sobre bem-estar animal foi implementada, o que exigiu que incorrêssemos em custos de adaptação em nossas instalações durante 2024. Os produtos são muitas vezes inspecionados fora do Brasil por autoridades alfandegárias ou de segurança dos alimentos estrangeiras e qualquer reprovação durante tais inspeções pode acarretar a devolução total ou parcial de produtos ao Brasil, recall dos lotes, descarte total ou parcial de produtos ou custos devido a atrasos na entrega aos clientes. Qualquer nova regra, procedimento ou restrição imposta no que tange à saúde alimentar e bem-estar animal pode aumentar os custos e afetar de forma adversa e significativa os negócios e resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

As leis e os regulamentos ambientais requerem grandes gastos e despesas para seu cumprimento por parte da Companhia.

A Companhia, como os outros produtores alimentícios brasileiros, está sujeita a leis, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais no Brasil, relativos, entre outras coisas, à realização de atividades potencialmente poluidoras, à interferência em áreas especialmente protegidas (tais como, unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas, patrimônio de interesse histórico ou arqueológico e áreas de preservação permanente), ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, ruídos, contaminações, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

Além disso, se caso a Companhia não cumpra com a legislação de proteção ambiental, também poderá estar sujeita à responsabilidade direta e indireta, estrita e solidária, sendo obrigada a reparar danos ambientais, independentemente de culpa. A responsabilidade das empresas não exclui as pessoas físicas, infratores, mandantes ou cúmplices, muitas vezes estendendo a responsabilidade por esses atos aos membros da administração dessas empresas, que participaram de decisões ou se omitiram, quando poderiam ter evitado os prejuízos resultantes. Além disso, o artigo 4º da Lei de Crimes Ambientais brasileira (Lei nº 9.605/98) prevê a desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta representar um obstáculo à reparação de danos ambientais. Nesse caso, os acionistas das empresas tornam-se pessoalmente responsáveis pela reparação dos danos ambientais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia incorre, e continuará a incorrer, em despesas operacionais e requisitos de despesas de capital para cumprir essas leis e regulamentos ambientais. Por exemplo, temos acompanhado as discussões sobre a regulamentação do mercado de carbono no Brasil para antecipar os potenciais custos operacionais resultantes desse mercado. Em dezembro de 2024, foi promulgada do SBCE ocorrerá em fases, com a expetativa de que o sistema esteja totalmente operacional em cerca de cinco anos. Essa lei estabelece limites de emissão de gases de efeito estufa (GEE) para as empresas, exigindo que as empresas que excederem esses limites negociem permissões para compensar o excesso, a fim de se adequarem à regulamentação, sob pena de multas e até restrições. Devido à possibilidade de medidas regulatórias imprevistas ou outros desenvolvimentos, especialmente à medida que as leis ambientais se tornam mais rigorosas no Brasil, o valor e o momento das despesas futuras necessárias para manter a conformidade podem aumentar em relação aos níveis atuais e podem afetar negativamente a disponibilidade de fundos para despesas de capital e outras prioridades. A conformidade com as leis e regulamentos ambientais existentes ou novos, bem como as obrigações em acordos com entidades públicas, podem resultar em aumento de custos e despesas.

As instalações da Companhia estão sujeitas a licenciamento ambiental e operacional com base em seu potencial de poluição e uso de recursos naturais. Se as referidas instalações forem construídas ou ampliadas sem uma licença ambiental, ou se as licenças ambientais da Companhia expirarem e não forem renovadas em tempo hábil ou tiverem seu pedido de renovação rejeitado pela autoridade ambiental competente, a Companhia poderá incorrer em multas e outras penalidades administrativas, como a suspensão das operações ou o fechamento das instalações em questão e, em alguns casos, a Companhia estará sujeita a responsabilidades civis e/ou criminais. Essas mesmas penalidades também podem ser aplicáveis no caso de não cumprimento das condições de validade das licenças ambientais já detidas pela Companhia. Atualmente, algumas das licenças ambientais da Companhia estão em processo de renovação, e não é possível garantir que os órgãos ambientais aprovarão os referidos pedidos de renovação. A Resolução nº 237 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) do Brasil estabelece que a renovação das licenças ambientais deve ser solicitada com pelo menos 120 dias de antecedência de sua expiração, de modo que as licenças possam ser automaticamente prorrogadas até que haja uma decisão final da autoridade ambiental. Além disso, a agência ambiental pode condicionar a renovação a atualizações dispendiosas das instalações se houver mudanças regulatórias nos padrões ambientais que a usina deve atender, o que pode resultar em atrasos, interrupções ou na negação da licença.

A Companhia também está sujeita a leis e restrições ambientais semelhantes em todas as jurisdições onde possui instalações e operações, o que pode obrigá-la a incorrer em custos significativos.

(i) Relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países onde a Companhia atua podem limitar a lucratividade de suas operações e sua capacidade de executar sua estratégia.

O segmento operacional internacional da Companhia é responsável por uma parte significativa de suas vendas líquidas globais e representou 44,8% de nossas vendas líquidas em 2025, 48,8% de nossas vendas líquidas em 2024 e 44,5% de nossas vendas líquidas em 2023. O segmento da operacional internacional da Companhia compreende os mercados islâmicos (incluindo Turquia, Norte da África, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Malásia), Ásia, Europa, Eurásia, África e Américas, onde está sujeita a muitos dos mesmos riscos descritos aqui em relação ao Brasil. Além disso, a Companhia pode tentar expandir as vendas de seus produtos para outros mercados internacionais. Seu desempenho financeiro futuro depende, em grande parte, das condições econômicas, políticas e sociais nessas regiões, bem como de suas condições de fornecimento. Uma vez que a Companhia desenvolve suas atividades em diferentes países, ela está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente, como por exemplo

- instabilidade política, como distúrbios sociais, tumultos, controles de câmbio e incerteza em relação às políticas governamentais;
- riscos e conflitos geopolíticos (como guerra, terrorismo e conflitos civis) e econômicos; imposição de controles de câmbio ou preço;
- imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias-primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a companhia possui atividades de produção e/ou atividades distribuição);
- flutuação de moedas globais contra o real;
- flutuação da taxa de juros e o impacto da hiperinflação;
- volatilidade dos preços das commodities;
- reduções na demanda, especialmente de grandes mercados, como China e Arábia Saudita;
- nacionalização dos bens da companhia;
- influência política de governos locais em comunidades onde a companhia atua que exigem investimentos ou outros gastos;
- aumento das tarifas de exportações e das alíquotas do imposto de renda sobre produtos da companhia;
- imposição de tarifas mais altas, direitos antidumping ou outras barreiras comerciais não tarifárias;
- fechamentos imprevisíveis de fronteiras internacionais que restringem produtos, materiais e pessoas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- acordo de livre comércio entre países e regiões, excluindo o brasil;
- conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros, e mudança na regulamentação dos mercados para os quais a companhia exporta;
- greves, não apenas de nossos funcionários, mas também de funcionários do porto, motoristas de caminhão, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes do governo nos portos brasileiros de onde exportamos vários de nossos produtos;
- acesso à infraestrutura adequada, que pode ser afetada por enchentes ou eventos semelhantes;
- danos aos nossos produtos;
- exposição negativa na mídia relacionada à agricultura brasileira ou aos setores de processamento de carne;
- preconceitos negativos influenciados pela deterioração da reputação internacional do Brasil devido ao desmatamento e a outras questões ambientais e de sustentabilidade;
- epidemias e pandemias imprevisíveis ou incontroláveis, que afetem a vida humana e/ou animal;
- falta de transparência e/ou suborno ou quaisquer ganhos ilegais tentados por empregados estrangeiros; e
- mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como resultado desses fatores, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia nas regiões onde tem atividades de produção e distribuição e em seus mercados de exportação podem ser afetados negativamente, e podem gerar variações significativas em sua receita proveniente dessas operações.

Em 6 de dezembro de 2024, o Mercosul e a UE finalizaram as negociações de um acordo de livre comércio para reduzir as tarifas, incluindo produtos agrícolas dos países do Mercosul. Após ser assinado, o acordo estará sujeito à aprovação da Comissão Europeia (órgão que inclui um comissário representando cada um dos 28 Estados Membros da União Europeia), o que requer o apoio de pelo menos 15 países que representem 65% da população da UE. Para bloquear a aprovação, seria necessária uma coalizão de países que representassem mais de 35% da população da UE e pelo menos quatro Estados Membros. O atraso ou a falha em assinar o acordo podem prejudicar os esforços para expandir o acesso aos mercados europeus pela Companhia. Além disso, diversos países da Ásia atualmente não tributam a importação de carne de aves e suínos, o que aumenta a competitividade dos produtos da Companhia nesses países. No entanto, tendo em vista que a regulamentação de impostos de importação pode mudar em breve, a Companhia não pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

prever qualquer mudança na regulamentação sobre impostos de importação, o que pode ter um efeito adverso relevante na competitividade de seus produtos. Além disso, alguns países estão implementando medidas que podem resultar em barreiras tarifárias para outras proteínas e, em 27 de dezembro de 2024, a China abriu uma investigação para a aplicação de medidas de salvaguarda sobre as importações de carne bovina, que abrangerá todos os países exportadores de carne bovina para a China, inclusive o Brasil. Não podemos controlar qualquer mudança na regulamentação do imposto de importação, barreiras tarifárias ou outras medidas de salvaguarda, que possam ter um efeito adverso relevante na competitividade de nossos produtos. O impacto dessas mudanças na capacidade de entregar os projetos planejados da Companhia e executar sua estratégia não pode ser determinado com qualquer grau de certeza, e essas mudanças podem afetar negativamente suas operações e resultados financeiros.

Além disso, acordos comerciais específicos entre os principais mercados e outros países exportadores concorrentes podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia e sua competitividade. Por exemplo, o acordo de livre comércio e o acordo de parceria econômica entre os EUA e a Coreia do Sul vem reduzindo de maneira gradual os 40% de tarifas de importações em produtos pecuários americanos, com planos de eliminá-los por completo até 2027. Esses acordos causaram um impacto na competitividade regional da Companhia e exerceram pressão adicional sobre nossa participação no mercado.

(j) Relacionados às questões sociais

Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais

As operações da Companhia envolvem a criação de aves e suínos e o processamento de sua carne, o que exige que a Companhia mantenha certos padrões de saúde animal e controle de doenças. A Companhia pode ser obrigada a abater animais ou a suspender a venda ou distribuição de alguns de seus produtos para clientes no Brasil e no exterior, no caso de um surto de doença que afete animais, como: (i) febre aftosa e gripe, no caso de suínos e alguns outros animais e ASF; e (ii) no caso das aves de criadouro, gripe aviária ou H5N1 e doença de Newcastle. Além disso, se doenças como a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos ou SRRP, que surgiu na Europa e nos Estados Unidos em 1985 e 1990, respectivamente, e a Diarreia Epidêmica Suína ou DES, que eclodiu na Europa e nos Estados Unidos em 2014 e 2013, respectivamente, e a ASF, que começou

4.1 Descrição dos fatores de risco

na China em 2018, chegarem no Brasil, a Companhia pode ser obrigada a abater os suínos precocemente, o que afetará negativamente seus resultados e operações futuras.

Houve surtos da PSC no Brasil. A ocorrência de PSC em áreas de onde proveem os suínos da Companhia para produção pode obrigar a Companhia a descartar os animais afetados. O abate precoce ou sanitário de aves, suínos ou outros animais impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra desses animais e resultaria em despesas adicionais para o seu descarte, além de causar perda de estoque. Um surto de febre aftosa ou de doenças similares pode afetar o rebanho da Companhia e a disponibilidade de rebanhos de terceiros para compra. Além disso, os efeitos globais da gripe aviária ou de outras doenças similares afetariam a percepção dos consumidores sobre a qualidade de determinadas proteínas e a capacidade da Companhia de acesso a certos mercados, o que poderia prejudicar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Frangos e outras aves têm sido contaminados por gripe aviária altamente patogênica nos últimos anos. Em 2024, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) reportou 39 novos surtos de HPAI nas Américas, 18 novos surtos na Ásia e 26 novos surtos na Europa. Em um pequeno número de casos altamente divulgados, a gripe aviária foi transmitida de aves para humanos, resultando em doença e, às vezes, morte de seus portadores. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, desde 2003, 874 infecções humanas por HPAI foram relatadas à Organização Mundial da Saúde (OMS), das quais 458 resultaram em morte. Nas Américas, foram identificados três casos de infecção humana: um nos Estados Unidos em abril de 2022, um no Equador em janeiro de 2023 e um no Chile em março de 2023. Consequentemente, as autoridades de saúde de muitos países tomaram medidas para prevenir surtos desta doença viral, incluindo o abate sanitário de aves afetadas.

A Organização Pan-Americana da Saúde emitiu um alerta em resposta à crescente detecção de surtos de gripe aviária em aves em dez países da região das Américas. Desde 2022, as região das Americas tem experienciado um aumento de casos de HPAI envolvento aves domésticas e não domésticas, incluindo principalmente o Canadá, os Estados Unidos e o México. De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil Ministério da Agricultura e Pecuária, ou MAPA, 166 casos foram registrados de influenza aviária no Brasil (163 em aves silvestres e 3 em aves de subsistência). No entanto, nenhum caso foi registrado em aves comerciais, e não há registros de contaminação pelo consumo de frango ou ovos preparados adequadamente, segundo a OMS.

Embora não tenha havido casos relatados de influenza aviária na produção comercial no Brasil, há preocupações de que um surto de HPAI possa ocorrer no país no futuro, considerando que vários surtos de HPAI foram relatados em aves silvestres. Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar ao descarte obrigatório de nossos lotes de aves, o que resultaria em diminuição das vendas na indústria avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de aves e resultaria em despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, qualquer surto de gripe aviária no Brasil provavelmente levaria a restrições imediatas à exportação de alguns de nossos produtos para os principais mercados de exportação. Alguns países podem suspender as

4.1 Descrição dos fatores de risco

importações do Brasil, especialmente considerando que o Brasil não possui muitos acordos comerciais regionais para a venda de aves. Por exemplo, entre junho e novembro de 2023, o Japão suspendeu as importações de carne de frango, ovos, aves vivas e pintos de um dia dos estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Todos os embargos foram levantados desde então. No entanto, o Japão adotou uma política de importação mais restritiva, permitindo apenas exportações desses estados após um período decorrido sem novos casos de infecção e desde que um relatório detalhado da HPAI seja entregue. Embora tenhamos um plano de contingência em vigor, as ações preventivas adotadas por nós e pelas autoridades brasileiras, se houver, podem não ser eficazes para impedir a propagação da gripe aviária no Brasil.

Em 17 de julho de 2024, as autoridades brasileiras identificaram um surto da doença de Newcastle em uma granja comercial de aves no município de Anta Gorda, no estado do Rio Grande do Sul. Essa granja faz parte de nossa cadeia integrada. Em 18 de julho de 2024, o MAPA notificou a Organização Mundial de Saúde Animal sobre o surto da doença de Newcastle. A doença de Newcastle afeta aves domésticas e aves domésticas e selvagens, resultando em altas taxas de mortalidade. Em resposta ao surto, o MAPA estabeleceu uma área de emergência zoosanitária e implementou medidas rigorosas de controle e vigilância em um raio de 10 quilômetros da área afetada para evitar a propagação da doença. Como resultado desse surto, o governo federal brasileiro impôs um embargo preventivo às vendas de carne de frango, ovos e outros produtos avícolas para mais de 40 países, incluindo a China, membros da União Europeia, Argentina e Japão. Em 25 de julho de 2024, após novas investigações, o MAPA notificou a Organização Mundial de Saúde Animal sobre a erradicação do foco da doença e, em 24 de outubro de 2024, a Organização Mundial de Saúde Animal reconheceu a liberdade da doença de Newcastle autodeclarada pelo Brasil. Após a contenção do surto, o Brasil suspendeu as restrições comerciais e retomou suas exportações de aves para a maioria dos mercados, mas Bolívia, China, Chile, Macedônia, México, Namíbia e Turquia continuaram a não importar do Rio Grande do Sul.

Outros novos surtos de gripe aviária, Doença de Newcastle ou outras doenças altamente contagiosas no Brasil ou em qualquer lugar do mundo podem ter um impacto negativo no consumo de aves nos principais mercados de exportação da Companhia, e um surto significativo afetaria negativamente os resultados de operações e condição financeira da Companhia. Qualquer surto poderia levar à imposição de controles preventivos dispendiosos sobre as importações de aves nos mercados de exportação. Assim, qualquer disseminação de doenças animais, ou aumento das preocupações sobre estas doenças, pode ter um efeito material e adverso sobre a Companhia.

(k) Relacionados às questões ambientais

A escassez ou falta de água e qualquer descumprimento das regras e dos regulamentos aplicáveis relacionados ao uso e à gestão da água, poderão afetar de forma adversa os

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios e os resultados operacionais da Companhia. No último século, o uso da água aumentou em âmbito global.

De acordo com o OECD Perspectivas ambientais da OCDE para 2050: As consequências da não intervenção - Fatos e números essenciais, até 2050 a escassez de água afetará mais de 40% da população mundial, ou seja é esperado que cerca de 2,3 bilhões de pessoas em todo o mundo estarão vivendo em áreas de estresse hídrico se nenhuma ação for tomada. A água é um recurso fundamental para os negócios da Companhia, sendo utilizada na produção de grãos, outros insumos agrícolas e no próprio processo produtivo da Companhia. O uso industrial da água também poderá afetar negativamente sua disponibilidade. Em algumas de nossas unidades nos estados brasileiros de Santa Catarina e Goiás e também em nossa unidade na Turquia, experimentamos uma redução no abastecimento de água nos últimos dez anos. Em algumas das unidades da Companhia nos estados brasileiros de Santa Catarina, Paraná e Goiás e na unidade localizada na Turquia, foi identificada uma redução no abastecimento de água nos últimos dez anos. Para gerir a escassez de água e manter as operações regulares, foram incorridos custos incrementais para obter água de fontes hidrográficas mais abundantes, as quais se situam longe das instalações de produção (por vezes utilizando caminhões de água). Consequentemente, a escassez ou falta de água, incluindo o aumento do risco de secas nas regiões onde a Companhia opera, e os custos associados para minimizar o impacto nas operações, representam um risco crítico para os negócios da Companhia. A Companhia está ciente de que o uso industrial da água pode afetar a sua produtividalde de forma adversa e significativa. A Companhia e sua cadeia de fornecedores também estão sujeitas a restrições no volume de água que podem coletar do meio ambiente de acordo com suas outorgas de uso de água, que podem ser inferiores às demandas reais de água de seus negócios nessas áreas. No caso de não conseguirem coletar água suficiente para atender às suas demandas operacionais, devido a restrições nas outorgas de água ou de outra forma, os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Os procedimentos que a Companhia desenvolve para reduzir o seu consumo de água e aumentar o reuso de água para cumprir as regras e os regulamentos aplicáveis e minimizar o seu impacto sobre o meio ambiente e a comunidade podem ser insuficientes ou não efetivos. Ademais, a Companhia avalia os riscos de escassez de água nos locais onde opera, a fim de compreender os impactos específicos de seu negócio nessas regiões e, consequentemente, reduzir o seu consumo de água e a exposição aos riscos de escassez de água nas unidades aplicáveis. As bacias hidrográficas na região de atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos são analisadas a fim de compreender o crescimento da demanda local e antecipar os riscos. Os métodos utilizados pela Companhia para análise de vulnerabilidade de água de suas plantas, bem como as análises da Companhia de microbacias e macro bacias hidrográficas nas regiões onde a Companhia atua, as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos podem ser imprecisas para compreender o crescimento da demanda local por água. Além disso, a metodologia de avaliação de riscos da Companhia relacionados à água nas áreas em que possui operação pode não estimar com

4.1 Descrição dos fatores de risco

precisão o abastecimento de água ou antecipar os riscos relacionados à água e o aumento do uso industrial de água por meio de negócios que demandam o uso intensivo de água também pode afetar adversamente a disponibilidade e a qualidade contínua da água no Brasil. Todos esses fatores poderão afetar de forma adversa a imagem, os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(I) Relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas podem afetar negativamente o negócio da Companhia e o resultado de sua operação.

De acordo com o 20º Relatório de Riscos Globais publicado pelo Fórum Económico Mundial em janeiro de 2025, os riscos relacionados com condições meteorológicas extremas figuram entre os mais relevantes no curto prazo e são apontados como os principais riscos globais no horizonte de longo prazo (10 anos). No curto prazo, esses riscos são superados apenas pelos conflitos armados entre Estados. Após a adoção do Acordo de Paris em 2015, foram promovidas a nível mundial medidas para reduzir os gases com efeito de estufa que são vistos como a causa das alterações climáticas. Como as nações participantes concordaram com a meta de limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Glasgow (COP26), realizada em 2021, e tal meta foi reafirmada nas conferências subsequentes, na COP27, realizada em Sharm el-Sheikh em 2022 e novamente na COP28 realizada em Dubai em 2023 e na COP29 realizada em Baku em 2024, e na COP30, realizada em Belém, no Brasil, em 2025, governos e outros têm acelerado as suas medidas para combater as alterações climáticas. No entanto, de acordo com o Primeiro Relatório de Balanço Global sobre a implementação do acordo histórico climático divulgado pela ONU sobre Alterações Climáticas em dezembro de 2023, apesar dos esforços crescentes de alguns países, as ações levadas a cabo até agora são insuficientes para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus. Celsius e cumprir as metas do Acordo de Paris. Num esforço para manter esta meta dentro do alcance, quase 200 partes participantes na COP28, incluindo o Brasil, concordaram com um acordo que apela à transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de modo a atingir o zero líquido até 2050. Portanto, abordar os riscos das alterações climáticas, entre várias questões ambientais e sociais, tornou-se cada vez mais importante.

A contribuição nacionalmente determinada (NDC) do Brasil é reduzir os gases de efeito estufa em 48% em 2025 e 53% em 2030 e entre 59% e 67% em 2035, em comparação com os níveis de 2005. Novas secretarias foram criadas com foco na agenda climática, na bioeconomia e no combate ao desmatamento. O objetivo é combater as alterações climáticas, aumentar a utilização de bioenergia sustentável e de fontes de energia renováveis, definir diretrizes para Net Zero e implementar iniciativas para a proteção da biodiversidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Considerando que as mudanças climáticas contribuem para a insegurança da produção de alimentos e ameaçam a nutrição da comunidade, levamos em consideração os efeitos potenciais das mudanças climáticas em nossas operações e cadeia de suprimentos e reconhecemos as vulnerabilidades associadas aos recursos naturais e produtos agrícolas que são essenciais para nossas atividades. Os principais riscos para nossos negócios que identificamos com relação às mudanças climáticas estão relacionados às mudanças de temperatura (aquecimento global) e chuvas, incluindo secas e desastres naturais (como inundações e tempestades), que podem afetar a produtividade agrícola, o bem-estar animal e a disponibilidade de água e energia. Essas mudanças podem afetar adversamente nossos custos operacionais e resultados operacionais, inclusive aumentando o preço de commodities agrícolas como resultado de longos períodos de seca ou chuvas excessivas, aumentando os custos operacionais para garantir o bem-estar animal como acesso a ração e condições de temperatura, aumentando o risco de racionamento e aumentando o preço da eletricidade e acesso à água, custos adicionais caso o acesso a logística de nossa cadeia seja comprometido e até paralização de unidades produtivas impactadas em casos de calamidade pública em municípios os quais atuamos. É possível que deixemos de efetivamente implantar programas ou obter certificações ambientais e de sustentabilidade relevantes para reduzir nossa exposição às mudanças climáticas, o que poderá ter impactos negativos em nossos negócios e resultados operacionais no futuro.

Também estamos sujeitos a mudanças regulatórias, como precificação ou tributação de carbono, e mudanças na legislação para emissões de gases de efeito estufa nos níveis doméstico e internacional. Quaisquer mudanças na precificação ou tributação do carbono e mudanças na efeito estufa podem aumentar nossos custos e afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Em 20 de dezembro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.042, que cria o SBCE, o mercado regulado de carbono do país. Sua implantação será feita em etapas, e a previsão é de que o sistema leve cerca de cinco anos para ser totalmente implementado. O SBCE funcionará como um sistema de cap-and-trade, no qual seu órgão gestor será responsável por propor - e o Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) será responsável por aprovar - os limites de emissões de gases de efeito estufa (GEE) aplicáveis aos operadores regulados e o número de Cotas Brasileiras de Emissão (CBEs) (ou seja, permissões) a serem alocadas entre esses operadores. As operadoras obrigadas devem, então, realizar uma reconciliação periódica, na qual o nível de emissões líquidas relatado por uma operadora deve corresponder ao número de CBEs (ou outros ativos que fazem parte da SBCE) que ela detém. As operadoras capazes de reduzir suas emissões poderão vender CBEs excedentes, enquanto as operadoras que emitem acima do limite de CBE inicialmente alocado terão de adquirir esses ativos no âmbito do SBCE. Como apenas a produção primária foi excluída das obrigações (ou seja, produção de insumos agrícolas ou matérias-primas), as operações da BRF estarão sujeitas à regulamentação e ao cumprimento das obrigações impostas no SBCE, com potencial impacto financeiro caso o limite de emissão não seja cumprido.

Para mais informações sobre a reforma tributária brasileira em andamento, consultar o fator de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

"Mudanças nas leis tributárias ou mudanças em sua interpretação podem aumentar a carga tributária da Companhia e, consequentemente, afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira".

Nossas operações dependem em grande parte da eletricidade

Nossas despesas fixas incluem gastos relacionados à energia. Os custos de energia historicamente flutuaram significativamente ao longo do tempo com aumentos significativos sendo experimentados durante secas ou desvio de água para outros fins, já que a matriz energética brasileira é principalmente apoiada por usinas hidrelétricas e aumentos nos custos de energia podem resultar em lucros reduzidos. Uma interrupção significativa no fornecimento de energia ou perda total de energia em qualquer uma de nossas instalações também pode resultar em uma interrupção temporária na produção e entrega de produtos aos clientes e custos adicionais, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

(m) Relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

As condições econômicas, política e outras do Brasil e as ações e políticas do governo brasileiro em respostas a essas condições poderão afetar negativamente os negócios, resultados operacionais da Companhia e, portanto, o preço de seus valores mobiliários.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("**IBGE**"), em 2023, 2024 e 2025, a economia brasileira mostrou sinais de recuperação após a pandemia da COVID-19, conforme medido pelo PIB, que aumentou 3,2%, 3,4% e 2,3% em relação ao ano anterior, de acordo com o IBGE. Em 31 de dezembro de 2025, o desemprego diminuiu para 5,1%, de 6,2% em 2024, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio publicada pelo IBGE.

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por intervenções do governo brasileiro e ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem mudado frequentemente as políticas monetárias, de controle de preços, tributação, crédito, tarifas e outras políticas para influenciar o curso da economia brasileira. Os negócios, resultados de operações, condição financeira, perspectivas da Companhia e preço de mercado de suas ações ordinárias e ADRs do grupo podem ser prejudicados por fatores que estão além do seu controle, tais como:

- Flutuações nas taxas de juros e câmbio;
- Expansão ou contração da economia brasileira;
- Flutuação nas taxas de inflação;
- Mudanças nas políticas fiscais ou monetárias;
- Controle de preços administrados;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Controles cambiais e restrições às remessas ao exterior;
- Volatilidade e liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito;
- Escassez ou racionamento de energia ou água;
- Mudanças na regulamentação ambiental;
- Incerteza sobre comprometimento do governo com relação a responsabilidade fiscal
- Greves, não só dos empregados da Companhia, mas também de empregados portuários, caminhoneiros, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais a Companhia exporta os seus produtos; e
- Outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais no Brasil ou que afetem o Brasil, inclusive com relação à suposta conduta antiética ou ilegal do governo brasileiro e seus legisladores, que estão atualmente sob investigação

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e emitir atos governamentais relacionados à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o governo federal brasileiro poderá adotar ou alterar para promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e níveis adequados de investimento interno e externo, ou o efeito que tais políticas poderão ter efeitos sobre os negócios da Companhia ou sobre a economia brasileira.

A incerteza quanto à possibilidade de o governo brasileiro implementar reformas significativas na política pública no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras principalmente em um ano de eleição. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros domésticos no curto prazo e no médio prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Dessa forma, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que pode ter um efeito adverso sobre nas operações da Companhia e resultados financeiros. O agravamento das condições políticas e econômicas no Brasil pode aumentar os custos de produção e da cadeia de suprimentos e afetar negativamente os negócios da Companhia, resultados operacionais e condição financeira.

Riscos relacionados à inflação e às medidas governamentais tomadas para controlá-la podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de valores mobiliários, os negócios e operações da Companhia, sua situação financeira e o preço de mercado de suas ações ordinárias e ADRs.

A taxa de inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) e, publicada pelo IBGE, reduziu para 4,26% no acumulado dos últimos doze meses anteriores a 31 de dezembro de 2025.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há garantias de que as taxas de inflação diminuirão ou se estabilizarão. O Brasil experimentou um aumento abrupto dos níveis de inflação durante 2021, atingindo os níveis mais altos desde 1995. Períodos de inflação elevada somadas ao efeito de aumento de juros pelo Banco Central como medida para contenção inflacionária tendem a desacelerar o crescimento da atividade econômica,o que pode levar a um menor crescimento no consumo de produtos alimentícios. A alta inflação também pressiona os custos industriais de produção e despesas, o que pode forçar as empresas a buscar soluções inovadoras para manterem sua competitividade no mercado. A Companhia pode não ser capaz de repassar qualquer aumento de custos para seus clientes e, desta forma, como resultado, poderá afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a alta da inflação geralmente leva a taxas de juros internas mais altas, o que resulta em aumentos nos custos de manutenção da dívida da Companhia. Ademais, a inflação e seu efeito sobre as taxas de juros domésticas podem levar à redução da liquidez nos mercados de capital doméstico e de empréstimos, o que pode afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento e afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os preços de mercado das ações ordinárias e ADRs do Grupo.

As flutuações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira e os preços de mercado de suas ações ordinárias e ADRs.

Em 31 de dezembro de 2025, o a taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia"), ou "**SELIC**"), referência para juros na economia brasileira, encerrou em 15,00%, acima dos 13,25% em 2024, e dos 11,75% em 2023. Na data deste Formulário de Referência, a SELIC era de 14,75. O Banco Central do Brasil utiliza as taxas de juros como instrumento de política monetária para controle de inflação ou para estimular a economia. Se as taxas de juros diminuem, geralmente há maior acesso ao crédito e o consumo de bens normalmente aumenta. Esse aumento na demanda pode, por sua vez, resultar em inflação. Por outro lado, se as taxas de juros sobem, o custo do empréstimo aumenta, o que pode inibir o consumo e os investimentos adicionais. Outra consequência do aumento da taxa de juros é que um retorno maior é pago em relação aos títulos públicos, o que pode afetar outros investimentos, tornando-os menos atraentes em comparação. Como resultado, pode haver um investimento adicional na dívida pública, que absorve o dinheiro que poderia financiar o setor privado.

As flutuações da taxa de câmbio podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Históricamente, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar

4.1 Descrição dos fatores de risco

norte-americano e outras moedas. O real se valorizou 7,2% em 2023 e 27,9% em 2024, refletindo as taxas de juros mais altas no Brasil e os preços mais altos das exportações de commodities. Em 2025, o real se valorizou 11,1%, suportado pela entrada de fluxo estrangeiro refletindo a desvalorizaçãodo dólar americano globalmente em meio a incertezas com relação a política tarifária e conflitos geopolíticos., embora o receio com relação ao risco fiscal no Brasil permanece. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio real/dólar norte-americano era de R$ 5,5024 para US$ 1,00.

A valorização do real brasileiro em relação ao dólar americano pode impactar negativamente o faturamento gerado pelas exportações. Parte dos custos de produção são denominados em reais, mas as vendas internacionais da Companhia são, em sua maioria, denominadas em dólares americanos. As receitas geradas pelas exportações são reduzidas quando convertidas para reais nos períodos em que o real se valoriza em relação ao dólar americano. Qualquer valorização poderia reduzir a competitividade das exportações da Companhia e afetar negativamente suas vendas líquidas e seus fluxos de caixa provenientes de exportações. Por outro lado, uma desvalorização do real em relação ao dólar americano pode levar a exportações e receitas mais altas, mas os custos podem ser maiores.

Os custos também são diretamente afetados pelas taxas de câmbio. Qualquer desvalorização do real em relação ao dólar americano poderia criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando o preço dos produtos importados e exigindo políticas governamentais deflacionárias. Além disso, os preços do farelo de soja e dos grãos de soja, que são ingredientes importantes para a matéria-prima animal, estão intimamente ligados ao dólar americano, e muitos dos nutrientes minerais adicionados à matéria-prima utilizada pela Companhia são comprados em dólares americanos. O preço do milho, outro importante ingrediente da matéria-prima da Companhia, também está vinculado ao dólar americano, mas em menor grau. Além dos ingredientes da matériaprima, a Companhia compra tripas de salsicha, ovos de galinha reprodutora, embalagens e outras matérias-primas, bem como equipamentos para uso em suas instalações de produção, de fornecedores localizados no exterior, aos quais devem ser pagos em dólares americanos ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar norte-americano, o custo em reais das matérias-primas e equipamentos vinculados ao dólar norte-americano utilizados pela Companhia aumenta, e esses aumentos podem afetar negativamente seus resultados operacionais. A Companhia estabelece políticas e procedimentos para gerenciar sua sensibilidade a esses riscos, incluindo a Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros. Essa política, no entanto, pode não cobrir plenamente a exposição de receita e custo às taxas de câmbio pela Companhia.

A Companhia tinha um total de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira em um valor agregado de R$ 11.104,8 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando 43,44% de seu endividamento total consolidado nessa data. Embora a Companhia administre uma parte de seu risco de taxa de câmbio por meio de instrumentos derivativos de moeda estrangeira e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, suas obrigações de dívida em moeda estrangeira não são totalmente protegidas. Uma desvalorização significativa do

4.1 Descrição dos fatores de risco

real em relação ao dólar norte-americano ou a outras moedas aumentaria a quantidade de reais que a companhia necessitaria para atender às exigências do serviço da dívida de nossas obrigações denominadas em moeda estrangeira.

Mudanças nas leis tributárias ou mudanças em sua interpretação podem aumentar a carga tributária da Companhia e, consequentemente, afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças nos regimes tributários que podem aumentar a carga tributária da Companhia e a de seus fornecedores e clientes, o que, por sua vez, pode aumentar os preços cobrado pelos produtos vendidos pela Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes e, portanto, afetar adversamente de forma relevante os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Essas mudanças incluem modificações nas alíquotas de impostos e, ocasionalmente, a criação de impostos com recursos destinados a fins governamentais específicos.

Em 16 de janeiro de 2025, o governo brasileiro aprovou a Lei Complementar nº 214, que regulamenta o projeto de reforma tributária do consumidor (PEC 45/2019) aprovada pelo Congresso brasileiro em 15 de dezembro de 2023, para simplificar a estrutura tributária brasileira. A Lei Complementar 214/2025 cria um sistema duplo de imposto sobre valor agregado, ou IVA, que inclui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal, substituindo cinco impostos, incluindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A cobrança de impostos sobre os novos impostos de IVA será um imposto sobre o consumo (em vez de um imposto sobre a produção, como no sistema anterior). De acordo com a Lei Complementar 214/2025, o novo sistema duplo de IVA será implementado em um período de transição de 7 anos, começando com um período de testes em 2026 e terminando com a adoção total do novo sistema em 2033. Alíquotas diferentes de IBS e CBS podem ser aplicadas a bens e serviços específicos listados na Constituição Brasileira. Embora ainda não seja possível calcular as alíquotas efetivas do IBS e do CBS, a Lei Complementar 214/2025 estabelece que, se a soma de todas essas alíquotas atingir um valor superior a 26,5%, o governo deverá discutir um novo projeto de lei para reduzir essas alíquotas de modo que sejam iguais ou inferiores a 26,5%.

A Lei Complementar 214/2025 também estabelece um novo imposto (Imposto Seletivo, ou IS) para desencorajar o consumo de bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. No setor de alimentos, até a data deste memorando de oferta, apenas as bebidas com adição de açúcar estão sujeitas ao IS, mas futuras mudanças regulatórias na tributação de alimentos e bebidas podem ser implementadas. Por exemplo, em 2023, a Colômbia introduziu um imposto sobre produtos com adição de açúcar, sódio e gorduras saturadas que excedam limites específicos, começando em 10% e aumentando para 15% em 2024 e 20% em 2025. Outros regimes tributários,

4.1 Descrição dos fatores de risco

como o programa de incentivo fiscal à pesquisa e ao desenvolvimento (Lei do Bem) e a dedução de juros sobre o patrimônio líquido, podem ser revogados para aumentar a receita do governo à luz de uma possível redução na alíquota do imposto de renda.

Os efeitos das medidas de reforma tributária e quaisquer outras alterações que possam resultar da promulgação de regulamentações tributárias novas e adicionais ainda não foram, e não podem ser quantificados. A Companhia não pode garantir que as alíquotas do IBS e da CBS não serão mais altas do que as alíquotas atualmente aplicadas aos seus negócios, que o governo brasileiro não imporá multas tributárias a algumas de suas matérias-primas ou que as novas regulamentações tributárias a serem aprovadas pelo Congresso não terão um efeito adverso relevante sobre seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e perspectivas.

Em 14 de junho de 2023, o governo brasileiro converteu a Medida Provisória nº 1.152, de 29 de dezembro de 2022, na Lei 14.596, que introduziu alterações na legislação do imposto de renda de pessoa jurídica e prevê novas regras de preços de transferência com o objetivo de alinhar as regras do país aos padrões internacionais propostos pela OCDE. A Lei nº 14.596/2023 entrou em vigor em 2024. Em relação a essas novas regras de preços de transferência, a Receita Federal do Brasil publicou as Instruções Normativas nº 2.161, de 28 de setembro de 2023, e nº 2.246, de 30 de dezembro de 2024, que regulamentam os principais aspectos da Lei nº 14.596/2023 e estabelecem a aplicação obrigatória das novas regras de preços de transferência e certas obrigações de declaração para transações entre entidades residentes no Brasil para fins fiscais e suas partes relacionadas estrangeiras, incluindo transações entre empresas envolvendo commodities. Essas novas regras levaram a um aumento em nossos custos de conformidade, bem como a um aumento da tributação a partir de 2024. Outras transações, como serviços, intangíveis e transações financeiras, ainda não foram regulamentadas pelo governo brasileiro e essas regulamentações adicionais podem resultar em um aumento adicional em nossa tributação no futuro.

Em 29 de dezembro de 2023, a Lei nº 14.789 alterou a Lei nº 9.249/95, introduzindo mudanças substanciais no tratamento do imposto de renda corporativo dos incentivos fiscais no Brasil. A Lei nº 14.789 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024. Ela modifica a forma como os incentivos fiscais federais, estaduais e municipais são tratados para fins de IRPJ e CSLL, incluindo esses valores na base de cálculo do imposto e introduzindo um crédito fiscal para projetos de investimento, que pode ser usado para compensar outras obrigações fiscais federais ou como restituição, sujeito à aprovação da autoridade fiscal federal. A Lei nº 14.789 também modifica o cálculo dos juros sobre capital próprio. Essas alterações aumentaram nossa carga tributária em 2024.

Em 27 de dezembro de 2024, o governo brasileiro converteu a Medida Provisória nº 1.262, de 3 de outubro de 2024, na Lei nº 15.079. A Lei nº 15.079/2024 introduziu o Imposto Mínimo Doméstico Qualificado Top-Up no Brasil, com base nas Regras do Modelo Global Anti-Base Erosion da OCDE (Pilar Dois), estabelecendo uma alíquota mínima de 15% sobre os lucros de empresas no Brasil pertencentes a grupos multinacionais cuja receita anual consolidada exceda € 750 milhões em pelo

4.1 Descrição dos fatores de risco

menos dois dos últimos quatro anos fiscais consecutivos. A partir de 1º de janeiro de 2025, uma contribuição social adicional sobre o lucro líquido (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ou CSLL) será aplicada a esses grupos multinacionais caso sua alíquota efetiva de imposto (ETR) seja inferior a 15%. Atualmente, estamos avaliando os impactos dessas novas regras, incluindo um possível aumento em nossa carga tributária, mas, até a data deste memorando de oferta, ainda não somos capazes de quantificar esse impacto.

Além disso, em maio de 2018, a Lei nº 13.670/18 restabeleceu a permissão para as empresas substituírem o pagamento de uma taxa de contribuição social de 20% sobre a folha de pagamento pelo pagamento de uma taxa que varia de 1% a 4,5% (dependendo do setor) sobre a receita operacional bruta até dezembro de 2020, posteriormente adiado para dezembro de 2024 pelas Leis 14.020/2020, 14.288/2021 e 14.973/2022. A Lei 14.973/2024 estabelece aplicação de taxas gradualmente crescentes, começando em 5% a partir de 1º de janeiro de 2024 e chegando a 20% em 2028. Tal aumento na taxa de contribuição social pode aumentar os custos tributários dependendo dos nossos resultados de 2025 em diante.

Além disso, a Lei nº 14.873/2024 alterou a Lei nº 9.430/1996 para restringir o uso de créditos tributários com valor igual ou superior a R$ 10,0 milhões, apesar de tal uso ter sido permitido anteriormente por decisões judiciais definitivas e irrecorríveis. De acordo com a Lei 14.873/2024, os contribuintes devem utilizar esses créditos fiscais em um período mínimo de 12 a 60 meses, dependendo dos valores envolvidos. Não podemos garantir que seremos capazes de utilizar integralmente nossos créditos fiscais pendentes quando e como esperado. Essas restrições podem afetar negativamente nossos resultados operacionais.

Mudanças na legislação tributária estadual brasileira também podem ter um impacto negativo em nossos negócios e resultados financeiros. A reforma tributária federal afetará a distribuição de fundos entre os estados. Dada a mudança no sistema de IVA de uma tributação sobre o consumo para uma tributação baseada no destino, determinados estados estarão sujeitos a uma menor arrecadação de impostos, o que pode fazer com que os estados aumentem as alíquotas de impostos estaduais para compensar a perda de receita. Esperamos que uma maior disciplina fiscal e a arrecadação de impostos sejam agendas importantes para a campanha eleitoral de 2026 em vários estados.

Algumas dessas medidas, se promulgadas, podem resultar em aumentos na carga tributária geral da Companhia, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro geral. Além disso, determinadas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas por parte das autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, a Companhia poderá ser afetada negativamente.

As decisões dos julgamentos acerca dos temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal podem vir a ser desfavoráveis à Companhia, podendo impactar de maneira adversa na

4.1 Descrição dos fatores de risco

situação financeira da Companhia.

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal STF decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável às empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária.

O tema 881 diz respeito ao recurso extraordinário em que se discute o limite da coisa julgada no âmbito tributário, na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, por sua vez declarado constitucional, em momento posterior, na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade exercido pelo STF.

Já o tema 885 trata de recurso extraordinário em que se discute se e como as decisões do STF em controle difuso fazem cessar os efeitos futuros da coisa julgada em matéria tributária, quando a sentença tiver se baseado na constitucionalidade ou inconstitucionalidade do tributo.

A Companhia avaliou os temas julgados nestas decisões que abrangem a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ainda, avaliou outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida e até o momento não há causas com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF.

A Companhia não pode garantir que eventuais desdobramentos e decisões que venham a ser proferidas pelo STF sobre o tema não gerarão impactos financeiros relevantes à Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os 5 principais fatores de riscos mencionados no campo 4.1 são:

- Deterioração das condições econômicas e geopolíticas, incluindo o conflito militar em curso entre Rússia e Ucrânia e conflitos no Oriente Médio, podem ter um efeito adverso nos nossos negócios;
- Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais;
- Os riscos à saúde e à segurança alimentar relacionados aos negócios da Companhia e ao setor de alimentos podem afetar negativamente os processos de produção e expedição da Companhia, bem como sua capacidade de vender produtos;
- Mudanças climáticas podem afetar negativamente o negócio da Companhia e o resultado de sua operação; e
- Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à ciclicidade, à volatilidade, aos preços das commodities, carne de frango e carne de porco, podendo afetar negativamente todo o negócio da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de deterioração das condições econômicas gerais

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas, políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir para perdas líquidas.

A desaceleração econômica global e a instabilidade relacionada ao sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. A recessão econômica global, como verificada nos últimos anos, reduz a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de negócios em todo o mundo. Um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como Oriente Médio, China ou Japão, poderia ter impacto material adverso sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente produz, algumas vezes, um efeito de “contágio”, onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais. O Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia.

Mudanças significativas na política pública podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Consequentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Riscos relacionados à inflação e às medidas governamentais tomadas para controlá-la

Em 2025, o Brasil enfrentou baixos índices de inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo “IPCA”, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística “IBGE”, as taxas de inflação ao consumidor no Brasil foram, 4,62% em 2023, 4,83% em 2024, e 4,26% em 2025.

Não há garantias de que as taxas de inflação não aumentarão em breve. Períodos de inflação mais alta retardam a taxa de crescimento da economia brasileira, o que pode levar a um menor crescimento no consumo de produtos alimentícios. A alta inflação também pressiona os custos industriais de produção e despesas, o que pode forçar as empresas a buscar soluções inovadoras

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

para manterem sua competitividade no mercado. A Companhia pode não ser capaz de repassar qualquer aumento de custos para seus clientes e, desta forma, como resultado, poderá afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a alta da inflação geralmente ocorre em taxas de juros internas mais altas, o que resulta em aumentos nos custos de manutenção da dívida da

Companhia. Ademais, a inflação e seu efeito sobre as taxas de juros domésticas podem levar à redução da liquidez nos mercados de capital doméstico e de empréstimos, o que pode afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento e afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os preços de mercado das ações ordinárias da Companhia.

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado conforme a seguir:

(i) Riscos cambiais

Estes riscos referem-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam ocasionar perdas não esperadas para a Companhia, redução dos ativos e receitas, bem como o aumento dos passivos e custos. A Companhia está exposta em três dimensões: exposição de balanço patrimonial, exposição de resultado operacional e exposição de investimentos.

(a) Exposição de Balanço Patrimonial

O risco provém da exposição contábil de balanço patrimonial das entidades que compõem o balanço consolidado da Companhia aos saldos ativos e passivos indexados em moeda diferente da moeda funcional das respectivas entidades.

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e que impactam o resultado da Companhia são demonstrados a seguir, de forma sumarizada, em reais:

Ativos e passivos em moedas estrangeiras *(em milhares de Reais)*	**Consolidado – exercício findo em 31 de dezembro de 2025**	**Consolidado – exercício findo em 31 de dezembro de 2024**	**Efeito no resultado Variação cambial 2025**
Operacional	**4.746.825**	**5.415.970**	**(642.605)**
Contas a receber de clientes	5.807.474	7.695.285	(336.351)
Importações a pagar	(3.428.031)	(2.850.869)	(26.619)
Outros	2.367.382	571.554	(279.635)
Financeiro	**(4.468.992)**	**(5.208.509)**	**644.139**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Empréstimos e financiamentos	(9.951.566)	(10.045.462)	1.364.192
Títulos a pagar e a receber	3.025.163	1.334.085	(78.034)
Saldo de bancos e aplicações financeiras [(a)]	4.497.122	4.276.065	(672.006)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.039.711)	(773.197)	29.987
Total	**277.833**	**207.461**	**1.534**
Variação cambial ativa	-	-	4.333.736
Variação cambial passiva	-	-	(4.332.202)
Variação cambial líquida	**-**	**-**	**1.534**

A exposição líquida em resultado é composta, principalmente, pelas seguintes moedas:

Exposição cambial líquida em resultado	**Consolidado – exercício findo em 31 de dezembro de**
(em milhares de Reais)	**2025**
Pesos Argentinos (ARS)	(2.277)
Kwanza Angolano (AOA)	27.181
Euros (EUR)	782.336
Pesos Chilenos (CLP)	5.334
Ienes (JPY)	1.168
Liras Turcas (TRY)	137.678
Dólares dos EUA (USD)	(673.587)
Total	277.833

Os instrumentos financeiros derivativos para exposição cambial de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Instrumentos derivativos não designados	**Ativo**	**Passivo**	**Vencimento**	**Notional**	**Taxa de exercício**	**Valor justo (R$ mil) 31.12.2025**
Non-deliverable forward	BRL	CLP	1º Tri. 2026	CLP (50.118.196)	0,0061	(6.058)
Non-deliverableforward	BRL	EUR	1º Tri. 2026	EUR (60.000)	6,6370	2.778
Non-deliverableforward	USD	EUR	1º Tri. 2026	EUR (175.000)	1,1666	(12.234)
Futuros	BRL / USD	USD / BRL	1º Tri. 2026	USD (904.500)	5,5067	74.750
Futuros	USD / BRL	BRL / USD	1º Tri. 2026	USD 660.000	5,5331	(50.906)
Total Consolidado						**8.330**
Instrumentos derivativos não designados	**Ativo**	**Passivo**	**Vencimento**	**Notional**	**Taxa de exercício**	**Valor justo (R$ mil) 31.12.2025**
Non-deliverable forward	BRL	CLP	1º Tri. 2026	CLP (50.118.196)	0,0061	(6.058)
Non-deliverableforward	BRL	EUR	1º Tri. 2026	EUR (60.000)	6,6370	2.778

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Non-deliverableforward	USD	EUR	1º Tri. 2026	EUR (175.000)	1,1666	(12.234)
Futuros	BRL / USD	USD / BRL	1º Tri. 2026	USD (904.500)	5,5067	74.750
Futuros	USD / BRL	BRL / USD	1º Tri. 2026	USD 660.000	5,5331	(50.906)
Total Consolidado						**8.330**

(b) Exposição de resultado operacional

A gestão da exposição de resultado operacional tem como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como hedge accounting de fluxo de caixa.

A Companhia possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição cambial de resultado operacional, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional	Taxa de designação	Valor justo(1) (R$ mil) 31.12.25
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2026	USD 52.000	6,3306	39.503
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	USD 147.000	5,9532	36.859
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	USD 165.000	5,8040	177
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2026	USD 107.000	5,8523	(3.799)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2026	USD 406.000	5,7580	13.342
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	USD 116.500	5,7084	(2.820)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	USD 61.000	5,8629	(1.984)
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2026	USD 2.500	5,8800	(173)
Total Consolidado					**USD 1.057.000**		**81.105**

(1) Corresponde à parcela não realizada do resultado do hedge registrada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Os instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting* de investimento

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

líquido em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de investimento líquido – Instrumentos não derivativos	Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Notional	Taxa	Variação cambial(1)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC	USD	3º Tri. 2050	USD 44.158(2)	3,7649	(110.916)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait Food Management Company WLL	USD	3º Tri. 2050	USD 88.552(2)	3,7649	(155.427)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC	USD	3º Tri. 2050	USD 53.446(2)	3,7649	(105.519)
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	USD	3º Tri. 2050	USD 23.426(3)	5,1629	(6.848)
Total				**209.582**		**(378.710)**

(1) Corresponde à parcela efetiva do resultado do hedge acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

(2) Designado em 01.08.19.

(3) Designado em 09.11.22.

Em 1° de fevereiro de 2025, a controlada BRF Foods GmbH foi incorporada pela controlada BRF GmbH e teve a relação de hedge descontinuada.

(ii) Riscos de preços de commodities

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de preço de commodities a fixar em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na tabela abaixo.

Hedge de fluxo de caixa – Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Indexador	Vencimento	Quantidade		Taxa de preço(1)	Valor justo (R$) 31.12.25
Non-deliverable forward – compra	Compras de óleo de soja – preço a fixar	Óleo de Soja – CBOT	2º Tri. 2026	8.992	ton	1.140,8197	(1.770)
Non-deliverable forward – compra	Compras de óleo de soja – preço a	Óleo de Soja – CBOT	3º Tri. 2026	5.492	ton	1.110,6526	(229)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	fixar						
Non-deliverable forward – compra	Compras de óleo de soja – preço a fixar	Óleo de Soja – CBOT	4º Tri. 2026	996	ton	1.088,8618	48
Collar - compra	Compras de milho – preço a fixar	Milho – CBOT	2º Tri. 2026	5.492	ton	1.110,6526	(119)
Collar - compra	Compras de milho – preço a fixar	Milho – CBOT	3º Tri. 2026	996	ton	1.088,8618	(26)
Total Consolidado				**21.968**			**(2.096)**

(1) Preço base de cada commodity em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R$/ton.

Em certas situações, a Companhia efetua compras futuras de commodities com preços fixos e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição passiva (venda) para manter os preços de tais compras a mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de valor justo para proteção da exposição ao risco de preço fixo de commodities em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de valor justo – Instrumentos derivativos	**Objeto de proteção**	**Indexador**	**Vencimento**	**Quantidade**		**Taxa de preço** (1)	**Valor justo (R$) 31.12.25**
Non-deliverable forward - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – CBOT	2º Tri. 2026	6.782	ton	188,9871	389
Non-deliverable forward - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – CBOT	3º Tri. 2026	51.895	ton	177,4276	185
Non-deliverable forward - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – CBOT	4º Tri. 2026	3.988	ton	184,3340	61
Futuros de milho - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – B3	1º Tri. 2026	5.940	ton	1.219,1667	6
Futuros de milho - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – B3	2º Tri. 2026	14.742	ton	1.174,2682	27
Futuros de milho - venda	Compras de milho – preço fixo	Milho – B3	3º Tri. 2026	364.176	ton	1.148,2773	1.315
Total Consolidado				**447.523**			**1.983**

(1) Preço base de cada *commodity* em USD/ton, exceto Milho – B3 denominado em R$/ton.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Hedge de valor justo – Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional		Taxa de preço	Objeto de proteção
Non-deliverable forward	Custo em USD	BRL	USD	2º Tri. 2026	USD	185	Custo em USD	100
Non-deliverable forward	Custo em USD	BRL	USD	3º Tri. 2026	USD	3.489	Custo em USD	904
Total Consolidado					**3.674**			**1.004**

(iii) Riscos de taxa de juros

O risco de taxas de juros pode ocasionar perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem os ativos e passivos da Companhia.

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia está apresentado a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Exposição à taxa IPCA				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	916.116	859.029	916.116	859.029
Empréstimos e financiamentos	(9.174.921)	(6.300.159)	(9.174.921)	(6.300.159)
	(8.258.805)	**(5.441.130)**	**(8.258.805)**	**(5.441.130)**
Exposição à taxa CDI				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	7.370.124	3.569.123	7.614.379	3.740.135
Empréstimos e financiamentos	(3.188.821)	(136.766)	(3.188.821)	(136.766)
	4.181.303	**3.432.357**	**4.425.558**	**3.603.369**
Exposição à taxa Selic				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	40.046	35.031	40.046	35.031
	40.046	**35.031**	**40.046**	**35.031**
Exposição à taxa EIBOR3M:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(947.603)	(927.160)
	-	**-**	**(947.603)**	**(927.160)**
TOTAL	**(4.037.456)**	**(1.973.742)**	**(4.740.804)**	**(2.729.890)**

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição a taxas de juros em 31

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

de dezembro de 2025 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de valor justo – Instrumentos derivativos (Swaps de Juros)			Indexador Ativo	Indexador Passivo	Notional (BRL)	Valor justo (R$ mil) 31.12.2025
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento				Instrumento / Objeto
Swap de juros	Debênture – 1ª emissão, 3ª série – IPCA + 5,50% a.a.	2º Tri. 2026	IPCA + 5,50% a.a.	CDI + 0,57% a.a.	200.000	19.798
Swap de juros	Debênture – 1ª emissão, 3ª série – IPCA + 5,50% a.a.	2º Tri. 2026	IPCA + 5,50% a.a.	100% do CDI	200.000	16.209
Swap de juros	Debênture – 2ª emissão, 1ª série – IPCA + 5,30% a.a.	3º Tri. 2027	IPCA + 5,30% a.a.	CDI + 2,20% a.a.	580.000	94.187
Swap de juros	Debênture – 2ª emissão, 2ª série – IPCA + 5,60% a.a.	3º Tri. 2030	IPCA + 5,60% a.a.	CDI + 2,29% a.a.	837.000	104.854
Swap de juros	Debênture – 3ª emissão, série única – IPCA + 4,78% a.a.	2º Tri. 2031	IPCA + 4,78% a.a.	CDI + 0,12% a.a.	1.000.000	158.882
Swap de juros	Debênture – 1ª emissão, 1ª série – IPCA + 6,83% a.a.	3º Tri. 2032	IPCA + 6,83% a.a.	109,32% do CDI	990.000	101.815
Swap de juros	Debênture 5ª emissão – IPCA + 7,23%	2º Tri. 2034	IPCA + 7,23% a.a.	CDI + 0,98% a.a.	1.635.000	(147.342)
Swap de juros	Debênture 5ª emissão – PRÉ + 12,92%	2º Tri. 2031	PRÉ 12,92% a.a.	CDI + 0,89% a.a.	925.000	(52.248)
Swap de juros	Debênture – 6ª emissão, 2ª série – IPCA + 8,04% a.a.	2º Tri. 2031	IPCA + 8,04% a.a.	CDI + 0,3% a.a.	448.179	12.040
Swap de juros	Debênture – 6ª emissão, 3ª série – IPCA + 8,23% a.a.	2º Tri. 2031	IPCA + 8,23% a.a.	CDI + 0,59% a.a.	417.440	17.844
Swap de juros	Debênture – 6ª emissão, 4ª série – IPCA + 8,38% a.a.	2º Tri. 2031	PRÉ 8,38% a.a.	CDI + 0,825% a.a.	896.442	29.323
Swap de juros	Debênture – 7ª emissão, 2ª série – PRÉ + 13,57% a.a.	2º Tri. 2031	PRÉ 13,57% a.a.	CDI - 0,3% a.a.	794.971	2.626
Swap de juros	Debênture – 7ª emissão, 3ª série – IPCA + 7,75% a.a.	2º Tri. 2031	IPCA + 7,75% a.a.	CDI - 0,3% a.a.	191.358	3.905
Total					**9.115.390**	**361.893**

Análise de Sensibilidade

A Administração considera que os riscos mais relevantes que podem afetar os resultados da Companhia são a volatilidade nos preços de commodities e nas taxas de câmbio.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os valores apresentados abaixo representam os possíveis impactos (resultados incrementais) dos instrumentos financeiros de *hedge* e de suas respectivas posições, considerando cenários de apreciação e depreciação dos fatores de risco elencados.

Nos cenários possível e remoto foi considerado, em ambos os casos, uma variação (tanto positiva como negativa) de 15% e 30%, respectivamente, a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2025, detalhadas nos itens acima. Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

Instrumento	Remoto - 30%	Possível - 15%	Provável	Possível + 15%	Remoto + 30%
Taxa de Câmbio – Dólar x Real	**60.936**	**31.060**	**1.181**	**(28.699)**	**(58.576)**
Time deposit	(1.191.392)	(607.230)	(23.067)	561.095	1.145.257
Títulos mobiliários “ADRs”	(4.184)	(2.132)	(81)	1.970	4.022
Títulos soberanos e outros	(54.979)	(28.022)	(1.064)	25.893	52.850
Linhas de crédito de exportação	323.901	165.086	6.271	(152.544)	(311.359)
Bonds	2.237.309	1.140.314	43.318	(1.053.677)	(2.150.672)
CRA	8.206	4.183	159	(3.865)	(7.888)
Capital de Giro	9.491	4.838	184	(4.470)	(9.124)
NDF BRF x Dólar	74.358	37.899	1.440	(35.019)	(71.478)
Contas a Receber	(1.787.115)	(910.858)	(34.602)	841.655	1.717.912
Fornecedores	445.341	226.982	8.623	(209.737)	(428.096)
Taxa de Câmbio – outras moedas	**(341.040)**	**(173.821)**	**(6.604)**	**160.615**	**327.833**
Time deposit	(242.959)	(123.831)	(4.704)	114.423	233.550
Time deposit – Rial saudita	(169.549)	(86.416)	(3.283)	79.851	162.984
NDF BRL x CLP	53.221	27.126	1.030	(25.065)	(51.160)
NDF BRL x EUR	18.247	9.300	353	(8.594)	(17.541)
Taxa de Juros – IPCA	**28.650**	**18.725**	**8.798**	**(1.127)**	**(11.052)**
NTN – Notas do tesouro nacional	(14.914)	(9.747)	(4.581)	586	5.753
CRA	144.655	94.541	44.427	(5.687)	(55.801)
Debêntures	4.712	3.080	1.447	(185)	(1.818)
SWAP IPCA x CDI	(105.803)	(69.149)	(32.495)	4.159	40.814
Taxa de Juros – CDI	**299.916**	**214.442**	**128.971**	**43.498**	**(48.071)**
CDB	(476.542)	(340.733)	(204.924)	(69.115)	76.381
Operações compromissadas	(2.364)	(1.691)	(1.017)	(343)	379

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Fundos de investimentos	(1.612)	(1.153)	(693)	(234)	258
LFS – Letra financeira do sênior	(6.420)	(4.591)	(2.761)	(931)	1.029
CRA	132.395	94.664	56.933	19.202	(21.220)
Linhas de crédito de exportação	71.530	51.145	30.760	10.374	(11.465)
SWAP IPCA x CDI	582.929	416.801	250.673	84.545	(93.433)
Taxa de Juros – SELIC	**(2.573)**	**(1.837)**	**(1.101)**	**(365)**	**370**
LTF – Letra financeira do tesouro	(2.573)	(1.837)	(1.101)	(365)	370
Taxa de EIBOR 3M	**12.898**	**8.435**	**3.971**	**(492)**	**(4.955)**
Capital de giro	12.898	8.435	3.971	(492)	(4.955)

Para o cenário provável das commodities a Administração usa como referência o valor futuro dos ativos em 31 de dezembro de 2025 e, desta forma, entende que não há mudanças no resultado das operações.

Nos cenários possível e remoto foi considerado em ambos os casos uma variação tanto positiva como negativa em 15% e 30%, respectivamente a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados

Commodities - Resultado Operacional	Remoto - 30%	Possível - 15%	Provável	Possível + 15%	Remoto + 30%
Óleo de Soja - CBOT	**760**	**923**	**1.086**	**1.248**	**1.411**
Custo dos Produtos Vendidos	5.041	2.521	-	(2.521)	(5.041)
NDF	(5.041)	(2.521)	-	2.521	5.041
Efeito líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Milho - CBOT	**124**	**150**	**177**	**203**	**230**
Custo dos Produtos Vendidos	(3.325)	(1.663)	-	1.663	3.325
Collar	(27.460)	(9.115)	-	5.232	23.577
NDF	3.325	1.663	-	(1.663)	(3.325)
Efeito líquido	**(27.460)**	**(9.115)**	**-**	**5.232**	**23.577**
Milho - B3	**823**	**1.000**	**1.176**	**1.353**	**1.529**
Custo dos Produtos Vendidos	(100.473)	(50.236)	-	50.236	100.473
Collar	134.488	67.244	-	(67.244)	(134.488)
Futuro	(27.460)	(9.115)	-	5.232	23.577
Efeito líquido	**6.555**	**7.893**	**-**	**(11.776)**	**(10.438)**

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos originados no curso regular de seus negócios. Tais processos dizem respeito principalmente a questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, regulatórias e administrativas. O total de provisões para contingências em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.217,4 milhões. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contingências possíveis no montante de R$ 25.082,0 milhões.

A Companhia classifica o risco de perda nos processos judiciais, administrativos ou arbitrais segundo o critério de perda “remota”, “possível” ou “provável”. A Companhia registrou provissões em suas demonstrações finaceiras apenas para os processos classificados pela administração como perda provável, sendo que a quantificação das contingências é realizada por valores que possam ser razoalmente estimados e que são determinados pela sua administração com base em aconselhamento jurídico. A Companhia divulga as quantias agregadas desses processos classificados como perda possível, na medida em que esses valores possam ser razoavelmente estimados. Considerando que os valores envolvidos em alguns dos processos são substanciais, as perdas podem, portanto, ser significativamente maiores do que os valores para os quais registrou-se provisões, se houver. Mesmo para os valores registrados como provisões para perdas prováveis, uma decisão desfavorável à Companhia pode ainda ter efeito sobre o fluxo de caixa, se a Companhia for obrigada a pagar tais valores.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava envolvida no polo passivo de 14.585 processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza trabalhista em trâmite e 1.619 em arquivo provisório, atingindo o montante total de R$ 947,9 milhões (o valor inclui os riscos considerados “remotos”, “possíveis e “prováveis”), sendo que, os principais pleitos são decorrentes de interpretações divergentes quanto ao cumprimento de preceitos normativos e legais relacionados às horas extras, insalubridade, as pausas previstas no artigo 253 da CLT, doenças supostamente contraídas no trabalho e acidentes de trabalho. Os referidos processos são de âmbito nacional e com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas no valor de R$ 387,7 milhões, em 31 de dezembro de 2025. Não há contingências trabalhistas, judiciais ou administrativas que a Companhia considere individualmente relevantes.

Além dos processos trabalhistas descritos acima, há uma série de processos judiciais propostos pelo MPT e Sindicato de forma coletiva relativos ao pagamento de horas extras, intervalos de descanso obrigatórios e outras questões trabalhistas. Outras empresas do setor têm sofrido processos semelhantes e a Companhia não acredita que esses processos terão um efeito relevante adverso sobre

4.4 Processos não sigilosos relevantes

ela. Dos processos em tramitação, o caso de valor mais alto totaliza aproximadamente R$ 42,9 milhões e refere-se a uma Ação Civil Pública ("**ACP**") que versa sobre o tema de horas *In Itinere* na unidade de Chapecó/SC. O segundo caso totaliza aproximadamente R$ 15,3 milhões e refere-se a uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Carambeí/PR, cujo tema principal é o pedido de adicional noturno. Ainda, temos uma outra ação coletiva que totaliza o montante de R$ 16,3 milhões, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Concórdia/SC cujo objeto é horas *In Itinere*. Todos estes valores estão inclusos no total apresentado acima. A Companhia e seus assessores jurídicos não concordam com os argumentos apresentados pelo MPT e Sindicatos, bem como com as sentenças proferidas e interpôs os recursos cabíveis.

Contingências cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava envolvida no polo passivo de 4.467 processos cíveis e outros (de natureza ambiental, administrativa, regulatória, imobiliária, etc.), que se referem principalmente a litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e alegações de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, controvérsias relativas à propriedade intelectual, questões administrativas e regulatórias, ambientais, imobiliárias, relações de consumo, dentre outros temas. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas cíveis e outras envolvendo a Companha e/ou suas Controladas no valor de R$ 385,3 milhões em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia apresenta, a seguir, uma breve descrição dos processos cíveis e outros que são considerados relevantes, em 31 de dezembro de 2025, nos quais a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte. Não obstante as descrições abaixo, ressalva-se que a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos outros processos. Todos os valores estão expressos em reais, exceto nos casos em que haja menção expressa.

Ação Cível Pública 0282913-62.2014.8.19.0000	
a. Juízo	4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21 de agosto de 2014
d. Partes	Autor: Procon Estadual do Rio de Janeiro

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Discussão sobre a necessidade de indenizar consumidores e a coletividade alegadamente lesados pelo fato de a Companhia ter supostamente colocado à venda leite impróprio para consumo. Pedidos da parte contrária: (i) indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R$ 1 milhão; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidores, sob pena de multa diária de R$ 0,05 milhão; e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais.
f. Principais fatos	Na inicial, o PROCON requereu que a Companhia fosse condenada a arcar: (i) com a indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) com a indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R$ 1 milhão; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidores, sob pena de multa diária de R$ 0,05 milhão; e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais. com a indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R$ 1 milhão; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidores, sob pena de multa diária de R$ 0,05 milhão; e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Ao sentenciar o feito, em maio de 2016, o juiz deu parcial provimento à demanda, condenando a Companhia a indenizar os consumidores por danos materiais e morais causados pelo consumo do leite supostamente impróprio, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Companhia (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença). No entanto, afastou o pedido de indenização por danos morais coletivos, observando a falta de comportamento potencialmente lesivo e conduta irregular da Companhia, bem como afastou o pagamento de custas e honorários advocatícios. O PROCON interpôs recurso até as Instâncias Superiores, sendo que no STJ foi dado provimento ao Recurso Especial, a fim de julgar procedente o pedido indenizatório por danos morais coletivos e condenar ao pagamento de R$ 0,1 milhão.A Companhia interpôs recursos, os quais foram rejeitados de modo que houve o esgotamento

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	da via recursal. O PROCON deu início ao cumprimento de sentença para a execução dos danos morais e honorários advocatícios, no valor de aproximadamente R$ 216.369,39 e a Companhia realizou o pagamento voluntário do débito. Em abril de 2021, foi proferida decisão julgando extinto o cumprimento de sentença com relação aos danos morais coletivos e honorários advocatícios. Em agosto de 2023, o PROCON requereu a instauração de liquidação de sentença para apuração do valor fixado na sentença referente ao dano moral individual e ao dano material individual. A BRF ainda não foi intimada a se manifestar.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença deu parcial provimento à demanda, condenando a Companhia a indenizar os consumidores por danos materiais e morais causados pelo consumo do leite supostamente impróprio, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Companhia (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença). Acórdão negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo PROCON. Decisão monocrática deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo PROCON, a fim julgar procedente o pedido indenizatório por danos morais coletivos e condenar ao pagamento de R$ 0,1 milhão. Acórdão negou provimento ao Agravo Interno interposto pela BRF, mantendo a decisão monocrática. Acórdão rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela BRF.
h. Estágio do processo	Fase de execução
i. Risco de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Expressivo valor da condenação e danos à imagem da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	BRF perdeu o processo e realizou o depósito judicial da condenação referente aos danos morais coletivos. No momento, aguarda-se a eventual liquidação de outros itens da sentença condenatória

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Indenizatória nº 0000259-79.2011.8.02.0033	
a. Juízo	Vara Única de Quebrangulo - Alagoas
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21 de setembro de 2011
d. Partes	Autor: Associação das Vítimas dos Vales dos Rios Paraíba e Mundaú Réus: BRF S.A., Município de Bom Conselho e Estado de Pernambuco
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Discussão sobre a necessidade de indenizar as vítimas das enchentes da região dos vales dos Rios Paraíba e Mundaú, em razão de rompimento da barragem do Açude das Nações. Os autores requerem a condenação dos réus no pagamento de danos materiais, bem como a fixação de danos morais no valor de 5% do faturamento anual da Companhia, valores à época da propositura da ação. A existência ou não de nexo de causalidade entre o rompimento da barragem com a Companhia está sendo avaliada em perícia judicial.
f. Principais fatos	Na inicial, a Associação requereu a condenação dos réus no pagamento de R$ 6,035 milhões a título de danos materiais e de 5% do faturamento anual da Companhia a título de danos morais, o que correspondia a R$40,2 milhões à época da propositura da ação. A demanda foi ajuizada em setembro de 2011, tendo a Companhia arguido em sua defesa, em suma, preliminarmente: (i) ilegitimidade passiva; (ii) falta de interesse de agir; e (iii) ilegitimidade ativa da Associação. A contestação do Estado de Pernambuco alega a ausência de responsabilidade do Estado pelo evento, imputa a responsabilidade de conservação à Prefeitura, além da inexistência do dever de indenizar, bem como aduz que o evento enquadrar-se-ia como força maior (excesso de precipitação pluviométrica). O Município também contestou alegando que: (i) a responsabilidade é do Estado de Pernambuco e da Companhia, (ii) a consubstanciação de caso fortuito e força maior; (iii) ausência de comprovação de danos materiais; e (iv) inexistência de danos morais. Em de 2015, foi proferido despacho saneador, determinando realização de perícia e a oitiva das testemunhas. Com a audiência de instrução e respectiva oitiva de testemunhas ficou evidenciada a impossibilidade de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	fechamento da barragem pela Companhia, vez que a barragem possui vertedouros e não comportas. Realizada perícia e apresentado laudo pericial, sendo que as partes apresentam suas manifestações. Em junho de 2023, o Estado de Pernambuco ressaltou que a justiça de Alagoas não tem competência para julgar e condenar o Estado de Pernambuco, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI 5492 (julgado em 24/04/2023). Em dezembro de 2024 foi determinada a remessa dos autos ao TJPE
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão interlocutória que determinou a produção de prova pericial. Decisão que declarou a competência do TJPE para o julgamento da demanda.
h. Estágio do processo	Produção de Provas
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em caso de condenação a Companhia será condenada ao pagamento de valor expressivo, bem como terá sua imagem ligada ao sinistro narrado na inicial.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Processo em face de produção de provas, de modo que não há sentença.

Ação Civil Pública nº 0032034-28.2012.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara da Federal de Brasília Distrito Federal
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	29 de junho de 2012
d. Partes	Autor: Ministério Público Federal Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que a indenização ainda não foi fixada pois pende de liquidação da sentença. De todo modo, ao iniciar o procedimento de liquidação de sentença, o Ministério Público Federal indicou como devido o valor histórico de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	aproximadamente R$ 13,2 milhões.
f. Principais fatos	Em 2012 foi distribuída petição inicial da ACP e, após o trâmite regular do processo, foi proferida sentença julgando improcedentes O MPF apresentou recurso de apelação e o processo seguiu para as Instâncias Superiores, tendo sido dado provimento para julgar procedentes todos os pedidos requeridos na petição inicial. Opostos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, apenas para esclarecer contradição a respeito do valor da multa por autuação em excesso de peso. A Companhia perseguiu com todos os recursos até o esgotamento da instância recursal. Em julho de 2022 o MPF apresentou petição requerendo o início do procedimento de liquidação de sentença. Nessa ocasião, indicou que entende como devido os valores históricos de: (i) aproximadamente R$ 6,63 milhões pelos danos materiais causados às rodovias; (ii) aproximadamente R$ 1,99 milhões pelos danos causados ao meio ambiente e à ordem econômica; e (iii) aproximadamente R$ 4,64 milhões pelo dano moral coletivo; os quais devem ser atualizados pela taxa SELIC até a data do efetivo pagamento. Por fim, o MPF também requereu a intimação do DNIT e da PRF para informar nos autos do processo eventuais novos Avisos de Ocorrência de Excesso de Peso lavrados em desfavor da Companhia desde o ajuizamento da demanda, para aplicação da multa de R$ 0,02 milhão para cada nova ocorrência. Ação rescisória ajuizada em agosto de 2023.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em junho de 2013, foi proferida sentença que julgou a demanda improcedente.Em setembro de 2016, foi proferido acórdão que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal, para manter a sentença. Em de setembro de 2019, no Superior Tribunal de Justiça, foi proferido acórdão que deu provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público Federal, para julgar procedentes todos os pedidos inicialmente.
h. Estágio do processo	Atualmente aguarda-se o prosseguimento do procedimento de liquidação e cumprimento de sentença.
i. Risco de perda	Provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, especialmente no que se refere à multa de R$ 0,02 milhão por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa cominatória de R$ 0,02 milhão por ocorrência. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais e morais coletivos e difusos, os quais serão fixados em liquidação de sentença, além da multa processual fixada em 5% do valor atualizado da causa.

Ação Civil Pública nº 1000524-40.2018.4.01.3603	
a. Juízo	1ª Vara Federal Cível e Criminal de Sinop/MT
b. Instância	2ª instância - Atualmente o processo tramita perante a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. Data de instauração	02 de julho de 2018
d. Partes	Autor: Ministério Público Federal Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que eventual condenação terá que passar por procedimento de liquidação de sentença para apurar o valor indenizatório.
f. Principais fatos	Trata-se de ACP proposta pelo Ministério Público Federal, cuja causa de pedir se baseia em supostas ocorrências de transporte de cargas da Companhia com excesso de peso, especificamente oriundas das filiais localizadas no Município de Lucas do Rio Verde/MT. Em março de 2019, foi proferida sentença julgando extinto o processo, sem resolução de mérito em relação: (i) ao pedido de tutela inibitória, por acolher o argumento de existência de litispendência e coisa julgada; e (ii) ao pedido de indenização por danos materiais, por reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal. O pedido de indenização por danos morais coletivos foi julgado improcedente.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em abril de 2019, foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público Federal e aguarda-se julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 27 de março de 2019, em primeira instância, foi proferida sentença que julgou o processo extinto, sem resolução de mérito: (i) ao acolher o argumento de existência de litispendência e coisa julgada com relação ao pedido de tutela inibitória; e (ii) por reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal no que se refere ao pedido de indenização pelos supostos danos materiais causados. Já o pedido de indenização por danos morais coletivos foi julgado improcedente por se entender que o dano moral só pode ser individual e não coletivo.
h. Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público Federal.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, especialmente no que se refere à multa por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa em valor equivalente ao da carga transportada. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais, a ser arbitrada pelo juízo, e por danos morais coletivos em valor não inferior a R$ 0,02 milhão.

Processo nº 0311793-90.2015.8.24.0033 (Embargos de Título Extrajudicial); Embargos à Execução nº 0313094-72.2015.8.24.0033; Agravo de Instrumento nº 5049759-67.2021.8.24.0000	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Itajaí/SC e 3ª Câmara de Direito Comercial
b. Instância	1ª e 2ª Instância
c. Data de instauração	23 de outubro de 2015
d. Partes	Autor: Perdue Foods LLC

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ré: BRF S.A
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Execução de título executivo extrajudicial proposta pela Perdue para exigir o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer assumidas pela Companhia no Acordo de Coexistência Mundial e respectivo Aditivo (cancelamento dos registros e/ou a denúncia aos pedidos de registro da marca nominativa PERDIX), mediante a imposição de multa de R$ 0,05 milhão por dia de atraso no cumprimento das obrigações. O pedido envolve obrigações de fazer e não fazer e possível liquidação de perdas e danos, o valor envolvido é inestimável.
f. Principais fatos	Em outubro de 2015, a ação de execução foi proposta e a Companhia apresentou embargos à execução, os quais foram recebidos com efeito suspensivo. Em abril de 2021, foi proferida decisão saneadora que, dentre outros pontos, decidiu pela não ocorrência de prescrição. Foi interposto agravo de instrumento contra essa decisão, que atualmente está em fase de agravo interno em agravo em recurso especial no STJ. No primeiro grau, em janeiro de 2025, foi proferida sentença de procedência dos embargos à execução.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em abril de 2021, foi proferida decisão saneadora que, dentre outros pontos, decidiu pela não ocorrência de prescrição. Foi interposto agravo de instrumento contra essa decisão, que atualmente está em fase de agravo interno em agravo em recurso especial no STJ. Em janeiro de 2025, foi proferida sentença nos embargos à execução, que julgou os embargo procedentes.
h. Estágio do processo	Em fase recursal. Embargos à execução em fase de conhecimento, com prazo em curso para nterposição do recurso de apelação.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em caso de perda, a Companhia está sujeita ao cumprimento do Acordo de Coexistência Mundial e respectivo Aditivo, com possível cancelamento dos registros e/ou a renúncia aos pedidos de registro da marca nominativa PERDIX. Além disso, há possibilidade do pagamento de multa em valor a ser fixado pelo juiz (a Perdue requereu R$ 0,05 milhão por dia) e, ainda, possível liquidação de eventuais perdas e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	danos que a Perdue tenha suportado.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Caso a procedência dos embargos à execução seja revetida pelo Tribunal, a Companhia deve ser condenada a obrigações de fazer e não fazer, e ao pagamento de danos materiais em valor a ser liquidado.

Ação Civil Pública nº 0001042-85.2008.4.04.7007	
a. Juízo	1ª Vara Federal da Comarca de Francisco Beltrão/PR
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	20 de agosto de 2008
d. Partes	Autor: Ministério Público Federal Rés: BRF S.A. (na qualidade de sucessora legal da Sadia, Diplomata Ind. e Com. Ltda. e União)
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal alegando excesso de água absorvida nas carcaças de aves congeladas, pleiteando, por supostamente causar prejuízos aos consumidores: (i) indenização a todos os clientes que compraram o produto com vício na quantidade e qualidade; (ii) indenização por danos morais coletivos; e (iii) divulgação em nível nacional (jornais, rádio, etc.), explicando aos consumidores o ocorrido e permitindo que os consumidores alegadamente prejudicados se pronunciassem para o recebimento da indenização.
f. Principais fatos	Recebida a citação, a Companhia e os demais réus apresentaram defesa. Em 10 de setembro de 2009, foi proferida sentença afastando as matérias preliminares arguidas e no mérito, julgando a ação parcialmente procedente, reconhecendo a ausência de solidariedade da União e condenando a Companhia e a Diplomata Indústria e Comércio Ltda. ao pagamento de indenização aos consumidores que se sentirem individualmente prejudicados (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença) e ao pagamento de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	R$ 0,7 milhão, a título de dano moral coletivo, extinguindo o pedido de embargo da produção de frango das Rés. Em face da sentença, tanto o Ministério Público Federal, quanto a Companhia e a Diplomata Indústria e Comércio Ltda. interpuseram recurso de apelação. Os recursos da Companhia e da Diplomata Indústria e Comércio Ltda. foram improvidos pelo Tribunal, com o acolhimento do apelo do Ministério Público Federal, para impor às Rés a divulgação nacional da procedência da demanda (06 de abril de 2011). Referido Acórdão ensejou a interposição de Recurso Especial pela Companhia, pelo Ministério Público Federal e pela Diplomata Indústria e Comércio Ltda., os quais foram todos admitidos. Em 20 de abril de 2022 foi disponibilizado despacho intimando o MPF a apresentar seu parecer. Em 01 de julho de 2022 foi dado parcial provimento ao recurso especial para: (i) reconhecer a prescrição à pretensão de reparação de danos referente às autuações lavradas antes de 20 de agosto de 2003; e (ii) anular a sentença e determinar que seja prolatada outra após a produção de provas requeridas pelas requeridas. Em 21 de junho de 2022 o MPF interpôs agravo interno. Em 22 de agosto de 2022 a Companhia apresentou impugnação ao agravo interno. Em 27 de outubro de 2022 foi proferido acórdão negando provimento ao agravo interno. Em 17 de fevereiro de 2023 foi certificado o trânsito em julgado e autos retornaram para a primeira instância, onde se encontra atualmente, já tendo as partes indicado as provas que pretendem produzir.Em 2025 foi realizada a perícia técnica na unidade de Dois Vizinhos. Atualmente o processo aguarda o laudo pericial, para posterior avaliação do juiz.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida que julgou o feito parcialmente procedente. Acórdão que negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelas partes, mantendo a sentença. Decisão monocrática deu provimento aos recursos especiais interpostos pela Companhia e pela Diplomata, declarando a nulidade da sentença e o retorno dos autos à primeira instância para produção de provas. Acórdão negou provimento ao agravo interno interposto pelo MPF, mantendo a decisão monocrática, com isso os autos retornaram à primeira instância para produção de provas. Aguardando laudo da nova perícia realizada.
h. Estágio do processo	Em fase probatória na 1ª instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Expressivo valor da eventual condenação e danos à imagem da Companhia.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impactos financeiros decorrentes da eventual necessidade de pagamento de indenização por danos morais coletivos e possibilidade de pagamento indenização por danos morais individuais eventualmente comprovados em sede de liquidação de sentença, além de danos à imagem da Companhia em virtude da divulgação do inteiro teor da sentença condenatória.

Ação Indenizatória nº 1080106-69.2013.8.26.0100	
a. Juízo	03ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - São Paulo
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	17 de outubro de 2013
d. Partes	Autor: Marcus Macedo Cazarré Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Discussão acerca de suposta violação à patente de modelo de utilidade MU 8300298-7, tecnologia supostamente utilizada pela Companhia em seus biodigestores. O Autor atribuiu à causa o valor de R$306,9 milhões, que corresponderia aos danos que ele alega ter sofrido, segundo estimativa por ele apresentada.
f. Principais fatos	Trata-se, na origem, de ação de infração de patente na qual o Sr. Marcus Cazarré alega, em síntese, que a BRF vinha fazendo uso indevido de sua patente de modelo de utilidade MU8300298-7. Assim, requereu indenização por danos materiais no montante de R$ 306,9 milhões, bem como por danos morais, a serem arbitrados em juízo. Em setembro de 2017, ação foi julgada improcedente. Em Apelação interposta pelo Sr. Marcus Cazarré, o TJSP deu provimento ao recurso para condenar a BRF ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 0,15 milhão, bem como indenização por danos materiais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	a ser fixada em fase de liquidação, pelo período de vigência da patente em questão desde seu depósito, englobando todas as granjas da BRF que estivessem supostamente utilizando sua tecnologia. Em fevereiro de 2019, a BRF interpôs Recurso Especial, que ficou suspenso ante a existência de Ação de Nulidade (proc. n. 5054937-36.2019.4.02.5101) contra a patente supostamente infringida. No entanto, a referida ação foi extinta sem resolução de mérito por perda de objeto, posto que, em novembro de 2021, o INPI publicou decisão na Revista da Propriedade Industrial - RPI n. 2.652 que declarou a nulidade da patente MU8300298-7 durante Processo Administrativo de Nulidade PAN deflagrado pela empresa AGCERT. Apesar da já declarada nulidade da patente objeto da demanda, em outubro de 2022, o recurso especial da BRF deixou de ser conhecido e, em que pese, a interposição de outros recursos o processo transitou em julgado. Em agosto de 2023 foi proferido ato ordinatório determinando que o acórdão seja cumprido, devendo a parte vencedora instaurar incidente próprio para promover a execução definitiva
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de mérito julgando os pedidos dos autores improcedentes. Apelação do autor foi provida para condenar a BRF ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 0,15 milhão, bem como indenização por danos materiais a ser fixada em fase de liquidação. O recurso especial interposto pela BRF não foi conhecido, sob o argumento de intempestividade.
h. Estágio do processo	Proferido ato ordinatório determinando que o acórdão seja cumprido, devendo a parte vencedora instaurar incidente próprio para promover a execução definitiva.
i. Risco de perda	Possível (tanto indenização por danos morais quanto por danos materiais).
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em decisãode segunda instância, a BRF foi condenada ao pagamento de indenização pelo uso suposto indevido da patente MU8300298-7 de titularidade do Sr. Cazarré. No entanto, a patente foi declarada nula pelo INPI em sede Processo Administrativo de Nulidade, ato administrativo que é objeto de discussão judicial nos autos da Ação de Nulidade

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	(Processo nº 5042501-40.2022.4.02.5101) proposta por Marcus Macedo Cazarré em face do INPI, na qual a BRF ingressou como assistente do réu.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Pagamento de danos morais e materiais ao Sr. Cazarré. Ainda que o Sr. Cazarré consiga reverter judicialmente a decisão administrativa que declarou a nulidade, conforme pretensão deduzida pelo Sr. Cazarré na Ação nº 5042501-40.2022.4.02.5101 que tramita na 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, a patente em questão expirou em 23 de fevereiro de 2018. Portanto, a indenização compreenderia o período entre 23 de novembro de 2004 (data de publicação) e 23 de fevereiro de 2018.

Ação Civil Pública nº 0008973-04.2004.4.01.3600 (2004.36.00.008972-3)	
a. Juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	07 de outubro de 2004
d. Partes	Autor: Ministério Público Federal | Réus: BRF S.A., Banco do Brasil e Agrisa Engenharia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Pedidos ilíquidos referentes aos prejuízos causados ao erário em razão do contrato de integração firmado pela BRF e que dependem do resultado de futura prova pericial.
f. Principais fatos	Em julho de 2014 foi proferida sentença e os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar a BRF e os corréus ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados à União, decorrentes da malversação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), nos termos da fundamentação e cuja precisa extensão será averiguada por ocasião da liquidação desta sentença. O Banco do Brasil S.A. e a BRF interpuseram Apelação. \n\nA 5ª Turma do TRF-1 declarou nula a sentença e determinou a realização de perícia complementar a fim de apurar o valor do suposto dano apontado no laudo pericial, uma vez que utilizado como fundamento na condenação sem indicar de quanto representativo do dano material. A BRF interpôs recurso que foi conhecido em parte e não

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	provido com fundamento na legitimidade do MPF para propor ACP visando a defesa do patrimônio público, a necessidade de análise de matéria fático-probatória e incidência da Súmula 283/STJ. \n\nInterposto novo recurso, sem provimento, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão e os autos foram remetidos ao TRF3 para realização de perícia complementar. Em julho de 2023 o MPF apresentou manifestação requerendo a realização de prova pericial complementar para aferir eventuais danos causados ao patrimônio público em decorrência da alegada malversação dos recursos de origem do FCO. Em agosto de 2023 a BRF apresentou manifestação requerendo a realização de perícia técnica com a finalidade de comprovar que o projeto de integração discutido nos autos e financiado por recursos do FCO não causou nenhum dano ao erário. Aguarda-se perícia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em julho de 2014 os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para condenar a BRF e os corréus ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados à União, decorrentes da malversação dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), nos termos da fundamentação e cuja precisa extensão será averiguada por ocasião da liquidação desta sentença. Em junho de 2015 o Tribunal anulou a sentença e determinou a realização de perícia complementar a fim de apurar o valor do dano material apontado no laudo pericial. A decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça.
h. Estágio do processo	Aguarda-se realização de perícia complementar.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A demanda envolve análise de eventual desequilíbrio econômico em contrato de integração firmado pela BRF, especialmente em relação à transferência do ônus da produção e viabilidade econômica do projeto de integração apresentado pela BRF aos produtores interessados em estabelecer relação de parceria. O objeto e resultado dessa demanda impactam diretamente na análise das previsões constantes no modelo de contrato de integração, sem contar a eventual condenação ao pagamento de expressivo montante a título de danos materiais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Eventual pagamento de expressivo montante a título de indenização por danos materiais relacionados ao contrato de integração.

Processo nº 5003096-28.2018.4.03.6000 (Rótulo – Glúten)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Campo Grande
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	17 de março de 2016
d. Partes	Autor: Ministério Público da Saúde | Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Não há valores envolvidos por se tratar de demanda de obrigação de fazer (alterar o rótulo dos produtos).
f. Principais fatos	Em setembro de 2016 foi proferida sentença condenando a BRF a alterar suas embalagens no prazo de 60 dias para que passasse a constar a informação “Contém glúten – o glúten é prejudicial à saúde dos portadores de doença celíaca” ou equivalente, bem como ao pagamento de honorários de sucumbência (R$ 0,002 milhão). Em outubro de 2016 ambas as partes interpuseram apelação. Em novembro de 2016 a ANVISA interpôs recurso de apelação como terceiro prejudicado defendendo a competência da Justiça Federal. Após remessa dos autos à segunda instância, em novembro de 2016, foi proferido acórdão pela 6ª Turma do TRF-3 suscitando conflito negativo de competência foi declarada a competência da Justiça Federal e anulada a sentença proferida pelo Juízo Estadual, com remessa dos autos para a Justiça Federal para processamento do feito com participação da ANVISA. Em janeiro de 2024 o MPF apresentou manifestação requerendo a rejeição da preliminar de ilegitimidade ativa, a revisão do valor da causa e o julgamento antecipado da lide. Em fevereiro de 2024 a Anvisa ofereceu contestação e requereu a improcedência da demanda. Em junho de 2024 foi determinada a apresentação de réplica pela Abracon e, após, a intimação das partes para especificação de provas. Em setembro de 2024 a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos apresentou manifestação requerendo seu cadastro nos autos na condição de *amicus curiae*. Em outubro de 2024 a ANVISA apresentou manifestação requerendo a reunião de diversos processos que tramitam perante a

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Justiça Federal e versam sobre o mesmo assunto, a fim de que seja realizado o julgamento em conjunto. Aguarda-se decisão.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A BRF foi condenada a alterar o rótulo das embalagens de todos os seus produtos, mas a sentença foi declarada nula em razão da incompetência da Justiça Estadual e remessa dos autos à Justiça Federal.
h. Estágio do processo	Aguarda-se saneamento do feito.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A demanda envolve a alteração do rótulo de todos os produtos comercializados pela BRF para que seja adicionada a informação "Contém glúten – o glúten é prejudicial à saúde dos portadores de doença celíaca" ou equivalente, evitando supostos danos aos consumidores com doença celíaca.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Necessidade de alterar todos os rótulos dos produtos fabricados pela Companhia que contenham glúten em sua composição, o que deverá ser providenciado em um prazo de 60 dias.

Ação Civil Pública nº 0021888-61.2018.8.17.2001; Conflito de Competência nº 0007868-20.2018.8.17.9000; Agravo de Instrumento 0005694-04.2019.8.17.9000	
a. Juízo	3ª Vara Cível de Recife/PE; 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco
b. Instância	1ª e 2ª Instância
c. Data de instauração	09 de maio de 2018
d. Partes	Autor: MPPE | Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	ACP ajuizada pelo MPPE em razão de supostas irregularidades na fabricação de salsicha, diante da presença de listeria, salmonela, utilização de matérias-primas vencidas e estocagem de ingrediente/produto identificado em linguagem estrangeira sem aprovação e sem comunicação prévia ao SIF. O MPPE pleiteia a condenação da BRF ao pagamento de valor não inferior a R$ 5 milhões em razão de suposto dano coletivo e de indenização por danos materiais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	e morais individuais causados aos consumidores, bem como a obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multa no valor de R$ 5 milhões por cada descumprimento.
f. Principais fatos	ACP: Em 9 de maio de 2018, a ACP ajuizada pelo MPPE foi distribuída à 19ª Vara Cível de Recife-PE que proferiu despacho determinando a remessa dos autos à 3ª Vara Cível de Recife-PE em virtude da existência da ACP nº 0025800-71.2015.8.17.2001, pretensamente conexa. Em 18 de maio de 2018, o juízo da 3ª Vara Cível proferiu decisão suscitando conflito negativo de competência. Em 15 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão deferindo o pedido de antecipação de tutela, para que a BRF, sob pena de multa de R$ 5 milhões por cada descumprimento: (i) suspenda a comercialização de salsicha fora dos padrões de qualidade quando alguma desconformidade for detectada pelo seu controle de qualidade ou por fiscalização do Ministério da Agricultura; (ii) cumpra rigorosamente a legislação de regência para fabricação de salsicha; (iii) não utilize matérias-primas vencidas na produção das salsichas, bem como ingredientes/produtos identificados em língua estrangeira sem comunicação prévia do SIF; (iv) recolha o lote de salsicha sempre que constatado risco ou agravo à saúde do consumidor; e (v) veicule mensagem de alerta em seu site, mídias sociais, e local de destaque e fácil visualização para alertar os consumidores acerca do recolhimento dos produtos quando for constatado risco ou agravo à saúde de consumidor decorrente do consumo das salsichas. Em 25 de fevereiro de 2019, foi distribuída a carta precatória nº 0000473-71.2019.8.17.3590 em Vitória de Santo Antão para intimação da BRF acerca da decisão liminar na ACP. Em 24 de abril de 2019, a BRF interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão liminar que deferiu o pedido de antecipação de tutela. Em 3 de maio de 2019, a BRF apresentou contestação. Em 28 de outubro de 2022, juntado acórdão do conflito de competência, declarando a competência da 19ª Vara Cível da Capital. Em 12 de dezembro de 2022, proferido despacho determinando a manifestação da BRF sobre seu interesse no prosseguimento do agravo de instrumento, tendo a BRF se manifestado favoravelmente, apresentando fatos novos, que foram repassados à análise da parte contrária, resultando em manifestação do MPPE para a qual a BRF apresentou tréplica. Desde novembro de 2023 o processo está suspenso em virtude de proposta de TAC que se encontra em discussão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	entre a BRF e o MPPE. Em 27/01/2023, juntada manifestação da BRF informando que possui interesse no prosseguimento do recurso. Em 16/05/2024, juntado pedido de homologação dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o MP e a BRF. Em 07/06/2024, homologados os Termos de Ajustamento de Conduta e extinta a ação. Em 10/06/2024, expedida certidão de trânsito em julgado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 21 de novembro de 2022, proferido acórdão do conflito de competência declarando a competência da 19ª Vara Cível da Capital, considerando que as violações levantadas na inicial da ACP dos Lácteos e ACP das Salsichas e os produtos a elas relacionados, em ambas as demandas, são distintos e referentes a períodos diversos, sendo, inclusive, o objeto da ACP das Salsichas posterior à propositura da ACP dos Lácteos.
h. Estágio do processo	Acordo firmado entre o MPE e BRF.
i. Risco de perda	Provável – Acordo firmado entre MPE e BRF.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Potenciais danos à imagem da Companhia, assim como prejuízos econômicos advindos da indenização milionária e da obrigação de recolhimento dos produtos decorrente de decisão judiciária, não aplicável aos seus concorrentes.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Acordo firmado entre o MPE e BRF, ocasionando em obrigações indenizatórias e obrigações de fazer.

Processo nº 0003311-15.2012.8.26.0281	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Itatiba – São Paulo
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	11 de abril de 2012
d. Partes	Autor: WJ Produtos Alimentícios Ltda. | Ré: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Trata-se de ação de reparação de danos promovida por WJ Produtos Alimentícios contra BRF em virtude da suposta resilição antecipada e unilateral do contrato firmado entre as partes e que tinha por objeto o

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	arrendamento de planta fabril situada em Itatiba/SP.
f. Principais fatos	Em maio de 2019 foi publicada sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela Autora e condenando a BRF ao pagamento: (i) das parcelas mensais pactuadas pelo período de um ano, contado da data da entrega das chaves em juízo; (ii) da quantia correspondente à multa contratual estipulada no contrato; (iii) a importância de aproximadamente R$ 28,61 milhões a título de perdas e danos; e (iv) dos valores a serem despendidos pela autora para a obtenção de licença de operação da planta fabril, nas esferas municipal, estadual e federal a título de perdas e danos, além do ônus de sucumbência arbitrados em 15% sobre o valor da condenação e despesas processuais. Em maio de 2019, a BRF opôs embargos de declaração. Em agosto de 2019, foi publicada decisão acolhendo em parte os embargos de declaração da BRF. Em setembro de 2019, a BRF interpôs apelação, que foi negado provimento. Na sequência, contra o respectivo acórdão, foram interpostos recursos e aguarda-se julgamento no STJ.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença julgou procedentes os pedidos formulados pela Autora e condenou a BRF ao pagamento: (i) das parcelas mensais pactuadas pelo período de um ano, contado da data da entrega das chaves em juízo; (ii) da quantia correspondente à multa contratual estipulada no contrato; (iii) a importância de aproximadamente R$ 28,61 milhões, a título de perdas e danos; e (iv) dos valores a serem despendidos pela autora para a obtenção de licença de operação da planta fabril, nas esferas municipal, estadual e federal a título de perdas e danos, além do ônus de sucumbência arbitrados em 15% sobre o valor da condenação e despesas processuais. Posteriormente, o TJSP julgou o recurso de apelação da BRF, negando-lhe provimento e mantendo a sentença proferida.
h. Estágio do processo	Fase recursal – Agravo em Recurso Especial pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista: (i) a prolação de sentença que condenou a BRF a reparar os supostos danos materiais sofridos pela Autora; e (ii) a pendência de julgamento de recurso no Tribunal Superior, considera-se possíveis as chances de perda.

Processo nº 0038886-31.2001.8.26.0100 (Ipiranga/Texaco – Perdigão)	
a. Juízo	5ª Vara Cível Foro Central de São Paulo, SP
b. Instância	1ª Instância (fase de liquidação de sentença)
c. Data de instauração	18 de maio de 2001
d. Partes	Autor: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A ("Ipiranga") (na qualidade de sucessora legal da Texaco do Brasil S.A. Produtos de Petróleo | Ré: BRF S.A. (na qualidade de sucessora legal da Perdigão Alimentos S.A.)
e. Valores/bens/direitos envolvidos	O valor é inestimável, pois as perícias de contabilidade e de engenharia estão pendentes de conclusão e visam exatamente a apurar a indenização devida pela BRF à Ipiranga.
f. Principais fatos	Em sua fase de conhecimento, a presente ação foi julgada parcialmente procedente, com o reconhecimento da nulidade de contratos firmados entre Ipiranga e BRF, bem como com o acolhimento do pedido subsidiário da Ipiranga quanto ao alegado ato ilícito imputado à BRF, consubstanciado no não-pagamento do preço das ações nas datas previstas nos contratos, determinando o pagamento de indenização. Tal decisão foi, posteriormente, reformada pelo TJSP especificamente para alterar os parâmetros de quantificação da indenização que deveria ser paga pela BRF. **Fase de Liquidação (atual)** **Primeira Instância** – Com o trânsito em julgado das decisões proferidas na fase de conhecimento, iniciou-se, em 2009, a fase de liquidação de sentença – que se estende até o presente momento – para a apuração definitiva do quantum indenizatório. Para tanto, foi determinada a realização de perícia contábil, que está interrompida a pedido do próprio perito nomeado para dar lugar a realização de perícia complementar de engenharia, cujo objetivo era estabelecer o valor de mercado das

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	instalações corpóreas e incorpóreas que comporiam a indenização a ser quantificada. Atualmente, aguarda-se a conclusão da referida perícia de engenharia, que depende da determinação judicial quanto aos parâmetros de cálculo que deverão ser utilizados para atualizar monetariamente os valores discutidos. **Tribunais Superiores** – Paralelamente a isso, estão pendentes de julgamento pelo STJ dois agravos de instrumento interpostos pela BRF durante o curso da liquidação de sentença, cujos objetos incluem (i) a inércia da Ipiranga em apresentar documentos durante a perícia; (ii) a inadequação do uso da tabela do TJSP para fins de atualização dos valores analisados pela perícia de engenharia e do afastamento do dólar como parâmetro de nivelação dos valores ante o cenário de hiperinflação brasileira.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença julgou parcialmente procedente a ação, deferindo o pedido alternativo da Ipiranga de prática de ilícito civil pela BRF, determinando se que a indenização devida à Ipiranga seria aquela correspondente aos dividendos a que teria direito, a partir de 1994, caso o empreendimento tivesse sido concluído no prazo e com o faturamento anual previstos. Em acórdão foi dado provimento ao recurso de apelação da Ipiranga, reformando o critério de indenização estabelecido na sentença e determinando a liquidação da indenização com base no valor provável da venda do negócio à época, considerando a instalação física que comporia o empreendimento e o valor incorpóreo dos bens da instalação.
h. Estágio do processo	Atualmente, o processo se encontra em fase de liquidação de sentença com intuito de apurar os valores a serem indenizados pela BRF.
i. Risco de perda	Provável.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor de indenização a ser potencialmente calculado.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Já foi determinado o pagamento de indenização à Ipiranga cujo valor permanece até o momento inestimável visto que ainda resta pendente o refazimento da prova pericial nos autos da liquidação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5042501-40.2022.4.02.5101 (Nulidade de Patente – Cazarré / INPI)	
a. Juízo	31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	06 de junho de 2022
d. Partes	Marcus Macedo Cazarré (autor) e INPI (réu). BRF é assistente do INPI.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Não se aplica
f. Principais fatos	Trata-se de ação de nulidade na qual o Sr. Marcus Cazarré objetiva ver declarada a nulidade da decisão proferida pelo INPI durante Processo Administrativo de Nulidade PAN deflagrado pela empresa AGCERT. PAN que culminou no reconhecimento da nulidade de sua patente, MU8300298-7. Em junho de 2022, a BRF veio aos autos explicando o porquê da anulação da patente em questão seria a medida correta, bem como solicitando ingresso como assistente do INPI. Foi proferida decisão negando concessão à tutela de urgência requerida pelo Sr. Cazarré e determinando que a empresa deflagradora do PAN, AGCERT, fosse intimada para, querendo, ingressar no feito como assistente simples do INPI. Em setembro de 2022, o Sr. Marcus Cazarré apresentou Embargos de Declaração contra a decisão que não lhe concedeu a tutela de urgência. Em julho de 2022, a BRF apresentou sua Contestação aos autos, na qualidade de assistente do INPI. Em agosto de 2022, o INPI se manifestou contrário à pretensão autoral. o desentranhamento pela BRF. Em abril de 2023, foi proferida decisão: (i) acolhendo parcialmente os Embargos de declaração opostos pelo Sr. Cazarré para deferir o seu pedido de gratuidade de justiça; (ii) deferindo o ingresso da BRF como assistente litisconsorcial do INPI; e (iii) indeferindo o pedido de desentranhamento do parecer juntado pelo Sr. Cazarré, uma vez que a pertinência das provas será apreciada em julgamento. Em setembro de 2023, nos autos originários, o Sr. Marcus Cazarré emendou a inicial para requerer a inclusão da AGCERT DO BRASIL no polo passivo da ação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Autos conclusos para decisão em primeiro grau.
i. Risco de perda	Não há. BRF atua apenas como assistente.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo tem como objeto a decisão administrativa que declarou a nulidade da patente do Sr. Cazarré. O resultado deste processo, portanto, possui relação direta com a ação de infração movida pelo Sr. Cazarré contra a BRF.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Não há impacto financeiro.

Processo nº 5000233-39.2022.4.03.6007 (ACP – Excesso de peso caminhões MS)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Campo Grande/MS
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	31 de maio de 2022
d. Partes	Autor: Ministério Público Federal | Réu: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Inestimável. O valor em risco é ilíquido, na medida em que eventual condenação terá que ser objeto de procedimento de liquidação de sentença para apurar o valor indenizatório.
f. Principais fatos	Pedido liminar no qual o Ministério Público Federal alega que a BRF faz circular seus caminhões, habitualmente, com peso superior ao permitido pela legislação, com base em 17 autos de infração lavrados. Trata-se de ACP sem pedido liminar na qual o Ministério Público Federal alega que a BRF faz circular seus caminhões, habitualmente, com peso superior ao permitido pela legislação, com base em 17 autos de infração lavrados pela ANTT em 2017 e outras 260 ocasiões que supostamente a BRF teria colocado veículo com excesso de peso em circulação, conforme apurado pela Polícia Rodoviária Federal no inquérito civil nº 1.21.006.000103/2018-71.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em junho de 2022 foi proferida decisão que indeferiu os pedidos liminares de aplicação de multa de R$ 0,01 milhão por cada saída de veículo com excesso de peso, e de R$ 0,005 milhão para cada nota fiscal emitida sem que conste o peso real da carga transportada. Em outubro de 2022 foi proferida decisão que: (i) reconheceu a competência da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande/MS para julgar a demanda; (ii) ratificou a decisão proferida pelo juiz que se declarou incompetente, em que não concedeu a liminar requerida pelo MPF; e (iii) designou audiência de conciliação. Em outubro de 2022 o Ministério Público Federal apresentou petição informando: (i) ciência da audiência de conciliação agendada e (ii) que interpôs agravo de instrumento contra a decisão que rejeitou o pedido de liminar. Em novembro de 2022 a BRF apresentou contestação. Em janeiro de 2023 o MPF apresentou réplica. As partes informaram não terem mais provas a produzir, requerendo o julgamento antecipado da lide. Em novembro de 2023 foi proferida decisão saneadora, entendendo desnecessária produção de provas. Em dezembro de 2023 o MPF requereu suspensão do processo até o julgamento dos recursos especiais 1.908.497 e 1.913.392 afetados pelo STJ, uma vez que discutem a possibilidade de imposição de tutela inibitória, bem como de responsabilização civil por danos materiais e morais coletivos causados pelo tráfego com excesso de peso em rodovias. Ademais, informou não possuir interesse na produção de novas provas. No mesmo mês, foi proferida decisão suspendendo o processo, até o julgamento dos recursos especiais relativos ao Tema 1104 pelo STJ.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foi proferida nenhuma decisão de mérito na presente demanda.
h. Estágio do processo	Aguarda-se prosseguimento da demanda, diante do julgamento dos recursos repetitivos pelo STJ, com prolação de sentença.
i. Risco de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado	O processo é considerado relevante em razão do tema e do impacto financeiro que pode trazer à Companhia, delimitados abaixo,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

relevante	especialmente no que se refere à multa por cada nova infração por tráfego de veículo com excesso de peso que for lavrada em desfavor da BRF.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Obrigação de não fazer, para que a BRF não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa de R$ 0,01 milhão. Obrigação de fazer, para que a BRF informe em nota fiscal o peso real da mercadoria transportada, sob pena de multa de R$ 0,005 milhão. Desembolso de valores a título de indenização por danos materiais, a ser arbitrada pelo juízo em valor não inferior a R$ 1.040.366,63, e por danos morais coletivos no valor de R$ 0,005 milhão.

Ação Rescisória nº 7562/DF	
a. Juízo	Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça
b. Instância	Instância Superior
c. Data de instauração	18 de agosto de 2023
d. Partes	Autor: BRF S.A. | Réu: Ministério Público Federal
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Em caso de improcedência da demanda, a BRF terá que desembolsar o valor da condenação imposta na ACP n. 0032034-28.2012.4.01.3400, que está pendente de liquidação.
f. Principais fatos	Ajuizada a ação rescisória em agosto de 2023. Em setembro de 2023 o MPF, na condição de custus legis, apresentou parecer opinando pelo não conhecimento da ação rescisória e em novembro de 2023 a BRF apresentou petição para prestar esclarecimentos sobre as incongruências do parecer do MPF. Em março de 2024, foi proferida decisão monocrática que julgou improcedente a demanda, por entender que a BRF teria ajuizado a ação como sucedâneo recursal, visando a reapreciação do mérito do acórdão. Em abril de 2024, BRF interpôs agravo interno contra referida decisão monocrática, tendo o Ministério Público Federal apresentado contraminuta ao recurso.
g. Resumo das decisões de	Em março de 2024, foi proferida decisão monocrática que julgou a ação

4.4 Processos não sigilosos relevantes

mérito proferidas	improcedente.
h. Estágio do processo	Aguarda-se julgamento do agravo interno interposto pela BRF contra a decisão monocrática que julgou a ação rescisória improcedente.
i. Risco de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevância atual do tema e do impacto financeiro que pode trazer à empresa, especialmente na hipótese de improcedência da demanda.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Desembolso do valor da condenação imposta na ACP n. 0032034-28.2012.4.01.3400, que está pendente de liquidação e perda do valor depositado na Ação Rescisória a título de caução.

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. – nº 1004708-92.2024.8.11.0086	
a. Juízo	1ª Vara de Nova Mutum – Mato Grosso
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	25 de setembro de 2024
d. Partes	Autor: Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. | Réu: BRF S.A.
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Ação de cobrança de valores referente ao reembolso do ICMS sobre o consumo de energia elétrica no valor aproximado de R$ 47 milhões.
f. Principais fatos	A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ajuizou ação de cobrança em face de Perdigão Agroindustrial S.A., Perdigão Agroinsdustrial Mato Grosso LTDA. e Sadia S.A., todas incorporadas à BRF S.A., referente ao reembolso de ICMS sobre o consumo de energia elétrica, pago pela Autora ao Estado de Mato Grosso, tendo a BRF S.A apresentado defesa.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguardando a apresentação de réplica por parte da Autora.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Risco de perda	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., com o objetivo de discutir o reembolso de valores relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a demanda de energia elétrica, que deixaram de ser escolhidos pela distribuidora a partir de 11/2004, em razão da decisão liminar que determinou apenas a cobrança da demanda de energia elétrica consumida e não da contratada, proferida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 2372/2004 (CNJ nº 26202-69.2004.811.0041), impetrado pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso FIEMT.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	O impacto corresponde ao montante de R$ 47 milhões (data base: 30/09/2024).

Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava envolvida em 1.168 processos tributários, sendo que os principais pleitos são decorrentes de suposta falta de recolhimento de ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Contribuições Previdenciárias. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis e referentes a demandas envolvendo a Companhia e/ou suas controladas no valor de R$ 1.444,3 milhões.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos tributários relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como parte.

Processos nº 0006978-61.2014.4.03.6182 e 0030084-28.2009.4.03.6182 (Execução Fiscal Huaine – REFIS)	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. Instância	2ª Instância judicial (Embargos à Execução Fiscal)
c. Data de instauração	27 de julho de 2009
d. Partes	Autora: União Federal | Ré: Companhia

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,787 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal inicialmente contra Huaine Participações Ltda. (ex-controladora da Perdigão) em 1997 por suposta utilização indevida de despesas financeiras com juros decorrentes de empréstimos não comprovados com empresa no exterior. Após discussão na esfera administrativa, a Huaine aderiu ao REFIS em 2000, tendo sido excluída em 2005. Em 2008, a PGFN responsabilizou solidariamente a Perdigão Agroindustrial pelo débito e promoveu a execução fiscal n.º 0030084 - 28.2009.4.03.6182, a qual se encontra garantida por seguro fiança já aceito pelo juízo. Após a garantia do juízo, foram opostos Embargos à Execução Fiscal pela BRF, n.º 0006978-61.2014.4.03.6182. A União apresentou impugnação aos Embargos e, posteriormente, foi deferido pelo Juízo a produção de prova pericial. Em 22 de outubro de 2020, o Perito judicial apresentou o seu Laudo Pericial e, em 26 de novembro de 2020, a Companhia apresentou petição requerendo esclarecimentos ao Perito a respeito de alguns pontos do Laudo. O perito foi intimado para complementação do laudo em 30 dias. O perito apresentou esclarecimentos e a Companhia foi intimada para se manifestar. A BRF solicitou pedido de realização de nova perícia, tendo em vista a alegada parcialidade do Perito e as inconsistências apontadas em relação ao laudo pericial, a Juíza concordou com o pedido de realização de nova perícia. A União opôs Embargos de Declaração. Contudo, não foram providos. O segundo perito nomeado pela Juíza apresentou o laudo em 27/05/2024. Em 31/01/2025, prolatada sentença julgando improcedentes os Embargos à Execução fiscal. O processo se encontra atualmente em trâmite no Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF3), aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia
g. Risco de perda	Remota.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal nº 5009395-04.2020.4.04.7201 (Batávia) e nº 5009397-67.2020.4.04.7204 (Sadia) – IRPJ/CSLL	
Embargos à Execução Fiscal n° 5003614-06.2020.4.04.7201 (decorrente do Auto de Infração n° 11516.722237/2011-12) relativo à incorporação da Batávia e Execução Fiscal n° 5009397-67.2020.4.04.7204 decorrente dos Autos de Infração n°s 11516- 720.291/2015-57 e 11516-720.289/2015-88 relativos à incorporação da Sadia.	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	25 de novembro de 2011 (Batávia) e 04 de fevereiro de 2015 (Sadia)
d. Partes	Exequente: União Federal | Executada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 1.094 milhões (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Autos de Infração exigindo IRPJ e CSLL, em razão da compensação de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL pelas empresas incorporadas Sadia e Batávia acima do limite de 30% previsto nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065/95. . O Auto de Infração relativo à Batávia está sendo discutido em sede de Embargos à Execução Fiscal nº 5003614- 06.2020.4.04.7201. Em 31 de março de 2021, o Juiz acolheu em parte os pedidos da Cia excluindo a multa e os juros de mora em face de que a jurisprudência administrativa, à época da ocorrência do fato gerador, admitia a compensação integral dos prejuízos fiscais na extinção da pessoa jurídica. Em 02/10/2024, a 1ª Turma do TRF4 confirmou a sentença de 1ª instância que excluiu a multa e os juros, mantendo apenas o valor principal exigido (IRPJ/CSLL). A Multa já havia sido cancelada em setembro/2024, em face do deferimento do pedido administrativo de exclusão da multa, com base na Lei nº 14.689/23 (voto de qualidade). Contra essa decisão foram opostos embargos de declaração pela BRF e pela União, para a própria turma, os quais não foram acolhidos. Interpostos recursos Especial e Extraordinário para o STJ e STF, que aguardam exame de admissibilidade. Os Autos de Infração relativos à extinta Sadia estão garantidos por seguro garantia na ação de Execução Fiscal n° 5009397- 67.2020.4.04.7204. Foram opostos Embargos à Execução que, em 19 de janeiro de 2022, tiveram

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	sentença desfavorável. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação, na 1ª Turma do TRF4.
g. Risco de perda	Possível: R$ 0,041 milhões e Provável: R$ 1,05377 milhões
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

Ação Anulatória nº 1023903-04.2024.8.11.0041 decorrente do Processo Administrativo nº 5679038/2019	
a. Juízo	4ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	28 de maio de 2019
d. Partes	Autor: Estado do Mato Grosso | Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,288 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Auto de Infração objetivando a cobrança de ICMS em razão da glosa de crédito presumido sobre operações de transferências no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018, com relação a saída de produtos: (i) que não estão incluídos no Termo de Acordo/Aditivo/Renovação do PRODEIC; e (ii) que não passaram pelo processo de beneficiamento no estabelecimento da Companhia e que não corresponderam a operações de comercialização, condições previstas para utilização do benefício fiscal. A Companhia apresentou impugnação, a qual foi julgada procedente em parte apenas com relação à redução da multa de 100% para 60%. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia, o qual não foi provido. Aguardando julgamento da Ação Anulatória ajuizada nº 1023903- 04.2024.8.11.0041 em fase de perícia. O Débito está garantido por apólice de seguro garantia.
g. Risco de perda	Possível: aproximadamente R$ 0,288 milhão
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Anulatória nº 5444438-73.2023.8.09.0051 – Processos nº 4-0119025-870-96, 4-0119025-888-15 e 4-0119025-903-99	
a. Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás – Goiânia
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	21 de novembro de 2019
d. Partes	Autor: Estado de Goiás | Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,239 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado para glosa de créditos de ICMS do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, com a aplicação de multa e acréscimos moratórios, baseado na acusação de que o estabelecimento autuado deveria estornar créditos da não cumulatividade do ICMS relacionados a insumos por ele adquiridos para a produção de rações que, segundo o Fisco, foram objeto de saídas internas supostamente amparadas pela não incidência do ICMS. Em 26 de janeiro de 2022, a Terceira Câmara do Conselho Administrativo Tributário acolheu em parte o Recurso Voluntário interposto pela Cia para determinar a exclusão dos juros e da correção monetária cobrados acima da Taxa SELIC. O recurso especial interposto não foi provido por voto de desempate. Ajuizada Ação Anulatória nº 5444438-73.2023.8.09.0051, a qual a foi julgada procedente acolhendo a preliminar de decadência. A Sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça. Em 15/10/2025, foi proferida decisão monocrática nos autos do AREsp nº 2868477, dando provimento ao do Estado de Goiás, para anular o acórdão recorrido, que julgou os embargos de declaração fazendários, e determinar que o TJGO se manifeste especificamente sobre a conexão do caso ao Tema nº 387/STJ. Em 16/03/2026, a Terceira Turma do TJ/GO examinou novamente os Embargos de Declaração da Fazenda, acolhendo parcialmente o recurso sem alteração do resultado do julgamento.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em	Impacto financeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

caso de perda do processo	

Processos Administrativos nº 03.568433-1 e 03.583453-0 (ICMS – Rio de Janeiro)	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	2ª Instância administrativa
c. Data de instauração	24 de setembro de 2020 e 04 de fevereiro de 2020
d. Partes	Autor: Estado do Rio de Janeiro | Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,757 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Auto de Infração 03.568433-1 com vistas à exigência de ICMS, referente ao período de apuração de outubro de 2014 a dezembro de 2014, e Auto de Infração 03.583453-0 referente ao período de apuração de janeiro de 2015 a março de 2019, ambos lavrados em razão da restauração do regime normal de apuração do ICMS devido ao desenquadramento da Companhia do tratamento tributário especial de que trata o Decreto 44.945/2014. A Companhia apresentou Impugnação para os dois Autos de Infração, os quais foram julgados procedentes pela 1ª instância administrativa. Com relação ao AI n° 03.568433-1, em 2ª. instância foi acolhida a preliminar de nulidade da decisão de primeiro grau, com a determinação de baixa do processo para a Junta de Revisão Fiscal para que outra seja proferida, mediante a análise de nossas razões de defesa. Em novo julgamento pela Junta de Revisão Fiscal, novamente negou-se provimento à impugnação para julgar procedente o auto de infração nº 03.568433-1, sob os mesmos fundamentos da decisão proferida anteriormente, sem observar o determinado pela 4ª Câmara do Conselho de Contribuinte. Diante de tal decisão, a BRF interpôs Recurso Voluntário alegando que o acórdão deixou de atender ao determinado pelo Conselho de Contribuintes, bem como repisando os argumentos que justificam o reconhecimento da nulidade do acórdão e a improcedência da decisão no mérito. Atualmente, encontra-se aguardando distribuição para posterior julgamento do novo Recurso Voluntário pelo Conselho de Contribuintes. Referente ao Recurso Voluntário interposto relativo ao AI 03.583453-0, por maioria de votos, a

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	preliminar de nulidade e o mérito foram rejeitados, não obstante o voto do Relator dando provimento total ao recurso da Cia. Prevaleceu o entendimento que o ato de exclusão do Secretário não comporta reexame na esfera administrativa. Em 05.10.2023, a BRF foi intimada acerca do acórdão. Em 27.10.2023, a BRF interpôs Recurso Especial ao Conselho Pleno. Atualmente, aguarda-se a inclusão em pauta para julgamento do Recurso Especial pelo Conselho Pleno.
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

Processo nº 11516-720.623/2020-61, 10340-720.796/2023-18 e 10340-720.320/2025-49	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	15 de junho de 2020 e 25 de julho de 2023
d. Partes	Autor: Secretaria da Receita Especial da Receita Federal do Brasil | Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,814 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil objetivando a cobrança de contribuição previdenciária relativa ao adicional de 6% de GILRAT para a aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, em decorrência da exposição do segurado ao Risco Ruído acima de 85 dB (A), com base nos artigos 22, II, 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. O 1º Auto de Infração nº 11516-720.623/2020-61 lavrado em 15/06/2020 refere-se ao período de 2016: o 2º Auto de Infração nº 10340-720.796/2023-18, lavrado em 25/07/2023, refere-se ao período de 08/2018 a 12/2019; e o 3º Auto de Infração 10340-720.320/2025-49, lavrado em 10/07/2025, refere-se ao período de julho/2020 a dezembro/2021. O1º Auto de Infração foi mantido na esfera administrativa. O débito está garantido por apólice de seguro garantia,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	em discussão, no judiciário em embargos à execução. O 2º Auto de Infração está em 2ª instância no CARF e o 3º Auto está aguardando julgamento em 1ª instância na DRJ.
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

Processo n° 10983.932833/2025-35	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	03 de julho de 2025
d. Partes	Autor: Receita Federal do Brasil Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 0,944 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Em 03/07/2025, a Companhia foi intimada do Despacho Decisório nº 10983.932833/2025-35, relativo à glosa parcial de crédito da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS/COFINS, reconhecido por decisão judicial. Aguarda-se julgamento da defesa apresentada em 1ª instância administrativa (DRJ).
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

Processo n° 10983.932833/2025-35	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	16 de setembro de 2024
d. Partes	Autor: Receita Federal do Brasil Autuada: Companhia
e. Valores/bens/direitos envolvidos	Aproximadamente R$ 1,918 milhão (em 31 de dezembro de 2025)
f. Principais fatos	Em 16/09/2024, a Companhia foi autuada por ter realizado (i) ajustes extemporâneos de redução da base de cálculo do PIS e da COFINS a título de subvenção de ICMS, (ii) a exclusão de adicional de ICMS "gross up" e (iii) por suposta omissão de receita decorrente de divergência de classificação fiscal. Aguarda-se julgamento da defesa apresentada em 1ª instância administrativa (DRJ).
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

No que diz respeito ao contencioso trabalhista, o valor total provisionado para demandas envolvendo a Companha e/ou suas Controladas em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 387.758 milhões. As provisões cíveis impactantes e de massa, ambiental e outros estão incluídas no total de provisões cíveis e outras no valor de R$385.267 milhões em 31 de dezembro de 2025.

4.6 Processos sigilosos relevantes

1) Procedimento Arbitral	
Breve descrição do Objeto:	Arbitragens requeridas por investidores que adquiriram ações de emissão da Companha na B3 e pleiteiam indenização por alegadas perdas decorrentes da queda no preço de cotação das ações. O presidente da Câmara Arbitral determinou a reunião das Arbitragens em um procedimento arbitral único.
Valor envolvido	A Companhia entende não ser possível estimar, por ora, todos os riscos e valores efetivamente envolvidos nesta arbitragem.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão arbitral desfavorável, ou eventualmente um acordo, acarretaria significativos prejuízos financeiros para a Companhia.
2) Procedimento Arbitral	
Breve descrição do Objeto:	Arbitragens requeridas pela Companhia, na forma de Embargos Arbitrais opostos em razão de dois Processos de Execução, relacionados a dois Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados em 2007 e com prazo de vigência até 2025. Tais Procedimentos Arbitrais foram, posteriormente, reunidos em único procedimento arbitral. A BRF busca: (i) a resolução dos contratos de compra e venda; ou, subsidiariamente, a revisão do preço contratual; e (ii) a revisão dos valores do preço das parcelas nadimplidas. As Requeridas apresentaram reconvenção, pretendendo indenização pelos prejuízos decorrentes da venda de energia elétrica no mercado *spot*, em razão da negativa de registro na CCEE dos volumes do contrato.
Valor envolvido	Eventual sentença arbitral desfavorável pode acarretar a condenação da Companhia, e da outra empresa requerente, ao pagamento de perdas e danos para as requeridas (sem prejuizo do direito de regresso entre elas). O valor é atualmente ilíquido.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão arbitral desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia correspondente a eventuais perdas e danos.
3) Procedimento Arbitral	

4.6 Processos sigilosos relevantes

Breve descrição do Objeto:	A arbitragem tem por objetivo reparar, mediante correspondente abatimento do preço pago pela aquisição das cotas sociais de determinadas sociedades adquiridas por subsidiária da Companhia, o prejuízo advindo do vício oculto omitido pelos requeridos durante as negociações do Contrato de Compra e Venda de Quotas, bem como que se proceda com o necessário ajuste do preço previsto contratualmente para que se reestabeleça o equilíbrio do contrato.
Valor envolvido	O valor envolvido refere-se à Parcela a Prazo prevista no *Quota Purchase Agreement* (QPA) que foi retida por subsidiária da BRF ao constar o desvio na formulação dos produtos.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	O possível impacto para a Companhia e sua subsidiária será maior em caso de improcedência dos pedidos, tendo em vista a correção monetária, juros e multa previstos no *Quota Purchase Agreement* (QPA) em razão do não pagamento da Parcela a Prazo na data prevista no *Quota Purchase Agreement* (QPA).
4) Processo Judicial	
Breve descrição do Objeto:	Ação movida por antigo executivo da Companhia pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas.
Valor envolvido	R$9,9 milhões
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado, bem como danos reputacionais.
5) Processo Judicial	
Breve descrição do Objeto:	Ação de Responsabilização proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a Companhia, envolvendo a concessão de incentivos fiscais. Em 22/07/2025, foi proferido acórdão que negou provimento por unanimidade à apelação interposta pelo MPERJ. Em 20/08/2025, o MPERJ opôs embargos de declaração contra o acórdão. Em 10/09/2025, a BRF apresentou contrarrazões. Em 17/10/2025, foi proferido acórdão que rejeitou os embargos opostos pelo MPERJ, uma vez que ausentes, no caso concreto, quaisquer dos pressupostos legais. Em 19/12/2025, o MPERJ interpôs recurso especial, o qual está pendente de autuação.
Valor envolvido	R$ 0,361 milhões com probabilidade de perda remota.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Prejuízos financeiros, no valor do pedido atualizado, além da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de situações públicas ou contratados pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 e máximo de 5 anos.
6) Processo Judicial	
Breve descrição do Objeto:	Trata-se de disputa relacionada à resolução de contrato de consultoria celebrado entre a BRF e empresa prestadora de serviços de consultoria. As partes divergem acerca da dos efetivos resultados dos serviços, bem como da resolução do contrato e da pretensão de recebimento de valores por parte da empresa prestadora dos serviços.
Valor envolvido	R$ 249 milhões
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Impacto estritamente financeiro, com o pagamento de eventual condenação.
7) Procedimento Administrativo	
Breve descrição do Objeto:	Trata-se de Processo Administrativo instaurado pela Superintendência-Geral do CADE (“SG”) a fim de investigar possível conduta anticompetitiva.
Valor envolvido	Não há valor envolvido.
Análise do possível impacto para a Companhia ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável pode acarretar em aplicação de multa administrativa, bem como eventuais outras sanções não pecuniárias e danos reputacionais.

4.7 Outras contingências relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matérias trabalhistas

Em 1º de setembro de 2017, foi assinado um TAC com abrangência nacional com o MPT, pactuando adequações relacionadas ao ritmo de trabalho nos abatedouros de aves e suínos da Companhia. No compromisso firmado foi estabelecido cronograma de adequação para as fábricas de Rio Verde/GO, Lajeado/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Dourados/MS, Uberlândia/MG, Dois Vizinhos/PR, Chapecó/SC, Francisco Beltrão/PR, Mineiros/GO, Marau/RS, Nova Mutum/MT, Serafina Correa/RS e Carambeí/PR, nos moldes de acordos que já haviam sido firmados com as filiais de Capinzal/SC, Toledo/PR, Concórdia/SC e Videira/SC. Os compromissos estão sendo implementados conforme cronograma firmado para cada atividade e em cada unidade. No período compreendido entre 2020 e 2022, em razão da pandemia, referido compromisso esteve suspenso diante das medidas de proteção pactuadas com o próprio MPT e implementadas contra o COVID- 19 nas fábricas. Em 2023, as tratativas com o MPT foram retomadas para a continuidade deste projeto de adequação de ritmo e encontram-se em desenvolvimento e cumpridos, sem imputação de descumprimento pelo órgão.

Existem outros TACs de menor repercussão temática, firmados com o MPT, relacionados a temas previstos em normas regulamentadoras, jornada de trabalho, menor aprendiz, contratos de trabalho, meio ambiente de trabalho, normas de saúde e segurança do trabalho, comunicação de acidente de trabalho, combate a práticas de assédio moral e discriminação.

Os TACs mencionados acima estão sendo cumpridos pela Companhia até a data deste Formulário de Referência.

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matéria ambiental

Em 24 de abril de 2014, foi assinado um TAC com o Ministério Público do Estado de Goiás devido a questões envolvendo o descarte de materiais sólidos (carcaças de animais) da unidade de Rio Verde. Devido a isto, foi imputado à Companhia o pagamento de multa no valor de R$ 1,4 milhão, além de outras obrigações que ainda estão sendo cumpridas pela Companhia. Promoção de arquivamento do TAC em 25/02/2025 e homologado em 16/05/2025.

Em 18 de setembro de 2015, a Companhia assinou um TAC com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a adequação do empreendimento às exigências da legislação ambiental, para o empreendimento localizado em Duque de Caxias. O TAC foi executado, sendo que a Licença de Operação foi emitida pelo órgão ambiental estadual (“**INEA**”) em 20 de setembro de 2023. Comunicação de arquivamento do Inquerito Cívil por atendimento integral do TAC em 08/02/2024.

Em 4 de abril de 2016, a Companhia assinou TAC nº 01/2016 com o Ministério Público do Estado de Goiás para compensar os danos ambientais causados pelo descarte de resíduos industriais sem tratamento adequado no rio Jataí. A Promotoria publicou em 18 de fevereiro de 2021 a promoção de

4.7 Outras contingências relevantes

arquivamento parcial. A decisão deverá ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público ("**CSMP**") e três obrigações permanecem em andamento.

Inquéritos Civis envolvendo matéria ambiental

A Companhia é parte em Inquéritos Cíveis em tramitação do Ministério Público de diversos estados, quais sejam: Bahia, Goías, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina,, cujo objeto é a apuração de eventual violação às normas e obrigações de natureza ambiental envolvendo as seguintes matérias: (i) efluentes; (ii) licenciamento ambiental e descumprimento de condicionantes; (iii) maus tratos e bem-estar animal;

(iv) emissões atmosféricas e odoríferas; e (v) entrega de declarações exigidas em lei, tais como as Declarações Anuais de Carga Poluidora.

1. Investigações de órgãos externos envolvendo a Companhia

As investigações relacionadas às Operações Carne Fraca e Trapaça, bem como os Processos Administrativos de Responsabilização instaurados pela Controladoria Geral da União (CGU), foram integralmente resolvidas com a celebração, em 2022, do Acordo de Leniência firmado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Os compromissos assumidos foram cumpridos e, em 31 de julho de 2025, a CGU encerrou o monitoramento do programa de integridade da BRF, sem pendências. **Investigações Relacionadas à Contaminação**

A Companhia mantém a iniciativa interna de realizar investigações de passivos ambientais em áreas com potencial de contaminação em seus imóveis, por meio de empresas terceirizadas, garantindo assim a imparcialidade na geração de resultados e relatórios, e procura adotar todas as providências necessárias visando a minimização de quaisquer impactos negativos ao meio ambiente. Muitas dessas áreas, quando localizadas, investigadas e confirmadas, seja qual for o desvio, são remediadas e recuperadas por meio de um plano que contempla as ações e os investimentos necessários para devolvê-las o mais próximo possível do seu estado original. Atualmente estamos finalizando processos de remediação de área contaminada em Rio Verde/GO

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, validada em reunião pelo Comitê Executivo ("**COMEX**"), pelos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio de reunião realizada em 28 de fevereiro de 2023, bem como Política de Gestão de Riscos Financeiros, cuja atualização foi aprovada em 10 de dezembro de 2025.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos e a Política de Gestão de Riscos Financeiros têm por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades do processo de gestão de riscos, visando orientar a Companhia na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos intrínsecos ao seu negócio e dos riscos financeiros. Isto é parte do processo de tomada de decisão, proporcionando proteção, geração de valor e sustentabilidade à Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar as suas atividades e operações, como riscos financeiros, operacionais, comerciais, tecnológicos, estratégicos, relacionados a pessoas e regulamentares/conformidade. Isso inclui riscos relacionados à: energia elétrica; cadeia de fornecedores; riscos operacionais; controle sanitário; *compliance*; segurança dos alimentos; imagem e reputação; ambientais; mudanças climáticas e recursos hídricos; e privacidade e proteção de dados.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Seguem abaixo os instrumentos e estratégias utilizados para proteção de alguns de riscos que podem afetar a Companhia:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Energia Elétrica	A gestão de riscos relacionada à energia elétrica é conduzida por meio do monitoramento constante das condições políticas regulatórias e climáticas que podem interferir no custo e disponibilidade de energia elétrica, considerando que a matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes hídricas. A estratégia de mitigação dos riscos passa pela redução do consumo, aquisição de energia elétrica no mercado livre avaliada por meio de modelagens matemáticas, considerando cenários climáticos futuros de curto e médio prazo. A Companhia prioriza fontes renováveis de energia, seguindo também os compromissos por ela assumidos em relação a mudanças climáticas.
Commodities	A Companhia realiza o acompanhamento diário dos preços das commodities (milho, farelo de soja, óleo de soja e soja), que estão sujeitos a volatilidade resultante das condições climáticas, produtividade da safra, custos de plantio (incluindo fertilizantes), custos de transporte, custos de armazenamento, política agrícola do governo nacional e internacional, taxas de câmbio e valor das commodities no mercado internacional. Os fatores acima são monitorados pelo time dedicado à Commodities, onde é possível estimar a previsão de oferta e demanda futura dos grãos e determinar a estratégia de compra, uso de derivativos e estocagem de grãos na companhia.
Riscos de mercado	A Companhia está exposta à diversos riscos financeiros, que ocorrem em função das posições ativas e passivas assumidas no mercado financeiro pela Companhia. Esses riscos podem estar relacionados com os descasamentos entre as condições contratuais assumidas como as taxas de operações contratadas, prazos, moedas e indexadores, aliados às flutuações dos preços e taxas do mercado. A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros cujo objetivo é o de gerir os riscos de mercado, por meio da identificação e mensuração das exposições, permitindo desenvolver estratégias de proteção (*hedge*) para controle e proteção dos possíveis resultados adversos. Adicionalmente, estes riscos, seus motivadores e ferramentas de mitigação são monitorados mensalmente pela alta direção da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos geopolíticos	A Companhia está exposta aos riscos geopolíticos internacionais que podem afetar as cadeias internacionais de comércio, logística, preços, suprimentos, entre outros. As ações políticas dos Estados podem afetar o comércio internacional e, consequentemente, as companhias podem sofrer eventuais consequências no cenário internacional. A Companhia, por exportar para mais de 120 mercados, está exposta à riscos geopolíticos em todas as regiões onde atua no globo. Por esta razão, a Companhia busca monitorar os riscos e seus possíveis impactos no negócio. As ferramentas para monitoramento de riscos são as consultorias geopolíticas especializada e informações enviadas pela ABPA, que tem seu próprio mapeamento e divide com os associados. A presença local com times no Oriente Médio e Turquia permitem monitorar os aspectos geopolíticos de duas das regiões mais fundamentais para a companhia. Para outras regiões, é igualmente importante contar com a percepção dos colaboradores que representam a CIA in loco. Quaisquer riscos que possivelmente sejam identificados, são internalizados e avaliados pela Companhia, que busca mecanismos de mitigação para cada um deles individualmente.
Cadeia de fornecedores	Pela extensão e complexidade de sua cadeia produtiva, a Companhia mantém uma série de ações e diretrizes, entre elas a Política Corporativa de Aquisição de Bens e Serviços, a avaliação Probabilidade de Inadimplência (Prinad) − realizada pelo Serasa − a avaliação do fornecedor em listas públicas (Ibama, CEIS e Trabalho Escravo), avaliações realizadas pelo time de Homologação de Fornecedores, com base em informações de mercado, empresas especializadas (Serasa, por exemplo) e documentos disponibilizados (como Certidão Trabalhista, Alvará de funcionamento, etc), os quais passam por rigorosa análise. Além disso, a Companhia exige a obrigatoriedade de aceite ao Código de Conduta do Parceiro de Negócios da Companhia para assegurar que seus fornecedores estejam em linha com as suas diretrizes corporativas. Como controle interno da área de Suprimentos, a Companhia garante o

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	planejamento anual das negociações através da ferramenta ASP (Annual Sourcing Plan) e a elaboração e atualização do Strategic Sourcing – ferramenta utilizada pela área de Suprimentos para analisar o mercado, a categoria (análise voltada ao ambiente interno para entender consumo e utilização) e as estratégias de sourcing e negociação, assim como o risco de fornecimento de cada fornecedor envolvido na cadeia. Essas práticas se refletem no Programa de Monitoramento da Cadeia de Fornecedores e no Programa Fornecedores de Excelência. Para os fornecedores que possam representar riscos reputacionais para a Companhia, principalmente em relação a condutas antiéticas ou corrupção, a Diretoria de Compliance realiza o processo de Análise Reputacional de Terceiros, formalizado em Norma Corporativa. Tal processo compreende a realização de pesquisas em bancos de dados públicos (screening) para identificação do grau de risco que, eventualmente, pode estar associado a esses terceiros.
Operacionais	Para a BRF, Segurança é um Compromisso inegociável. Continuamos investindo no fortalecimento de uma cultura de cuidado com a vida. Adotamos um sistema de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) que vai além da conformidade legal, adotando as melhores práticas e foco na melhoria contínua, o que inclui normas e diretrizes para prevenção e evolução dos indicadores de segurança, tanto de colaboradores quanto dos prestadores de serviços. Por meio do Programa de Gestão de Riscos - PGR, contamos com um processo sistemático para identificação, avaliação e tratamento ou mitigação dos riscos presentes nas instalações, processos e atividades desenvolvidas na BRF, de acordo com padrões internacionais de gerenciamento de riscos (ISO 31000). O sistema de gestão também contempla o Programa Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, onde os resultados obtidos nas avaliações dos processos são mensalmente debatidos nos comitês de Saúde e Segurança entre as lideranças e áreas técnicas, priorizados e tratados. Também são realizadas ações de forma constante, tais como: capacitações, forte atuação na gestão de EPIs, campanhas e comunicações em Saúde e Segurança, diagnósticos e agendas técnicas de suporte, melhorias e disseminação de boas práticas, entre outras diversas frentes de trabalho; auxiliando de forma

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	consistente para evolução dos índices de segurança.
Controle Sanitário e Segurança dos Alimentos	A Companhia mitiga os riscos relacionados a controle sanitário e segurança de alimentos adotando boas práticas agropecuárias e boas práticas de fabricação e buscando a melhoria constante de controles e de processos em toda a cadeia produtiva. A Companhia mantém sistemas designados a monitorar os riscos à segurança dos alimentos em todos os estágios do processo de produção (inclusive na produção de suínos e aves). Além disso, realiza checagens de aderência a requisitos legais e de clientes diariamente, através de análises de processos e produtos e por meio de auditorias internas de qualidade e auditorias externas de clientes, com frequência estabelecidas de acordo com análise crítica e requisitos de cada um. Adicionalmente, a Companhia possui programas de desenvolvimento e homologação de fornecedores para garantir a evolução contínua dos parceiros de negócios da Companhia. A Companhia realiza também grandes investimentos em tecnologia para melhoria de processos através da digitalização de controles, sistemas avançados para laboratórios e automação de linhas de processo. A Companhia trabalha, ainda, para realizar a capacitação de pessoas nos procedimentos relacionados a controle sanitário e segurança dos alimentos, tanto online, como presencialmente. Especificamente em relação ao controle sanitário, a Companhia mitiga esse risco adotando princípios de qualidade nas fábricas, na cadeia produtiva e no processo de distribuição. Nas unidades de abate, por exemplo, há práticas para atender e, também, superar as legislações sanitárias dos mercados e evitar eventuais embargos. Em relação à segurança dos alimentos, o sistema de qualidade da Companhia possui programas específicos para a segurança dos alimentos, como os programas "Boas Práticas de Fabricação" e "Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle", que contemplam medidas preventivas para eliminar perigos biológicos, físicos e químicos. Fornecedores possuem cláusulas específicas de garantia de qualidade em seus contratos, assegurando o nível de cuidados e práticas agropecuárias (ração e medicamentos fornecidos, por exemplo). Adicionalmente, a Companhia investe em equipamentos de ponta, como detectores de metais e equipamentos de raios-X, para redução de contaminações físicas; na certificação de locais de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	produção; e em compras alinhadas a padrões internacionais.
Imagem e Reputação	A Companhia adota uma estrutura de iniciativas antifraude e anticorrupção que pauta todos os segmentos de negócios e seus padrões comerciais em todo o mundo. Todavia, ainda que existam controles e procedimentos implementados, a Companhia pode nem sempre ser capaz de mitigar todo e qualquer risco de fraude. No caso de má publicidade ou outros atos que possam afetar a imagem da Companhia, existe um Comitê de Crises, que trabalha diretamente com as partes interessadas. A gestão de reputação na Companhia está centralizada em uma diretoria criada em 2018, Diretoria de Reputação, com reporte direto ao Diretor Presidente Global. A Diretoria de Reputação centraliza todo o contato externo da Companhia com seus diferentes públicos, é integrante do Comitê de Crises da Companhia e participa do sistema de gestão de riscos. A Companhia também tem formalizado um manual de comunicação de crises com os princípios básicos para enfrentamento de situações que possam afetar a reputação da Companhia. A Diretoria de Reputação também define o posicionamento externo da marca corporativa, sendo ouvida na avaliação de patrocínios, doações, além da execução do propósito da Companhia em ações para o público externo.
Ambientais	Projetos cada vez mais eficientes para a redução de consumo de recursos naturais nas atividades da Companhia. Identificação dos aspectos ambientais operacionais e legais, procedimentos, controles operacionais e monitoramentos ambientais cada vez mais rigorosos e assertivos, em todas as atividades que possam gerar impactos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	ambientais (efluentes, resíduos, captação de água, emissões atmosféricas, odor, ruído etc.), trabalhando proativamente para evitar ou mitigar acidentes ambientais. Se mesmo assim o desvio ambiental acontecer, a Companhia tem normatizado o relato e tratativas imediatas, para que a abrangência e os impactos desses desvios sejam reduzidos e para que sejam implementadas ações que evitem a reincidência. A Companhia realiza também o monitoramento de compras de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, pautando suas decisões de compras e antecipando movimentos de preços nos mercados de commodities. Além disso, a Companhia empreende projetos para desenvolver processos mais eficientes que consumam menos energia. Outras iniciativas incluem inovações tecnológicas nas instalações de criação de animais, melhorando o ambiente e a aclimatação, garantindo bem−estar do animal.
Mudanças climáticas	Entre as ações para minimizar os riscos mapeados e garantir competitividade nos custos estão o acompanhamento dos estoques na compra de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, para direcionar a tomada de decisão de compras e antecipar oscilações de preços no mercado de *commodities*; o desenvolvimento de projetos de eficiência energética; e a inovação tecnológica nas instalações agropecuárias, a fim de melhorar o ambiente e climatização e garantir o bem-estar animal.
Recursos hídricos	A companhia estabeleceu uma governança dos recuros hídricos onde estão estabelecidos ferramentas de mensuração de vulnerabilidade hídrica, monitoramentos para controle de poluição, rotinas, indicadores, metas e reportes até a alta administração que mitiguem tais riscos, além disso a Companhia desenvolve ações e projetos internos e externos para reduzir o consumo e cumprir as regras aplicáveis, a fim de minimizar o impacto no meio ambiente e na comunidade. Analisam-se as micro e macro bacias hidrográficas que compõem a região, bem como as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos, a fim de entender o crescimento da demanda local, antecipando os riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Compliance	O sistema de integridade da Companhia ("**Sistema de Integridade**"), coordenado pela Diretoria de Compliance, é de aplicação obrigatória a todos os colaboradores, desde a alta administração (Conselho de Administração, comitês de assessoramento e Diretoria Executiva) até as unidades produtoras, bem como é de aplicação obrigatória a qualquer parceiro de negócio, e tem como objetivo a disseminação de uma cultura de ética e integridade, controles internos e gerenciamento de riscos, em todas as suas relações internas e externas. O Sistema de Integridade foi construído, considerando as especificidades do setor de produção agropecuária e os riscos aos quais a Companhia está exposta, de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais de *compliance*, em um fluxo contínuo de melhoria para responder às demandas das áreas de negócio com eficiência e agilidade. A Companhia realiza avaliações internas frequentes dos oito pilares do Sistema de Integridade, dentre os indicadores-chave de desempenho monitorados estão: o volume de pessoas treinadas e sensibilizadas sobre temas de *compliance*, quantidade de análises reputacionais de parceiros de negócios e transações comerciais, e as respostas a contatos no Canal de Transparência. Tais dados são monitorados semanalmente pelo time de Compliance e reportados aos Comitês de Auditoria e Integridade e de Transparência
Proteção de dados	A Companhia implementou um programa de integridade para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados e demais legislações relacionadas com a proteção de dados pessoais. Neste sentido, criou um comitê de privacidade, nomeou um encarregado (*Data Protection Officer* – DPO) e, com o auxílio de assessoria jurídica e consultorias especializadas, implementou políticas de privacidade, políticas de segurança da informação, plano de resposta a incidentes de segurança, testes para melhorias de proteção a invasões, fluxo de atendimento de solicitações de titulares de dados pessoais de acordo com a LGPD, normas de confidencialidade aplicáveis a seus colaboradores, parceiros e fornecedores e procedimentos para todo o tratamento de dados pessoais, inclusive quanto ao consentimento e a coleta, armazenamento, compartilhamento e eliminação de tais dados pessoais após o cumprimento da finalidade do tratamento.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos na Companhia é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração – "CA"; (ii) Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; (iii) a Diretoria Executiva ou COMEX; (iv) os "Donos do Risco" (o colaborador com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o Risco). Na Companhia, os Vice-Presidentes e seus reportes diretos são os Donos dos Riscos gerenciados por suas respectivas áreas); (v) os "Pontos Focais" (o colaborador destacado pelos Donos dos Riscos para ser o ponto de contato da Diretoria de Gestão de Riscos em sua equipe); (vi) a Diretoria de Riscos, Controles, Controladoria e Facilities – "**Diretoria de Gestão de Riscos**"; (vii) a Diretoria de Auditoria Interna; e (viii) os colaboradores da Companhia, com as seguintes atribuições, conforme abaixo:

- Conselho de Administração: (i) aprovar a minuta da Política de Gestão de Riscos Corporativos submetidas pela Diretoria Executiva para sua deliberação e recomendada pelos Comitês de Assessoramento de Riscos; (ii) fornecer orientações no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos; (iii) aprovar o apetite ao risco e ajustes, quando aplicável, propostos pela Diretoria Executiva e recomendados pelos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ; (iv) acompanhar os principais riscos da Companhia reportados pela Diretoria Executiva e pelos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ; e (v) aprovar as atribuições da Auditoria Interna.

- Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração : (i) recomendar ao Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos Corporativos e solicitar adequações, quando necessário; (ii) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do apetite ao risco, solicitando ajustes, quando aplicável; (iii) reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de Gestão de Riscos da Companhia apresentadas/discutidas no âmbito dos Comitês de assessoramento; (iv) acompanhar os principais riscos da Companhia apresentados aos Comitês de assessoramento e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (v) recomendar a tratativa dos principais riscos da Companhia apresentado aos Comitês de Assessoramento , considerando os seguintes quesitos: "Assumir", "Mitigar", "Compartilhar/Transferir" ou "Eliminar/Evitar"; (vi) recomendar avaliações de riscos pontuais e/ou específicos à Diretoria de Gestão de Riscos; (vii) acompanhar a evolução da maturidade em Gestão de Riscos, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos; (viii) discutir com a administração da Companhia as políticas e procedimentos sobre avaliação e gerenciamento de riscos; (ix) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (x) analisar e opinar sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Corporativos, incluindo o grau de disposição e tolerância para assunção de riscos, a seleção e reclassificação de riscos, os resultados da identificação e mensuração dos riscos e o acompanhamento dos planos de ação para controle e mitigação de riscos; e (xi) garantir que a área de Auditoria Interna tenha orçamento próprio e recursos financeiros, materiais e humanos suficientes e adequados para o desempenho de suas funções, por meio de avaliação realizada anualmente.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Diretoria Executiva: (i) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração da Política de Gestão de Riscos Corporativos, que deve observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, e demais regulamentações aplicáveis vigentes, conforme competência definida no Estatuto Social da Companhia; (ii) patrocinar a aplicação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, promovendo a cultura de Gestão de Riscos na Companhia; (iii) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, submeter a sua aprovação os limites de Exposição (Apetite ao Risco); (iv) avaliar os Riscos e definir qual o tratamento que será dado (assumir, mitigar, compartilhar/ transferir ou eliminar/ evitar), adotando ações para mitigação e minimização; (v) estabelecer e monitorar o sistema de Controles Internos, considerando diretrizes e mecanismos de acompanhamento, alinhado ao nível de Apetite e Tolerância ao Risco; (vi) promover a integração da Gestão de Riscos com os ciclos de gestão e planejamento; (vii) garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais, e supervisionar sua evolução; (viii) acompanhar os Indicadores e as estratégias de mitigação dos Riscos prioritários, considerando a análise dos Riscos no processo de tomada de decisão; e (ix) garantir a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia.

- Donos do Risco: (i) patrocinar a aplicação e disseminação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, engajando suas equipes no processo de Gestão de Riscos; (ii) identificar preventivamente e monitorar de forma sistemática os riscos inerentes ao negócio;

(iii) reportar tempestivamente à Diretoria Executiva e à Diretoria de Gestão de Riscos quaisquer eventos, fatores ou situações de riscos que possam impactar as operações e objetivos da Companhia; (iv) gerenciar os riscos relacionados às atividades, responsabilidades e objetivos de suas respectivas as áreas, para verificar a efetividade dos controles e resposta a riscos; (v) destacar e mobilizar os Pontos Focais em suas equipes, que suportarão a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento dos riscos identificados; (vi) definir e implementar mitigadores e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas; (vii) em conjunto com a Diretoria de Gestão de Riscos, definir controles internos dos processos de suas respectivas áreas; (viii) implementar e monitorar os indicadores chave de Gestão de Riscos; e (ix) garantir a interface com as demais áreas de negócios e a Diretoria de Gestão de Riscos, realizando os alinhamentos necessários para a efetiva gestão dos riscos compartilhados.

- Pontos Focais: (i) suportar a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento contínuo dos riscos identificados; (ii) centralizar as demandas da Diretoria de Gestão de Riscos, mobilizando recursos internos da área para a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação definidas; (iii) acompanhar a implementação e evolução das ações corretivas e/ou preventivas para mitigação dos Riscos mapeados, bem como dos indicadores chave; (iv) apoiar a Diretoria de Gestão de Riscos na atualização periódica do status dos Riscos e ações de mitigação em andamento, suportando na consolidação das informações; e (v) reportar internamente e aos Donos dos Riscos as informações atualizadas relativas ao processo de Gestão de Riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Diretoria de Riscos, Controles, Controladoria & Facilities: (i) estabelecer a metodologia, diretrizes e processo de Gestão de Riscos na Companhia, assim como revisá-los, sempre que aplicável; (ii) coordenar o processo de Gestão de Riscos, considerando os padrões a serem aplicados e sua periodicidade para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos intrínsecos ao negócio; (iii) em conjunto com as áreas de negócio, analisar os Riscos identificados, auxiliando as áreas no entendimento dos fatores de risco, na definição de indicadores e planos de ação; (iv) monitorar continuamente a evolução dos riscos, considerando as informações coletadas com as áreas de negócio; (v) consolidar a avaliação relacionada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia e reportara-las aos Órgãos de Governança da Companhia; (vi) apoiar e capacitar as áreas de negócio (1ª linha) no gerenciamento dos seus riscos, suportando metodologicamente na revisão ou desenvolvimento ferramentas e indicadores que tornem sua gestão mais efetiva; e (vii) gerir as ações relacionadas à evolução da maturidade em gestão de riscos, fomentando o uso da ferramenta sistêmica e realizando ações para disseminando a cultura de riscos na Companhia, reportando-se diretamente ao Comitê de Assessoramento ao CA.

- Diretoria de Auditoria Interna: avaliar, de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

- Colaboradores: (i) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos da Companhia; (ii) reportar aos seus líderes e/ou à Diretoria de Gestão de Riscos eventos ou fatores que representem riscos à Companhia (exceto em caso de denúncias, em que se deve seguir as diretrizes no Manual de Transparência da Companhia); (iii) sempre que envolvidos no processo de gestão de riscos, apoiar na análise dos riscos identificados, auxiliando com a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação estabelecidos; e (iv) assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas para a mitigação dos riscos.

A gestão de riscos financeiros é um processo e não um evento isolado, o qual deve envolver todas as áreas da Companhia e sua implantação foi liderada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Para seu acompanhamento, a Companhia implementou o Comitê de assessoramento ao Conselho de Administração a fim de avaliar o cumprimento integral da PGRF, com poder de vetar quaisquer propostas de operações ou deliberações que não sejam adequadas à Companhia quando avaliadas. As responsabilidades dos Comitês de assessoramento são:

- Supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros da BRF;

- Avaliar e aprovar, dentro dos limites estabelecidos, as alternativas de hedge em conformidade com a Política estabelecida;

- Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Companhia e o cumprimento

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

da PGRF;

- Acompanhar o desempenho das operações de hedge;
- Formalizar todos os conceitos e metodologias aplicadas na gestão dos riscos financeiros;
- Propor mudanças e alterações na PGRF; e
- Contribuir com a cultura de gestão de riscos na Companhia.

A Companhia vem aprimorando seu modelo de gestão de riscos, que permite a gestão compartilhada pelas diferentes divisões e áreas da Companhia, conforme estrutura de governança corporativa previamente definida. Atualmente os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão sendo revisados e remodelados para o aproveitamento de sinergias na combinação de negócios entre BRF e Marfrig. Anualmente, a Diretoria de Riscos, Controles, Controladoria & Facilities avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia e atualiza o mapa de riscos e monitora periodicamente as ações mitigatórias necessárias, enquanto a Diretoria de Auditoria Interna realiza testes independentes para verificar a efetividade dos planos implementados e a respectiva mitigação dos riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia também realizam testes independentes para verificar a efetividade e avaliar o ambiente de controles internos.

A Diretoria Global de Riscos, Controles, Controladoria & Facilities é subordinada à Vice-Presidência de Finanças, RI, Gestão e Tecnologia, enquanto a Diretoria de Auditoria Interna é subordinada ao CAE.

A atuação conjunta dos órgãos acima descritos permite à Companhia monitorar e avaliar os principais riscos relacionados aos seus negócios. Os resultados obtidos por meio dos trabalhos desempenhados por tais órgãos dão subsídio ao Diretor Presidente Global e ao Diretor Vice-Presidente de Finanças, RI, Gestão e Tecnologia para atestar seu estado de responsabilidade sobre a efetividade do ambiente de controles internos.

Diante do exposto, a Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos são adequados para mitigar e controlar eventuais riscos, sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os padrões estabelecidos pelo mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O processo de gestão de riscos da Companhia é continuamente acompanhado pela alta liderança e pelas demais partes que compõem a governança de gerenciamento de riscos da Companhia, dentre as quais os Comitês de Assessoramento, que estão ligados diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e monitoram os riscos mapeados, analisam e opinam sobre as diretrizes e a Política de Gestão de Riscos Corporativos; e a Diretoria da Auditoria Interna, que avalia,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança da Companhia. Dessa forma, julgamos que a estutrura operacional para gerenciar os riscos é adequada ao tamanho da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de diversas diretrizes (políticas, normas e procedimentos), devidamente divulgadas aos seus colaboradores, além de estrutura formal de controles internos com foco nos controles financeiros, revisada e avaliada de forma contínua pela Diretoria Global de Riscos, Controles e Controladoria.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia realiza uma avaliação abrangente utilizando os critérios do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) framework de 2013, cubo Integrado de Controle Interno. O processo de avaliação dos controles internos de divulgação das informações financeiras da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis internacionais. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas prontamente através de planos de ação estabelecidos junto as respectivas áreas responsáveis.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria do CAE e a fiscalização do Conselho Fiscal para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias. Adicionalmente, conta com o apoio dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, responsável, dentre outras funções, pelo acompanhamento dos riscos financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha), observando todas as diretrizes da Companhia. Anualmente, a Diretoria de Gestão de Riscos avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia, e a Diretoria de Auditoria Interna efetua testes nos controles para avaliar a eficácia deles.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os órgãos mencionados acima, responsáveis pela aprovação das demonstrações financeiras da

5.2 Descrição dos controles internos

Companhia, periodicamente se reúnem para realizar uma análise crítica e validar os controles internos tratados pela Companhia.

As Diretorias de Riscos Corporativos, Compliance e Auditoria Interna apoiam as equipes da Companhia na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de um modelo de gestão integrado de riscos. Tais trabalhos são reportados pelos respectivos responsáveis à Diretoria Executiva, aos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e ao Conselho de Administração. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelas áreas anteriormente citadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório circunstanciado reportado pelos auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não foram reportadas deficiências significativas que requerem atenção da alta administração. As demais deficiências identificadas foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como deficiências de controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foi reportada deficiência significativa no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para todas as demais deficiências reportadas, classificadas como não relevantes, foram criados planos de ação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

As principais regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública estão descritos nos documentos a seguir:

- Manual de Transparência: aborda temas transversais ao negócio, como direitos humanos, diversidade, conflito de interesse, combate à corrupção e ao suborno, privacidade de dados e orientações sobre uso do canal de denúncias e é aplicável a todos os colaboradores, gestores (supervisores, coordenadores, gerentes, diretores, presidência, vice- presidências), membros de Comitês e do Conselho de Administração;
- Política Corporativa Antissuborno e Anticorrupção;
- Política Corporativa do Sistema de Integridade;
- Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo;
- Código de Conduta de Parceiros de Negócio;
- Política Corporativa de Conflito de Interesses;
- Política Corporativa de Doações e Patrocínios;
- Política Corporativa de Brindes, Presentes e Hospitalidades;
- Política Corporativa de Denúncias ao Canal de Transparência da Companhia;
- Política Corporativa de Análise Reputacional Contínua ou *Due Diligence* Reputacional; e
- Política Corporativa de Direitos Humanos.

No combate à corrupção e práticas ilícitas, outras políticas e procedimentos internos da Companhia também se relacionam com o Sistema de Integridade, como, por exemplo: Norma Corporativa de Relacionamento Institucional, Norma Corporativa de Orientações de Conduta Eleitoral ou a Política Corporativa de Gestão de Riscos Corporativos.

5.3 Programa de integridade

(ii) Reavaliação de riscos e adaptação de políticas e procedimentos

Em fevereiro de 2019, a Diretoria de Compliance implementou controles transacionais de processos e atividades da Companhia, com o objetivo de testar a aderência de processos internos às políticas do Sistema de Integridade. Tais controles são executados e revisados periodicamente, conforme necessidades e oportunidades identificadas pela Diretoria de Compliance. Com a assinatura do Acordo de Leniência, em 28 de dezembro de 2022, a Companhia assumiu perante as autoridades brasileiras, CGU e AGU, o compromisso de aperfeiçoar o Sistema de Integridade.

Deste modo, o Sistema de Integridade, que já vinha sistematicamente sendo aprimorado desde a deflagração das Operações Carne Fraca e Trapaça, teve seu aperfeiçoamento intensificado ao longo do ano de 2023, 2024 e 2025. Como exemplos, pode-se citar:

1) Revisão dos fatores de riscos relacionados à Integridade da Companhia;

2) Atualização da matriz de treinamentos de Integridade, com nova aplicação de mecanismos de retenção de aprendizado;

3) Condução de treinamentos periódicos aos colaboradores acerca dos riscos relacionados à Integridade;

4) Condução de treinamentos periódicos acerca do conteúdo do Sistema de Integridade aos principais terceiros;

5) Disponibilização de treinamento relacionado ao Sistema de Integridade aos principais terceiros;

6) Implementação de novos mecanismos de controle interno ao longo da cadeia produtiva;

7) Aplicação e o monitoramento das políticas e procedimentos da Companhia;

8) Aprimoramento de controles e medidas preventivas relacionadas às normas de fiscalização, inspeção e controle sanitário;

9) Divulgação dos acordos, contratos, doações e patrocínios, assim como editais firmados com entidades públicas em sua página eletrônica: https://www.mbrf.com/compliance/;

10) Revisão do relatório de Transparência e Integridade; e

11) Análise reputacional e auxílio no aprimoramento dos Programas de Integridade existentes junto a determinados terceiros.

(iii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

5.3 Programa de integridade

A Diretoria de *Compliance* tem como objetivo a disseminação de uma cultura de ética e integridade, controles internos, gerenciamento de riscos e melhoria contínua, em todas as suas relações. Para que isso seja garantido, todo o Sistema de Integridade é avaliado periodicamente por meio de auditorias internas e de auditoria externa independente.

A Diretoria de Riscos é responsável, dentre outras atribuições, pelas revisões periódicas do Mapa de Riscos da Companhia, e se reporta ao Vice-Presidente de Riscos, Contabilidade, Centro de Serviços, Facilities e Administração e a Diretoria de Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria e Integridade.

A Diretoria de *Compliance* se reporta ao Vice-Presidente do Jurídico Brasil, Tributário, Assuntos Corporativos e Gente, além de possui reporte direto ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Integridade, que supervisiona as atividades desenvolvidas e a implementação dos planos de ação. Esse reporte direto confere autonomia e independência à Diretoria de *Compliance* e está em linha com o que estabelece o Estatuto Social da Companhia.

A atividade de Auditoria Interna, por sua vez, está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da Companhia, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções e oportunidades de melhorias apontadas nos relatórios.

A Diretoria de Auditoria Interna deve assessorar a alta administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

(iv) código de ética ou de conduta

A Companhia possui o Manual de Transparência. O documento, que está disponível no site institucional: https://www.mbrf.com/compliance/, foi revisado aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023 e contempla assuntos como direitos humanos, antissuborno, anticorrupção e normas de comportamento, entre outros.

O Manual de Transparência se destina a todos os colaboradores, gestores (supervisores, coordenadores, gerentes, diretores, presidência, vice-presidências), membros de Comitês e do Conselho de Administração. A responsabilidade pelo cumprimento de suas determinações é compartilhada entre todos, independentemente de cargo ou função.

Todo novo empregado da Companhia participa do treinamento de integração, nas primeiras semanas de trabalho. Tal treinamento é obrigatório e aborda as principais informações sobre a Companhia, benefícios e as expectativas e comportamentos esperado dos empregados por parte da Companhia. Ademais, é apresentado aos novos empregados o Manual de Transparência, realizada

5.3 Programa de integridade

a sua capacitação e obtido “aceite” em relação ao documento.

Os terceiros envolvidos nas operações (incluindo fornecedores, prestadores de serviços e produtores integrados) contam com o Código de Conduta de Parceiros de Negócio, que está disponível no site institucional: https://www.mbrf.com/compliance/ e igualmente foi aprovado pelo Conselho de Administração. O referido documento é divulgado a todos os Parceiros de Negócios da Companhia, bem como as suas definições devem obrigatoriamente ser aceitas por aqueles Parceiros de Negócios considerados críticos ou de alto risco, mediante cláusula contratual ou via sistema. Eventuais exceções a essa obrigatoriedade devem ser aprovadas pela Diretoria de *Compliance*.

A não observância das diretrizes do Manual de Transparência acarretará ao infrator a imposição de medidas disciplinares. Já o descumprimento, por terceiros, do Código de Conduta do Parceiro de Negócios poderá acarretar ao infrator a rescisão do contrato por justo motivo.

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um canal de denúncias, que se chama Canal de Transparência, criado com o objetivo de viabilizar a comunicação de possíveis violações ao Manual de Transparência, às leis aplicáveis ou às políticas, normas e procedimentos da Companhia.

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros

O Canal de Transparência é gerenciado pela Diretoria de Compliance. Nas principais localidades onde a Companhia atua, o Canal de Transparência é operado por um terceiro independente, que coleta todos os dados fornecidos por telefone ou pelo site específico (www.integridade.brf.com ou www.compliance.brf.com) pelos denunciantes, os armazena e encaminha às áreas responsáveis pelas tratativas e apuração das denúncias, assegurada a confidencialidade e dados do denunciante contra o uso e/ou acesso não autorizado.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

O Canal de Transparência está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Os colaboradores e terceiros têm a opção de enviar relatos de forma anônima, se assim desejarem.

5.3 Programa de integridade

Além disso, a Companhia não tolera retaliações ou punições àqueles que registrarem uma denúncia e com responsabilidade. Neste sentido, a Companhia esclarece que as Políticas de Compliance estimulam expressamente a pronta comunicação e relato, por meio do Canal de Transparência, de quaisquer atos que representem violação às diretrizes e princípios nelas dispostos ou no Manual de Transparência. A esse respeito, a Política Corporativa de Denúncias ao Canal de Transparência também dispõe que a Companhia condena veementemente qualquer forma de retaliação contra denunciantes motivados pela boa-fé, ainda que tais denúncias não possam ser comprovadas.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Os órgãos responsáveis pela apuração de denúncias, a depender da matéria e das pessoas envolvidas, são: (i) a Diretoria de Compliance; (ii) o Comitê de Auditoria e Integridade; e (iii) a Diretoria de Riscos; e (iv) a Diretoria de Recursos Humanos.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais houve um caso, objeto do Processo Administrativo de Responsabilização ("**PAR**") nº 00190.102484/2022-11, instaurado pela CGU contra a Companhia. Destaca-se que, com a assinatura do Acordo de Leniência referenciado no item 5.5., o referido PAR foi arquivado. Os compromissos assumidos no referido Acordo foram cumpridos e, em 31 de julho de 2025, a CGU encerrou o monitoramento do programa de integridade da BRF.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. A Companhia possui políticas e controles adequados aos riscos a que está sujeita, que fazem parte do Sistema de Integridade, conforme exposto acima.

5.4 Alterações significativas

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial, analisando, principalmente, índices de preços e de atividade econômica. Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

Encerramento do Monitoramento do Programa de Integridade da Companhia

As investigações relacionadas às Operações Carne Fraca e Trapaça foram integralmente resolvidas com a celebração, em 2022, do Acordo de Leniência firmado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Os compromissos assumidos foram cumpridos e, em 31 de julho de 2025, a CGU encerrou o monitoramento do programa de integridade da BRF.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.					
03.853.896/0001-40	Brasil	Não	Sim	26/09/2025	
Não					
1.592.192.459	100,000	0	0,000	1.592.192.459	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.592.192.459	100,000	0	100,000	1.592.192.459	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	**03.853.896/0001-40**	

MAMS FIA

44.409.243/0001-53	Brasil	Não	Sim	22/09/2025	
Não					
25.165.705	2,862	0	0,000	25.165.705	2,862

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCIA APARECIDA PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS

182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	14/07/2025	
Não					
68.026.461	7,737	0	0,000	68.026.461	7,737

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS

102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	28/09/2023	
Não					
50.851.801	5,784	0	0,000	50.851.801	5,784

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.				**03.853.896/0001-40**	
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA					
08.542.030/0001-31	Brasil	Não	Sim	10/03/2025	
Não					
495.561.356	56,362	0	0,000	495.561.356	56,362
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
392.000	0,045	0	0,000	392.000	0,045
OUTROS					
239.254.139	27,211	0	0,000	239.254.139	27,211
TOTAL					
879.251.462	100,000	0	100,000	879.251.462	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MAMS FIA				**44.409.243/0001-53**	
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS					
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	22/09/2025	
Não					
19.125.705	100,000	0	0,000	19.125.705	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
19.125.705	100,000	0	100,000	19.125.705	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA	**08.542.030/0001-31**	

MARCIA APARECIDA PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS					
182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	28/09/2023	
Não					
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS					
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	28/09/2023	
Não					
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA				**08.542.030/0001-31**	
498.008.718	100,000	0	100,000	498.008.718	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/09/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AL KHAN FOODSTUFF LLC.	00.000.000/0000-00	70,000000
AL-WAFI AL TAKAMOL INTERNACIONAL FOR FOODS PRODUCTS LTD.	00.000.000/0000-00	100
BADI LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
BANVIT BANDIRMA VITAMINLI YEM SANAYJI AS	00.000.000/0000-00	91,71
BRF FOODS GMBH	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF GLOBAL GMBH	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF GMBH	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF PET S.A.	09.077.442/0001-00	100,000000
FEDERAL FOODS LLC	00.000.000/0000-00	49,000000
FEDERAL FOODS QATAR CO	00.000.000/0000-00	49
SADIA CHILE SPA.	00.000.000/0000-00	100
TBQ FOODS GMBH	00.000.000/0000-00	60,000000
BRF GLOBAL COMPANY NIGERIA LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF GLOBAL COMPANY SOUTH AFRICA PROPRIETARY LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF FOODS LLC (UAE)	00.000.000/0000-00	100
BRF JAPAN KK	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF KOREA LLC	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF SHANGHAI MANAGEMENT CONSULTING CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100

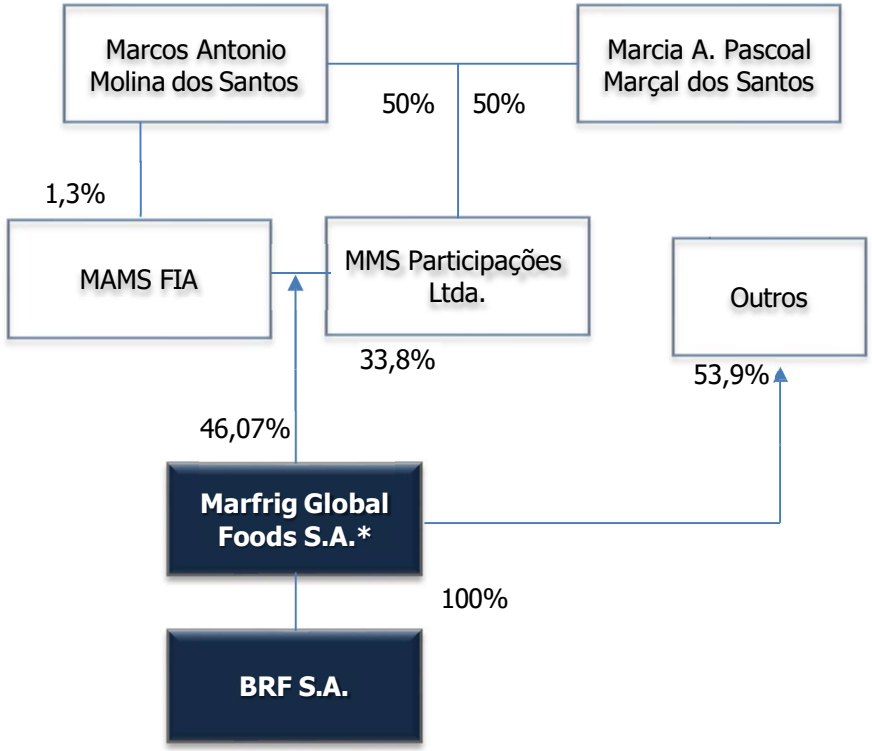
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BRF SHANGHAI TRADING CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF SINGAPORE FOOD PTE LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
ECLIPSE HOLDING COOPERATIEF U.A.	00.000.000/0000-00	100
PROUDFOOD LDA.	00.000.000/0000-00	100,000000
ONE FOODS HOLDINGS LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
AL-WAFI FOOD PRODUCTS FACTORY SOLE PROPR. LLC	00.000.000/0000-00	100
JOODY AL SHARQIYA FOOD PRODUCTION FACTORY LLC	00.000.000/0000-00	100,000000
BRF KUWAIT FOOD SUPPLY MANAGEMENT COMPANY WLL	00.000.000/0000-00	49
BRF ENERGIA S.A.	05.449.127/0001-06	100,000000
HERCOSUL ALIMENTOS LTDA.	03.252.545/0001-83	100,000000
HERCOSUL DISTRIBUIÇÃO LTDA.	32.301.162/0001-56	100,000000
HERCOSUL INTERNACIONAL S.R.L.	00.000.000/0000-00	100,000000
HERCOSUL SOLUÇÕES EM TRANSPORTES LTDA.	15.484.145/0001-82	100,000000
MOGIANA ALIMENTOS S.A.	45.710.423/0001-33	100,000000
POTENGI HOLDINGS S.A.	42.165.941/0001-25	50
PR-SAD ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A.	15.595.305/0001-60	33,330000
SADIA ALIMENTOS S.A.	00.000.000/0000-00	100,000000
SADIA URUGUAY S.A.	00.000.000/0000-00	100,000000

6.4 Participação em sociedades

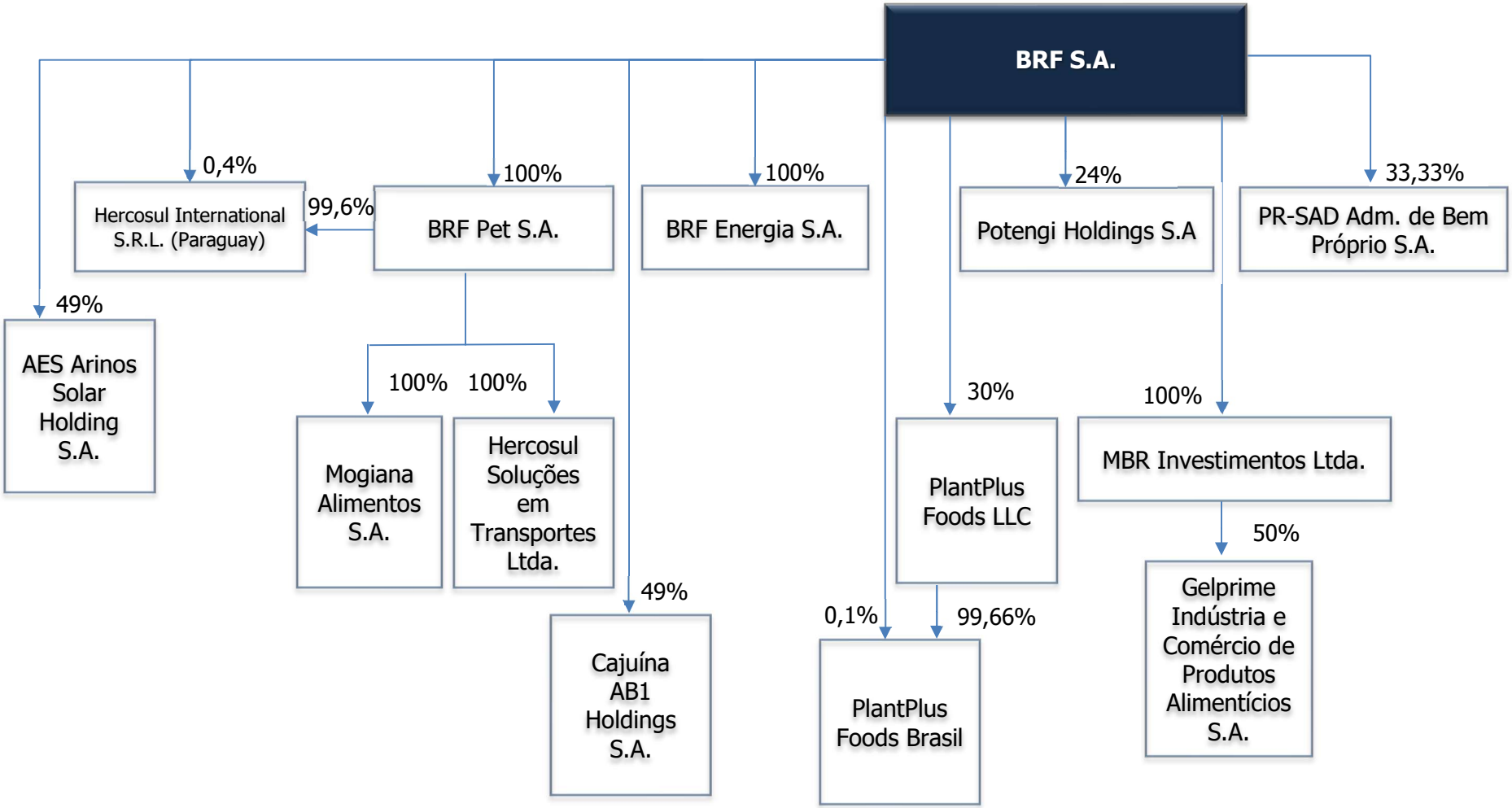
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BRF ARABIA HOLDING COMPANY	00.000.000/0000-00	70
BRF FOODS UK LTD.	00.000.000/0000-00	100
MBR INVESTIMENTOS LTDA.	02.957.332/0001-94	100
BRF ARABIA FOOD INDUSTRY LTD.	00.000.000/0000-00	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

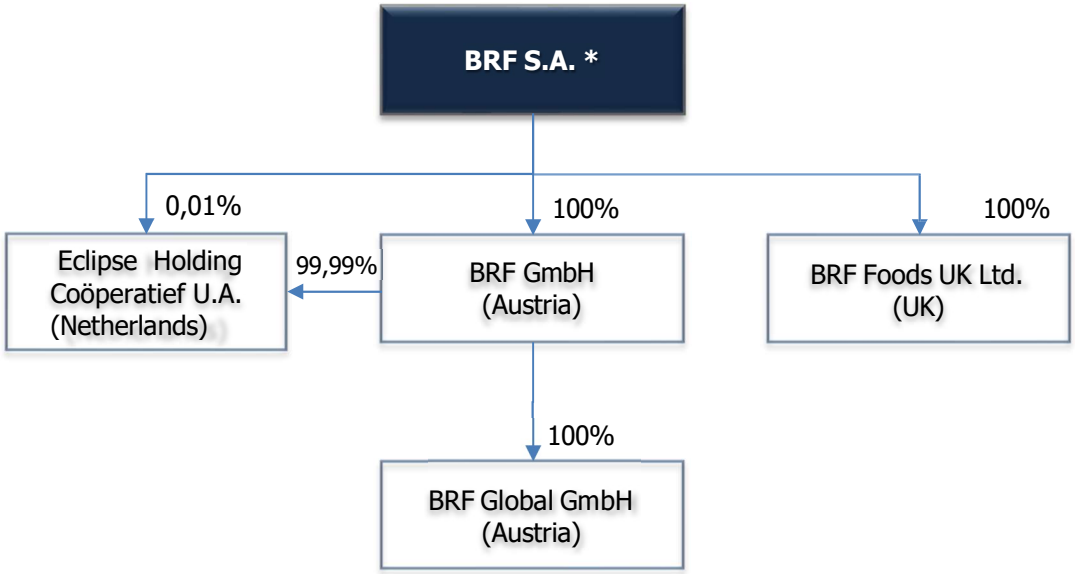


*Compreende a participação da MMS Participações Ltda., Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia A. Pascoal Marçal dos Santos.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

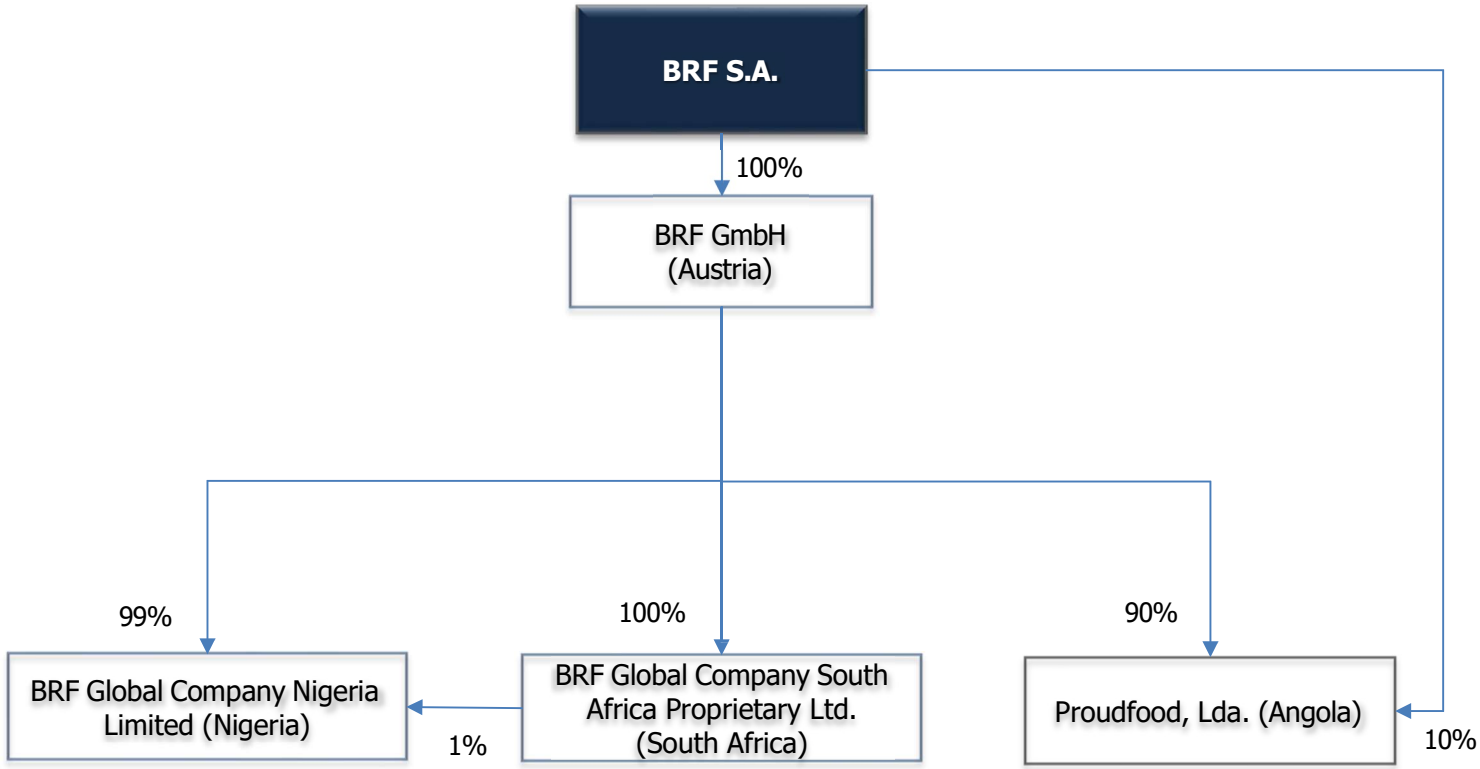


6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

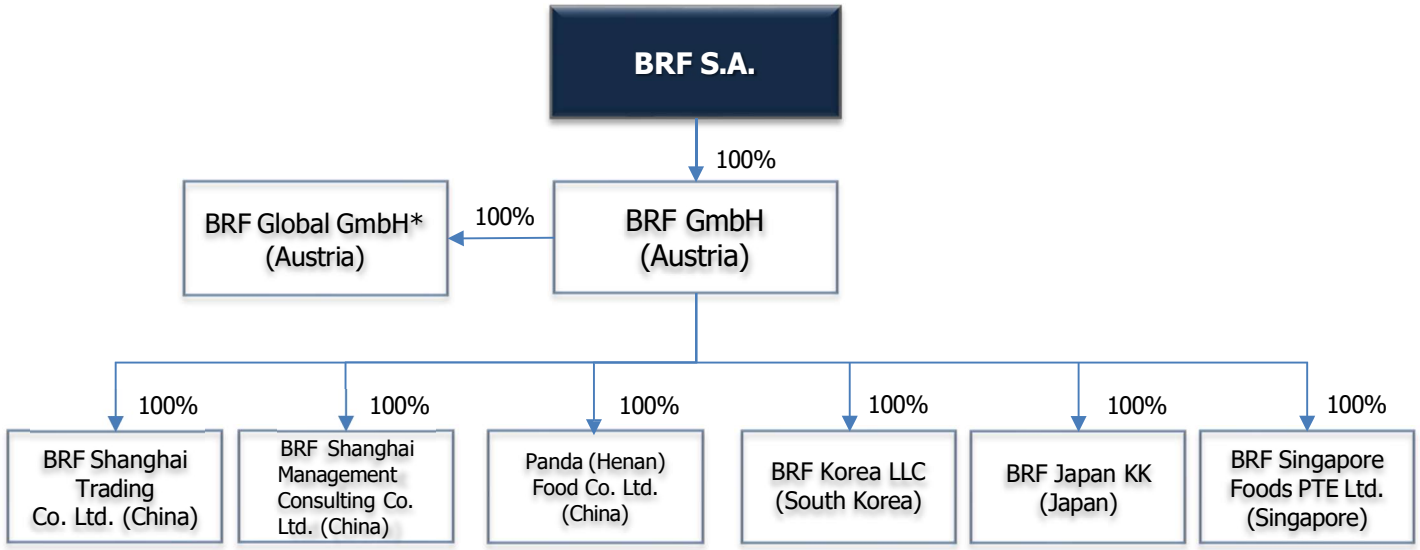


(*) BRF S.A. has a Representative Office in Moscow, Russia.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



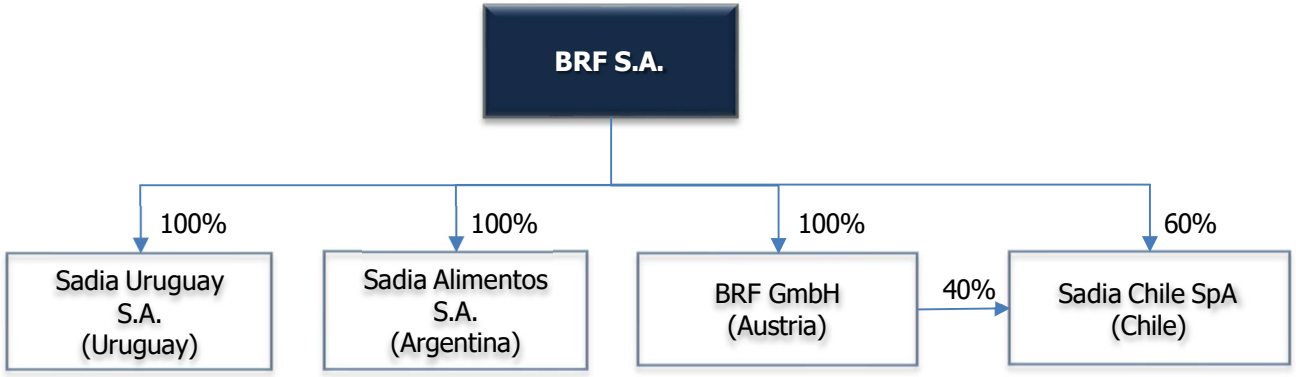
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



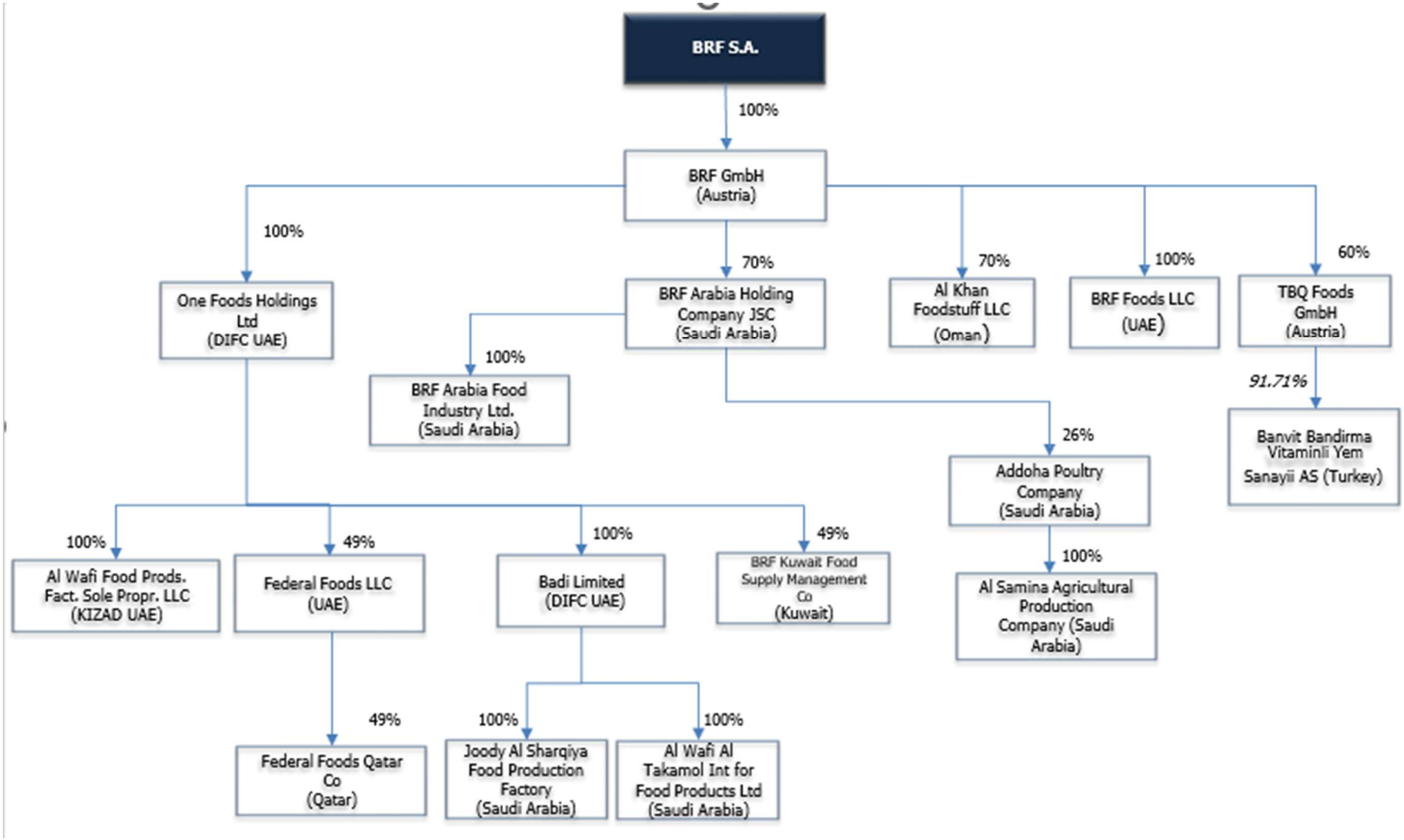
(*) BRF Global GmbH has a Representative Office in

Ho Chi Minh City, Vietnam.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não possui outras informações relevantes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

O Conselho de Administração aprovou, em 07 de dezembro de 2023, a atualização da Política de Indicação de Conselheiros, Membros de Comitês e da Diretoria Executiva. A política tem por objetivo estabelecer as diretrizes a respeito das práticas e definição de critérios para a seleção e contratação de Conselheiros, membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, a serem adotadas pela Companhia, respeitando as demais normas internas da Companhia e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado da B3, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativas do IBGC, bem como as normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto, garantindo um ambiente transparente e ético, em alinhamento com as melhores práticas de governança e de mercado. As principais diretrizes são: (i) composição do conselho de administração, membros de comitês e diretoria executiva; (ii) qualificação dos conselheiros, diretoria executiva e membros de comitês; (iii) deveres fiduciários e disponibilidade de tempo; (iv) indicação e seleção dos conselheiros, membros de comitês e diretoria executiva; (v) verificação dos requisitos; (vi) independência dos conselheiros, membros de comitês e diretoria executiva; (vii) aspectos legais relevantes no processo de recrutamento e seleção; e (viii) processo de seleção por terceiros. Referida política está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço https://ri.mbrf.com.

(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

A Companhia realiza avaliações periódicas de desempenho do Conselho de Administração. As avaliações possuem abrangência coletiva e individual e contemplam aspectos relacionados ao funcionamento dos órgãos, qualidade das discussões, processo decisório, composição, engajamento dos membros e efetividade da supervisão estratégica e de governança.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia adota mecanismos internos de avaliação do Conselho de Administração, considerando aspectos relacionados ao desempenho e funcionamento dos respectivos órgãos, em linha com as práticas de governança corporativa da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia poderá contratar serviços de consultoria ou assessoria externa para apoio aos processos de avaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Integridade, conforme aplicável.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

No âmbito de Assembleias Gerais de Acionistas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o acionista não poderá votar nas deliberações relativas à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Havendo alegação por qualquer dos acionistas presentes sobre suposto conflito de interesse de acionista que o impeça de votar na respectiva Assembleia Geral, ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto e não tendo o próprio acionista declarado seu impedimento, o presidente ou secretário da mesa da Assembleia Geral deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação.

O próprio presidente da mesa da Assembleia Geral poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação.

Em linha com o entendimento da CVM, em situações em que o impedimento de voto seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, o presidente da mesa tem o poder de declarar tal impedimento, não lhe sendo facultado impedir o voto em outras situações, sem prejuízo das disposições legais sobre a eventual anulabilidade do voto proferido.

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de	1	2	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Administração					
Diretoria	0	8	0	0	0
Total	**1**	**10**	**0**	**0**	**0**

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	**Branco**	**Preto**	**Pardo**	**Indígena**	**Outros**	**Prefere não responder**
Conselho de Administração	0	3	0	0	0	0	0
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Total	**0**	**11**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

(iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

	Pessoas com Deficiência (“PcD”)
Conselho de Administração	0
Diretoria	0
Total	**0**

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Não aplicável.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O Conselho de Administração é o principal órgão de governança responsável pelas questões de mudanças climáticas na BRF, sendo responsável pela aprovação da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Em 26 setembro de 2025, o Conselho Fiscal e os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria e Integridade, foram extintos por deliberações em Assembleia Geral e em reunião do Conselho de Administração.

Para mais informações, acessar as atas da Assembleia Geral Extraordinária e a Reunião do Conselho de Administração constantes no site de RI da Cia em https://ri.mbrf.com/.

Para mais detalhes sobre governança climática, consulte o Relato Integrado da Companhia disponível no site https://ri.brf-global.com

(g) Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**1**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria	0	8	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**11**	**0**

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**1**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**11**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**11**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração, no uso das atribuições estabelecidas no Estatuto Social, pode aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, cabendo a ele acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados, aprovar os seus respectivos regulamentos e a valiar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos.

Em 26 setembro de 2025, o Conselho Fiscal e os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria e Integridade, foram extintos por deliberações em Assembleia Geral e em reunião do Conselho de Administração.

Para mais informações, acessar as atas da Assembleia Geral Extraordinária e a Reunião do Conselho de Administração constantes no site de RI da Cia em https://ri.mbrf.com/.

Comitê de Auditoria e Integridade (CAI)

A Companhia tem um CAI em funcionamento permanente, com no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo a maioria de seus integrantes membros independentes e, ao menos, 1 de seus membros não pertencente ao Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável, especialmente na Resolução CVM nº 80/22. Ao menos um dos membros independentes do Conselho de Administração deverá ser indicado para também integrar o CAI. Nenhum dos integrantes do CAI poderá pertencer à Diretoria Executiva. Atualmente, o Comitê de Auditoria de Integridade da Companhia é composto por 4 membros, sendo 3 conselheiros independente e 2 membros externos que não pertencem ao Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do CAI são indicados pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo. No caso do membro do Comitê que também seja membro do Conselho de Administração, o mandato se encerrará concomitantemente ao mandato de conselheiro.

O exercício das atividades dos membros do CAI deve observar as regras previstas na legislação brasileira, especialmente na Resolução CVM nº 80/22.

Pelo menos um dos membros do CAI deve ter comprovado conhecimento em assuntos de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

contabilidade societária, para se qualificar como como especialista financeiro. O mesmo membro do CAI poderá acumular as características de especialista financeiro e conselheiro independente. O CAI tem as atribuições descritas no parágrafo 2º, artigo 33, do Estatuto Social da Companhia.

O CAI é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e reunir−se−á periodicamente e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre por ele apreciadas antes de sua divulgação.

O CAI deve possuir meios para receber, reter e responder a denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em relação ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia (incluindo matérias de contabilidade, controles internos e auditoria), além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O CAI deve possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, e remunerar tais especialistas e pagar as despesas administrativas ordinárias do CAI.

O Regimento Interno do CAI foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021 e descreve detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço https://ri.mbrf.com.

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao CAI, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente. Na opinião da Companhia, referido Comitê atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto.

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui estruturas e canais internos voltados ao acompanhamento de temas relacionados à sustentabilidade, conformidade e práticas ASG, os quais permitem o reporte e

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

encaminhamento de temas relevantes ao Conselho de Administração, conforme aplicável. O monitoramento de temas estratégicos relacionados a sustentabilidade, integridade, conformidade e gestão de riscos ocorre por meio das áreas internas responsáveis e da estrutura de governança corporativa da Companhia, com reporte periódico aos órgãos de administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ARTEMIO LISTONI **CPF:** 425.408.959-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 22/07/1961

Experiência Profissional: Sr. Artemio Listoni possui mais de 40 anos no agronegócio, iniciou sua carreira na antiga Sadia Alimentos S.A. em 1981 até 1995, tendo retornado à Companhia de 2006 a 2008. Com experiência na assistência técnica para produtores de animais, ocupou também a direção da divisão de carnes da JBS na Argentina, Paraguai e Uruguai e a direção das Operações da América do Sul na MARFRIG.O Sr. Artemio Listoni não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Artemio Listoni declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024		03/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FABIO DUARTE STUMPF **CPF:** 987.624.780-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Medicina Veterinária **Data de Nascimento:** 24/09/1981

Experiência Profissional: Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, possui 18 anos de experiência no Agronegócio. Iniciou sua carreira na Sadia/BRF, ocupando várias posições dentro da Operação Agropecuária e Industrial da empresa. De 2017 a 2021, atua como Diretor Industrial e Diretor Geral de Agropecuária. Em 2021 assumiu a posição de Diretor Executivo de Agropecuária e Qualidade Global da BRF. Por fim, o Sr. Stumpf passou a ocupar o cargo de Vice-presidente de Agro e Qualidade na BRF S.A. O Sr. Stumpf não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Stumpf declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Outros Diretores	Diretor Estatutário	07/05/2024		04/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FABIO LUIS MENDES MARIANO **CPF:** 293.160.428-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/11/1980

Experiência Profissional: O Sr. Fabio Luis Mendes Mariano é graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Banking pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, cursou MBA na University of Pittsburgh Katz Graduate School of Business e fez uma especialização em mercado financeiro pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. O Sr. Fabio Luis Mendes Mariano possui 22 anos de experiência em empresas como Bank Boston, Dupont do Brasil, além da BRF, onde acumula 14 anos e já ocupou a posição de CFO LATAM e Gerente Geral da BRF Alimentos Calchaquí, na Argentina. Em 2017, retornou ao Brasil como Diretor Executivo Financeiro e desde 2019 atua como Vice-Presidente do Conselho da BRF Previdência. Por fim, o Sr. Fábio Mariano passou a ocupar o cargo de Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores na BRF S.A. O Sr. Fábio Mariano não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fábio Mariano declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor de Relações com Investidores		07/05/2024		06/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HERALDO GERES **CPF:** 119.691.688-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/10/1968

Experiência Profissional: O Sr. Heraldo Geres foi por 18 anos Diretor Vice-Presidente das áreas Jurídica, Tributária e de Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A., é formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	21/03/2025	06/05/2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		01/04/2025		01/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome JOSÉ IGNÁCIO SCOSERIA REY **CPF:** 236.525.848-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Uruguai **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 18/10/1984

Experiência Profissional: José Ignácio é graduado em Contabilidade pela Universidad de la República do Uruguai e pós-graduado em Finanças. Possui mais de 18 anos de experiência em empresas como Zenda e Towers Watson, além da Marfrig, onde já ocupou a posição de CFO Conesul e de Diretor Financeiro. Em abril de 2025, assumiu a Vice-Presidência de Administração e Controles na BRF. E em setembro de 2025, passou a ocupar o cargo de Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores, Gestão e Tecnologia (CFO) na MBRF.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/09/2025	22/09/2028	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores				22/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LEONARDO CAMPO DALLORTO **CPF:** 034.845.357-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 20/10/1973

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo, com Mestrado e Doutorado em Engenharia Industrial pela PUC-RJ/Universidade de Montreal. Possui MBA pela Fundação Dom Cabral e cursos de Gestão no MIT (Boston), no IMD (Suíça) e em Cambridge (UK). O Sr. Leonardo Dallorto possui mais de 20 anos de experiência, sendo os últimos 12 em posições executivas. Iniciou sua carreira na Vale, em 2002, onde atuou na área de Logística Ferroviária e Portuária e participou da expansão internacional da empresa. Entre 2007 e 2011, atuou na consultoria McKinsey&Co, com foco em projetos de Supply Chain, Procurement, Estratégia e M&A, em empresas de diversos setores na América Latina. Entrou na Companhia em 2011 atuando como Diretor nas áreas de Suprimentos, Planejamento, Logística e Vendas no mercado brasileiro. Liderou o processo de fusão das empresas (Sadia e Perdigão) na área de Suprimentos e processos de melhoria do nível de serviço, redesenho da malha logística, GTM e revisão do papel de Distribuidores. Atuou também como Diretor de Operações Industriais, liderando a revisão do footprint fabril e projetos de ganho de eficiência e produtividade. Desde 2018, o Sr. Leonardo atua como Vice-Presidente de Planejamento Integrado e Supply Chain, que inclui além da Logística e compra de commodities. Em 2022 assumiu também a área de vendas do mercado internacional na VP de Mercado Internacional e Planejamento. O Sr. Leonardo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Leonardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024		06/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MANOEL REINALDO MANZANO MARTINS JUNIOR **CPF:** 258.430.828-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 07/04/1978

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, com especialização em Marketing e Varejo pela FIA/USP e ESPM, respectivamente. Possui 23 anos de experiência profissional na indústria de bens de consumo, no mercado doméstico e internacional (Oriente Médio e América Latina). O Sr. Manoel Martins já atuou em empresas como Perdigão, Sadia, Arcor, Associated Bristish Food, JBS e BRF. Por fim, o Sr. Manoel Martins passou a ocupar o cargo de Vice-presidente Comercial Brasil na BRF S.A. O Sr. Manoel Martins não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Manoel Martins declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		07/05/2024		04/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCIA APARECIDA PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS **CPF:** 182.070.698-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 28/03/1973

Experiência Profissional: A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é membro do Conselho de Administração da Marfrig desde março de 2007. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Marfrig. A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Marçal dos Santos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		28/03/2024	Sim	28/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS **CPF:** 102.174.668-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 17/01/1970

Experiência Profissional: O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos é presidente do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig"). O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes chave da Marfrig, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Molina declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até AGOE de 2026	Presidente do Conselho de Administração		28/03/2024	Sim	28/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MIGUEL DE SOUZA GULARTE **CPF:** 270.209.240-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Médico Veterinário **Data de Nascimento:** 29/11/1958

Experiência Profissional: Sr. Miguel Gularte é formado em medicina veterinária pela URCAMP (RS) e possui 40 anos de atuação no segmento frigorífico. Iniciou sua carreira profissional na Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados (Cicade), tendo ocupado diversos cargos como Gerente de Controle de Qualidade, Gerente e Diretor Industrial. Em 1996, transferiu-se para o Uruguai onde ingressou no frigorifico PUL, onde atuou como Diretor Comercial, Diretor Geral, Presidente e sócio. Em 2011, Miguel liderou a venda do frigorífico PUL para a Minerva Foods, atuando a partir de então, como vice-presidente internacional da Minerva, cargo que ocupou até junho de 2013.Em 2015 tornou-se Presidente da JBS Mercosul responsável pelas Divisões: Carnes, Couros e Novos Negócios no Brasil e pela JBS Argentina, Uruguai e Paraguai. Desde 2018 esteve na Marfrig Global Foods, onde ocupou o cargo de CEO América do Sul.O Sr. Miguel Gularte não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.O Sr. Miguel Gularte declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	Até 6 de maio de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		07/05/2024		29/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROBERTO SILVA WAACK **CPF:** 029.327.158-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Biólogo e Administrador **Data de Nascimento:** 28/03/1960

Experiência Profissional: O Sr. Roberto Silva Waack, 64 anos, é conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A. Foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A., empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como dirigente de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), Instituto Arapyau (filantropia, Presidente do Conselho), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Membro de Comitês de Sustentabilidade da Tupy e Natura S.A. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Cofundador da Coalizão Brasil Cilma, Florestas e Agricultura e, também, da Concertação pela Amazonia. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). É colunista do Estação Economia e Associated Fellow da Chatham House (Londres).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome TANG DAVID **CPF:** 213.882.168-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 16/04/1969

Experiência Profissional: O Sr. Tang David, 55 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/09/2025	Até AGOE de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		26/09/2025	Sim	26/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

7.4 Composição dos comitês

Nome: EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI **CPF:** 837.465.368-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 06/08/1954

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo Pocetti foi membro titular do Conselho Fiscal da Marfrig de 2014 a 2022. Contador e membro da Academia Brasileira de Contabilidade e da Academia Paulista de Contabilidade, possui MBA em Administração de Empresas pela FGV. Foi sócio da KPMG Auditores Independentes, Presidente da Diretoria Nacional (2013 a 2015) e do Conselho de Administração do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (2016 a 2021), e contempla 30 anos de experiência em empresas de auditoria. De 2004 a 2011, foi Presidente da BDO Auditores Independentes S/A, onde representava o nome da BDO Brasil para todas as firmas-membros da rede internacional BDO. Possui vasta experiência em contabilidade societária, auditoria independente, finanças, planejamento econômico-financeiro e coordenação do nível de gerência e diretoria em diversas empresas de grande porte, nacionais e multinacionais do setor industrial e financeiro. Sócio-líder de várias transações de IPOs e projetos especiais de corporate finance para compra e venda de empresas. O Sr. Pocetti também é membro do Conselho de Administração da companhia aberta Mahle Metal Leve S.A, membro do Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A. e coordenador do Conselho Consultivo do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola. O Sr. Pocetti não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Coordenador)		31/03/2027			30/04/2026	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:	JOSÉ MAURO DEPES LORGA	**CPF:**	711.509.277-04	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Economista

Data de Nascimento: 05/11/1960

Experiência Profissional:

O Sr. José Mauro Depes Lorga, 64 anos, membro do Comitê de Auditoria da Movida S.A., diretor voluntário e membro do Conselho Fiscal de Junior Achievement (ONG de Empreendedorism) e professor convidado da Fundação Dom Cabral – FDC. Atualmente, é Diretor de Operações - COO daFundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer. Foi Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos de 2014 a 2015, Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais – Holding Grupo Giraffas de 2012 a 2014, Diretor (CFO) na empresa Casa Saba S.A. (Méximo) de 2011 a 2012. Foi também Diretor (COO) no Grupo Umbria (Spoleto, Dominos, Pizza e Koni Store) de 2009 a 2011, Diretor (CFO) no Grupo Outack & Starbucks de 2007 a 2009 e Gerente de Produtos para América Latina, no Bank of America (Miami/Estados Unidos) de 2001 a 2006, além de ter sido Gerente de Finanças e Real Estate do McDonald's. O Sr. José Mauro graduou-se em Economia pelo Instituto Bennett – Rio de Janeiro em 1984, tem formação em MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC – Rio de Janeiro em 1987 e participou em 2018 do Disney Institute Leadership Program.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)		31/03/2027			30/04/2026	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS **CPF:** 102.174.668-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 17/01/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos é presidente do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig"). O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes chave da Marfrig, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Molina declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução CVM 50/21, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/2024	Até AGO 2026	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura		15/04/2024	28/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ROBERTO SILVA WAACK **CPF:** 029.327.158-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Biólogo e Administrador **Data de Nascimento:** 28/03/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Roberto Silva Waack, 64 anos, é conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A. Foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A., empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como dirigente de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), Instituto Arapyau (filantropia, Presidente do Conselho), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa,

Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Membro de Comitês de Sustentabilidade da Tupy e Natura S.A. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Cofundador da Coalizão Brasil Cilma, Florestas e Agricultura e, também, da Concertação pela Amazonia. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). É colunista do Estação Economia e Associated Fellow da Chatham House (Londres).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)		31/03/2027			30/04/2026	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: TANG DAVID **CPF:** 213.882.168-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 16/04/1969

Experiência Profissional: O Sr. Tang David, 55 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)		31/03/2027			30/04/2026	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	102.174.668-18	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
MARCIA APARECIDA PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS	182.070.698-21	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	102.174.668-18	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
MARCOS FERNANDO MARÇAL DOS SANTOS	387.480.138-11	BRF S.A.	01.838.723/0001-27	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

7.7 Acordos/seguros de administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (*Directors and Officers Liability*), contratada pela BRF e Marfrig em apólice consolidada MBRF, com vigência até 28 de fevereiro de 2027, com um limite global de US$80 milhões. Tal seguro, contratado seguindo melhores práticas de mercado, se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações de terceiros, relacionadas às atividades dos executivos da Companhia. Dentre as coberturas estipuladas em tal apólice, destacam−se aquelas que abrangem despesas processuais, custos de defesa e indenizações, custos de perícia e depósitos recursais, bloqueio de bens, entre outras. Referida apólice de seguro apresenta especificações, limites e franquias praticadas usualmente no mercado.

Considerando que, em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura do seguro não se aplica, o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada decorreu de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos administradores da Companhia, o seguro se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

7.8 Outras informações relevantes

Presença em Assembleias

As Assembleias Gerais da Companhia têm ocorrido, em média, com presença aproximada de 79,7% e a participação dos acionistas sendo estimulada pela abordagem direta aos investidores, bem como pela disponibilização do manual para os acionistas, no qual são detalhadamente explicados o motivo da assembleia, a importância da presença, além de orientações gerais sobre o processo.

A Companhia apresenta abaixo breve resumo das Assembleias Gerais nos três últimos exercícios sociais.

Data	Tipo	Quórum de instalação	Quórum
26/09/2025	AGE	Em 1ª convocação	100%
05/08/2025	AGE	Em 1ª convocação	90,40%
14/07/2025	AGE	Adiamento	Adiamento
18/06/2025	AGE	Adiamento	Adiamento
31/03/2025	AGO	Em 1ª convocação	91,03%
28/03/2024	AGO/E	Em 1ª convocação	75% e 75%, respectivamente
03/07/2023	AGE	Em 1ª convocação	76,74%
12/04/2023	AGO/E	Em 1ª convocação	71,51% e 71,51%, respectivamente
28/03/2022	AGO/E	Em 1ª convocação	80,09% e 79,30%, respectivamente
17/01/2022	AGE	Em 1ª convocação	84,45%

7.8 Outras informações relevantes

Composição dos Comitês

Em 26 de setembro de 2025, o Conselho Fiscal e os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, exceto o Comitê de Auditoria e Integridade, foram extintos por deliberações em Assembleia Geral e em reunião do Conselho de Administração.

Para mais informações, acessar as atas da Assembleia Geral Extraordinária e a Reunião do Conselho de Administração constantes no site de RI da Cia em https://ri.mbrf.com/.

O Comitê de Auditoria e Integridade passou a ser composto da seguinte forma:

- Comitê de Auditoria e Integridade: Srs. Eduardo Augusto Rocha Pocetti (membro externo independente e coordenador), Tang David (membro do Conselho da Administração da Companhia), José Mauro Depes Lorga (membro externo independente) e Roberto Silva Waack (membro independente). Periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano, podendo reunir-se extraordinariamente quando necessário;

8.1 Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, e dos diretores estatutários, tem como objetivo atrair, engajar e reter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa.

A atualização da política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de dezembro de 2023 e encontra-se disponível para acesso dos acionistas, investidores e o mercado em geral nos websites de Relação com Investidores da Companhia (http://ri.brf-global.com) e da CVM.

Para mais detalhes sobre a metodologia adotada, vide o item (b) (iii) abaixo.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

As remunerações individuais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são periodicamente revistas e analisadas com o apoio da Vice-presidência de Recursos Humanos e do Presidente Global, discutindo os princípios gerais da política de remuneração e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

(ii) *critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual*

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração individual dos administradores (inclusive dos membros dos Comitês) é periodicamente comparada com as práticas de mercado (por meio da seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

(iii) *frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração*

Anualmente as diretrizes e prática de remuneração dos administradores e empregados da Companhia são avaliadas e, caso se entenda necessário, submete ao Conselho de Administração recomendação de modificação na remuneração até então adotada.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A prática adotada pela Companhia em relação aos diversos componentes da remuneração está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo, na medida em que, ao definir os componentes da remuneração, busca-se o alinhamento entre os interesses da Companhia e dos administradores. A remuneração fixa é definida de acordo com as práticas de mercado, conforme já descrito anteriormente, objetivando a atração e retenção do profissional e recompensando o desempenho individual. A remuneração variável de curto prazo, que representa parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a indicadores de desempenho alcançáveis no prazo de um ano; essa determinação tem por objetivo remunerar de acordo com o mercado e, principalmente, o crescimento, rentabilidade e outros indicadores não financeiros da Companhia, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores, condicionando o ganho do executivo à perenidade do negócio, promovendo assim uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

8.1 Política ou prática de remuneração

Além disso, os planos de remuneração baseados em ações da Companhia foram criados para fortalecer o alinhamento com acionistas a fim de criar uma visão e comprometimento de longo prazo nos executivos, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

Atualmente são elegíveis ao programa de remuneração baseados em ações diretores estatutários e gerentes executivos. Em termos de instrumentos, a Companhia possui planos de *stock options*, ações restritas e ações por performance, embora nos últimos anos tenha outorgado aos executivos apenas ações restritas e ações por performance que, por sua vez, são um excelente instrumento de alinhamento de interesse vinculado a uma meta de geração de valor ao acionista.

Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, e tem por objetivo a compensação adequada aos conselheiros pela participação em reuniões e pelas suas contribuições ao referido órgão.

Quando aplicável, alguns membros do Conselho de Administração podem receber outros valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida), benefícios de cessação do exercício do cargo (cláusulas previstas em contrato de não concorrência – "*non compete*"), benefício pós-emprego (previdência privada), adicional por participação em comitês e incentivos de longo prazo (plano remuneração adicional de remuneração baseada em ações).

Diretoria Executiva

A remuneração global e anual dos membros da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração com base nas práticas de mercado (vide item (b) (iii) abaixo) e é composta por remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva pode contemplar eventuais gratificações adicionais que visem a atração e retenção dos profissionais. Esta composição visa promover a execução do planejamento estratégico e a busca dos resultados de forma coerente, transparente e voltada aos interesses da organização, dos acionistas e dos demais stakeholders.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração fixa, composta de 13 pagamentos mensais e abono de férias, tem por objetivo a compensação pelos serviços prestados.

A remuneração dos membros da Diretoria também pode contemplar valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, alimentação, *check-up*), compromissos de desligamentos (verbas atreladas a compromissos de não concorrência, não solicitação e uso de informações confidenciais), incentivos de contratação e de retenção que se mostrarem necessários e benefício pós-emprego (previdência privada), seguindo as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo é constituída e paga através do Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR da Companhia, que tem por objetivo incentivar e reconhecer os executivos pelo alcance dos resultados de curto prazo da Companhia. Este incentivo está atrelado ao alcance de metas globais pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício social pelo Conselho de Administração. O potencial a ser pago a cada executivo é baseado em múltiplos do salário mensal, metas coletivas e individuais e avaliação de desempenho individual.

A remuneração variável de longo prazo é constituída e paga através do (i) plano de remuneração baseado em opções de ações, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020; e (ii) plano de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2018, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, os quais têm por objetivo atrair, manter, motivar os executivos e gerar valor para a Companhia, além de ser um importante mecanismo de alinhamento dos executivos aos interesses dos acionistas no longo prazo. O potencial a ser concedido a cada executivo é determinado em múltiplos do salário mensal, e a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho.

Tal composição de remuneração estimula a busca de resultados pela Diretoria e reconhece o alcance e a superação das metas pré-definidas, direcionando as ações aos indicadores e alavancas chaves para a garantir a execução da estratégia e a geração de resultados da Companhia, equilibrando curto e longo prazo.

Comitês

Membros do Conselho de Administração ou da Diretoria estatutária eleitos para composição do

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitê de Auditoria e Integridade atualmente não recebem remuneração fixa adicional por participação nos Comitês.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2025	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	43,55%	33,96%	0,00%	2,01%	20,48%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2024	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessaçãodo exercício docargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	31,55%	48,15%	1,02%	0,00%	19,29%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

2023	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	-	-	-	-	100,00%
Diretoria Estatutária	38,00%	32,00%	14,00%	-	16,00%	100,00%
Comitê de Auditoria e Integridade	100,00%	-	-	-	-	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

- *Sua metodologia de cálculo e de reajuste*

O Comitê de Auditoria e Integridade analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada pela Companhia, a qual é posteriormente submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores, inclusive membros do Comitê de Auditoria e Integridade, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é estabelecida em assembleia geral de acionistas, levando-se em consideração os elementos citados no parágrafo anterior.

Política ou prática de remuneração

- *Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG*

Em relação à remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e performance individual dos seus executivos.

Para a determinação dos valores da remuneração variável, é considerado o desempenho dos executivos mediante estabelecimento prévio de metas da companhia e metas individuais. O pagamento depende do atingimento de resultados de indicadores como, por exemplo, EBITDA, ROIC, TSR, resultado líquido, indicadores técnicos e de performance, ganhos de eficiência, índice de segurança do trabalho, produtividade, entre outros, sempre alinhados com a estratégia da Companhia.

No incentivo de curto prazo, os valores dependem também do atingimento do BRF+, nosso programa de captura de melhorias operacionais, que tem por objetivo garantir o plano de eficiência e manter conexão clara entre todas as metas da companiha, entre elas metas ASG. Dentre os indicadores do

8.1 Política ou prática de remuneração

BRF+ para 2025, há metas como redução de consumo de vapor, redução de consumo de energia e manejo agropecuário.

O BRF+ é, portanto, uma das métricas adotadas pela Companhia para fins de gatilho e aceleração de recebimento de incentivos de curto prazo dos administradores e, em seu cálculo, considera o atingimento do combo de metas relacionadas, entre elas a ESG. O atingimento de cada meta específica que compõe o BRF+ (incluindo as metas relacionadas a ESG) influencia o montante final a ser distribuido a título de remuneração variável dos administradores.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A política da Companhia distribui de forma equitativa os componentes da remuneração fixa de modo a assegurar o alinhamento às práticas de mercado e ao sistema de governança.

A remuneração variável visa o alcance e a superação das metas corporativas e individuais, o que induz ao compartilhamento de riscos e resultados.

Em relação aos benefícios diretos e indiretos e benefícios pós-emprego, os administradores são enquadrados às mesmas políticas vigentes aplicáveis aos demais empregados da Companhia.

(iii) membros não remunerados

Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração paga pela Companhia, sendo sua remuneração integralmente suportada pela acionista controladora direta Marfrig Global Foods S.A, conforme detalhado nos itens 8.1 'f' e 8.19. Em relação à Diretoria Estatutária, não há membros que, por qualquer motivo, deixem de receber remuneração paga pela Companhia.. Em relação aos membros do Comitê de Auditoria e Integridade, os participantes que não são membros da administração da Companhia possuem remuneração fixa especificamente pela sua participação no Comitê.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve parcela da remuneração dos administradores atribuída em função do exercício do cargo na BRF, que tenha sido suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

8.1 Política ou prática de remuneração

A partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, em razão da conclusão, em 22/09/2025, da incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Marfrig Global Foods S.A), e da consequente conversão da Companhia em subsidiária integral, a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia passou a ser integralmente suportada pela referida acionista controladora direta. Tal remuneração corresponde, exclusivamente, à parcela de remuneração fixa atribuída aos conselheiros em função do exercício do cargo na Companhia, conforme valores discriminados, por órgão, no item 8.19.

Em relação à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal, não há parcela da remuneração atribuída em função do exercício do cargo na Companhia que seja suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	8	1	12,00
Nº de membros remunerados	0	8	0	8,00
Esclarecimento	Não houve remuneração para o Conselho de Administração.		O Conselho Fiscal foi extinto em 2026	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	23.035.157,00	0,00	23.035.157,00
Benefícios direto e indireto	0,00	7.247.196,00	0,00	7.247.196,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.750.000,00	0,00	2.750.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	Outros refere-se a valores de bônus contratação e programas de retenção	n/a	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	36.981.360,00	0,00	36.981.360,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	N/A	n/a	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	30.183.701,00	0,00	30.183.701,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	101.997.414,00	0,00	101.997.414,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	8	2	17,50
Nº de membros remunerados	7,50	8	2	17,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.070.000,00	22.094.912,00	529.800,00	33.694.712,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.305.040,00	0,00	1.305.040,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	11.698.034,67	0,00	11.698.034,67
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus contratação e programas de retenção	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	27.369.816,37	0,00	27.369.816,37
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.621.601,00	0,00	1.621.601,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	16.510.308,25	0,00	16.510.308,25
Observação	N/A	N/A	N/A	
Total da remuneração	11.070.000,00	80.599.712,29	529.800,00	92.199.512,29

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,25	8	3	20,25
Nº de membros remunerados	9,25	8	3	20,25
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.121.000,00	19.859.454,00	690.500,00	31.670.954,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.003.466,00	0,00	1.003.466,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	12.268.434,67	0,00	12.268.434,67
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores programas de retenção	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	50.563.500,00	0,00	50.563.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.067.800,00	0,00	1.067.800,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	20.260.511,00	0,00	20.260.511,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	N/A	
Total da remuneração	11.121.000,00	105.023.165,67	690.500,00	116.834.665,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.800.000,00	19.342.294,00	588.000,00	27.730.294,00
Benefícios direto e indireto	0,00	944.903,00	0,00	944.903,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.950.493,00	0,00	4.950.493,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Outros refere-se a valores de bônus de contratação e programas de retenção.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	21.355.717,00	0,00	21.355.717,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	9.071.659,00	0,00	9.071.659,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.827.048,00	0,00	10.827.048,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	7.800.000,00	66.492.114,00	588.000,00	74.880.114,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3	8		**11,00**
N° de membros remunerados	0	8		**8,00**
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social de 31/12/2026			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	73.962.720,00		**73.962.720,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	36.981.360,00		**36.981.360,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,50	8	2	**17,50**
N° de membros remunerados	0	8	0	**8,00**
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025		Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	57.177.714,34	0,00	**57.177.714,34**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	28.588.857,17	0,00	**28.588.857,17**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	27.369.816,37		**27.369.816,37**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	9,25	8,00	3,00	**20,25**
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento	Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.		Os membros não fazem jus a remuneração variável para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	50.563.500,00	0,00	**50.563.500,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	25.930.000,00	0,00	**25.930.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	50.563.500,00	0,00	**50.563.500,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	10,00	8,00	3,00	**21,00**
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento	Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.		Os membros não faziam jus a remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2023.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	35.578.869,00	0,00	**35.578.869,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	23.719.246,00	0,00	**23.719.246,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	21.355.717,00	0,00	**21.355.717,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(a) *número máximo de ações abrangidas*

O número máximo de ações que pode ser objeto de outorga de opção de compra, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia.

(b) *número máximo de opções a serem outorgadas*

O número máximo de opções a serem outorgadas, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano, não poderá exceder a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opção de compra, que é equivalente a 2,5% do número total de ações da Companhia.

(c) *condições de aquisição de ações*

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções, observado que o preço de exercício nunca será inferior ao valor de mercado das ações da Companhia na data da respectiva outorga, conforme determinado pelo Conselho de Administração com base em critérios razoáveis de avaliação econômico-financeira, podendo considerar, entre outros elementos, o valor econômico da Companhia, avaliações independentes eventualmente disponíveis, transações recentes envolvendo ações da Companhia ou de sociedades comparáveis e quaisquer outros parâmetros que o Conselho de Administração entenda adequados.

Cada opção de compra de ações dará direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Sem prejuízo do disposto acima, durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. Caso o beneficiário não tenha os recursos necessários para custear o exercício das opções, será facultada a venda das ações necessárias para pagar o exercício das opções mais os custos e impostos incidentes. A quantidade de ações sujeitas à restrição de venda será calculada conforme os termos e condições estabelecidos no plano.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser oportunamente divulgado pelo Conselho de Administração.

(d) *critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações será determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca será inferior ao valor de mercado das ações da Companhia na data da respectiva outorga, conforme determinado pelo Conselho de Administração com base em critérios razoáveis de avaliação econômico-financeira, podendo considerar, entre outros elementos, o valor econômico da Companhia, avaliações independentes eventualmente disponíveis, transações recentes envolvendo ações da Companhia ou de sociedades comparáveis e quaisquer outros parâmetros que o Conselho de Administração entenda

(e) *critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício*

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

opções tornar-se-ão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga das opções e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

(a) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de outorga;

(b) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do segundo aniversário da data de outorga;

(c) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do terceiro aniversário da data de outorga; e

(d) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do quarto aniversário da data de outorga.

As opções serão exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completar o sexto aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral. O término de vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele, tampouco a validade de eventuais opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações e da vedação à alienação mencionada no item “h” acima e “l” abaixo.

(f) *forma de liquidação*

As ações objeto das opções outorgadas serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

(g) *restrições à transferência das ações*

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência, em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(h) *critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O Plano de Opção de Compra de Ações poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

(i) *efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações*

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, as regras previstas para a saída por desligamentos da Companhia são as seguintes:

Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante (i) demissão por justa causa, como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; ou (ii) destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como as previstas nos art. 153 a 157 da Lei das Sociedades por Ações e suas posteriores alterações; ou (iii) desídia do beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; ou (iv) condenação penal relacionada a crimes dolosos; ou (v) a prática, pelo beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; ou (vi) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; ou (vii) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; ou ainda (viii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis ao beneficiário, como administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2) *Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance – Aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e alterado em AGOE de 26 de abril de 2017, AGE de 25 de maio de 2018,*

AGOE de 29 de abril de 2019, e AGOE de 27 de abril de 2021

(a) termos de condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021, tem como público elegível os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes executivos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, somente poderão receber outorgas de ações restritas da Companhia na qualidade de diretores.

Anualmente, são realizadas concessões por deliberação do Conselho de Administração, com período total de *vesting* de 03 (três) anos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, tivemos em abril o *vesting* da 1ª parcela da outorga de 2024, com transferência de 510.538 ações, em junho, o vesting da 2ª parcela da outorga de 2023, com transferência de 1.389.735 ações, e em julho, o *vesting* da 3ª parcela da outorga de 2022, respectivamente, com transferência de 473.794 ações.

O instrumento do Plano de Outorga de Ações Restritas/ Ações por Performance consiste na outorga de ações restritas/ações por performance aos participantes, ações estas, que são transferidas aos beneficiários mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 2.h abaixo.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

A aprovação da lista dos participantes e do número de ações a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração anualmente e estará vinculado à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Os participantes do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de ações restritas, através do qual o participante

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

adquire o direito de outorga de ações restritas da Companhia, conforme critérios descritos acima, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando o disposto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, bem como respeitando os limites da remuneração global dos administradores ser assessorado pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e/ou outro grupo/colegiado, por ele definido. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá optar por outorgar aos Beneficiários parte ou a totalidade das Ações Restritas a que façam jus sob a forma de ADRs lastreados em ações de emissão da Companhia, observado o número máximo de ações abrangidas pelo plano, assim como as eventuais restrições e procedimentos previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

(b) *data de aprovação e órgão responsável*

Aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2021.

(c) *número máximo de ações abrangidas*

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia.

(d) *número máximo de opções a serem outorgadas*

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

(e) *condições de aquisição de ações*

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia, pelo período que venha a ser definido pelo Conselho de Administração e estabelecido em cada Contrato de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas ações restritas líquidas, ou transferirá o montante financeiro equivalente, sem contrapartida pelo beneficiário.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a quaisquer condições que entender convenientes, bem como impor restrições à sua transferência, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

Sem prejuízo de outras condições que o Conselho de Administração entender convenientes, a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas poderá, a critério do Conselho de Administração, ser subordinada, total ou parcialmente, à verificação do atingimento, pela Companhia, de determinados índices de desempenho. A forma de apuração dos índices desempenho e seus efeitos na aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas serão definidos pelo Conselho de Administração e deverão ser refletidos nos Contratos de Outorga.

(f) *critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As Ações Restritas/Ações por Performance serão outorgadas sem custo ao beneficiário, nos termos e condições acima descritos.

(g) *critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício*

Os direitos dos beneficiários em relação às Ações Restritas/Ações por Performance somente serão plenamente adquiridos, se verificadas, as condições descritas no item “e” acima. A fixação do prazo de exercício será definida pelo Conselho de Administração da Companhia e estabelecido em cada Contrato de Outorga, levando em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(i) *forma de liquidação*

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários. O Conselho de Administração poderá estabelecer, ainda, o pagamento do referido montante em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Contrato de Outorga.

(ii) *restrições à transferência das ações*

Enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item “e” acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

O Conselho de Administração também poderá impor restrições à transferência das Ações Restritas/Ações por Performance, podendo ainda reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

(j) *critério e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

O Plano de Outorga de Ações Restritas/Ações por Performance poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da assembleia geral da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(k) *efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração em ações*

Exceto se de outra forma definido pelo Conselho de Administração e estabelecido nos respectivos Contratos de Outorga, nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	8		**11,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0		**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0%	0%		**0,00**
Esclarecimento	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2026	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	8	2	**17,50**
Nº de membros remunerados	0	0	0	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0%	0%	0%	**0,00**
Esclarecimento	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,25	8,00	3,00	**20,25**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	**0,00**
Esclarecimento	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	Não há previsão de outorga de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	**21,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	**0,00**
Esclarecimento	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	No referido exercício social não houve outorga de opções de compra de ações.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não houve a outorga de opções de compra de ações e não há previsão de outorga para o exercício corrente.

8.7 Opções em aberto

Em 31 de dezembro de 2025, não havia opções de compra de ações em aberto detidas pelo conselho de administração e diretoria estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não houve opções exercidas e ações entregues ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Exercício Social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7,50**	**8,00**
N° de membros remunerados	**0,00**	**8,00**
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	**N/A**	**N/A**

Não haverá diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários, pois eventuais outorgas serão realizadas mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria, conforme prevê o Plano de Ações Restritas da Companhia.

8.10 Outorga de ações

Exercício Social corrente, encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7,50***	**8,00**
N° de membros remunerados	**0,00**	**8,00**
Data de outorga	N/A	01/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	974.506
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	19,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	18.671.535

* De acordo com o Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**9,25***	**8,00**
N° de membros remunerados	**0,00**	**8,00**
Data de outorga	N/A	01/04/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.044.281
Prazo máximo para entrega das	N/A	01/04/2027

8.10 Outorga de ações

ações		
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	16,35
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	17.073.994

* - De acordo com o Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**10,00**	**8,00**
N° de membros remunerados	**0,00**	**8,00**
Data de outorga	N/A	01/06/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	2.155.759
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	7,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	15.909.501

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,00	8,00	
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	
Nº de ações	0	520.842	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,38	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	20,79	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-6.984.491,22	
Esclarecimento	Não há previsão de entrega de ações no exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,50	8,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
Nº de ações	0	1.378.677	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	10,93	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	20,21	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-12.794.122,56	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2025.		Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2025.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,25	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
Nº de ações	0	1.133.945	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	10,26	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	19,64	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-10.636.404,10	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2024.		Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2024.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00
Nº de ações	0	220.473	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	19,36	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	8,83	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2.321.580,69	0,00
Esclarecimento	Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023.		Não foram entregues ações no período social encerrado em 31/12/2023

8.12 Precificação das ações/opções

(a) *modelo de precificação*

Planos de Opção de Compra de ações: Para a precificação utiliza-se o modelo *Black-Scholes-Merton*.

Planos de Ações Restritas com outorgas anteriores a outubro 2018: Para a precificação utiliza-se o valor econômico estimado da ação da Companhia na data de outorga, conforme determinado pelo Conselho de Administração com base em critérios razoáveis de avaliação econômico-financeira.

Planos de Ações Restritas com outorgas após outubro 2018, inclusive: Para a precificação utiliza-se o valor econômico estimado da ação da Companhia na data de outorga, conforme determinado pelo Conselho de Administração com base em critérios razoáveis de avaliação econômico-financeira

(b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*

Planos de Opção de Compra de ações

Considerando que os valores relativos ao ciclo de outorgas consideram as outorgas realizadas até a data de elaboração da presente Proposta da Administração, foram utilizadas as seguintes premissas para a precificação das opções alvo dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia:

- Preço da ação: valor econômico estimado da ação da Companhia na data de outorga, conforme avaliação econômico-financeira ou critérios de avaliação definidos pelo Conselho de Administração);
- Preço de exercício: *determinado pelo Conselho de Administração na data da outorga, observado que não poderá ser inferior ao valor econômico estimado da ação da Companhia na referida data*

8.12 Precificação das ações/opções

- Prazo de vida opção: As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo.

Plano de Opção de Compra de Ações vigente, aprovado em AGOE de 08 de abril de 2015 e modificado em AGOE de 27 de abril de 2020: (a) até 1/4 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/4 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) até 3/ 4 do total das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; (d) a totalidade das opções poderão ser exercidas após quatro anos da assinatura do contrato de outorga; e (e) o prazo máximo seis anos após a outorga para exercício das opções;

1) Plano de Opção de Compra de Ações (Performance *Stock Options*) descontinuado em 31 de março de 2015: as opções se tornarão exercíveis, após um prazo de carência de, no mínimo,18 meses e, no máximo, 24 meses, contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia;

- Taxa Livre de Risco: como taxa Livre de risco é considerada a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) disponível na data da precificação e com vencimento equivalente à vida da opção;
- Taxa de dividendos: é considerado histórico de pagamento de dividendos da Companhia nos últimos dois anos; e
- Volatilidade das ações nominais de emissão da Companhia: A Companhia utiliza-se da volatilidade ponderada do histórico das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável às modelagens ou premissas de cálculo, pois, diferentemente das opções de aç ões, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Após essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

8.12 Precificação das ações/opções

(c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

Planos de Opção de Compra de ações:

Conforme metodologia de precificação das opções alvo (*Black-Scholes-Merton*) e das características dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, não são utilizadas premissas para incorporar efeitos de exercício antecipado.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(d) *forma de determinação da volatilidade esperada Planos de Opção de Compra de ações:*

A volatilidade esperada é estimada com base na volatilidade histórica de companhias comparáveis listadas em mercado regulamentado ou outros parâmetros de mercado considerados razoáveis pela Administração.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Planos de Opção de Compra de ações:

Não aplicável.

Planos de Ações Restritas

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável.

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

Sociedade	Valor Mobiliário	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Marfrig Global Foods Sa.	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	647.363.888	1.439.251	-	648.803.139

8.13 Participações detidas por órgão

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7,50	2,00	4,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome de plano	N/A	Plano de Benefícios II (fechado para novas adesões)	Plano de Benefícios III (aberto para novas adesões)	Plano de Benefícios FAF (fechado para novas adesões)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0,00	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	55 anos de idade completos; 3 anos de Serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	55 anos de idade completos; 3 anos de Serviço creditado (participação no plano); Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	Ter cumprido o prazo de 10 anos de contribuição para o plano; Estar em gozo de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição concedidopelo Regime Oficial de Previdência; Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 6.052.386,11	N/A	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 875.712,30		0

8.13 Participações detidas por órgão

Possibilidade e condições para resgate antecipado	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício

¹ Preenche as condições, porém, é necessário que ocorra o término do vínculo empregatício.

² Valor total das contribuições de patrocinadora (desde a adesão ao Plano) acrescido da rentabilidade.

8.14 Planos de previdência

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	8,00	9,25	10,00	2,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	8,00	9,25	10,00	2,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	29.022.014,48	26.184.455,00	13.764.086,97	29.022.014,48	3.534.000,00	780.000,00	175.200,00	226.500,00	216.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	6.428.373,07	8.084.423,00	4.879.700,96	6.428.373,07	843.000,00	780.000,00	175.200,00	226.500,00	186.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	10.074.964,04	13.127.895,71	8.311.514,24	10.074.964,04	1.202.270,27	780.000,00	264.900,00	230.166,67	196.000,00

8.14 Planos de previdência

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho Fisca	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025		A remuneração reportada refere-se exclusivamente ao período em que o Conselho Fiscal esteve instalado e em efetivo exercício.
31/12/2024		Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	8	8	8,00	7,50	9,25	10,00	2	3	3
Nº de membros remunerados	8	8	8,00	7,50	9,25	10,00	2	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	29.022.014,48	26.184.455,00	13.764.086,97	29.022.014,48	3.534.000,00	780.000,00	175.200,00	226.500,00	216.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	6.428.373,07	8.084.423,00	4.879.700,96	6.428.373,07	843.000,00	780.000,00	175.200,00	226.500,00	186.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	10.074.964,04	13.127.895,71	8.311.514,24	10.074.964,04	1.202.270,27	780.000,00	264.900,00	230.166,67	196.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025		A remuneração reportada refere-se exclusivamente ao período em que o Conselho Fiscal esteve instalado e em efetivo exercício.
31/12/2024		Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2023	Exercício social encerrado em 31/12/2024	Exercício social encerrado em 31/12/2025
Conselho de Administração	30,00%	58,59%	69,76%
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	23,90%	42,69%

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, um membro do Conselho de Administração desempenhou uma função executiva em uma das empresas controladas pela Companhia, recebendo um total de R$ 1.517 mil em remuneração e benefícios.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	5.121.719,12	265.217,59	0,00	5.386.936,71
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	6.732.042,72	249.446,49	0,00	6.981.489,21
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercicio.

8.20 Outras informações relevantes

Documento não preenchido.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
23/02/2017	01/01/2017	

Descrição dos serviços prestados

2022: (i) Serviços de auditoria: (a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, para o exercício encerrado em 31.12.22; (b) revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.22, 30.06.22 e 30.09.22, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias; (c) auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia a respeito da elaboração de relatórios financeiros; (d) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício social encerrado em 31.12.22; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Não houve.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

Valores para o exercício social de 2022:
(i) serviços de auditoria externa: R$ 12.618,2 mil; e (ii) serviços não relacionados à auditoria externa: não houve.
Valores para o exercício social de 2023 (relacionados ao follow on):

Justificativa da substituição

Processo competitivo no qual, o novo auditor descrito abaixo, apresentou a melhor proposta comercial. A prestação de serviços foi finalizada em 28/04/2023.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

N/A

Código CVM do Auditor	011274	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	10.830.108/0001-65
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
06/04/2023	01/01/2023	

Descrição dos serviços prestados

(i) Serviços de auditoria:
(a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, para os exercícios encerrados em 31.12.23 e a serem encerrados em 31.12.24 e 31.12.25;
(b) revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.23, 30.06.23, 30.09.23, 31.03.24, 30.06.24, 30.09.24, 31.03.25, 30.06.25 e 30.09.25, elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias;
(c) auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia a respeito da elaboração de relatórios financeiros; e
(d) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para os exercícios sociais encerrados em 31.12.23 e a serem encerrados em 31.12.24 e 31.12.25.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

Valores para o exercício social de 2025:
(i) serviços de auditoria externa: R$ 8. 875,6 mil; e (ii) serviços não relacionados à auditoria externa: não houve.

Justificativa da substituição

Processo de cotação realizado pela Companhia, no qual a Grant Thornton apresentou a melhor proposta comercial.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

N/A

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não houve outros serviços contratados além de serviços de auditoria no último exercício social.

9.4 Outras informações relevantes

O Conselho de Administração da Companhia aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes, após a submissão e análise das respectivas propostas pelo CAI da Companhia. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada com a política da Companhia de assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	1315	3003	0	0	0
Não-liderança	43433	56122	0	0	96
TOTAL = 103.969	**44748**	**59125**	**0**	**0**	**96**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	63	2635	169	940	12	0	499
Não-liderança	1270	38378	11529	40944	951	0	6579
TOTAL = 103.969	**1333**	**41013**	**11698**	**41884**	**963**	**0**	**7078**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	237	3560	521
Não-liderança	29778	54067	15806
TOTAL = 103.969	**30015**	**57627**	**16327**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	125	4193	0
Não-liderança	3886	95765	0
TOTAL = 103.969	**4011**	**99958**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	40	231	521	1237	1790	499
Não-liderança	415	3876	20755	17034	51091	6480
TOTAL = 103.969	**455**	**4107**	**21276**	**18271**	**52881**	**6979**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	136	319	0	0	0
Nordeste	784	3323	0	0	0
Centro-Oeste	9490	11780	0	0	6
Sudeste	7404	10839	0	0	28
Sul	24507	28317	0	0	57
Exterior	2427	4547	0	0	5
TOTAL = 103.969	**44748**	**59125**	**0**	**0**	**96**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	4	81	36	331	3	0	00
Nordeste	69	1018	597	2407	16	0	00
Centro-Oeste	373	3.856	2.112	14.539	387	0	9
Sudeste	256	7299	2574	8010	101	0	31
Sul	631	28759	6379	16597	456	0	59
Exterior	0	0	0	0	0	0	6.979
TOTAL = 103.969	**1333**	**41013**	**11698**	**41884**	**963**	**0**	**7078**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	124	297	34
Nordeste	945	2746	416
Centro-Oeste	8260	11083	1933
Sudeste	4851	10715	2705
Sul	14791	27440	10650
Exterior	1044	5346	589
TOTAL = 103.969	**30015**	**57627**	**16327**

10.1 Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor).

A Companhia apresenta abaixo o número de empregados da Emissora para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	1.315	3.003	-	-	-
Não-liderança	43.433	56.122	-	-	96
TOTAL = 103.969	**44.748**	**59.125**	**-**	**-**	**96**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	63	2.635	169	940	12	-	499
Não-liderança	1.270	38.378	11.529	40.944	951	-	6.579
TOTAL = 103.969	**1.333**	**41.013**	**11.698**	**41.884**	**963**	**-**	**7.078**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	237	3.560	521
Não-liderança	29.778	54.067	15.806
TOTAL = 103.969	**30.015**	**57.627**	**16.327**

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	125	4.193	-
Não-liderança	3886	95.765	-
TOTAL = 103.969	**4.011**	**99.958**	-

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	40	231	521	1.237	1.790	499
Não-liderança	415	3.876	20.755	17.034	51.091	6.480
TOTAL = 103.969	**455**	**4.107**	**21.276**	**18.271**	**52.881**	**6.979**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	136	319	-	-	-
Nordeste	784	3.323	-	-	-
Centro-Oeste	9.490	11.780	-	-	6
Sudeste	7.404	10.839	-	-	28
Sul	24.507	28.317	-	-	57
Exterior	2.427	4.547	-	-	5
TOTAL = 103.969	44.748	59.125	-	-	96

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	4	81	36	331	3	-	-
Nordeste	69	1.018	597	2.407	16	-	-
Centro-Oeste	373	3.856	2.112	14.539	387	-	9
Sudeste	256	7.299	2.574	8.010	101	-	31
Sul	631	28.759	6.379	16.597	456	-	59
Exterior	-	-	-	-	-	-	6.979
TOTAL = 103.969	1.333	41.013	11.698	41.884	963	-	7.078

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	124	297	34
Nordeste	945	2.746	416
Centro-Oeste	8.260	11.083	1.933
Sudeste	4.851	10.715	2.705
Sul	14.791	27.440	10.650
Exterior	1.044	5.346	589
TOTAL = 103.969	30.015	57.627	16.327

Quantidade de empregadlos pessoas com deficiência (“PcD”), nos termos da legislação aplicável, por região	
	PcD
Norte	8
Nordeste	155
Centro-Oeste	648
Sudeste	593

10.1 Descrição dos recursos humanos

Sul	2.607
Exterior	-
TOTAL	4.011

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

(Por cargo)	**31/12/2025**
Brasil	
Administração	152
Comercial	4.874
Produção	14.546
Subtotal	19.572

(c) índice de rotatividade

31/12/2025
31,93%

10.2 Alterações relevantes

No exercício social de 2025 não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Os empregados da Companhia recebem remuneração fixa e variável. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, sendo que a remuneração variável está atrelada ao alcance de metas pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício, integrante do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

Tal política de remuneração estimula a busca de resultados pelos empregados e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas, gerando direcionadores e atenção nos indicadores críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que finalmente, também corresponde aos interesses dos acionistas.

(b) política de benefícios

A política de benefícios da Companhia destinada aos seus empregados, é estabelecida de forma a complementar as necessidades sociais e está alinhada às práticas de mercado. Impacta positivamente no clima de trabalho e é um fator determinante para os resultados de engajamento, turnover e absenteísmo, além da extrema importância na atração de pessoas.

Nesta linha, é oferecido aos empregados um pacote de benefícios atraente, constituído por:

- Assistência médica e odontológica;
- Convênio Academia;
- Convênio Farmácia;
- Seguro de vida;
- Refeição;
- Cesta básica;
- Transporte;
- Previdência privada;
- Auxílio Creche;
- Auxílio Escolar;
- Kit de Produtos BRF;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Kit Natal;
- Brinquedo para filhos de funcionários no Natal; e
- Telemedicina.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício;

(iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas **pelo plano:**

São elegíveis como beneficiários dos planos de outorga de ações da Companhia os seguintes empregados não administradores: gerentes executivos e acima da Companhia e/ou de suas controladas.

Para informações sobre os planos de outorga de ações restritas e os planos de opção de compra de ações da Companhia, veja o item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A maior remuneração individual na Companhia é 918,69 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos demais colaboradores no Brasil em 2025.

Cabe reforçar que a maior parte dos colaboradores da Companhia trabalha em unidades de produção, centros de distribuição e regionais de vendas espalhadas pelo Brasil, inclusive localizadas em pequenos municípios no interior do País, ocupando cargos operacionais e, muitas vezes, com a remuneração mais próxima ao piso salarial da categoria. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, de forma a estimular a busca de resultados, reconhecer o alcance e superação das metas e direcionar a execução da estratégia. A remuneração é revista periodicamente utilizando-se os resultados de avaliações realizadas por empresa de consultoria especializada, que oferece visão de mercado sobre os cargos disponíveis na Companhia a partir de informações fornecidas por um conjunto de empresas de grande porte, comparáveis à BRF, e que possuem políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com condições adequadas de emprego em todos os níveis organizacionais.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Em relação aos executivos da Companhia, a Política de Remuneração da Administração é estabelecida a fim de atrair, incentivar e manter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio, criando um plano de recompensa e incentivos apropriados à condução sustentável dos negócios, observados os limites de risco estabelecidos e proporcionando uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas e a visão, missão e valores da Companhia às melhores práticas de mercado, de gestão e de governança corporativa.

Isso significa que a Companhia busca aderência às práticas salariais e de benefícios de acordo com o mercado e empresas do setor, evitando assim distorções e permitindo que a Companhia seja competitiva e atrativa na retenção de talentos.

A remuneração individual anual dos colaboradores foi calculada com base no salário mensal de dezembro, com a parcela variável considerando o atingimento no ano. Foram excluídos os empregados que trabalharam menos de 12 meses na Companhia.

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
29.022.014,48	31.590,43	918,69
Esclarecimento		

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
29.022.014,48	31.590,43	918,70
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A BRF mantém um processo de negociação coletiva transparente, justa e respeitosa, comunicando claramente os termos e condições dos acordos coletivos, garantindo que todas as partes envolvidas estejam bem informadas, assegurando inclusive que todos os acordos coletivos estejam em conformidade com a legislação trabalhista e promovendo condições de trabalho justas e seguras.

A BRF adota práticas que respeitam e promovem a liberdade de associação e a negociação coletiva no Brasil. A empresa segue os princípios estabelecidos pela legislação trabalhista brasileira e as normas internacionais que garantem o direito dos trabalhadores à livre associação e à negociação coletiva. Os funcionários têm o direito de se associar livremente a sindicatos que os representem, sem qualquer interferência ou discriminação por parte da empresa. A BRF reconhece às entidades sindicais legalmente constituídas o importante papel por estas desempenhado, estabelecendo constantes processos de diálogo e composição, com a observância da legislação em vigor, dos princípios éticos e das boas práticas de mercado. São vedadas quaisquer atitudes discriminatórias por ideologia sindical.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 7 de dezembro de 2023 foram aprovadas alterações à Política de Transações com Partes Relacionadas ("**Política de Transações com Partes Relacionadas**"), cuja primeira versão é datada de 30 de outubro de 2014.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas Subsidiárias (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas), e todos os seus respectivos funcionários, administradores e acionistas relevantes, em transações entre partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que as decisões da Companhia sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo, ainda, transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa.

Para a Política de Transações com Partes Relacionadas, e conforme a Política Corporativa de Conflito de Interesses, é considerado "Conflito de Interesses" uma situação em que há uma interferência dos interesses pessoais de um indivíduo ou de uma pessoa jurídica, que seja Parte Relacionada à Companhia, de forma direta ou indireta, na tomada de decisão, julgamento ou desempenho de suas funções profissionais na Companhia. Tais situações podem ser incompatíveis com os interesses da Companhia. Uma situação de Conflito de Interesses pode resultar na redução do nível de profissionalismo e independência com que o indivíduo ou pessoa jurídica age em nome da Companhia e, como consequência, os interesses e/ou reputação da Companhia podem ser prejudicados. Desta forma, por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões envolvendo a Companhia e suas subsidiárias que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, colaboradores e Partes Relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeito ao interesse da Companhia, suas Subsidiárias e seus acionistas.

Toda Transação com Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) ou alteração de Transação com Parte Relacionada (conforme definido na Política de Transações com Partes Relacionadas) deve obedecer às diretrizes gerais dispostas no capítulo 5.3 da Política de Transações com Partes Relacionadas.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (sistemas.cvm.gov.br/?cia=doc), buscando pela companhia "BRF S.A.", na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas"; e (ii) na página da Companhia de Relações com Investidores (https://ri.brf-global.com/), clicando no campo "Governança Corporativa", logo após em "Estatuto e Políticas" e, por fim, selecionando "**Política de Transações com Partes Relacionadas**".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BRF Previdência S.A.	31/12/2025	25.269.000,00	0	n/a	indeterminado	0
Relação com o emissor	Parte relacionada					
Objeto contrato	Aluguel de imóvel					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	n/a					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Agropecuária Jacarezinho Ltda.	31/12/2025	238.000,00	10.000,00	10.000,00	indeterminado	
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber) e outras transações comerciais.					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	n/a					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fazenda São Marcelo Ltda	31/12/2025	227.000,00	6.000,00	6.000,00	indeterminado	não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber) e outras transações comerciais					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Chile S.A.	31/12/2025	30.780.000,00	15.439.000,00	15.439.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Chile S.A	31/12/2025	38.000,00	0	0	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de recebimento de mercadorias (Contas a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	18.654.000,00	511.000,00	511.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Reembolsos e outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	717.889,00	26.617,00	26.617,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Reembolsos e outras transações comerciais (a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	0,00	637.000,00	637.000,00	Indeterminado.	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Reembolsos e outras transações comerciais (a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	0,00	637.000,00	637.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Reembolsos e outras transações comerciais (a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	7.423.000,00	0	0	N/A	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Deságio na venda de créditos de ICMS (receita financeira)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	82.669.000,00	7.089.000,00	7.089.000,00	Indeterminado	não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Marfrig Global Foods S.A.	31/12/2025	0,00	532.428.000,00	532.428.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MFG Agropecuária Ltda.	31/12/2025	3.996.000,00	3.619.000,00	3.619.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MFG Agropecuária Ltda	31/12/2025	519.000,00	0,00	0,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MMS Participações Ltda.	31/12/2025	0,00	146.000,00	146.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MMS Participações Ltda	31/12/2025	0,00	146.000,00	146.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pampeano Alimentos S.A.	31/12/2025	5.716.000,00	0,00	0,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de recebimento de mercadorias (Contas a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pampeano Alimentos S.A.	31/12/2025	7.862.000,00	246.000,00	246.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber) e outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	n/a					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PlantPlus Foods Brasil	31/12/2025	0,00	189.000,00	189.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de recebimento de mercadorias (Contas a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Quickfood S.A.	31/12/2025	179.769.000,00	78.575.000,00	78.575.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Weston Importers Ltd	31/12/2025	3.866.000,00	765.000,00	765.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Weston Importers Ltd	31/12/2025	331.696.000,00	21.123.000,00	21.123.000,00	Indeterminado	Não
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de recebimento de mercadorias (Contas a pagar)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Weston Importers Ltd	31/12/2025	13.399,00	1.114.138.000,00	1.114.138.000,00	Indeterminado	4,91
Relação com o emissor	Subsidiária da acionista controladora					
Objeto contrato	Outras transações comerciais (a receber)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social foram realizadas seguindo os padrões de mercado e amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições feitas pela Companhia, de modo a garantir sua celebração no estrito interesse da Companhia.

Com efeito, além de seguir as determinações da Lei das Sociedades por Ações e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas, tais como as previstas no Regulamento do Novo Mercado, todas as situações que poderiam ensejar conflito de interesses foram submetidas aos órgãos decisórios competentes da Companhia, conforme item 4.3. da Política de Transações entre Partes Relacionadas, que estabelece as regras para decisões envolvendo Transações com Partes Relacionadas.

Além disto e, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração ou dos demais órgãos competentes da Companhia, nos termos da Política de Transações entre Partes Relacionadas, que estavam por alguma razão impedidos de apreciar a transação, em face de conflito de interesse, deixaram de votar acerca de sua eventual celebração, bem como abstiveram-se de manifestar-se, influenciar ou interferir de qualquer forma no respectivo processo decisório. A Política de Transações entre Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas subsidiárias, e todos os seus respectivos empregados, administradores e acionistas, em transações envolvendo partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que a tomada de decisão nestes assuntos seja tomada no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo ainda transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa. Neste sentido, visando evitar a realização ou alteração de transações com partes relacionadas em situações de conflito, desde a vigência da Política de Transações entre Partes Relacionadas, obedeceram às seguintes diretrizes gerais:

(i) realizadas em condições de mercado, ou seja, foram respeitados o tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética em relação aos participantes na transação, de forma a permitir que estes pudessem apresentar suas propostas de negócio obedecendo as mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, que não fossem partes relacionadas;

(ii) foram observados e cumpridos todos os requisitos das políticas de contratação estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias;

(iii) para as transações de alçada do Conselho do Administração da Companhia, previamente à sua contratação e/ou formalização, o CFGR, bem como o CAI, deverão ter providenciado:

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(a) avaliação prévia com o objetivo de definir suas recomendações quanto à respectiva Transação com Parte Relacionada, avaliando: (1) identificação de motivos claramente razoáveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para realização da transação com a parte relacionada; (2) realização da transação em condições de mercado; (3) se foi realizado, ou não, um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; e (4) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (5) se a transação com parte relacionada é embasada por laudos de avaliação independentes, elaborados sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros (b) a informação aos órgãos da administração da Companhia responsáveis pela aprovação da respectiva transação com parte relacionada acerca das eventuais orientações adicionais para que a transação com parte relacionada atenda à Política de Transações entre Partes Relacionadas, considerando-se o caso específico; e (c) a recomendação acerca da rejeição ou aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia ou à Assembleia Geral. Na informação aos Comitês, deverão ser fornecidos: (1) os detalhes da transação com parte relacionada, incluindo valores (reais ou estimados), direitos e obrigações envolvidos; (2) a identificação das partes relacionadas envolvidas, bem como de quaisquer outras partes envolvidas na respectiva transação com parte relacionada, incluindo detalhes sobre o tipo de relação existente e interesse da Parte Relacionada na transação; (3) notas técnicas para a deliberação dos órgãos colegiados responsáveis pela aprovação da respectiva transação com parte relacionada, acompanhadas dos documentos que comprovam que a operação atende ou atenderá às condições de mercado; (4) indicação sobre a necessidade de divulgação com base nas regras aplicáveis à Companhia ou não, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 30, XXXIII, da Resolução CVM n° 80/2022, conforme alterada; (5) indicação se a transação com parte relacionada não viola restrições contidas em contratos da Companhia; e (6) indicação a respeito da transação com parte relacionada afetar ou poder vir a afetar a independência de qualquer administrador independente;

(iv) foram aprovadas pela Assembleia Geral, Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, conforme aplicável; e

(v) foram divulgadas pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias de acordo com a regulamentação pertinente da CVM e da SEC.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A adoção das medidas descritas no item acima reforça que as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social observaram o princípio da comutatividade das condições pactuadas, com pagamento compensatório adequado.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A Companhia, ao realizar tais transações com partes relacionadas, observou as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação, tomando como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com seus parceiros, sem prejuízo dos órgãos de governança acima referidos no item "a" que podem solicitar esclarecimentos a qualquer momento, nos termos do Estatuto Social e da Política de Transações entre Partes Relacionadas.

As transações com partes relacionadas foram contratadas com a identificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, oportunidade em que foi analisado o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e, caso houvesse necessidade de pagamento compensatório dessas transações, se houve adequação às características de tais negociações, mediante, em alguns casos, avaliação do caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e em outros, mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

Ademais, todas as Transações com Partes Relacionadas observaram e cumpriram os requisitos das políticas e normas internas de contratação e demais políticas relacionadas estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias.

Seguem abaixo transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social, analisadas de forma individual ou agrupada, conforme o caso, de forma a demonstrar a comutatividade de sua contratação:

Reembolsos e transações não comerciais

Em certas circunstâncias, a Companhia incorre em gastos relativos a suas subsidiárias e posteriormente efetua a cobrança de tais valores, assim como as subsidiárias incorrem em gastos e cobram da controladora. A depender dos valores e prazos destas operações, há incorrência de juros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, houve transações desta natureza com as seguintes subsidiárias: Banvit Bandirma Vitaminli, Hercosul Alimentos Ltda., Mogiana Alimentos, Sadia Uruguay S.A.

Locação de Imóvel

Em relação à transação com parte relacionada realizada entre a Companhia e a BRF Previdência, conforme descrita no item 11.2 deste Formulário de Referência, ressalta-se que tal transação foi celebrada de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas por atender ao critério de pagamento compensatório adequado, visto que o valor dos aluguéis corresponde às condições de mercado para imóveis semelhantes.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Operações com a Marfrig e suas controladas

A Companhia e suas controladas realizam operações de compra e venda de mercadorias com a Marfrig e suas subsidiárias Quickfood S.A., Pampeano Alimentos S.A., Weston Importers Ltd., Marfrig Chile S.A. e Dicasold S.A. Tais transações são executadas de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e visam o fornecimento de matéria-prima e de produtos.

Adicionalmente, para fins de observância dos padrões de comutatividade para as transações celebradas, a BRF se utiliza de critérios objetivos no processo de negociação das condições comerciais dos acordos, tais como cotações de mercado e indicadores econômico-financeiros fornecidos por terceiros independentes, que são geralmente aceitos pela respectiva indústria.

Reembolsos e transações não comerciais

Em certas circunstâncias, a Companhia incorre em gastos relativos a sua controladora e posteriormente efetua a cobrança de tais valores, assim como a controladora incorre em gastos e cobram da subsidiária. A depender dos valores e prazos destas operações, há incorrência de juros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve transações desta natureza com a Marfrig Global Foods S.A.

Receita financeira proveniente de créditos de ICMS

Em 20 de junho de 2024 a Companhia firmou um contrato no qual negociou a compra de créditos de ICMS da Marfrig Global Foods S.A., no estado de São Paulo, totalizando R$113 milhões, com um deságio aplicado compatível com o mercado. E em 10 de outubro de 2024, a BRF e a Marfrig celebraram convenio para aquisição de até R$350 milhões de créditos de ICMS apurados no Estado de São Paulo e de titularidade da Marfrig, com um deságio aplicado compatível com o praticado no mercado. A utilização deste crédito realizar-se-á conforme a apuração mensal de débitos da Companhia junto ao Estado de São Paulo, com previsão de compensação total até outubro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a transferência de R$375 milhões e a Companhia compensou este montante relativos a esses créditos.

11.3 Outras informações relevantes

Em 19 de janeiro de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi no âmbito de sua 1ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R$1000,00, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

Em 27 de março de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi no âmbito de sua 2ª emissão de 2.100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R$100,00, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão.

As transações foram executadas de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e aprovadas pelos devidos órgãos de governança da Companhia.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
26/09/2025		13.653.417.953,36
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.592.192.459	0	1.592.192.459

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
26/09/2025		13.653.417.953,36
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.592.192.459	0	1.592.192.459

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
26/09/2025		13.653.417.953,36
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.592.192.459	0	1.592.192.459

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
28/03/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
2.103.000.000	0	2.103.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Em. de Debêntures não Conv. em Ações, Quir., em até 4 Séries, p/ Distrib Púb com Esf. Restritos
Data de emissão	30/04/2019
Data de vencimento	30/04/2026
Quantidade	750.000
Valor nominal global R$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	550.541.863,72
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto na Resolução CVM 160, e entre investidores qualificados, assim definidos na Instrução CVM n.º 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Investidores Qualificados") observado o disposto na Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Com exceção das Debêntures da 3° Série Resgate será permitido após 30/04/2021 (inclusive) para as Debêntures da 1ª Série; após 30/04/2022 (inclusive) para as Debêntures da 4ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª e 2ª Série e ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série, acrescido dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate, se for o caso; e de prêmio flat, correspondente a 1,00% a.a para as Debêntures da 1ª Série, 0,80% a.a. para as Debêntures da 2ª Série e 4ª Série, pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 30/04/2022; 3ª Série: 30/04/2026; 4ª Série: 30/04/2026 (ii) Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 100% a.a. da taxa DI acrescido de spread limitado a 0,90% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding); Debêntures da 3ª Série: até 5,50% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) atualizados pela variação do IPCA; Debêntures da 4ª Série: 100% a.a da taxa DI acrescido de spread limitado a 1,45% a.a. (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) (iii) Espécie: quirografária (iv) Vigência: Prazo total de 7 anos contados da data de emissão, vencendo em 30/04/2026. (v) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 30/10/2019, vencendo em 30/04/2026. (vi) Amortização: 1ª Série: Parcela única em 30/04/2022; 3ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026; 4ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026. (vii) Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Reforço de caixa e capital de giro da Companhia. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, inadimplemento, transformação do tipo societário da Companhia, entre outros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografária, em 2 Séries, para Colocação Privada
Data de emissão	14/07/2020
Data de vencimento	12/06/2030
Quantidade	2.200.000
Valor nominal global R$	2.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.739.446.128,45
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate será permitido a partir de 14 de julho de 2025, inclusive, para as Debêntures da 1ª Série; e a partir de 14 de julho de 2027, inclusive, para as Debêntures da 2ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) abaixo, dos dois o maior: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2028 para as Debêntures da Primeira Série ("NTNB 2028") e (b) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 para as Debêntures da Segunda Série ("NTNB 2030") ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (htttp://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da respectiva série, calculado conforme fórmula descrita na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 14 de julho de 2027; 2ª Série: 12 de julho de 2030. (ii) Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 5,30% a.a atualizados pela variação do IPCA; Debêntures da 2ª Série: 5,60% a.a atualizados pela variação do IPCA. (iii) Espécie: quirografária (iv) Vigência: 1ª Série: 7 anos; 2ª Série: 10 anos. (v) Pagamento da Remuneração: 1ª Série: Semestral, a partir de 14 de julho de 2020, vencendo em 14 de julho de 2027; 2ª Série: Semestral, a partir de 14 de julho de 2020, vencendo em 12 de julho de 2030. (vi) Amortização: 1ª Série: Parcela única em 14 de julho de 2027; 2ª Série: Três Parcelas, sendo a 1ª em 14 de julho de 2028, a 2ª em 13 de julho de 2029 e a 3ª em 12 de julho de 2030.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: destinados integral e exclusivamente às atividades da Companhia como produtora rural no agronegócio. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, inadimplemento, transformação do tipo societário da Companhia, entre outros. Lastro da 46ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA da VERT Companhia Securitizadora.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	3ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografária, em série única, para Colocação Privad
Data de emissão	14/05/2021
Data de vencimento	14/05/2031
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.109.135.463,88
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário: A Emissora poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas nos termos da Cláusula 5.25 abaixo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário: A Emissora poderá, a qualquer tempo, desde que no contexto da operação societária com terceiros não pertencentes ao seu grupo econômico à época do evento, anunciada ao mercado nos termos da legislação aplicável, na qual julgue adequada ou tenha como condição a alteração de seu perfil de endividamento, conforme atestado pela Emissora por meio de declaração, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures. Resgate Antecipado Facultativo Discricionário: A Emissora poderá, a partir do 84º (octogésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 14 de maio de 2028, inclusive, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures. No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures. No caso do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário e do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário, o valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao valor indicado no item (i) ou no item (ii) abaixo, dos dois o maior: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e da Remuneração das Debêntures, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com vencimento em 2030 NTNB 2030´ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com duration aproximada equivalente à duration remanescente das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (htttp://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 14 de maio de 2031. (ii) Remuneração: 4,7843% a.a. atualizados pela variação do IPCA. (ii) Espécie: quirografária. (iii) Vigência: 10 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 12 de novembro de 2021, vencendo em 14 de maio de 2031. (v) Amortização: Parcela única em 14 de maio de 2031. N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: destinados integral e exclusivamente às atividades da Emissora como produtora rural no agronegócio. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, inadimplemento, transformação do tipo societário da Emissora, entre outros. Lastro da 60ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ±CRA da VERT Companhia Securitizadora.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	4ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografária, em duas séries, para Colocação Privad
Data de emissão	08/07/2022
Data de vencimento	13/07/2032
Quantidade	1.700.000
Valor nominal global R$	1.700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.062.065.548,22
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate será permitido após 15/07/2024 (inclusive) para as Debêntures da 1ª Série; após 15/07/2027 (inclusive) para as Debêntures da 2ª Série. O valor a ser pago em razão de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA, conforme aplicável, acrescido da Remuneração das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI e/ou das Debêntures IPCA, conforme o caso, até a data do resgate antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 15/07/2027; 2ª Série: 15/07/2032; Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 100% a.a. da taxa DI acrescido de spread a 1,25% a.a (calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos); Debêntures da 2ª Série: determinado percentual a.a a ser definido na data do procedimento do Bookbuilding e, em qualquer caso, equivalente a maior taxa entra) 0,80% a.a acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do tesouro IPCA + juros semestrais. Espécie: quirografária Vigência: Prazo total de 10 anos contados da data de emissão, vencendo em 15/07/2032. Pagamento da Remuneração: 1ª Série: Semestral, a partir de 16/01/2023, vencendo em 15/07/2027; 2ª Série: Semestral, a partir de 16/01/2023, vencendo em 15/07/2032. Amortização: 1ª Série: Parcela única em 15/07/2027; 2ª Série: Três Parcelas, sendo a 1ª em 15/07/2030, a 2ª em 15/07/2031 e a 3ª em 15/07/2032. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2o, parágrafo 40, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.; (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme alterada, parágrafo 1° do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9o, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 40 do artigo 20 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios ("Destinação de Recursos").

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Em. de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, Quirografária, em até 3 séries, para Coloca
Data de emissão	20/05/2024
Data de vencimento	14/06/2034
Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R$	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.765.546.532,61
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas (“Evento Tributário”). Ainda, a Emissora poderá a qualquer tempo, desde que no contexto de operação societária com terceiros não pertencentes ao seu grupo econômico à época do evento, anunciada ao mercado nos termos da legislação aplicável, na qual julgue adequada ou tenha como condição a alteração de seu perfil de endividamento, conforme atestado pela Emissora por meio de declaração, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures DI e/ou Debêntures Pré-fixadas e/ou das Debêntures IPCA, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante envio de comunicação e comprovação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 5.24.4 abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário”). A partir de 17 de junho de 2026, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debentures.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures DI terão prazo de duração de 1.823 (mil oitocentos e vinte e três) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 14 de junho de 2029 (“Data de Vencimento das Debêntures DI”); (ii) as Debêntures Pré-fixadas terão prazo de duração de 2552 (dois mil, quinhentos e cinquenta e dois) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de junho de 2031 (“Data de Vencimento das Debêntures Pré-fixadas”); e (iii) as Debêntures IPCA terão prazo de duração de 3649 (três mil, seiscentos e quarenta e nove) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 14 de junho de 2034 (“Data de Vencimento das Debêntures IPCA” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures Pré-fixadas e a Data de Vencimento das Debêntures DI, as “Datas de Vencimento”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Destinação de recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 146 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, conforme alterada (“IN RFB 2.110/2022”), do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios (“Destinação de Recursos”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 4 Séri
Data de emissão	15/04/2025
Data de vencimento	14/04/2045
Quantidade	1.250.000
Valor nominal global R$	1.250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.250.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas (“Evento Tributário”). Ainda, a Emissora poderá a qualquer tempo, desde que no contexto de operação societária com terceiros não pertencentes ao seu grupo econômico à época do evento, anunciada ao mercado nos termos da legislação aplicável, na qual julgue adequada ou tenha como condição a alteração de seu perfil de endividamento, conforme atestado pela Emissora por meio de declaração, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures Primeira Série, Debêntures Segunda Série, Debêntures Terceira Série e/ou Debêntures Quarta Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante envio de comunicação e comprovação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 5.25.4 abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário”). A partir de 15 de abril de 2027, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debentures.
Características dos valores mobiliários de dívida	Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures Primeira Série terão prazo de duração de 3.639 (três mil, seiscentos e trinta e nove) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 02 de abril de 2035 (“Data de Vencimento das Debêntures Primeira Série”); (ii) as Debêntures Segunda Série terão prazo de duração de 3.650 (três mil, seiscentos e cinquenta) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de abril de 2035 (“Data de Vencimento das Debêntures Segunda Série”); (iii) as Debêntures Terceira Série terão prazo de duração de 5.477 (cinco mil, quatrocentos e setenta e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de abril de 2040 (“Data de Vencimento das Debêntures Terceira Série”); e (iv) as Debêntures Quarta Série terão prazo de duração de 7.304 (sete mil, trezentos e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 14 de abril de 2045 (“Data de Vencimento das Debêntures Quarta Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures Primeira Série, a Data de Vencimento das Debêntures Segunda Série e a Data de Vencimento das Debêntures Terceira Série, as “Datas de Vencimento”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii)despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios (“Destinação de Recursos”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 5 Séri
Data de emissão	15/07/2025
Data de vencimento	14/07/2045

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R$	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas (“Evento Tributário”). Ainda, a Emissora poderá a qualquer tempo, desde que no contexto de operação societária com terceiros não pertencentes ao seu grupo econômico à época do evento, anunciada ao mercado nos termos da legislação aplicável, na qual julgue adequada ou tenha como condição a alteração de seu perfil de endividamento, conforme atestado pela Emissora por meio de declaração, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures Primeira Série, Debêntures Segunda Série, Debêntures Terceira Série e/ou Debêntures Quarta Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante envio de comunicação e comprovação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 5.26.2 abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário”). A partir de 15 de julho de 2026, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures Primeira Série e a partir de 15 de julho de 2027, das Debêntures Segunda Série, das Debêntures Terceira Série, das Debêntures Quarta Série e/ou das Debêntures Quinta Série.
Características dos valores mobiliários de dívida	Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) as Debêntures Primeira Série terão prazo de duração de 1.459 (mil quatrocentos e cinquenta e nove) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de julho de 2029 (“Data de Vencimento das Debêntures Primeira Série”); (ii) as Debêntures Segunda Série terão prazo de duração de 2.556 (dois mil quinhentos e cinquenta e seis) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 14 de julho de 2032 (“Data de Vencimento das Debêntures Segunda Série”); (iii) as Debêntures Terceira Série terão prazo de duração de 3.650 (três mil seiscentos e cinquenta) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de julho de 2035 (“Data de Vencimento das Debêntures Terceira Série”); (iv) as Debêntures Quarta Série terão prazo de duração de 5.477 (cinco mil quatrocentos e setenta e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 13 de julho de 2040 (“Data de Vencimento das Debêntures Quarta Série”) e (v) as Debêntures Quinta Série terão o prazo de duração de 7.304 (sete mil trezentos e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 14 de julho de 2045 (“Data de Vencimento das Debêntures Quinta Série”.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios (“Destinação de Recursos”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Em. de Debêntures não Conversíveis em Ações, Quirografária, em 4 Séries, para Colocação Privada
Data de emissão	15/12/2025
Data de vencimento	14/12/2055
Quantidade	2.375.000
Valor nominal global R$	2.375.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.375.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos 6 primeiros meses após a emissão somente negociável entre investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate será permitido (i) a partir de 15 de dezembro de 2026 (inclusive), das Debêntures Primeira Série; e (ii) a partir de 15 de dezembro de 2027 (inclusive), das Debêntures Primeira Série, das Debêntures Segunda Série e/ou das Debêntures Quinta Série (“Resgate Antecipado Facultativo Discricionário”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário das Debêntures Primeira Série, o Debenturista fará jus ao recebimento do Valor Nominal Unitário das Debêntures Primeira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures Primeira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), e eventuais Encargos Moratórios (“Valor Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Primeira Série”), acrescido de prêmio calculado conforme fórmula constante da Escritura de Emissão.Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário das Debêntures Segunda Série, o Debenturista fará jus ao recebimento do que for maior entre: (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures Segunda Série, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures Segunda Série calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures Segunda Série, e da Remuneração das Debêntures Segunda Série, utilizando como taxa de desconto a Taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à duration remanescente das Debêntures Segunda Série, a ser apurada no fechamento do 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures Segunda Série, calculado conforme fórmula constante da Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário das Debêntures Terceira Série, a Debenturista fará jus ao recebimento do que for maior entre: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Terceira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures Terceira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures Terceira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), e eventuais Encargos Moratórios; e (ii) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures Terceira Série e da Remuneração das Debêntures Terceira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures Terceira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima à duration remanescente das Debêntures Terceira Série, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário das Debêntures Terceira Série, calculado conforme fórmula constante da Escritura de Emissão, e acrescido de eventuais Encargos Moratórios. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Discricionário das Debêntures Quinta Série, a Debenturista fará jus ao recebimento do que for maior

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	i) Data de vencimento: 1ª Série: 14/06/2030; 2ª Série: 14/12/2032; 3ª: 14/12/2035; 5ª Série: 14 de dezembro de 2055 (ii) Remuneração: 1ª Série: 100% da Taxa DI; 2ª Série: juros remuneratórios prefixados correspondentes a 13,5752%; 3ª Série: juros remuneratórios correspondentes a 7,7479%; 5ª Série: juros remuneratórios correspondentes a 8,3857% (iii) Espécie: quirografária (iv) Vigência: 1ª Série: 1.642 dias; 2ª Série: 2.556 dias; 3ª Série: 3.651 dias; 5ª Série: 10.956 dias. (v) Pagamento da Remuneração: 1ª Série: 14/06/2030; 2ª Série: Semestral, a partir de 12/06/2026, vencendo em 14/12/2032; 3ª Série: Semestral, a partir de 12/06/2-26, vencendo em 14/12/2035; 5ª Série: Semestral, vencendo em 14/12/2055. (vi) Amortização Extraordinária Facultativa: (i) a partir de 15/12/2026 (inclusive), das Debêntures Primeira Série; e (ii) a partir de 15/12/2027 (inclusive), das Debêntures Segunda Série, das Debêntures Terceira Série e/ou das Debêntures Quinta Série, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures da respectiva série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: destinados integral e exclusivamente às atividades da Companhia como produtora rural no agronegócio. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, inadimplemento, transformação do tipo societário da Companhia, entre outros. Lastro da 434ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1143	269	35

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As Debêntures da Companhia, conforme descrito no item 12.3 acima, são admitidas à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Com o fechamento do processo de incorporação de ações pela Marfrig, a Companhia deixou de ter valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	
Esclarecimento Outros Valores Mobiliários	**Senior Notes**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2030 - 144A- Reg S
Data de emissão	24/09/2019
Data de vencimento	24/01/2030
Quantidade	588.307
Valor nominal global R$	2.848.170.679,10
Saldo Devedor em Aberto	3.706.212.238,45
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento até 24 de outubro de 2029 a um preço de resgate equivalente ao maior entre: (i) 100% do valor principal; e (ii) a soma dos valores presentes, calculados a partir da data de resgate e os pagamentos remanescentes do principal e juros (excluindo juros auferidos até a data de resgate) devidos após a data de resgate até a data de vencimento, descontados em base semestral até a data de resgate (supondo um ano de 360 dias composto por 12 meses de 30 dias) à taxa do tesouro, mais 0,5%, acrescido, em cada caso, se houver, os juros vencidos e não pagos. Neste caso, qualquer resgate das notas estará sujeito a (1) haver pelo menos US$150,00 milhões do valor principal das notas (incluindo quaisquer notas adicionais) em circulação após o referido resgate ou (2) o resgate integral das notas em circulação. Após 24 de outubro de 2029, as notas poderão ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento ao preço de 100% do valor de principal das notas em circulação a serem resgatadas, acrescidos de juros acumulados e não pagos (incluindo quaisquer notas adicionais, caso existam).
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 24 de janeiro de 2030. (ii) Remuneração: 4,875% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 10 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 24 de janeiro de 2020. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a

12.7 Títulos emitidos no exterior

Outras características relevantes	Taxa de juros de 4,875% ao ano (yield to maturity de 5,00%) pagos semestralmente. Na falta de uma categoria "Notes" ou "Bonds" no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como "Debêntures" por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de "Notes" nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US$750.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor, a saber, dia 24/09/2019, BRL/USD: 4,1721 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	
Esclarecimento Outros Valores Mobiliários	**Senior Notes**
Identificação do valor mobiliário	Emissão Retap de BRF Notes 2050 - 144A - Reg S
Data de emissão	21/09/2020
Data de vencimento	30/09/2050
Quantidade	617.190
Valor nominal global R$	3.249.432.147,00
Saldo Devedor em Aberto	4.135.790.722,30
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento antes de 21 de março de 2050, a um preço de resgate baseado em um valor "make-whole" acrescido de juros acumulados e não pagos. A partir de 21 de março de 2050, as Notes podem ser resgatadas no todo ou em parte, a qualquer momento, a 100% de seu valor principal acrescido dos juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários. As Notes também podem ser resgatadas, no todo, mas não em parte, em 100% de seu valor principal, mais juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários, no caso de eventos específicos relacionados às leis tributárias aplicáveis
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 21 de setembro de 2050. (ii) Remuneração: 5,75% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 30 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 21 de março de 2021. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a

12.7 Títulos emitidos no exterior

Outras características relevantes	Taxa de juros de 5,750% ao ano pagos semestralmente. Na falta de uma categoria "Notes" ou "Bonds" no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como "Debêntures" por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de "Notes" nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US$800.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor de US $500.000.000,00, dia 21/09/2020, BRL/USD: 5,4440 e o valor de US$ 300.000.000,00, dia 26/10/2020, BRL/USD: 5,63/US$1,00 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	
Esclarecimento Outros Valores Mobiliários	**Senior Notes**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2026 - 144 - Reg S
Data de emissão	29/09/2016
Data de vencimento	29/09/2026
Quantidade	299.282
Valor nominal global R$	1.448.913.946,60
Saldo Devedor em Aberto	1.759.349.854,36
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 29 de setembro de 2026. (ii) Remuneração: 4,35% (USD). (ii) Espécie: Senior Notes. (iii) Vigência: 10 anos. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 29 de março de 2017. (v) Amortização: Parcela única no vencimento (bullet).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	n/a
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria "Notes" ou "Bonds" no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como "Debêntures" por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de "Notes" nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos, no valor de US$500.000.000,00 e convertida em reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil, na data de recebimento do valor, a saber, dia 29/09/2016, BRLUSD: 3,2229 (Fonte Bacen)

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

1ª Emissão de Debêntures	Os recursos captados com a Emissão serão utilizados para reforço de capital de giro da Emissora.
2ª Emissão de Debêntures	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 3º, parágrafo 9º, da Instrução CVM 600, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.; (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme alterada, parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 3º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, da Instrução CVM 600, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 3º da Instrução CVM 600, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios.
3ª Emissão de Debêntures	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 3º, parágrafo 9º, da Instrução CVM 600, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.; (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme alterada, parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 3º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, da Instrução CVM 600, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 3º da Instrução CVM 600, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

4ª Emissão de Debêntures	Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2o, parágrafo 40, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.; (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme alterada, parágrafo 1° do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9o, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 40 do artigo 20 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios
5ª Emissão de Debêntures	Destinação de recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do artigo 146 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, conforme alterada (“IN RFB 2.110/2022”), do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60 na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios
6ª Emissão de Debêntures	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

	exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios
7ª Emissão de Debêntures	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados integral e exclusivamente às suas atividades como produtora rural no agronegócio. Para esse fim, referidos recursos líquidos serão empregados, na forma do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, no curso ordinário dos seus negócios rurais, em investimentos, custos e despesas relacionados à sua cadeia de produção e exploração de animais em geral (aves, bovinos, suínos, etc.), quais sejam: (i) despesas para manutenção de granjas próprias; (ii) despesas para aquisição das matrizes, genética, ovos, criação, engorda e abate de animais em geral; (iii) despesas para aquisição de insumos para alimentação dos animais, como grãos e seus derivados (soja, milho sorgo, farelos, óleos, etc.); (iv) despesas para fins de produção e/ou aquisição de ração e outros produtos para alimentação dos animais; (v) despesas com suporte veterinário e aquisição de medicamentos para tratamento dos animais; e (vi) despesas com maravalha e outros substratos para o aquecimento e acomodação dos animais e manutenção das instalações onde são mantidos os animais explorados, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 e do artigo 2º, incisos I e II, e parágrafos 1°, 2° e 9º, do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, bem como o inciso III do parágrafo 4º do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, na forma prevista em seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios.
Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2022	Os recursos obtidos por meio da oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, incluindo sob a forma de American Depositary Shares, realizada em 18 de janeiro de 2022, foram utilizados, pela Companhia, para reforçar a estrutura de capital da Companhia, expandir suas atividades e/ou realizar investimentos estratégicos. A Companhia não tem conhecimento da ocorrência.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2023	Os recursos obtidos por meio da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, realizada em 13 de julho de 2023, foram utilizados, pela Companhia, para reforçar a estrutura de capital da Companhia, mais especificamente, endereçar a redução do endividamento bruto. A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no memorando da Oferta.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

1ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
2ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
3ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
4ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
5ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
6ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
7ª Emissão de Debêntures	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2022	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.
Oferta Pública de Distribuição de Ações – 2023	A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Miguel Souza Gularte	Diretor Presidente	Registrado	
Jose Ignacio Scoseria Rey	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Declaração do diretor presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Miguel de Souza Gularte
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

(a) reviu o formulário de referência.

(b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos Artigos 15 a 20.

(c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



Miguel de Souza Gularte

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaração do diretor de relações com investidores

O Sr. **Jose Ignacio Scoseria Rey,** na qualidade de novo ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, declara que:

(a) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse;

(b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e

(c) c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



Jose Ignacio Scoseria Rey

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.